

RAFAEL AFONSO DA SILVA

DILEMAS DA TRANSIÇÃO: UM ESTUDO CRÍTICO DA OBRA DE LENIN DE 1917-1923

Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas sob a orientação do Prof. Dr. Márcio Bilharinho Naves

Este exemplar corresponde à redação final da dissertação defendida e aprovada pela Comissão Julgadora em 28/02/2007

BANCA

Prof. Dr. Márcio Bilharinho Naves (orientador)

Prof. Dr. Ricardo Antunes (titular interno)

Prof. Dr. Ruy Gomes Braga Neto (titular externo)

Prof. Dr. Fernando Antonio Lourenço (suplente interno)

Prof. Dr. Alvaro Gabriel Bianchi Mendez (suplente externo)

FEVEREIRO / 2007

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP**

Si38d **Silva, Rafael Afonso da**
Dilemas da transição: um estudo crítico da obra de Lenin de
1917-1923 / Rafael Afonso da Silva. - - Campinas, SP : [s. n.],
2007.

Orientador: Márcio Bilharinho Naves
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Lenin, Vladimir Ilitch, 1870-1924. 2. Socialismo.
3. Comunismo. I. Naves, Márcio Bilharinho, 1952-.
II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e
Ciências Humanas. III. Título.

(cn/ifch)

Título em inglês: Dilemmas of transition: a critical study of Lenin's work(1917-1923)

Palavras – chave em inglês (Keywords): Socialism
Communism

Área de concentração: Sociologia

Titulação: Mestre em Sociologia

Banca examinadora: Márcio Bilharinho Naves, Ricardo Antunes, Ruy Gomes
Braga Neto

Data da defesa: 28-02-2007

Programa de Pós-Graduação: Sociologia

Agradecimentos

A realização desta pesquisa só foi possível graças à colaboração direta ou indireta de muitas pessoas. Gostaria de agradecer aqui a algumas delas.

É preciso agradecer, primeiramente, a Márcio, orientador deste trabalho, que sempre acreditou na possibilidade de realização desta pesquisa, ainda quando, sem forças e desorientado, eu mesmo duvidei. Sem sua confiança, este trabalho não existiria.

Devo muito a Maira, não só pelas indicações bibliográficas e sugestões diversas ao longo da pesquisa e pela disposição de revisar o texto final, mas, em especial, pela incansável paciência com que me apoiou durante todo o tempo de realização desta pesquisa. Ela me fez encontrar forças que eu pensava ter perdido.

Agradeço aos meus pais, Pedro e Iracema, também pelo amparo financeiro, mas, sobretudo, pelo amparo afetivo, que nunca me faltou durante esses anos de mestrado.

É preciso lembrar também o apoio de meus irmãos, Daniel, Raquel e Maria Isabel. Agradeço, particularmente, a Raquel, que teve paciência de corrigir os erros de português do meu texto.

Não posso esquecer de mencionar Maurício José de Abreu Filho, cuja assistência foi indispensável para a realização deste trabalho.

Agradeço a Pablo pela convivência tranqüila e agradável neste último ano em que dividimos o mesmo teto.

Devo fazer referência aos professores Fernando Lourenço e Hector Benoit, de quem recolhi sugestões valiosas na minha qualificação.

Agradeço aos professores Ricardo Antunes e Ruy Braga, que tão solícitamente aceitaram participar da banca examinadora de minha defesa.

Resumo

Esta pesquisa tem como propósito a análise e a reconstrução da reflexão de Lenin sobre a transição socialista em sua obra de 1917-1923, expondo criticamente seus dilemas e limitações. A reflexão leniniana é examinada por períodos, procurando apreender o seu discurso, na efetividade de sua entificação peculiar, em sua relação significativa com as necessidades práticas com que Lenin se defronta na dialética real da tentativa de iniciar um processo de transformação socialista das relações sociais na Rússia. Este estudo pretende, em primeiro lugar, contribuir para a compreensão da obra de Lenin. Em segundo lugar, tem por objetivo contribuir para o debate do tema da transição ao comunismo em uma perspectiva marxista. Espera-se que este trabalho possa servir para reforçar a relevância de tratar o tema da transição ao comunismo, fazendo um balanço das experiências e tentativas históricas de transição do século XX.

Abstract

This research has as purpose to analyze and reconstruct Lenin's reflexion about the socialist revolution in his work from 1917-1923, explaining critically his dilemmas and limitations. Lenin's reflexion is divided into periods, in order to grasp his discourse in the effectiveness of its peculiar ontology and in its significant relation with the practical necessities, with which Lenin is confronted in the real dialectic of the attempt at beginning a process of socialist transformation of Russian social relations. This study intends firstly to contribute to the understanding of Lenin's work. Secondly it aims at discussing the subject of transition to communism from a marxist perspective. We hope this work serves to reinforce the relevance of dealing with the subject of transition to communism, taking a stock of the historical experiences and essays of transition in the 20th century.

Índice

Introdução.....	9
Capítulo 1: O imperialismo e a questão da transição.....	13
Capítulo 2: <i>O Estado e a revolução</i>.....	35
Capítulo 3: Dilemas da transição: entre a Revolução de Fevereiro e o “comunismo de guerra”.....	67
Capítulo 4: Dilemas da transição: o “comunismo de guerra”.....	101
Capítulo 5: Dilemas da transição: a NEP.....	147
Conclusão: O legado paradoxal de Lenin.....	185
Bibliografia.....	191

Introdução

Esta pesquisa tem como propósito a análise da reflexão de Lenin sobre a transição ao comunismo no período de 1917-1923, expondo criticamente seus dilemas e limitações. Não se pretende, contudo, apresentar aqui a reflexão de Lenin na forma de um modelo teórico perfeitamente estruturado, como um sistema fechado. Na realidade, a reflexão de Lenin em torno do problema da transição, malgrado a presença de certos elementos mais ou menos estáveis que enformam sua perspectiva, mantém, do início ao fim, o caráter de uma pesquisa em aberto, suscetível, desse modo, de integrações e retificações importantes na dialética real de sua confrontação com a realidade. O caráter *aberto* da busca de Lenin é um momento essencial, seja de seu método de análise científica, seja de sua elaboração de uma estratégia socialista em um contexto determinado. Assim, em momento algum, a reflexão de Lenin dá lugar a um esquema teórico harmônico, cujas partes constituintes se reintegram em um sistema fechado, que exatamente em sua perfeição formal revela um vício de origem de caráter metodológico, ao ignorar a necessária fundamentação onto-prática do conhecimento.

Essa característica da reflexão de Lenin foi determinante na escolha da forma de exposição de seu pensamento neste trabalho. A reflexão leniniana é examinada por períodos, procurando apreender o seu discurso, na efetividade de sua entificação peculiar, em sua relação significativa com as necessidades práticas com que Lenin se defronta na dialética real da tentativa de iniciar um processo de transformação socialista das relações sociais na Rússia. Isolamos apenas a análise leniniana do imperialismo – que, aliás, pertence ao período imediatamente anterior ao que este trabalho se propõe estudar – e *O Estado e a revolução*, por tratar-se de momentos da reflexão leniniana que se configuram como referências obrigatórias de determinados temas centrais da abordagem de Lenin do problema da transição. Após essas observações, é interessante apresentar sucintamente os temas abordados em cada capítulo.

Este trabalho compreende cinco capítulos. No primeiro capítulo, discutem-se os escritos de Lenin sobre o imperialismo, sobretudo o seu texto clássico, *Imperialismo, fase superior do capitalismo*. O objetivo central do capítulo é reconstituir a abordagem de Lenin do imperialismo como “etapa de transição ao socialismo”, examinando em que sentido os monopólios se configuram, para Lenin, como um “ponto de passagem” para o novo ordenamento social. Esse exame é importante, pois permitirá mais tarde compreender o significado e o papel do

capitalismo de Estado na estratégia socialista que Lenin começa a elaborar a partir da Revolução de Fevereiro de 1917. Na última parte do capítulo, são traçados alguns comentários sobre a reflexão de Lenin em torno da questão da dialética da revolução e de seu sujeito social nas páginas sobre o imperialismo.

O capítulo 2 oferece uma análise detalhada de *O Estado e a revolução*. A tese desse capítulo é que a abordagem de Lenin do problema da supressão do Estado na transição socialista apresenta-se como uma tentativa de reunir em uma teoria internamente coerente duas interpretações conflitantes do problema da supressão do Estado: a) a interpretação da “extinção” e b) a interpretação da “reabsorção”. Por isso, para repor o trançado do texto de Lenin em toda a sua complexidade, são examinados, primeiramente, o texto de Engels *Do socialismo utópico ao socialismo científico* e os textos de Marx sobre a Comuna de Paris, que representam, respectivamente, as formulações clássicas da interpretação da “extinção” e da interpretação da “reabsorção”. O resultado da tentativa de Lenin de reunir em uma síntese nova essas duas interpretações é analisado na terceira parte do capítulo.

No capítulo 3, é examinada a constituição da estratégia socialista leniniana entre a Revolução de Fevereiro e a Revolução de Outubro e entre esta última e o período do assim chamado “comunismo de guerra”. A primeira parte está voltada para o período que vai da Revolução de Fevereiro à Revolução de Outubro. Procuramos mostrar então como, sob a base teórica de sua análise do imperialismo e de *O Estado e a revolução*, Lenin desenvolve uma complexa estratégia, que pode ser resumida na fórmula do capitalismo monopolista de Estado sob o Estado democrático-revolucionário (ou soviético) como etapa intermediária-preparatória para o socialismo. Na segunda parte, analisa-se o texto *Acerca do infantilismo “esquerdista” e do espírito pequeno-burguês*, em que Lenin traça os contornos mais gerais de sua estratégia no período dos seis primeiros meses após a Revolução de Outubro. Nesse item, argumenta-se que Lenin não abandona o cerne da fórmula estratégica proposta no período anterior, mas desenvolve sua perspectiva, analisando o significado dessa fórmula em relação aos vários tipos de “economia social” que, segundo ele, coexistem na formação social russa. Por fim, o último item faz uma análise detalhada da primeira variante e do texto final do artigo *As tarefas imediatas do poder soviético*, escrito mais ou menos na mesma época de *Acerca do infantilismo “esquerdista” e do espírito pequeno-burguês* e dentro do quadro estratégico mais geral desenhado por este. A importância desses textos é que, neles, Lenin aborda mais diretamente questões relativas à

organização interna dos microcosmos produtivos. Uma atenção especial é dada à “posição taylorista” de Lenin nesses textos.

O capítulo 4 analisa as obras de Lenin do período do “comunismo de guerra”. Nesse período, Lenin não retoma a hipótese estratégica do uso do capitalismo de Estado sob o Estado soviético, aparentemente porque comungava com a maioria do partido a visão de que as tarefas fundamentais da construção socialista poderiam ser enfrentadas por um meio diferente, designadamente, por meio de um sistema de gestão da economia centralizado, baseado exclusivamente nas instituições estatais – sistema que foi chamado na época de sistema do “comunismo de guerra”, por ter sido gestado para fazer frente às dificuldades engendradas pela deflagração da guerra civil contra-revolucionária e pela intervenção armada das potências imperialistas. Nesse contexto, Lenin se mostra mais preocupado com os problemas da sobrevivência do regime soviético do que em discutir os problemas da transição socialista. Por isso, não encontramos, nesse período, nenhum texto de Lenin voltado para os problemas mais gerais da estratégia socialista, o que não nos permite analisar o modo como ele encara o sistema do “comunismo de guerra” dentro da perspectiva mais geral da transição ao comunismo. Apesar disso, Lenin aborda e aprofunda temas fundamentais atinentes ao problema da transição socialista. Entre esses, três temas ganham particular relevo: 1) o problema da forma política do regime de transição, 2) o problema da política agrária, ou seja, das relações com o campesinato, e 3) a questão dos “sábados comunistas”. Cada um desses temas é abordado em um item à parte.

O último capítulo investiga a reflexão de Lenin sobre a transição socialista no quadro da NEP, percorrendo os textos e as intervenções de Lenin desde o X Congresso do partido, realizado em março de 1921, até os últimos escritos leninianos, ditados por Lenin entre 23 de dezembro de 1922 e 2 de março de 1923. Encontramos aqui dois tipos de abordagem do problema da estratégia socialista no quadro da NEP. A primeira, que se estende pela maior parte desse período, é marcada pela retomada da hipótese estratégica do uso do capitalismo de Estado sob o Estado soviético, inclusive com explícitas referências a seus escritos anteriores ao período do “comunismo de guerra”. A segunda, que aparece em seus últimos escritos, começa a esboçar uma estratégia de transição que se afasta, de certo modo, da perspectiva da “via” do capitalismo de Estado, apontando para uma “via” calcada em um movimento cooperativista de massa, que teria por base uma “revolução cultural” cujo objetivo precípua é a “educação comunista” do campesinato. A primeira parte do capítulo tem por objeto a primeira abordagem. A segunda parte

volve-se para o tratamento leniniano da questão do Estado no período que vai do início da NEP até o período imediatamente anterior àquele de seus últimos escritos. Por fim, a última parte do capítulo analisa os últimos escritos de Lenin, explicitando os elementos da segunda abordagem do problema da estratégia socialista referida acima e examinando o caráter das propostas de Lenin para a reestruturação dos aparelhos do Estado soviético nesse contexto.

Este estudo pretende, em primeiro lugar, contribuir para a compreensão da obra de Lenin, em relação à qual encontramos “uma bibliografia abundante mas geralmente estéril”, como disse um dos mais importantes e mais conscienciosos intérpretes da obra de Lenin, Marcel Liebman¹. Em segundo lugar, tem por objetivo contribuir para o debate do tema da transição ao comunismo em uma perspectiva marxista, através da reconstrução e da crítica da abordagem leniniana do problema da transição ao comunismo. Espera-se que este trabalho possa servir para reforçar a relevância de tratar o tema da transição ao comunismo, fazendo um balanço das experiências e tentativas históricas de transição do século XX.

¹ LIEBMAN, M. *Le léninim sous Lenine, 1: La conquête du pouvoir*. Paris : Seuil, 1973, p. 7.

Capítulo 1

O imperialismo e a questão da transição

Lenin, em diversos textos, refere-se ao imperialismo como a “era da revolução socialista proletária”, a “etapa de transição ao socialismo”², ou, na linguagem parabólica do *Imperialismo, fase superior do capitalismo*, como a fase do capitalismo em que “tomaram corpo e se manifestaram totalmente os traços da época de transição do capitalismo a uma estrutura econômica e social mais elevada”³. As premissas que sustentam essa conclusão são de extrema importância para compreender a reflexão de Lenin acerca das questões da transição socialista. Neste capítulo, abordarei os escritos de Lenin sobre o imperialismo no período que precede à Revolução de Outubro, procurando dilucidar o significado das análises de Lenin sobre o imperialismo para sua reflexão sobre a transição.

I

É inerente ao jogo imanente das próprias leis da produção capitalista a tendência a crescente concentração e centralização dos capitais. De acordo com Lenin, é precisamente a referência a tal tendência que pode explicar o traço mais importante do imperialismo como fase histórica particular do capitalismo: a *mise en scène* dos monopólios capitalistas como os novos protagonistas da vida econômica, no lugar das empresas que competiam “livremente” entre si. Concentração e centralização, em um certo grau de desenvolvimento, explica Lenin, significam transformação da concorrência no seu oposto⁴, isto é, em monopólio:

² LENIN. *Materiales para la revisión del programa del partido*, OC, 32, pp. 152, 157. As referências às obras de Lenin seguirão a regra seguinte: o título do texto, do discurso, etc. virá em itálico, seguido da indicação do volume das *Obras completas*, abreviado como OC, em que se encontra.

³ LENIN. *Imperialismo, fase superior del capitalismo*, OC, 27, p. 404.

⁴ A noção de “transformação no oposto” é uma categoria-chave na análise de Lenin do imperialismo. Como observa Kevin Anderson, o uso dessa categoria mostra a relação entre os escritos de Lenin sobre o imperialismo e os seus estudos sobre a *Ciência da Lógica* de Hegel, iniciados pouco depois da deflagração da Primeira Guerra (Cf. ANDERSON, K. *Lenin, Hegel, and Western Marxism: a critical study*. Chicago: Universidade de Illinois, 1995, pp. 130-131.)

“(...) a concentração, ao chegar a certo grau de desenvolvimento, pode-se afirmar que conduz por si mesma ao monopólio, já que a umas quantas dezenas de empresas gigantescas lhes resulta mais fácil pôr-se de acordo entre si e, de outro lado, as dificuldades de competir e a tendência ao monopólio nascem precisamente das grandes proporções das empresas. Esta transformação da concorrência em monopólio constitui um dos fenômenos mais importantes – para não dizer o mais importante – da economia do capitalismo dos últimos tempos (...)”⁵

Segundo Lenin, a “análise teórica e histórica do capitalismo” levada a cabo por Marx tinha já demonstrado que “a livre concorrência origina a concentração da produção e que a referida concentração, em um certo grau de seu desenvolvimento, conduz ao monopólio”⁶. O que a análise da fase atual do capitalismo revela é a plena maturação dessa tendência monopolística da acumulação capitalista na esteira da crise do sistema do capital da rotação do século XIX ao XX. “Agora o monopólio é um fato”⁷, escreve Lenin. Esse “fato” anuncia uma transformação no “*ethos*” geral do capitalismo. A partir de então, é o “modo de comportamento” do capital monopolista para assegurar as condições de sua “auto-reprodução” ampliada que passa a definir o “*ethos*” do capitalismo, que abandona a fase do “capitalismo concorrencial” e se transforma em “capitalismo monopolista” e – como o capital monopolista depende cada vez mais da existência de uma rede mundial de relações mercantil-financeiras, na qual não somente as colônias mas também as nações capitalistas mais fracas ficam presas em uma cadeia de dependência financeira e econômica em relação aos centros do capital financeiro mundial – em “imperialismo capitalista”. “O imperialismo”, escreve Lenin em setembro de 1917, “não é outra coisa que o capitalismo monopolista.”⁸

Característica fundamental do imperialismo, na análise de Lenin, é a substituição da concorrência pelos monopólios, o trânsito do capitalismo para a sua fase monopolista. Por outro lado, para Lenin, a concorrência não é um simples epifenômeno do capitalismo, um acidente de percurso, mas algo atinente a sua *estrutura essencial*. Como afirma Valentino Gerratana, na

⁵ LENIN. *Imperialismo, fase superior del capitalismo*, OC, 27, p. 327.

⁶ Ibid., p. 330.

⁷ Ibid., p. 330.

⁸ LENIN. *La catástrofe que nos amenaza y como combatirla*, OC, 34, p. 197.

concepção de Lenin, “um capitalismo sem concorrência, sem a mola da iniciativa privada, não seria então capitalismo, mas sim um sistema que conseguiu escapar às contradições através das quais se impõem as leis materiais, objetivas, do modo de produção capitalista”⁹. Mas, para Lenin, a concorrência capitalista *não é eliminada* no quadro do capitalismo monopolista, onde viver e sobreviver para o capital se torna existir na e através da contradição sempre reiterada entre a tendência à supressão completa do ordenamento concorrencial pelos monopólios e a forma vigente do mesmo. Lenin, sintetizando os resultados da análise por ele empreendida em *Imperialismo, fase superior do capitalismo*, escreve:

“O imperialismo surgiu como desenvolvimento e continuação direta das propriedades fundamentais do capitalismo em geral. Mas o capitalismo transformou-se em imperialismo somente ao chegar a um grau determinado, muito alto, de seu desenvolvimento, quando algumas das características fundamentais do capitalismo começaram a converter-se em sua antítese, quando tomaram corpo e se manifestaram totalmente os traços da época de transição do capitalismo a uma estrutura econômica e social mais elevada. O que há de fundamental nesse processo, do ponto de vista econômico, é a substituição da livre concorrência capitalista pelos monopólios capitalistas. A livre concorrência é característica fundamental do capitalismo e da produção mercantil em geral; o monopólio é o exato oposto da livre concorrência, mas esta última se vai convertendo, diante de nossos olhos, em monopólio, criando a grande produção, destruindo a pequena, substituindo a grande produção por outra ainda maior e concentrando a produção e o capital até o ponto em que, do seu seio, surgiu e surge o monopólio: os cartéis, os consórcios, os trustes e, fundindo-se com eles, o capital de uma escassa dúzia de bancos, que manejam bilhões. E, ao mesmo tempo, os monopólios, que surgem da livre concorrência, não a eliminam, mas existem acima e ao lado dela, engendrando assim contradições, atritos e conflitos particularmente agudos e bruscos. O monopólio é a transição do capitalismo para um regime superior.”¹⁰

Nessa coexistência de concorrência e monopólio baseia-se a principal conclusão da análise de Lenin sobre o imperialismo, qual seja, o capitalismo monopolista é “capitalismo de transição” ou “capitalismo agonizante”. Para compreender o sentido dessa conclusão e as

⁹ GERRATANA, V. *Investigación sobre la historia del marxismo II: en las raíces del marxismo contemporáneo*. Barcelona: Grijalbo, 1975, p. 64.

¹⁰ LENIN. *Imperialismo, fase superior del capitalismo*, OC, 27, pp. 404-5.

conseqüências que Lenin deriva dela é importante remeter à afirmação de Marx de que o sistema de ações é “a abolição (*Aufhebung*) do modo de produção capitalista dentro do modo de produção capitalista”.¹¹

Marx argumenta que, no sistema de ações, existe já a “antítese à antiga forma”, em que os meios sociais de produção surgem como propriedade individual, posto que, no sistema de ações, a propriedade se apresenta já como “propriedade social”. Marx adverte, porém, que se apresenta como tal apenas como “figura antitética”, como “apropriação da propriedade social por poucos”, e que a transformação da propriedade individual em propriedade social na forma da sociedade de ações “permanece presa às barreiras capitalistas”. Por isso, “em vez de superar a antítese entre o caráter social da riqueza e a riqueza privada, só a desenvolve numa nova configuração”, numa figura de ainda maior problematicidade. A sociedade por ações, como “antítese à antiga forma”, expressa uma contradição que suprime e conserva a si mesma, não é uma *Aufhebung* efetiva, mas a expressão máxima de uma contradição que deve ser superada, donde a conclusão de Marx de que a sociedade por ações se apresenta “como simples ponto de passagem para uma nova forma de produção”, na qual os meios de produção “deixam de ser meios da produção privada e produtos da produção privada e só podem ser meios de produção nas mãos dos produtores associados, por conseguinte, sua propriedade social, como já são seu produto social”.¹²

É nesses termos que Lenin compreende a coexistência da concorrência com o seu “exato oposto”, o monopólio. O monopólio é a transformação em “sua antítese” da concorrência, que é uma “característica fundamental do capitalismo e da produção mercantil em geral”. Entretanto, substitui a concorrência *sem a eliminar, coexistindo com ela*. Trata-se, como no caso da sociedade por ações, da “abolição do modo de produção capitalista dentro do modo de produção capitalista”, de uma contradição que suprime e conserva a si mesma, da expressão máxima de uma contradição que deve ser superada. Isso significa que o monopólio se apresenta como um “simples ponto de passagem”, como um ponto de “transição do capitalismo para um regime superior”. Por essa razão, Lenin afirma que o capitalismo monopolista é “capitalismo de transição” ou “capitalismo agonizante”: anuncia a necessidade de sua própria negação e do advento de um novo ordenamento social, mas é incapaz de ir além dos limites que o capitalismo

¹¹ Sugestão tomada de Valentino Gerratana (Cf. GERRATANA, V. *Investigación sobre la historia del marxismo II: en las raíces del marxismo contemporáneo*. Barcelona: Grijalbo, 1975, p. 125.).

¹² MARX, K. *O capital: crítica da economia política*. São Paulo: Nova Cultural, 1988, v. 4, pp. 315-318.

impõe a si mesmo, de transformar-se por si, através do jogo de suas próprias contradições, em um “regime superior”, em uma “estrutura econômica e social mais elevada”, “engendrando assim contradições, atritos e conflitos particularmente agudos e bruscos”. Lenin insiste nesse ponto do início ao fim de seu livro *Imperialismo, fase superior do capitalismo*. A transformação da concorrência em monopólio, explica logo no primeiro capítulo, implica um “gigantesco progresso de socialização da produção”:

“O capitalismo, em sua fase imperialista, conduz em cheio à socialização da produção em seus mais variados aspectos; arrasta, por assim dizer, os capitalistas, contra sua vontade e sua consciência, a um novo regime social, de transição da absoluta liberdade de concorrência à socialização completa.”¹³

Mas essa nova fase do capitalismo ainda se encontra muito longe da socialização completa da produção, porque, como recorda Lenin, “os meios sociais de produção continuam a ser propriedade de um reduzido número de indivíduos”¹⁴ e a produção de mercadorias, malgrado “já minada”, “continua ‘reinando’ como antes” e é “a base de toda a economia”¹⁵. A mudança, porém, é profunda e atinge todos os aspectos do metabolismo social do capitalismo. O “velho capitalismo”, o “capitalismo da livre concorrência”, escreve Lenin no capítulo seguinte, “passa à história” e, em seu lugar, emerge um “novo capitalismo”, que “tem os traços evidentes de um fenômeno transitório, que representa uma mescla da livre concorrência e do monopólio”.¹⁶ Lenin ratifica de modo incisivo essa conclusão nos *Materiais para a revisão do programa do partido*, redigidos entre abril e maio de 1917. Nesse artigo, Lenin – que propõe integrar à parte do texto do velho programa referente à caracterização das leis do desenvolvimento do capitalismo uma nova parte relativa à fase do imperialismo e ao desenvolvimento dos monopólios, em vez de substituir o velho texto por uma análise que tratasse exclusivamente do imperialismo, como sugerido pela comissão encarregada pela Sétima Conferência do partido de analisar a proposta de Lenin – escreve que as características mais importantes e fundamentais do capitalismo

¹³ LENIN. *Imperialismo, fase superior del capitalismo*, OC, 27, p. 336.

¹⁴ *Ibid.*, p. 336.

¹⁵ *Ibid.*, p. 338.

¹⁶ *Ibid.*, p. 352.

“*não* foram modificadas na raiz pelo imperialismo, pela época do capital financeiro. O imperialismo é a continuação do desenvolvimento do capitalismo, sua etapa superior, de certo modo, a etapa de transição ao socialismo. Por isso, não posso considerar ‘mecânico’ agregar, à análise das características fundamentais do capitalismo em geral, uma análise do imperialismo. O imperialismo, na realidade, não reestrutura e *nem pode reestruturar* de cima abaixo o capitalismo. O imperialismo complica e intensifica as contradições do capitalismo, ‘enlaça’ a livre concorrência com os monopólios, mas *não pode suprimir* a troca, o mercado, a concorrência, as crises, etc. O imperialismo é o capitalismo agonizante, mas vivo ainda, o capitalismo moribundo, mas não morto. A característica fundamental do imperialismo, em termos gerais, não são os monopólios, mas sim os monopólios junto com a troca, o mercado, a concorrência, as crises. Por isso, é teoricamente incorreto prescindir da análise da produção de mercadorias, das crises, etc., em geral, e ‘substituí-lo’ por uma análise do imperialismo *como um todo*. Porque não existe tal todo. Existe *um trânsito* da concorrência para o monopólio; por isso será muito mais exato, muito mais fiel à realidade, um programa que conserve a análise geral da troca, da produção de mercadorias, das crises, etc., agregando as características dos monopólios *em desenvolvimento*. Precisamente essa conjunção dos dois ‘princípios’ contraditórios, a saber, a concorrência e o monopólio, é essencial para o imperialismo, é isto o que prepara a bancarrota, isto é, a revolução socialista.”¹⁷

O “novo capitalismo” não pode ir além dessa configuração “híbrida”, para a qual não há possibilidade de superação no interior da lógica do capitalismo, de modo que o capital está condenado ao metabolismo crítico que caracteriza a época do imperialismo, quer dizer, a reproduzir-se em meio a um esterco de “contradições, atritos e conflitos particularmente agudos e bruscos”, até que se produza a reviravolta histórica, a bancarrota do capitalismo, isto é, a revolução socialista. Para Lenin, o resultado intrínseco da contradição entre concorrência e monopólio não tende de modo algum a superar a contradição mesma, mas, pelo contrário, tende a perpetuar suas condições e a repô-la em um nível mais elevado. Fica, assim, excluída a possibilidade de configurar-se uma superação das relações capitalistas entregues ao jogo “espontâneo” dessa contradição.

¹⁷ LENIN. *Materiales para la revisión del programa del partido*, OC, 32, pp. 157-158.

Desse ponto de vista, fica claro que a análise de Lenin do imperialismo como “capitalismo de transição” não tem nenhuma relação com as ilusões dos apologetas reformistas do imperialismo, que pretendem representá-lo como uma gradual eutanásia do capitalismo: “o imperialismo é o capitalismo agonizante, mas vivo ainda”. Fica claro também que não podem ser compartilhadas por Lenin aquelas posições que, de modo mecanicista e não-dialético, absolutizam a tendência à concentração e à centralização do capital e vislumbram a emergência ou a possibilidade de algum tipo de sistema coerente e organizado sob a égide da lógica societária do capital. Isso vale não somente para as várias teorias do “ultra-imperialismo” ou da “central bancária mundial”, mas igualmente para Bukharin, que, embora rechace as teorias do “ultra-imperialismo” e, de modo geral, a possibilidade da “conversão do capital – parcelado em grupos nacionais – em uma única organização mundial, um truste universal”¹⁸, afirma que o desenvolvimento da concentração e da centralização dos capitais alcançou, na época do imperialismo, níveis tais que a economia nacional aparece como “um gigantesco truste combinado, cujos acionistas são os grupos financeiros e o Estado”, como um “sistema homogêneo e organizado”, cuja estrutura, ainda que não seja completamente assimilável à estrutura de um truste, “menos anárquica e muito mais centralizada”, pode ser considerada como “uma espécie de organização trustificada”, no interior da qual a concorrência é reduzida ao mínimo, a um resíduo desprezível condenado a desaparecer¹⁹. Para Lenin, se os monopólios pudessem, no interior das economias nacionais, suplantar totalmente a concorrência e conformar um “sistema homogêneo e organizado”, isso significaria que, pelo menos dentro do Estado nacional, o capitalismo monopolista estaria em condições de sair do quadro das leis fundamentais do capitalismo, porque, de acordo com Lenin, a livre concorrência é “característica fundamental do capitalismo e da produção mercantil em geral”. Todavia, como vimos, a análise de Lenin do imperialismo como “capitalismo de transição” rejeita tal hipótese: na época do imperialismo, a normalidade do capital é sua cotidianidade crítica, a reposição continuada do dilema societário colocado pela contradição entre a concorrência e o monopólio, o ordenamento concorrencial e a completa socialização da produção.

¹⁸ Cf. BUKHARIN, N. I. *A economia mundial e o imperialismo: esboço econômico*. São Paulo: Nova Cultural, 1986, pp. 125-135.

¹⁹ *Ibid.*, pp. 111-112.

O que parece problemático, em toda essa reflexão, é que a contradição entre concorrência e monopólio aparece como a contradição fundamental do imperialismo, aquela que “prepara a bancarrota, isto é, a revolução socialista”. Isso evidencia a incompreensão de Lenin do significado “profundo” do “salto qualitativo” que ocorre, na fase imperialista do capitalismo, no âmbito das tendências de concentração e centralização do capital. Lenin toma como o principal resultado da concentração e da centralização do capital na fase imperialista a “transformação no oposto” da concorrência. Em nenhum momento, ao devassar o imperialismo, ele analisa o movimento – que segue a tendência à crescente concentração e centralização do capital como sua contrapartida mais importante – de “aprofundamento” da relação de produção capitalista na divisão técnica do trabalho, na aplicação da ciência e da tecnologia à organização dos processos produtivos, no crescente domínio do trabalho morto sobre o trabalho vivo, em suma, no “aprofundamento” da subsunção real do trabalho ao capital; movimento que, na fase imperialista, se “projeta” para o exterior, na divisão social do trabalho, manifestando-se na maior complexidade dos mecanismos de conexão das unidades produtivas do sistema econômico representados pelos mecanismos de planificação relacionados aos monopólios. É interessante aqui citar uma passagem de Maria Turchetto que aponta para esse significado “profundo” da concentração e da centralização do capital, embora não se referindo ao “salto qualitativo” que ocorre no âmbito dessas tendências na fase imperialista do capitalismo:

“Concentração e centralização crescentes significam, de fato, grandeza crescente do capital que entra no processo de produção, possibilidade de alargar a escala da produção (no caso da centralização, independentemente mesmo da dimensão ‘física’ do capital acumulado) e, com isso, a aplicação de métodos para o aumento da força produtiva do trabalho, para o incremento da produção de mais-valia. Isso significa que a relação capitalista se ‘aprofunda’: aumenta o domínio do trabalho ‘morto’ sobre o trabalho ‘vivo’ e, portanto, a subordinação ‘real’ do trabalho ao capital; aumenta a expropriação – inclusive e sobretudo ‘subjéctiva’ – dos produtores, isto é, a condição social que é suficiente para reger o processo de valorização. Esse é o significado ‘profundo’ do processo de concentração e centralização do capital, que deve ser apreendido para além dos resultados imediatos da concorrência capitalista.”²⁰

²⁰ TURCHETTO, M. “As características específicas da transição ao comunismo”. In: NAVES, M. B. (org.) *Análise marxista e sociedade de transição*. Campinas: Unicamp, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2005, p. 19.

É aqui, onde se manifesta o significado “profundo” do processo de concentração e centralização do capital, que emerge a contradição fundamental do imperialismo, aquela que “prepara a bancarrota, isto é, a revolução socialista”: o antagonismo entre o capital e o trabalho que se intensifica e agudiza com o “aprofundamento” da relação de produção capitalista na divisão técnica do trabalho. A extensão dos mecanismos de planificação no plano da divisão social do trabalho – o “gigantesco progresso da socialização da produção” observado por Lenin – está subsumida a esse processo de incremento da subordinação do trabalho ao capital no interior da produção capitalista: reproduz as divisões, os papéis, a “estratificação social” próprias da sociedade burguesa. Lenin, no entanto, capta apenas o processo que ocorre no plano da divisão social do trabalho – e apenas como a transformação da concorrência no seu oposto, em monopólio – e não aquele outro – mais profundo e que subsume o primeiro – que ocorre no âmbito da divisão técnica do trabalho. Isso tem conseqüências significativas para todo o conjunto da estratégia leniniana. É o que veremos a seguir.

II

Na análise de Lenin, como vimos, o monopólio apresenta-se como “simples ponto de passagem” para um novo ordenamento social. Deve-se especificar agora que, para Lenin, o monopólio se apresenta como “ponto de passagem” não somente *negativamente*, como “figura antitética” de uma contradição que deve ser suprimida, mas também *positivamente*, como “*alavanca*” que deve servir, sob as condições da revolução socialista, como elo de mediação na transição para o novo ordenamento social. É importante fixar nitidamente esse aspecto da análise leniniana do imperialismo como “capitalismo de transição”.

Para Lenin, os monopólios representam uma forma muito avançada de regulação do mecanismo econômico. Lenin avalia que, com a dominação dos bancos, trustes e consórcios capitalistas, se desenvolve um altamente integrado e eficiente aparelho de contabilidade e administração em muitos ramos da produção e da comercialização dos produtos, introduzindo, em larga escala, “elementos de planificação” na regulação do mecanismo econômico. Vastos Estados-maiores de gestores, economistas, engenheiros, etc., efetuam um extenso trabalho de cálculo e registro e regulam a produção e a distribuição dos produtos de modo planejado. É essa,

segundo Lenin, a manifestação mais evidente de que a produção, na era do imperialismo, se tornara, em alto grau, “socializada”:

“Quando uma grande empresa se converte em gigantesca e organiza sistematicamente, apoiando-se em um cálculo exato com afluência de dados, o abastecimento de duas terças ou três quartas partes das matérias-primas necessárias a uma população de várias dezenas de milhões; quando se organiza sistematicamente o transporte dessas matérias-primas (...); quando de um centro se dirige a transformação consecutiva do material em todas as suas diversas fases até obter numerosos produtos manufaturados; quando a distribuição se efetua segundo um plano único entre dezenas e centenas de milhões de consumidores (...), torna-se evidente que nos achamos perante uma socialização da produção e não perante um simples ‘entrelaçamento’ (...).”²¹

O grau de concentração e centralização do capital alcançado pelo capitalismo em sua fase monopolista exige uma verdadeira revolução “organizativa” no funcionamento do mecanismo econômico do capitalismo. A introdução de “elementos de planificação” no mecanismo econômico é uma necessidade de um alto nível de concentração e centralização do capital. Na Sétima Conferência do partido (24-29 abril de 1917), Lenin enfatiza que mais do que nunca é válida a afirmação de Engels de que “onde há trustes não há ausência de plano, ainda que haja capitalismo”²². Com a transição às formas monopolistas, diz na seqüência, “assistimos à evolução direta do capitalismo para sua forma superior, sua forma planificada”.

Isso não quer dizer que o capitalismo atingiu um estágio em que pode eliminar a “anarquia do mercado” e os velhos conflitos do capitalismo concorrencial. Ao contrário, na visão de Lenin, a anarquia e os velhos conflitos não desaparecem, mas retornam em um nível superior, onde eles são inclusive mais destrutivos e desestabilizantes. Na visão de Lenin, mesmo em sua “forma superior”, em sua “forma planificada”, o capitalismo não é capaz de organizar a estrutura metabólica da sociedade segundo princípios globais de uma regulação societária conscientemente planejada. Por isso, somente é capaz de aumentar a eficiência, a racionalidade, a integridade orgânica e o planejamento em vários ramos da indústria acentuando e agravando “o caos próprio

²¹ LENIN. *Imperialismo, fase superior del capitalismo*, OC, 27, p. 447.

²² LENIN. *Séptima Conferencia (Conferencia de Abril) de Toda la Rusia del POSD(b)R*, OC, 31, p. 464.

de *toda* a produção capitalista em seu conjunto”²³. “A supressão das crises pelos cartéis é uma fábula dos economistas burgueses”²⁴, escreve Lenin. Do mesmo modo, a superação do típico mercado concorrencial na fase monopolista do capitalismo não é algo idêntico à extinção do caráter competitivo do capital. Ao contrário, a superação da “livre concorrência” se transforma num combate de colossos, progressivamente travado com armas colossais, para os quais a praça de guerra é o mundo e o único princípio válido de partilha é “a força”, como Lenin observa no capítulo do *Imperialismo, fase superior do capitalismo* dedicado à análise da “Partilha do mundo entre as associações capitalistas”²⁵.

Por outro lado, para além da incapacidade congênita do capitalismo de eliminar sua disfunção sistêmica, é de extrema importância para a estratégia socialista o modo como se avaliam os “elementos de planificação” introduzidos no mecanismo econômico pelos monopólios capitalistas. De acordo com Lenin, a introdução desses “elementos de planificação” não pode, por si própria, alterar o sistema de relações capitalistas. Deste modo, na Sétima Conferência, Lenin insiste em que “a introdução dos planos não livra os operários de ser escravos, mas permite aos capitalistas obter os lucros mais ‘planificadamente’.”²⁶ Em *O Estado e a revolução*, escrito entre agosto e setembro de 1917, polemiza com a tendência apologética e reformista que toma a introdução de “elementos de planificação” pelo capitalismo monopolista como a introdução de “elementos de socialismo”, como algo totalmente alternativo em relação ao sistema capitalista. Retomando, mais uma vez, o já mencionado comentário de Engels acerca dos trustes, Lenin escreve:

“Aqui [na indicação de Engels] se expõe o mais essencial da apreciação teórica do capitalismo moderno, isto é, do imperialismo: que o capitalismo se transforma em *capitalismo* monopolista. Convém sublinhar isso, pois a afirmação oportunista de que o capitalismo monopolista ou monopolista de estado *já não* é capitalismo, de que pode chamar-se já ‘socialismo de Estado’ e outras coisas do gênero, é o erro mais difundido. Naturalmente, os trustes não proporcionaram até agora e nem podem proporcionar uma planificação completa. Mas porque são eles que traçam os planos, porque são os magnatas

²³ LENIN. *Imperialismo, fase superior del capitalismo*, OC, 27, p. 340.

²⁴ *Ibid.*, p. 339.

²⁵ *Ibid.*, pp. 382-391.

²⁶ LENIN. *Séptima Conferencia (Conferencia de Abril) de Toda la Rússia del POSD(b)R*, OC, 31, p. 464.

do capital que calculam antecipadamente os volumes da produção em escala nacional e inclusive internacional, porque são eles que regulam a produção com base em planos, seguimos, apesar de tudo, no *capitalismo*, numa nova etapa do mesmo, mas indubitavelmente no capitalismo. A ‘proximidade’ de *tal* capitalismo do socialismo deve ser, para os verdadeiros representantes do proletariado, um argumento a favor da proximidade, da facilidade, da viabilidade e da urgência da revolução socialista, mas, de modo algum, um argumento para manter uma atitude de tolerância para com aqueles que negam essa revolução e embelezam o capitalismo, como fazem todos os reformistas.”²⁷

Nessa passagem, encontramos diversos elementos que ajudam a esclarecer a posição de Lenin. Em primeiro lugar, reitera-se que o capitalismo monopolista não é capaz de “planificação completa”. Em segundo lugar, é sublinhado o caráter *capitalista* da “planificação” introduzida pelos monopólios. Em terceiro lugar, e esse é o aspecto novo que essa passagem apresenta, aparece a palavra “*proximidade*” ao tratar da relação entre capitalismo monopolista e socialismo. Para Lenin, a “planificação” dos trustes é *capitalista* porque o sistema de relações econômicas faz com que sejam os capitalistas os detentores da capacidade de determinar o objetivo geral dos planos, de modo que sua introdução, em vez de livrar os operários da subordinação à autoridade despótica do capital, coincide com a ampliação contínua dessa autoridade, “não livra os operários de ser escravos, mas permite aos capitalistas obter os lucros mais ‘planificadamente’”. A hipótese de Lenin é que é possível, sem muita dificuldade, sob as condições criadas pelo “salto revolucionário” necessário para iniciar a transição (a tomada do poder pelo proletariado, a destruição do aparelho burocrático do Estado burguês, etc.), utilizar imediatamente o aparelho de “planificação” criado pelo capitalismo monopolista e subordiná-lo aos objetivos socialistas. Onde a “‘proximidade’ de *tal* capitalismo do socialismo” e mesmo a “*facilidade*” da revolução socialista no contexto do capitalismo monopolista. Essa posição torna-se evidente quando, nesse mesmo ensaio, Lenin toma o exemplo dos correios como típica “empresa organizada ao estilo de um monopólio *capitalista* de Estado”:

“Um espirituoso social-democrata alemão dos anos 70 do século passado chamou aos *correios* um modelo de empresa socialista. Isto é muito justo. Os correios são agora uma empresa organizada ao estilo de um monopólio *capitalista* de Estado. O imperialismo

²⁷ Lenin. *El Estado y la revolución*, OC, 33, pp. 69-70.

transforma pouco a pouco todos os *trusts* em organizações deste tipo. Neles vemos a mesma burocracia burguesa acima dos ‘simples’ trabalhadores, famintos e sobrecarregados de trabalho. Porém, o mecanismo de administração social já está preparado aqui. Basta derrotar os capitalistas, destruir com a mão de ferro dos operários armados a resistência desses exploradores e destruir a máquina burocrática do Estado moderno e teremos diante de nós um mecanismo de alta perfeição técnica, livre do ‘parasita’ e que os próprios operários unidos podem perfeitamente pôr a funcionar, contratando técnicos, capatazes e contabilistas e retribuindo o trabalho de *todos* eles, assim como de todos os funcionários do ‘Estado’ em geral, com o salário de um operário. Eis aqui uma tarefa concreta, prática, imediatamente realizável em relação a todos os *trusts*, e que liberta os trabalhadores da exploração e que leva em conta a experiência já iniciada na prática (sobretudo no terreno da organização do Estado) pela Comuna.”²⁸

Aqui encontramos claramente explicitada a posição de Lenin de que, nos monopólios, o “mecanismo de administração social” do socialismo “já está preparado”. Do mesmo modo, nos já citados *Materiais para a revisão do programa do partido*, ao elencar os fatores que transformam o estágio imperialista do capitalismo na “era da revolução socialista proletária”, Lenin aponta para “o fato de que os bancos e consórcios capitalistas prepararam o aparato para a regulação social do processo de produção e distribuição dos produtos”²⁹. Para Lenin, esse “aparato para a regulação social do processo de produção e distribuição dos produtos” criado pelo capitalismo monopolista aparece como um aparato já pronto para ser utilizado para objetivos socialistas: uma vez expurgado dos capitalistas, transforma-se no aparelho através do qual se pode iniciar o planejamento *socialista* da produção e da distribuição dos produtos.

A exasperação desse ponto de vista aparece em *Os bolcheviques se sustentam no poder?*, redigido já nas vésperas da Revolução de Outubro. Toda a propositura estratégica desse escrito repousa na hipótese de que, se, por um lado, é necessário destruir o “aparato de opressão” do Estado e substituí-lo pelo aparato de um Estado do tipo da Comuna de Paris e dos Soviets, por outro, deve ser conservado e ampliado o aparato estatal de “cálculo e registro”, o qual, associado aos bancos e consórcios capitalistas, forma um aparelho já pronto de regulação nacional da produção e da distribuição dos produtos. Lenin chega, então, ao ponto de afirmar que “os grandes

²⁸ Ibid., pp. 51-52.

²⁹ LENIN. *Materiales para la revisión del programa del partido*, OC, 32, p. 151.

bancos”, uma vez cortados todos os fios que os ligam aos capitalistas e uma vez subordinados aos sovietes, “*são o ‘aparato de Estado’ de que necessitamos para realizar o socialismo*” e que “um banco único do Estado” representa “nove décimas partes do aparato socialista”, o “*esqueleto da sociedade socialista*”, pois “*supõe uma contabilidade nacional, um controle nacional da produção e distribuição dos produtos*”³⁰.

É esse o aspecto mais problemático da análise de Lenin do imperialismo como “capitalismo de transição”: o postulado teórico da *livre intercambialidade* entre as estruturas de “regulação social” da produção e da distribuição construídas para propósitos capitalistas e socialistas. O que deve ser salientado aqui, em contraposição ao postulado leniniano, é que não existe “*neutralidade*” quando se trata dos mecanismos de contabilidade e de administração dos processos produtivos/reprodutivos da sociedade. Sob o estatuto organizativo do capital, a contabilidade e a administração são incorporados ao capital e confrontam o trabalhador como *capital*, como uma “racionalidade” *externa* que o subordina. A contabilidade e a administração capitalistas são articuladas com o propósito de *excluir* os produtores diretos não somente do controle efetivo sobre os processos produtivos/reprodutivos materiais da sociedade, mas também da *possibilidade* de exercer tal controle. Por isso, o desenvolvimento da contabilidade e da administração especificamente capitalistas coincide com a progressiva transferência das funções de controle para aparelhos *separados dos produtores* e organizados na forma de estruturas de “regulação social” da produção e da distribuição fortemente *hierarquizadas*, as quais apenas se prestam aos modos autoritários de tomada de decisão. É isso o que parece escapar a Lenin ao avaliar as estruturas de contabilidade e administração em escala social engendradas pelo capitalismo em sua “forma superior”, sua “forma planificada”. A revolução da gestão e da organização das empresas no âmbito da divisão social do trabalho, no início do século XX, não teve como efeito a ampliação das possibilidades de controle dos produtores sobre os processos produtivos/reprodutivos sociais. Ao revés, aumentou a separação entre os produtores diretos e as funções de controle do metabolismo social produtivo e distributivo por meio da constituição de um enorme aparelho *burocrático* de gestão e vigilância, incumbido de fazer reinar a organização “racional” dos processos produtivos/reprodutivos pelo grande capital. Deste modo, o significado

³⁰ LENIN. *Se sostendrán los bolcheviques en el poder?*, OC, 34, p. 317.

“profundo” da revolução “organizativa” do capitalismo dos trustes e do capital financeiro é o “aprofundamento” da subordinação real do trabalho ao capital.

É verdade que Marx também se refere, por exemplo, ao sistema bancário – que, “pela organização formal e pela centralização”, apresenta “a forma de uma contabilidade e distribuição gerais dos meios de produção em escala social, mas apenas a forma” – como uma “poderosa alavanca” durante a “transição do modo de produção capitalista ao modo de produção do trabalho associado”³¹. Todavia, Marx ressalva que o sistema bancário pode desempenhar tal papel “apenas como um elemento em conexão com outros grandes revolucionamentos orgânicos do próprio modo de produção”.

Marx tem plena consciência de que o trabalho organizado em grande escala pelo capitalismo é um trabalho *despoticamente* organizado, de sorte que o proletariado deve transformar as formas *capitalistas* de organização do trabalho na divisão técnica do trabalho e no plano da divisão social do trabalho em formas de trabalho *livre associado*, quer dizer, genuinamente *auto-administrado* pelos produtores livremente associados. Na transição ao “modo de produção do trabalho associado”, a utilização das “alavancas” criadas pelo modo de produção capitalista está, por isso, condicionada à realização concomitante de “grandes revolucionamentos orgânicos do modo de produção”, que devem estar orientados para a reabsorção e a transformação, pelos produtores associados, das funções metabólicas ainda exercidas por essas “alavancas”, sem o que estas se convertem em instrumentos da reprodução e da perpetuação de relações capitalistas.

Percebe-se, assim, em que sentido a estratégia leniniana se torna problemática. Ao invés de reafirmar a necessidade de o movimento revolucionário transformar as formas de organização de trabalho herdadas do capitalismo, Lenin insiste em que

“A forma de organização do trabalho não a inventamos, mas a tomamos já preparada do capitalismo: bancos, consórcios, as melhores fábricas, estações experimentais, academias, etc. Não teremos senão que tomar o melhor da experiência dos países avançados.”³²

³¹ MARX, K. *O capital: crítica da economia política*. São Paulo: Nova Cultural, 1988, v. 5, pp. 106-7.

³² LENIN. *Se sostendrán los bolcheviques en el poder?*, OC, 34, p. 321.

Como já foi dito acima, Lenin não se dá conta de que a introdução de “elementos de planificação” no mecanismo econômico capitalista está subsumida ao movimento de “aprofundamento” da relação de produção capitalista na divisão técnica do trabalho e expressa, ela mesma, esse “aprofundamento” no plano da divisão social do trabalho, da “cooperação” entre as unidades produtivas, que reproduz as divisões, os papéis, a “estratificação social” próprias do capitalismo. Lenin não consegue identificar esse movimento, pois não é capaz de relacionar o problema das classes e a questão da expropriação subjetiva, real, dos produtores como resultado da organização e da divisão técnica do trabalho na produção capitalista, reduzindo as relações de produção a simples relações de propriedade (no sentido jurídico-formal). Nesse sentido é que Gianfranco La Grassa e Maria Turchetto, em suas *Notas sobre o leninismo*, escrevem:

“A concepção leninista das classes, sublinhando somente o elemento *formal* da propriedade capitalista, perde de vista a questão da expropriação *real* dos produtores. Estes últimos são submetidos a uma dominação que não se funda simplesmente sobre a disposição dos meios de produção pela classe exploradora, mas sobre uma organização e uma divisão técnica particular do trabalho, que exclui a classe operária do controle, do conhecimento efetivo do processo de trabalho, das técnicas produtivas, etc. Esta organização capitalista do trabalho, que parece responder às exigências ‘objetivas’ (neutras) da produção, recebe inteiramente sua forma da valorização do capital e encarna a dominação real deste.”³³

Tomando como “neutra” a crescente “socialização do trabalho” dentro da fábrica, Lenin não pode senão tomar como “neutra” a crescente “socialização do trabalho” fora da fábrica, no plano da divisão social do trabalho, na esfera das relações de distribuição e circulação. Para Lenin, a verdadeira questão é *quem* exerce o controle *através* das estruturas de “regulação social” da produção e da distribuição criadas pelo capitalismo monopolista e não as próprias estruturas, que ele assume como “neutras” no interior de sua perspectiva estratégica. A própria estratégia leniniana evidencia, porém, os limites estruturais da “neutralidade instrumental” das estruturas em questão. Em vez da “regulação social” da produção e da distribuição genuinamente *planejada de baixo para cima* ou de formas de mediação que sejam prefiguradoras de ou que apontem para

³³ LA GRASSA, G., TURCHETTO, M. “Notes sur le léninisme”. In: *Communisme*, 5-6.

tal modo de coordenação e controle do metabolismo produtivo/reprodutivo material da sociedade, o que Lenin propõe é a *delegação da gestão* aos Estados-maiores de gestores e especialistas criados pelo capitalismo monopolista e sua *supervisão* pelas *organizações de massa*:

“Depois de triunfar, o proletariado procederá do seguinte modo: encarregará os economistas, engenheiros, agrônomos, etc., *sob o controle* das organizações operárias, de confeccionar um ‘plano’ e comprová-lo, buscar recursos que permitam economizar trabalho mediante a centralização e estudar os meios e métodos que assegurem o controle mais simples, menos custoso, mais cômodo e mais universal.”³⁴

Pode-se, por certo, argumentar que, nesse contexto, Lenin estava mais preocupado em evitar a catástrofe econômica do que em propor transformações estruturais profundas e que as medidas por ele defendidas como possíveis na Rússia revolucionária às vésperas da Revolução de Outubro eram antes apresentadas como democráticas radicais que como expressamente socialistas. É inegável, porém, que a análise de Lenin do imperialismo como “capitalismo de transição”, ao tratar do aspecto *positivo* dos monopólios como “ponto de passagem” para um “regime superior” sem qualquer menção ao caráter inerentemente problemático de seu uso estratégico, deixa de ser crítica e cai no fetichismo da “neutralidade instrumental”.

III

Após essas glosas, cabe agora traçar alguns comentários sobre a reflexão de Lenin em torno da questão da dialética da revolução e de seu sujeito social nas páginas sobre o imperialismo.

Quando Lenin afirma que o imperialismo é o “capitalismo agonizante” e a “era da revolução socialista”, isso não deve ser interpretado como uma proclamação da impossibilidade de o capital encontrar válvulas de escape por meio das quais possa garantir a reprodução continuada do sistema de relações capitalistas. A análise de Lenin do imperialismo é uma análise complexa. Para Lenin, o imperialismo caracteriza uma fase histórica do desenvolvimento do capitalismo em que o desafio da transição está objetivamente colocado. Representa o sistema de

³⁴LENIN. *Se sostendrán los bolcheviques en el poder?*, OC, 34, p. 329.

relações econômicas do capitalismo “altamente desenvolvido, maduro e passado de maduro”³⁵, cuja normalidade é sua cotidianidade crítica, a reposição continuada do dilema societário colocado pela contradição entre a concorrência e o monopólio, o ordenamento concorrencial e a completa socialização da produção. Representa o sistema de relações econômicas do capitalismo “altamente desenvolvido, maduro e passado de maduro”, que criou, juntamente com os monopólios e os grandes bancos, as condições objetivas que tornam necessário e possível o trânsito para um patamar superior de organização da estrutura econômica e social. Por outro lado, Lenin sabe perfeitamente que as contradições do capital podem ser *deslocadas* no interior de tais limites e que tal processo de deslocamento pode continuar indefinidamente, sem que haja qualquer modo *a priori* de prefigurar suas formas concretas e de prever a saturação das válvulas de escape disponíveis. Por essa razão, enquanto outros teóricos da ala revolucionária do movimento socialista internacional, como Bukharin, imaginam que a revolução socialista só pode surgir da “explosão de toda a caldeira capitalista”³⁶, Lenin, que não espera uma via direta para a revolução socialista, se mantém aberto à investigação das vias específicas que podem emergir da série de “contradições, atritos e conflitos particularmente agudos e bruscos” que caracterizam a época do imperialismo. Lenin se volta contra o que ele chama “*economicismo imperialista*”.

Na abordagem de Lenin, o “*economicismo imperialista*” significa subordinar a dialética da revolução a uma teoria “econômica”, lógica e harmônica, que se volta em abstrato e exclusivamente para a “economia imperialista”, negligenciando os desdobramentos políticos da série de contradições singulares da época imperialista e, sobretudo, as novas formas de subjetividade revolucionária que emergem como formas de oposição ao imperialismo em todos os pontos críticos de sua configuração historicamente mutável. Lenin combate esse “economicismo” tanto em sua versão “de direita”, apologética e reformista, quanto em sua versão “de esquerda”, abstratamente revolucionária.

Em sua versão “de direita”, o “*economicismo imperialista*” representa a tendência a “desviar-se do *reconhecimento* do imperialismo para *apologia* do imperialismo”³⁷, a exaltar a crescente centralização e planificação da economia imperialista, recalçando, ao mesmo tempo, a agudização de todas as contradições do capitalismo na época do imperialismo, a configurar uma

³⁵ LENIN. *Prefacio al folleto de N. Bujarin “La economía mundial y el imperialismo”*, OC, 27, p. 99.

³⁶ BUKHARIN, N. I. *A economia mundial e o imperialismo: esboço econômico*. São Paulo: Nova Cultural, 1986, p. 160.

³⁷ LENIN. *Acerca de la naciente tendencia del “economicismo imperialista”*, OC, 30, p. 65.

passagem mais ou menos gradual do capitalismo ao socialismo pela via do desenvolvimento da economia imperialista, eliminando, deste modo, o problema do “salto revolucionário” para iniciar a transição. Em sua versão “de esquerda”, o “economicismo imperialista” assume uma forma mais sutil. Trata-se de uma tendência a hiper-racionalizar o processo global de desenvolvimento da economia imperialista, de atribuir-lhe uma linearidade hiperdeterminada, de modo que esse processo adquira um caráter fatalista e até mesmo teleológico. Tudo parece conduzir inevitavelmente à “explosão de toda a caldeira imperialista”. Ao mesmo tempo, afirma-se que somente nessa explosão, pode surgir, como *khatarsis* de solução, a revolução socialista. Em razão dessa atitude fatalista, perde-se de vista a série de ásperas e repentinas contradições, de desgastes e de conflitos, suscitados e agudizados na época imperialista e recai-se em um revolucionarismo abstrato, voltado abstratamente para a revolução socialista mundial, ao mesmo tempo em que ignora ou repudia como diversionistas os movimentos de massas que surgem em torno de reivindicações não imediatamente socialistas, como, por exemplo, a autodeterminação nacional.

Na crítica ao “economicismo imperialista”, Lenin desenvolve sua própria concepção da dialética da revolução e do agente social da emancipação. Em *A revolução socialista e o direito das nações à autodeterminação*, escrito em princípios de 1916, Lenin avança, em uma formulação claramente voltada contra o conceito unidimensional de revolução da vertente “de esquerda” do “economicismo imperialista”, a noção de que

“A revolução socialista não é um ato único, não é uma batalha em uma só frente, mas toda uma época de exacerbação dos conflitos entre as classes, uma larga série de batalhas em todas as frentes, isto é, em todas as questões da economia e da política, que podem culminar unicamente na expropriação da burguesia.”³⁸

Lenin se nega a assumir a atitude fatalista característica do “economicismo imperialista”. Para este, uma única contradição – a que explode na guerra imperialista – tem importância como eixo estratégico da revolução socialista. Para Lenin, ao contrário, a questão crucial é a necessidade e o potencial positivo de todos os conflitos que surgem em todos os pontos críticos do sistema do capital na época do imperialismo e que podem, em sua processualidade e no âmbito de um quadro de orientação estratégica adequado, culminar na revolução socialista. Por

³⁸ LENIN. *La revolución socialista y el derecho de las naciones à la autodeterminación*, OC, 27, p. 265.

isso, critica o revolucionarismo abstrato dos “economicistas”, incapazes de compreender que a dialética da história é tal que

“A revolução socialista pode estalar não só por causa de uma greve ou de uma manifestação de rua, ou de um motim de famintos, ou de uma sublevação militar, ou de uma insurreição colonial, mas também por causa de qualquer crise política, como o caso Dreyfus, ou o incidente de Saverne, ou de um referendo em torno da separação de uma nação oprimida, etc.”³⁹

Nessa perspectiva é que Lenin insere a discussão da questão nacional. Em vez de qualificar, como seus oponentes, os movimentos de liberação nacional como representantes “utópicos” de uma reivindicação anacrônica na época do imperialismo, Lenin aponta para o seu potencial revolucionário como momento da automobilização das massas para a ação revolucionária:

“O recrudescimento da opressão nacional no imperialismo obriga a social-democracia a não renunciar à luta ‘utópica’, como a qualifica a burguesia, pela liberdade de separação das nações, mas, ao contrário, a utilizar energicamente os conflitos que surgem *também* nesse terreno como pretextos para a atividade de massas e as ações revolucionárias contra a burguesia.”⁴⁰

“A teoria leniniana do imperialismo”, como escreve Kevin Anderson, “torna-se dialética no sentido de apontar não somente para o lado econômico do imperialismo mas também para *um novo sujeito revolucionário* surgindo no bojo do imperialismo global: os movimentos de liberação nacional”⁴¹. Nessa batalha crítica contra a negação “economicista” dos movimentos de liberação nacional, Lenin começa a romper com um conceito mais restritivo e formalista do agente social da emancipação. Ele começa a se dar conta de que o agente social da emancipação não pode ser arbitrária e voluntaristicamente predefinido, de que este, como um “sujeito” que se faz, deve abranger não somente o proletariado, mas a totalidade dos grupos sociais capazes de se

³⁹ Ibid., p. 267.

⁴⁰ Ibid., p. 267.

⁴¹ ANDERSON, K. *Lenin, Hegel, and Western Marxism: a critical study*. Chicago: Universidade de Illinois, 1995, p. 142.

aglutinar em uma força transformadora efetiva em torno do núcleo estratégico do trabalho como antagonista estrutural do capital. Donde enfatizar, em diversas ocasiões, que o agente social da revolução só pode surgir da combinação de grupos de protesto multifacetados em uma força emancipadora hegemônica pelo proletariado socialista. Em *Balanço da discussão sobre a autodeterminação*, ao discutir o movimento de liberação nacional da Irlanda, Lenin ataca a posição dos revolucionários que desqualificam a Rebelião Irlandesa de 1916 como um mero “putsch” sob o argumento de que o sujeito social do movimento nacionalista irlandês é composto, sobretudo, por elementos da pequena burguesia. Lenin escreve que

“pensar que a revolução social é concebível sem insurreições das pequenas nações nas colônias e na Europa, sem explosões revolucionárias de uma parte da pequena burguesia, com todos os seus preconceitos, sem o movimento das massas proletárias e semiproletárias inconscientes contra a opressão latifundiária, clerical, monárquica, nacional, etc.; pensar assim significa *abjurar a revolução social*. Pelo visto, pensam que, num sítio, se forma um exército e diz: ‘Estamos pelo socialismo’, enquanto, em outro sítio, se forma outro exército e diz: ‘Estamos pelo imperialismo’, e isso será a revolução social! Unicamente baseando-se em semelhante ponto de vista ridículo e pedante se pode ultrajar a insurreição irlandesa, qualificando-a de ‘putsch’. Quem espera a revolução social ‘pura’ não a verá jamais. Será um revolucionário de palavra que não compreende a verdadeira revolução. (...) A revolução na Europa *não pode ser* outra coisa que uma explosão da luta das massas de todos e cada um dos oprimidos e descontentes. Nela participarão inevitavelmente partes da pequena burguesia e dos operários atrasados – sem essa participação *não é possível* uma luta *de massas*, não é possível revolução *alguma* –, que levarão ao movimento, também de modo inevitável, seus preconceitos, suas fantasias reacionárias, suas debilidades e seus erros. Mas *objetivamente* atacarão o *capital*, e a vanguarda consciente da revolução, o proletariado avançado, expressando esta verdade objetiva da luta de massas de pelagens e vozes distintas, heterogênea e aparentemente desmembrada, poderá uni-la e dirigi-la (...)”⁴²

O caráter *aberto* da busca de Lenin de vias específicas para a revolução socialista está, desse modo, relacionado à concepção leniniana do caráter *aberto* do sujeito social capaz de

⁴² LENIN. *Balance de la discusión sobre la autodeterminación*, OC, 30, pp. 56-57.

tornar-se o agente da mediação programática. Essa flexibilidade terá enorme importância na elaboração da estratégia revolucionária de Lenin após a Revolução de Fevereiro de 1917. Permitirá a Lenin se desembaraçar rapidamente do princípio abstrato e fixo segundo o qual a revolução russa não pode ser senão uma revolução burguesa e reconhecer nas revoltas dos camponeses contra os latifundiários e nas revoltas das nacionalidades oprimidas pelo império russo as dores do parto de uma revolução social que se faz na dialética da história viva e não nas construções teóricas harmônicas dos intelectuais e revolucionários abstratos.

Capítulo 2

O Estado e a revolução

O Estado e a revolução: a doutrina marxista do Estado e as tarefas do proletariado na revolução, redigido entre agosto e setembro de 1917, é um livro fundamental para compreender a reflexão de Lenin em torno do problema da transição ao comunismo. O tema fundamental desse livro é a supressão do Estado. O que é a forma Estado? Por que deve ser suprimida no transcurso da transição ao comunismo? Quais as condições necessárias para a supressão do Estado? São essas as questões de fundo que orientam toda a investigação leniniana nas páginas de *O Estado e a revolução*. Neste capítulo, será examinado o modo como Lenin aborda essas questões, procurando cotejar a abordagem leniniana com as interpretações marxistas clássicas do problema da supressão do Estado.

I

Um dos temas fundamentais de *O Estado e a revolução* – e que logo assoma à memória quando se pensa nele – é o tema da *natureza de classe* do Estado. Para o seu autor, o fim do Estado não é um fim nobre como a justiça, a liberdade ou o bem-estar, mas a *dominação de uma classe*. Logo nas primeiras páginas do livro, Lenin impinge ao seu leitor tal concepção, que ele considera central para toda a teoria marxista do Estado:

“Segundo Marx, o Estado é um órgão de *dominação* de classe, um órgão de *opressão* de uma classe por outra, a criação da ‘ordem’ que legaliza e afiança esta opressão, amortecendo os choques entre as classes.”⁴³

Mais adiante, Lenin aprofunda essa concepção, precisando que todo Estado, independente de sua forma institucional, é, *em sua essência*, a *ditadura de uma classe*. Lenin afirma, por exemplo, que, apesar da extraordinária diversidade de formas institucionais de que se revestem

43 LENIN. *El Estado y la revolución*, OC, 33, p. 7.

historicamente os Estados burgueses, “sua essência é sempre a mesma: todos esses Estados são, de um modo ou de outro, mas, em última instância, necessariamente, *uma ditadura da burguesia*”⁴⁴. E Lenin não hesita igualmente em utilizar a expressão “ditadura do proletariado” para designar o Estado futuro do antagonista de classe da burguesia, acrescentando que essa ditadura, *como toda ditadura*, é “um poder não compartilhado com ninguém” e que repousa, em última instância, na força, no caso específico da ditadura do proletariado, “na força armada das massas”⁴⁵.

O tratamento leniniano da questão da natureza de classe do Estado tem suscitado diversas críticas. A crítica mais comum – que encontramos, por exemplo, em Nicos Poulantzas⁴⁶ – sustenta que Lenin tem uma concepção “instrumentalista” do Estado, identificando “poder de Estado” e “poder de classe” de tal modo que o Estado é pensado como um simples objeto-instrumento mediante o qual a classe dominante exerce seu poder indiviso. Isso impediria Lenin de tomar o Estado e a sociedade a partir de uma “perspectiva relacional”, que, reconhecendo uma certa autonomia na forma de funcionamento do aparelho de Estado – autonomia que o torna capaz de estabelecer com as forças sociais que se encontram fora dele uma relação conflituosa que pode afetar inclusive o processo de realização prática dos interesses da classe dominante –, confere a ambos os termos um peso próprio na explicação dos fenômenos sociais e políticos. Estariam justamente aí as dificuldades para uma tematização adequada da *dimensão institucional* do Estado. Para Lenin, importaria apenas o “*quem*” da dominação política e não o “*como*”, podendo conformar-se com uma concepção *restritiva* do aparelho de Estado, reduzido a uma simples força repressiva a serviço da classe politicamente dominante.

A acusação de “instrumentalismo” e de “reducionismo” dirigida à concepção de Estado presente em Lenin não é destituída de fundamento. Diversas fórmulas de *O Estado e a revolução* parecem repousar em uma tal concepção “instrumentalista” e “restritiva” do Estado. Por outro lado, se tomarmos o conjunto do texto e, mais ainda, o conjunto do pensamento político leniniano, é difícil sustentar a acusação. Na verdade, não é difícil encontrar na obra leniniana exemplos que atestam a presença de uma concepção muito mais complexa que aquela que lhe é

44 Ibid., p. 36.

45 Ibid., p. 26.

46 Cf. POULANTZAS, N. *O estado, o poder, o socialismo*. São Paulo: Paz e Terra, 2000. Cf. também POULANTZAS, N. “The state and the transition to socialism: interview by Henri Weber”. In: *Socialist Review*, n. 38, março-abril 1978.

geralmente atribuída. Lenin, por exemplo, incorpora completamente em sua estratégia política a “utilização” das instituições do Estado burguês e critica a infravalorização das lutas democráticas pelas correntes “esquerdistas” do movimento. No caderno *O marxismo e o Estado*, que reúne os estudos preparatórios para a escritura de *O Estado e a revolução*, Lenin observa que “nos distinguem dos anarquistas” não somente a compreensão da necessidade da “utilização do Estado” durante a revolução proletária, mas também a compreensão da necessidade da “utilização do Estado *agora*”, acrescentando a seguir que esses são “pontos importantíssimos para a atividade prática imediata”⁴⁷. Do mesmo modo, ao criticar os “oportunistas”, Lenin não se volta contra a participação dos comunistas nas instituições do Estado burguês, mas critica o fato de os “oportunistas” tomarem *unicamente* “a necessidade prática do presente”, qual seja, “utilizar a luta política, utilizar o Estado *moderno* para ensinar e educar o proletariado, para ‘arrancar concessões’”⁴⁸. Essa incorporação estratégica da “utilização” do Estado burguês não seria possível se Lenin concebesse o Estado como um “bloco monolítico”, “sem divisões nem contradições internas”, como uma emanção direta do poder da classe dominante, como sugere Poulantzas em sua crítica da concepção leniniana⁴⁹.

Vejamos outro exemplo que aponta para uma concepção mais sofisticada do Estado que a defendida pela perspectiva “instrumentalista”. Em *O Estado e a revolução*, Lenin sublinha que, para o marxismo, o problema da diferenciação das *formas institucionais* do Estado burguês não perde sua importância. Segundo Lenin, ainda que a descontinuidade eventual das formas de Estado não incida diretamente sobre a continuidade da relação de dominação encarnada pelo Estado, a forma institucional assumida pelo Estado é da maior importância para os desdobramentos ulteriores da luta de classes. É assim que Lenin lembra que, se Engels afirma que o Estado continua a ser “uma máquina de opressão de uma classe por outra” tanto numa república democrática quanto numa monarquia, “isso não significa que *a forma* de opressão seja indiferente ao proletariado”, pois “*uma forma* de luta de classes e de opressão de classe mais ampla, mais livre e mais aberta facilita em proporções gigantescas a luta do proletariado pela supressão das classes em geral”⁵⁰. Deste modo, não é legítimo afirmar, como o faz Noberto Bobbio, que, para

47 LENIN. *El marxismo y el Estado*, OC, 33, p. 175.

48 Ibid., pp. 173-174.

49 POULANTZAS, N. “The state and the transition to socialism: interview by Henri Weber”, In: *Socialist Review*, n. 38, março-abril 1978, p. 10.

50 LENIN. *El Estado y la revolución*, OC, 33, pp. 82.

Lenin, “o que importa” é “a relação real de domínio entre classe dominante e classe dominada”, sendo quase indiferente o problema da forma institucional⁵¹.

Não faltam também exemplos de que Lenin não circunscreve o Estado ao exercício das funções repressivas. Na verdade, Lenin sabe muito bem que o Estado é uma instituição capaz de definir a distribuição de recursos diversos (ideológicos, econômicos, políticos). Já no prefácio à primeira edição de *O Estado e a revolução*, por exemplo, Lenin recorda que, com o processo de transformação do capitalismo monopolista em capitalismo monopolista de Estado, o Estado “se funde cada vez mais estreitamente com as onipotentes associações monopolistas”, envolvendo-se cada vez mais diretamente com os processos de produção-circulação-reprodução do capital⁵². É interessante lembrar também que, para Lenin, o Estado cumpre um importante papel no que diz respeito à capacidade de *direção ideológico-política* de uma classe. É assim que Lenin, em *O Estado e a revolução*, diz que a derrubada do Estado burguês é uma “condição prévia para a aliança livre dos camponeses pobres com os proletários”⁵³ e que o proletariado necessita do Estado não somente para reprimir a burguesia, mas também para “*dirigir* uma gigantesca massa da população, os camponeses, a pequena burguesia e os semiproletários”, isto é, para a organização de sua hegemonia⁵⁴.

Poder-se-iam multiplicar os exemplos. Todavia, o melhor argumento contra a acusação de “instrumentalismo” e “reducionismo” dirigida à concepção leniniana do Estado encontra-se no nível mais geral e abstrato da teoria. Refiro-me ao fato de que, para Lenin, a *forma* do Estado, isto é, sua dimensão institucional ou sua configuração interna, adquire uma importância decisiva para a determinação de seu *conteúdo*, isto é, de seu *caráter de classe*. Em outras palavras, o *papel funcional* do poder de Estado está ligado à *lógica do aparelho estatal*. Essa questão deve ser analisada com vagar, pois depende do bom entendimento dela a compreensão da teorização leniniana do problema da supressão do Estado.

Em *O Estado e a revolução* e em *O marxismo e o Estado*, Lenin concebe o Estado a partir de duas dimensões de fato inseparáveis. De um lado, Lenin entende-o a partir de uma perspectiva essencialmente *funcional*, vendo no Estado uma instituição a serviço da reprodução das relações

51 BOBBIO, N. *A teoria das formas de governo na história do pensamento político*. Brasília: Universidade de Brasília, 1980, p. 155.

52 LENIN. *El Estado y la revolución*, OC, 33, p. 3.

53 Ibid., p. 41.

54 Ibid., p. 26.

de dominação que caracterizam uma sociedade. De outro lado, o Estado não é compreendido por Lenin exclusivamente a partir de sua *função*, vale dizer, a partir dos resultados de sua intervenção na sociedade, mas também a partir de sua *forma*, de sua *dimensão institucional*. Aqui o Estado é visto como uma instituição que assume a *forma* de uma *estrutura alienada* do corpo social dos produtores e que *usurpa* as funções gerais do metabolismo societário que ele exerce como próprias e exclusivas.

Desde as primeiras páginas de *O Estado e a revolução*, Lenin insiste na formulação engelsiana de *A origem da família, da propriedade e do Estado* segundo a qual o Estado, para exercer sua função de “amortecer” os choques entre as classes, assume a figura de uma estrutura que, malgrado nascida da sociedade, “se põe acima dela e se divorcia dela cada vez mais”⁵⁵. Essa estrutura *usurpa* determinadas funções gerais do metabolismo societário, ou melhor, configura-se como sua *objetificação alienada*, pois, uma vez usurpadas pelo Estado, essas funções gerais revestem a forma de *poder político*, isto é, de um poder não somente *separado* do corpo social de produtores mas *oposto* a ele como sua própria força dele alienada. Isso, para Lenin, é bastante evidente, sobretudo no que tange à função-chave usurpada pelo poder de Estado, qual seja, a função coerciva. Lenin escreve:

“Engels desenvolve a noção dessa ‘força’, denominada Estado, que brota da sociedade, mas que se situa acima dela e se divorcia cada vez mais dela. Em que consiste, principalmente, esta força? Em destacamentos especiais de homens armados, que dispõem de cárceres, etc. Temos direito de falar de destacamentos especiais de homens armados, pois a força pública, própria a todo Estado, ‘já não coincide diretamente com’ a população armada, com sua ‘organização armada espontânea’.”⁵⁶

Para Lenin, é muito clara a relação entre a necessidade desse aparato coercivo especial e a função de mediação do Estado vis-à-vis os antagonismos de classe. O “filisteísmo dominante”, diz Lenin, pretende explicar a necessidade desse aparato “com um par de frases tomadas de Spencer e Mikhailovsky relativas à crescente complexidade da vida social, à diferenciação de funções, etc.”⁵⁷ Na verdade, não faz mais que escamotear, sob uma fraseologia aparentemente

55 ENGELS, F. Apud LENIN. *El Estado y la revolución*, OC, 33, p. 6.

56 LENIN. *El Estado y la revolución*, OC, 33, p. 9.

57 Ibid., p. 10.

científica, “o principal e fundamental”, isto é, “a divisão da sociedade em classes irreconciliavelmente inimigas”:

“Se não existisse essa divisão, ‘uma organização armada espontânea da população’ seria possível (...) Mas essa organização é impossível porque a sociedade civilizada está dividida em classes inimigas e, além disso, irreconciliavelmente inimigas, cujo armamento ‘espontâneo’ conduziria à luta armada entre elas.”⁵⁸

Devemos enfatizar aqui dois pontos. Em primeiro lugar, é claro que, para Lenin, a “organização armada espontânea da população” não configura uma forma de Estado. Ao contrário, para Lenin, o Estado é caracterizado por sua separação e contraposição a uma tal organização da força pública. O aparelho coercivo do Estado é um corpo *especial* de homens armados, atuando *separado* das massas, como sua própria força organizada contra elas, como a *força artificial* da sociedade exercida para sua opressão pela classe dominante. Em segundo lugar, para Lenin, desde que a alienação inerente à forma Estado é reflexo dos antagonismos de classe no interior da sociedade, segue que, quanto mais agudo o antagonismo se torna, mais o poder estatal aparece numa figura estranhada, mais se fortalece o poder estatal como força estranhada do corpo social dos produtores. Lenin cita Engels:

“A força pública se fortalece à medida que os antagonismos de classe se exacerbam dentro do Estado e à medida que se tornam maiores e mais populosos os Estados colidentes. (...) examine-se nossa Europa atual, onde a luta de classes e a rivalidade nas conquistas fizeram crescer tanto a força pública que esta ameaça devorar a sociedade inteira e ainda o Estado mesmo.”⁵⁹

Segundo Lenin, essa observação de Engels se aplica ainda melhor à época do imperialismo, em especial à segunda década do século XX:

“Desde então, os armamentos terrestres e marítimos aumentaram em proporções fabulosas, e a guerra de rapina de 1914-1917 pelo domínio mundial da Inglaterra ou da

58 Ibid., p. 10.

59 ENGELS, F. Apud LENIN. *El Estado y la revolución*, OC, 33, p. 11.

Alemanha, pela partilha do botim, levou à beira da catástrofe completa a ‘absorção’ de todas as forças da sociedade por um poder estatal rapaz”.⁶⁰

Até aqui vimos Lenin tratar apenas do aparelho de repressão do Estado. Mas a alienação inerente à forma Estado – a “absorção” das forças próprias da sociedade por um “poder estatal rapaz” que a controla e subjuga – não se manifesta apenas na existência de um aparato de repressão separado das massas e contraposto a elas. É o que se pode depreender da análise leniniana do Estado burguês.

De acordo com Lenin, sob a forma do *poder estatal centralizado*, próprio da *sociedade burguesa*, a alienação inerente à forma Estado adquire sua fisionomia plena e perfeita. Segundo ele, “duas são as instituições mais típicas desta máquina estatal: a burocracia e o exército permanente”⁶¹. Ao engendrar e aperfeiçoar essas instituições, o Estado burguês engendra e aperfeiçoa os meios mediante os quais pode expandir ao máximo a ditadura usurpadora do aparelho estatal sobre toda a sociedade, a serviço da classe dominante. Com efeito, por meio dessas instituições, desenvolvidas e aperfeiçoadas “através das numerosíssimas revoluções burguesas que conheceu a Europa desde a queda do feudalismo”⁶², o aparelho estatal, ordenado e dotado de uma divisão do trabalho sistemática e hierarquizada, expande seu raio de ação e sua independência em relação às massas, ampliando paralelamente o poder controlador que exerce sobre elas.

Aqui fica evidente que, para Lenin, não é somente o aparato de repressão que encarna a “absorção” das forças próprias da sociedade por um “poder estatal rapaz”. A análise de Lenin do Estado burguês aponta também para a existência de um *aparato burocrático*, de um corpo administrativo separado das massas, o qual usurpa os poderes sociais de decisão que ele substitui. No lugar de o conjunto das massas produtoras auto-organizadas gerir as funções públicas, estas são geridas por um aparelho composto de funcionários especializados, colocados “*acima* da sociedade”. Os funcionários, escreve Lenin, são “órgãos do poder do Estado” e “o fundamental é saber: o que os coloca *acima* da sociedade?”⁶³ Aqui também o que impede a “organização espontânea” das massas é “a divisão da sociedade em classes irreconciliavelmente inimigas”:

60 LENIN. *El Estado y la revolución*, OC, 33, p. 11.

61 Ibid., p. 30.

62 Ibid., p. 30.

63 Ibid., p. 12.

“A burocracia e o exército permanente são um ‘parasita’ aderido ao corpo da sociedade burguesa, um ‘parasita’ engendrado pelas contradições internas que dilaceram essa sociedade, um parasita que ‘tapa’ os poros vitais.”⁶⁴

Essa “máquina burocrática e militar” própria do Estado burguês é a expressão mais acabada da alienação inerente à forma Estado. O que Lenin diz sobre essa “máquina” em *O Estado e a revolução* é justo, mas extremamente geral. É que Lenin não pretende apresentar uma teoria orgânica do Estado burguês, mas apenas ressaltar o que este tem em comum com toda forma de Estado: a alienação dos poderes sociais encarnada na existência de um aparelho estatal separado do corpo social de produtores e que usurpa as funções gerais do metabolismo societário que ele exerce como próprias e exclusivas.

Para Lenin, a compreensão dessa dimensão do Estado é fundamental para entender a *função* que ele desempenha na sociedade de classes. Apenas como uma estrutura alienada do corpo social de produtores e que usurpa o poder social de decisão que ela substitui é que o Estado adquire a capacidade de arbitrar os interesses parciais conflitantes na sociedade, submetendo a sociedade como um todo à regência da parcialidade política, no interesse das seções dominantes na estrutura econômica. Apenas como força social usurpada e socialmente ativada como estranhamento é que o Estado pode “amortecer” (uma expressão de Engels que Lenin adota) os choques entre as classes, isto é, determinar as formas pelas quais a luta de classes é conduzida e “resolvida”, instaurando a “ordem” que assegura as condições políticas da reprodução das relações de classe, impedindo que os antagonismos de classe assumam a forma de uma luta aberta e armada entre as classes.

Dessa forma, ao introduzir o aspecto da alienação inerente à forma Estado em sua análise, Lenin apresenta uma concepção mais sofisticada que a defendida pela perspectiva “instrumentalista”, sem, entretanto, abrir mão da perspectiva classista. E Lenin se afasta de uma perspectiva “instrumentalista” do Estado tanto mais quanto sua concepção é uma concepção *negativa* do Estado. Para ele, o Estado, dada a forma como se constitui, não é um simples objeto-instrumento passível de ser utilizado para quaisquer fins. O Estado é um “instrumento” a serviço da *parcialidade* política: usurpa as forças da sociedade e as volta contra ela no interesse de uma

64 Ibid., p. 30.

minoria, isto é, da classe economicamente dominante, que, assim, adquire meios universais de constrangimento para empregar na luta de classes, tornando-se capaz de impor-se a si própria como uma parcialidade dominante sobre toda a sociedade. Por essa mesma razão, não pode ser usado como “instrumento” a serviço dos interesses do socialismo, dado que este não é a emancipação de uma parte da sociedade a expensas de outros grupos e classes, mas a supressão de toda forma de domínio de uma parcialidade sobre o corpo social. O núcleo da concepção leniniana do Estado – a asserção de que o Estado é uma estrutura alienada e que usurpa do corpo social dos produtores as funções gerais do metabolismo societário, que ele exerce como próprias e exclusivas – conduz à percepção de que a emancipação visada pelo socialismo é impossível sem a supressão do Estado. Nas páginas que seguem, examinarei como a teoria leniniana do Estado, como teoria da alienação, se realiza numa complexa (e não por isso menos problemática) teoria da supressão do Estado.

II

A teoria leniniana da supressão do Estado apresenta-se como uma tentativa de reunir em uma teoria internamente coerente duas interpretações conflitantes do problema da supressão do Estado: a) a interpretação da “*extinção*” e b) a interpretação da “*reabsorção*”. É importante considerar brevemente essas duas interpretações antes de abordarmos a teoria leniniana.

Será tratada primeiro a interpretação da “*extinção*” do Estado. Essa concepção recebe sua formulação clássica em *Do socialismo utópico ao socialismo científico*. Nesse texto, Engels explica que o objetivo fundamental da transformação socialista consiste em suprimir a contradição entre a produção *social* – as forças produtivas *já socializadas* pelo capitalismo – e a apropriação *privada* – que o capitalismo conserva, apesar de destruir o seu pressuposto, qual seja, a produção privada individual, isto é, aquela em que cada qual é dono do produto de seu próprio trabalho –, “harmonizando” o modo de apropriação com “o caráter social dos meios de produção”⁶⁵. “Para isso”, diz Engels, “não há senão um caminho: que a sociedade, abertamente e sem rodeios, tome posse dessas forças produtivas, que já não admitem outra direção a não ser a

65 ENGELS, F. *Do socialismo utópico ao socialismo científico*, In: MARX, K, ENGELS, F. *Obras escolhidas*. São Paulo: Alfa-Ômega, s/d., v. 2, p. 331.

sua.”⁶⁶ De acordo com Engels, o modo de produção capitalista, ao criar o proletariado, “cria a força que, se não quiser perecer, está obrigada a fazer essa revolução”, ao mesmo tempo em que indica o meio pelo qual esta deve ser efetivada, “ao forçar cada vez mais a conversão dos grandes meios socializados de produção em propriedade do Estado”⁶⁷. O primeiro ato da revolução proletária é precisamente a tomada do poder de Estado e a estatização dos meios de produção. Nesse mesmo ato, o proletariado “destrói-se a si próprio como proletariado, destruindo toda diferença e todo antagonismo de classe”, e cria as condições para a supressão do Estado, que se torna crescentemente “supérfluo” até que, por si mesmo, “se extingue”. Esse último ponto exige maiores explicações.

Para Engels, o “Estado como tal”, quer dizer, como “governo sobre as pessoas”, como “força especial de repressão”, tem como função primária a manutenção das condições externas da exploração de classe. Manter as condições externas da exploração de classe significa, sobretudo, duas coisas: manter pela força a classe explorada nas condições de exploração e, sob o capitalismo, assegurar a ordem pública contra “os choques e os excessos” resultantes da luta pela existência individual, engendrada pela anarquia da produção. Por isso, para Engels, quando o Estado proletário toma posse dos meios de produção “em nome de toda a sociedade”, abolindo com isso as condições de reprodução da exploração de classe e a razão da reprodução continuada da anarquia da produção (a contradição entre produção social e apropriação privada), perde sua função primária como um Estado, ou, em outras palavras, deixa de ser um “Estado como tal”. Então, esse Estado, que já não é um “Estado como tal”, torna-se “supérfluo” numa esfera social após a outra, na medida mesma em que a sociedade se torna capaz de regular e organizar a produção por si mesma, sem necessidade de que o Estado o faça em nome dela, até que, por fim, o Estado, por si mesmo, “se extingue”. “O governo das pessoas”, escreve Engels, “é substituído pela administração das coisas e pela direção dos processos de produção. O Estado não será ‘abolido’, *extingue-se*.”⁶⁸

Há muitos aspectos problemáticos nessas passagens de *Do socialismo utópico ao socialismo científico*. Em primeiro lugar, Engels identifica a base de “toda diferença e de todo antagonismo de classe” como sendo a propriedade privada dos meios de produção, de tal modo que a apropriação dos meios de produção pelo Estado proletário é tomado como condição

66 Ibid., p. 331.

67 Ibid., p. 332.

suficiente para supressão de “toda diferença e de todo antagonismo de classe”. Ao mesmo tempo, as forças produtivas são entendidas como “neutras” no bojo do “modelo” engelsiano de transição ao comunismo. Com efeito, Engels fala da necessidade de reconhecer “o caráter social das forças produtivas modernas” e, conseqüentemente, de “harmonizar” o modo de apropriação com “o caráter social dos meios de produção”. Trata-se de uma concepção *economicista*. Como explica Maria Turchetto, o economicismo “estabelece um nexo de ‘exterioridade’ entre as forças produtivas e as relações de produção”, ignorando que as forças produtivas materiais “constituem o conteúdo concreto, a forma de existência empírica das relações de produção (que, por sua vez, conseqüentemente, não podem ser compreendidas de modo completo separadamente deste ‘conteúdo concreto’ e consideradas como pura ‘forma social’)”⁶⁹. Disso resulta a redução das relações de produção às relações de propriedade no sentido puramente jurídico-formal, de tal forma que a transformação socialista é identificada com a mera transferência da titularidade dos meios de produção da burguesia privada para o Estado. Nessas passagens-chave de Engels sobre a “extinção” do Estado, não encontramos nenhuma menção à necessidade de revolucionamentos orgânicos do modo de produção, de transformações profundas da forma do processo de trabalho, de suprimir a divisão estrutural-hierárquica do trabalho, mas somente a insistência na necessidade da tomada de posse dos meios de produção pelo Estado proletário “em nome de toda a sociedade” como medida que, por si só, garante a supressão das relações de produção capitalistas e a ulterior supressão do Estado.

Em segundo lugar, como lembra John F. Sitton ao comentar essas passagens de *Do socialismo utópico ao socialismo científico*, Engels não conecta a supressão do Estado e a mudança de sua “natureza” a qualquer transformação da forma política⁷⁰. De acordo com Engels, ao tomar posse dos meios de produção “em nome de toda a sociedade”, o Estado muda de “natureza”: torna-se efetivamente o representante de toda a sociedade, em vez de ser o representante da classe que detém os meios de produção. Na seqüência, esse Estado, que atua como “representante de toda a sociedade”, é gradativa e naturalmente substituído pela auto-regulação puramente social dos processos societários até tornar-se “supérfluo” e “extinguir-se”. Podemos perguntar: que garantias há de que o Estado-proprietário dos meios de produção atuará

68 Ibid., p. 332.

69 TURCHETTO, M. “As características específicas da transição ao comunismo”, In: NAVES, M. B. (org.). *Análise marxista e sociedade de transição*. Campinas: UNICAMP, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2005, p. 10.

70 SITTON, J. F. *Marx's theory of the transcendence of the state*. Nova York: Peter Lang, 1989, p. 121.

“em nome de toda a sociedade”? Que garantias há de que os agentes estatais não desenvolverão interesses específicos diferentes dos interesses de “toda a sociedade”? Em que sentido a mera posse dos meios de produção pelo Estado pode garantir que este se converta de “órgão que está por cima da sociedade” em “órgão completamente subordinado a ela”, uma das condições fundamentais da transição ao comunismo de acordo com Marx⁷¹? E, se não há tais garantias, como é possível pensar que o Estado, por si mesmo, irá “adormecer”, “extinguir-se”, em vez de cristalizar-se em sua condição de Estado-proprietário dos meios de produção como um “órgão que está por cima da sociedade”? O texto de Engels sequer coloca tais questões. A dimensão prático-institucional do Estado aparece como não-problemática para a interpretação da “extinção”, que toma a supressão do Estado como resultando “naturalmente” da abolição das classes pela apropriação “pública” (leia-se: estatal) dos meios de produção. Em Engels, a própria expressão “extinção” (*absterben*) é, como observa Sitton, “uma metáfora tomada da natureza, implicando um processo automático e determinado”⁷². Essa metáfora, por si mesma, parece indicar que não há necessidade de uma prática ativa conscientemente orientada para a supressão do Estado.

Não encontramos essas mesmas falhas na interpretação da “reabsorção”. Nessa interpretação, a supressão do Estado é vista como um processo necessária e conscientemente iniciado pelo “esmagamento” do Estado existente e como um processo que só tem sentido e só pode completar-se como parte do movimento mais amplo de transformação radical do conjunto das relações sociais, a qual exige toda uma série de revolucionamentos orgânicos do próprio modo de produção e não apenas a transferência da titularidade dos meios de produção da burguesia privada para o Estado. Essa interpretação encontra sua formulação mais elaborada nos esboços e no texto final de *A guerra civil na França*.

O objeto central desses textos é a significação da Comuna de Paris. Marx viu bem mais do que o heroísmo de uma causa perdida na Comuna de Paris. Esta foi, segundo ele, “uma Revolução não contra esta ou aquela forma legitimista, constitucional, republicana ou Imperialista de poder do Estado”, mas “uma Revolução contra o *Estado* mesmo, esse aborto sobrenatural da sociedade, uma reassunção, pelo povo e para o povo, de sua própria vida

71 MARX, K. *Crítica ao programa de Gotha*, In: MARX, K, ENGELS, F. Obras escolhidas. São Paulo: Alfa-Ômega, s/d, v. 2, p. 220.

72 SITTON, J. F. *Marx's theory of the transcendence of the state*. Nova York: Peter Lang, 1989, p. 2.

social”⁷³. Enquanto o Segundo Império foi “a forma final dessa usurpação estatal”, a Comuna foi “sua negação concreta e, desta forma, o início da Revolução Social do século XIX”. A linguagem é reveladora. Nessa passagem, Marx opõe muito distintamente o Estado, como “usurpação”, à Comuna, como “reassunção”. Importa, aqui, compreender a feição precisa dessa oposição.

Para Marx, a existência do Estado atesta a objetificação alienada da “vida social”, a organização de forças sociais como forças especiais de um organismo separado das massas populares e que as subjugava. Nos esboços e no texto final de *A guerra civil na França*, sob a forma de um esboço histórico da evolução do Estado francês, Marx mostra como o Estado moderno, ao longo da intrincada trajetória de sua maturação, expande, juntamente com seu raio de ação e seus atributos, “sua independência e seu domínio sobrenatural em relação à sociedade real”, tornando-se uma “excrecência parasitária sobre a sociedade civil, fingindo ser sua contrapartida ideal”, uma máquina que, “por meio de seus complexos e ubíquos órgãos militares, burocráticos, clericais e judiciários, enreda, como uma Boa constrictor [jibóia], a sociedade civil viva”⁷⁴. O Segundo Império foi “a forma final dessa usurpação estatal”, “a mais prostituída e a última forma do poder de Estado que a nascente sociedade burguesa havia começado a elaborar como meio de sua própria emancipação do feudalismo e que a sociedade burguesa madura finalmente transformou em um meio para a escravização do trabalho pelo capital”⁷⁵.

Para Marx, a importância exemplar da Comuna de Paris reside em ser a forma política, enfim descoberta, pela qual a “usurpação estatal”, a alienação inerente à forma Estado, pode ser desafiada. Sucessivas revoluções populares (1830, 1848) “apenas aperfeiçoaram a maquinaria estatal, em vez de exorcizar esse incubus mortífero”⁷⁶, servindo apenas “para transferir aquele poder organizado – aquela força organizada da escravidão do trabalho – de uma mão para outra, de uma fração das classes dominantes para outra”⁷⁷. A Comuna, ao contrário, foi sua “negação concreta”. A Comuna – que Marx chama “a antítese direta do Segundo Império”⁷⁸ – foi

“a reabsorção do poder de Estado pela sociedade como suas próprias forças vivas, ao invés de como força que a controla e subjugava, [a reabsorção do poder de Estado] pelas

73 MARX, K. *The civil war in France (First draft)*, In: MEGA, v. 22. Berlim: Dietz Verlag, 1978, p. 55.

74 Ibid., p. 53.

75 MARX, K. *The civil war in France*, In: MEGA, v. 22. Berlim: Dietz Verlag, 1978, p. 139.

76 MARX, K. *The civil war in France (First draft)*, op. cit., p. 54.

77 MARX, K. Ibid., p. 55.

78 MARX, K. *The civil war in France*, op. cit., p. 139.

próprias massas populares, formando sua própria força, ao invés da força organizada de sua supressão – a forma política da sua emancipação social, ao invés da força artificial (sua própria força oposta a e organizada contra elas) da sociedade, exercida para sua opressão por seus inimigos.”⁷⁹

A formulação de Marx pode deixar margem para interpretações equivocadas. A Comuna não pode ser “a reabsorção do poder de Estado pela sociedade”. Esta “reabsorção” só é possível na transição ao comunismo, na transição para uma sociedade sem classes, para uma sociedade que coincide com o conjunto dos produtores associados. Devemos tomar, portanto, apenas a segunda parte do parágrafo: a Comuna foi a “reabsorção do poder de Estado” pelas próprias massas populares (as classes dominantes excluídas). Aqui a antítese é clara: o Estado representa a “*absorção*” ou “*usurpação*” das forças próprias das massas produtoras por um poder estranho que as subjuga, a *separação* dos poderes sociais em relação às massas e sua organização como “força oposta a e organizada contra elas” e, por isso, configura-se como a forma política de “sua opressão por seus inimigos”; a Comuna é a “*reabsorção*” do poder de Estado pelas próprias massas populares, a organização das forças das massas populares como sua própria força, isto é, como um poder que *não* é separado delas e oposto a elas, mas que, ao contrário, aparece como a expressão direta de sua auto-organização, e, por isso, configura-se como “a forma política da sua emancipação social”. Talvez isso pareça um pouco abstrato, mas o sentido geral visado se esclarece ao longo da análise de Marx da forma política engenhada pela Comuna.

Para Marx, o “grande segredo” da forma política criada pela Comuna é que ela foi uma forma de “autogoverno dos produtores”⁸⁰. O meio para isso foi tornar “as funções públicas – militares, administrativas, políticas – funções de trabalhadores reais, ao invés de atributos de uma casta treinada”⁸¹. Isso se concretizou por meio de todo um conjunto de medidas: 1) a supressão do exército permanente e a sua substituição pelo armamento do povo auto-organizado em milícias populares; 2) a retirada das atribuições políticas da polícia e sua transformação em um agente responsável e, a qualquer momento revogável, da Comuna; 3) a generalização dos princípios de elegibilidade e revogabilidade a todos os agentes responsáveis por funções políticas e administrativas; 4) o estabelecimento do “mandato imperativo”, que obriga esses agentes a

79 MARX, K. *The civil war in France (First draft)*, op. cit., pp. 56-7.

80 MARX, K. *The civil war in France*, op. cit., p. 140.

81 MARX, K. *The civil war in France (First draft)*, op. cit., p. 58.

executarem as decisões tomadas pelos trabalhadores que os elegeram; 5) o fim dos privilégios pecuniários desses agentes, que devem exercer suas funções por um salário operário; 6) a supressão da separação dos poderes legislativo e executivo com a transformação da Comuna em um corpo de trabalho, executivo e legislativo ao mesmo tempo.

As duas primeiras medidas são imediatamente compreensíveis. Trata-se de amputar os órgãos meramente repressivos da velha maquinaria estatal, o exército permanente e a polícia independente, e de tornar os “trabalhadores reais” os únicos detentores dos meios organizados de violência, impedindo que as armas que os devem defender sejam utilizadas contra eles. Já as outras medidas da Comuna têm por objetivo quebrar o despotismo burocrático, que subordina os trabalhadores ao mais simples funcionário, e este, dentro da estrutura hierárquica verticalizada do Estado, ao seu superior. Marx propõe uma nova forma de responsabilidade funcional dos funcionários encarregados das funções administrativas: responsabilidade não mais perante o superior hierárquico, mas perante os trabalhadores que os elegeram e podem, a qualquer momento, destituí-los se não executam as decisões tomadas pelos trabalhadores. Marx aponta para

“o engodo de tratar a administração e o governo político como se fossem mistérios, funções transcendentais a serem confiadas apenas às mãos de uma casta treinada [de] parasitas do Estado, [de] sicofantas e sinecuristas ricamente pagos, nos mais altos postos, absorvendo a inteligência das massas e fazendo que estas se voltem contra si mesmas nas posições mais baixas da hierarquia”⁸².

Trata-se, ao contrário, com as medidas da Comuna, de abolir a independência dos agentes estatais em relação às massas, “substituindo os arrogantes senhores do povo por seus sempre removíveis servos, uma responsabilidade fictícia por uma responsabilidade real, na medida em que [esses servos do povo] atuam continuamente sob supervisão pública”⁸³. No texto final de *A guerra civil na França*, Marx escreve:

“Enquanto os órgãos meramente repressivos do velho poder governamental deviam ser amputados, suas funções legítimas deviam ser arrancadas de uma autoridade que usurpa

82 Ibid., p. 57.

83 Ibid., p. 57.

preeminência sobre a própria sociedade e restituídas aos agentes responsáveis da sociedade”⁸⁴.

Da *usurpação estatal à restituição* às massas populares dos poderes sociais alienados ao Estado: eis o sentido de todas essas medidas da Comuna. Por meio delas, a Comuna configura-se como a “negação concreta” do Estado existente e, portanto, como o *início* do processo de supressão do Estado. Por que apenas *o início*?

A resposta não é simples. A supressão do Estado só pode realizar-se como a reabsorção, pela sociedade, de energias próprias *despidas da forma política*. A supressão do Estado só é alcançada quando a sociedade, uma vez eliminadas as classes e todas as estruturas da alienação, se torna capaz de auto-regulação *puramente social* de todos os processos societários. Tal configuração só é possível no comunismo, onde emerge uma sociedade sem classes e onde, como se lê nas notas de Marx ao livro *Estatismo e anarquia* de Bakunin, “as funções deixam de ser políticas”, de tal modo que “não existe qualquer função de governo” e “a distribuição das funções gerais torna-se função administrativa (*Geschäftssache*) que não implica domínio algum”⁸⁵.

Quando se compreende esse ponto, não é difícil entender em que sentido a Comuna constitui apenas o início da supressão do Estado. A Comuna foi “a reabsorção do poder de Estado” pelas próprias massas populares. Todavia, trata-se de uma reabsorção *política*: a Comuna mantém as funções de governo político e a “distribuição das funções gerais” reveste ainda caráter de dominação política. Isso porque a Comuna “não abole a luta de classes”⁸⁶, sendo, na verdade, uma expressão desta. Marx escreve:

“A Comuna era essencialmente um governo da classe trabalhadora, o produto da luta da classe produtora contra a classe apropriadora, a forma política, finalmente descoberta, para levar a cabo a emancipação econômica do trabalho”⁸⁷.

Esse trecho é esclarecedor. A Comuna é uma *forma política*, não é um fim em si, mas um *meio* para “levar a cabo a emancipação econômica do trabalho”, e, embora a Comuna seja

84 MARX, K. *The civil war in France*, op. cit., p. 141.

85 MARX, K. “Anotações ao livro *Estatismo e anarquismo* de Bakunin (extrato)”, In: *Margem esquerda: ensaios marxistas*, n. 1, maio de 2003, p. 153.

86 MARX, K. *The civil war in France (First draft)*, op. cit., p. 58.

87 MARX, K. *The civil war in France*, op. cit., p. 142.

essencial para esse objetivo, é distinta dele. Com efeito, todas as medidas revolucionárias da Comuna vistas acima circunscrevem-se à reorganização *puramente política* da sociedade, criam apenas as *condições políticas* para a emancipação *econômica* do trabalho, mas não constituem a realização desse objetivo. Marx é preciso:

“Assim como a maquinaria estatal e o parlamentarismo não são a vida real das classes dominantes, mas apenas órgãos gerais organizados de sua dominação, garantia política, formas e expressões da velha ordem de coisas, a Comuna não é o movimento social da classe trabalhadora e, portanto, de uma regeneração da humanidade, mas meios organizados de ação. A Comuna não abole a luta de classes (...), mas proporciona o meio racional por meio do qual a luta de classes pode desdobrar-se através de suas diferentes fases no modo mais racional e humano.”⁸⁸

Como observa certamente István Mészáros, ao comentar essa passagem, a expressão “regeneração da humanidade”, junto com a ênfase na necessidade de “diferentes fases” da luta de classes, “indica claramente que o poder da política deve ser muito limitado”⁸⁹. Esse poder limitado, esclarece Mészáros, está relacionado ao fato de que a dominação do capital sobre o trabalho é de caráter fundamentalmente *econômico*, não político, está incrustada na estrutura material da produção. “Portanto”, escreve Mészáros, “esperar a geração de uma nova espontaneidade (ou seja, uma forma de intercâmbio social e modo de atividade de vida que se torna uma ‘segunda natureza’ para os produtores associados) por algum decreto político, mesmo que seja ele o mais esclarecido, é uma contradição nos termos. Pois, enquanto a *distribuição* é imediatamente receptiva à mudança por decreto (...), as condições materiais de *produção*, assim como sua organização hierárquica, permanecem, no dia seguinte da revolução, exatamente as mesmas de antes.” É por reconhecer que a dominação do capital não pode ser quebrada no nível da política que Marx, mesmo nas suas referências mais positivas à estrutura política da Comuna, a define *negativamente* “como uma alavanca para arrancar os fundamentos econômicos sobre que

88 MARX, K. *The civil war in France (First draft)*, op. cit., p. 58

89 MÉSZÁROS, I. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. São Paulo, Campinas: Boitempo, Unicamp, 2002, p. 575.

repousa a existência das classes e, portanto, a dominação de classe”⁹⁰, vendo a tarefa positiva na “emancipação econômica do trabalho”.

Para encerrar, é importante notar que, para Marx, esses “fundamentos econômicos” da existência das classes não se resumem à propriedade privada dos meios de produção, como para Engels em *Do socialismo utópico ao socialismo científico*. Isso é particularmente evidente no primeiro esboço de *A guerra civil na França*. Nesse texto, Marx explicita uma concepção da transição ao comunismo que é o oposto a qualquer expressão própria ao âmbito do economicismo. Enquanto este estabelece um nexo de “exterioridade” entre as forças produtivas e as relações de produção, tomando as primeiras como “neutras” e reduzindo as segundas às relações de propriedade em sentido puramente jurídico-formal, Marx denuncia o *caráter capitalista* das formas contemporâneas do trabalho organizado e dos meios de produção centralizados pela produção capitalista, indicando a necessidade de uma transformação muito mais profunda e complexa do que a resultante da mera transferência da titularidade dos meios de produção. É preciso transcrever aqui integralmente essa passagem:

“As aspirações do Proletariado – a base material de seu movimento é o trabalho organizado em uma grande escala, embora agora despoticamente organizado, e os meios de produção centralizados, embora agora centralizados nas mãos do monopolista, não apenas como meio de produção, mas como um meio de exploração e escravização do produtor. O que o proletariado tem de fazer é transformar o caráter capitalista daquele trabalho organizado e desses meios centralizados de trabalho, transformá-los de meios de dominação de classe e exploração de classe em formas de trabalho livre associado e meios sociais de produção.”⁹¹

Percebe-se assim a completa inadequação da formulação de Engels em *Do socialismo utópico ao socialismo científico*. Aí ele insiste, como vimos, na necessidade de reconhecer “o caráter social das forças produtivas”, entendendo-as como “neutras”, como “exteriores” às relações de produção. Por isso, a apropriação dos meios de produção pelo Estado proletário é tomada como condição suficiente para a supressão de “toda diferença e de todo antagonismo de classe”. Marx, ao contrário, aponta para o *caráter capitalista* das forças produtivas. Por isso, ele

90 MARX, K. *The civil war in France*, op. cit., p. 142.

91 MARX, K. *The civil war in France (First draft)*, op. cit., p. 61.

não pode limitar-se, como Engels, a exigir a transferência dos meios de produção para as mãos do Estado proletário:

“A classe trabalhadora sabe que eles [os trabalhadores] têm de passar por diferentes fases da luta de classes. Eles [os trabalhadores] sabem que a substituição das condições econômicas de escravidão do trabalho pelas condições do trabalho livre e associado pode ser apenas um trabalho progressivo do tempo, que eles necessitam não somente de uma mudança de distribuição, mas de uma nova organização da produção, ou, antes, de livrar-se das formas sociais do trabalho organizado presentes (engendradas pela indústria presente), [de livrar-se] das cadeias de escravidão de seu caráter de classe presente, e [necessitam de] sua [Marx refere-se ao conjunto dos processos de trabalho] coordenação nacional e internacional harmoniosa.”⁹²

Após essa exposição das idéias centrais dos esboços e do texto final de *A guerra civil na França*, podemos experimentar sintetizar os elementos fundamentais da interpretação da “reabsorção”. Os principais pontos dessa interpretação podem ser resumidos como segue:

(1) O Estado (e a política em geral, como um domínio separado) deve ser suprimido por meio de uma transformação radical de toda a sociedade. No transcurso dessa transformação, a sociedade deve tornar-se capaz de auto-regulação puramente social de todos os processos societários, despindo, da forma política, todas as funções gerais até então exercidas pelo Estado. Nesse sentido, a supressão do Estado deve ser entendida como um processo de reabsorção *ativa*, pela sociedade, de energias próprias despidas da forma política.

(2) A *condition sine qua non* dessa transformação radical de toda a sociedade é a extirpação dos fundamentos econômicos da existência das classes. Esses fundamentos não se resumem à propriedade privada dos meios de produção. As formas sociais do trabalho organizado e os meios de produção também revestem caráter de classe. É necessário “transformá-los de meios de dominação de classe e exploração de classe em formas de trabalho livre associado e meios sociais de produção”.

(3) Todo esse processo não pode transcorrer sob qualquer forma política. A transformação da estrutura política existente é uma condição indispensável para iniciar a extirpação dos fundamentos econômicos da existência das classes. A Comuna foi “a forma política, finalmente

descoberta, para levar a cabo a emancipação econômica do trabalho”. Isso porque ela foi a “negação concreta” da “usurpação estatal”: a reabsorção do poder de Estado pelos produtores reais através da organização das funções públicas (militares, administrativas, políticas) como funções subordinadas à autoridade autoconstituída dos produtores associados e exercidas pelos próprios produtores, em vez de por uma “casta treinada de parasitas do Estado”. Com o “esmagamento” do Estado existente e a criação da forma política que é a sua “negação concreta”, começa a supressão do Estado, que só pode ser completada no transcurso do trânsito ao comunismo, isto é, a uma forma societária capaz de auto-regulação puramente social, o que exige, como vimos, toda uma série de revolucionamentos orgânicos do modo de produção visando a extirpar os fundamentos econômicos da existência das classes.

III

Podemos agora passar à análise da teoria leniniana da supressão do Estado. Como já foi dito, Lenin tenta reunir em uma teoria internamente coerente a interpretação da “extinção” e a interpretação da “reabsorção”. Ele o faz distinguindo dois momentos no processo de supressão do Estado: o da “destruição” do Estado burguês, que é, ao mesmo tempo, o da criação do Estado proletário, e o da “extinção” do Estado proletário. Lenin introduz essa distinção logo no primeiro capítulo de *O Estado e a revolução*. Ao comentar a passagem de Engels sobre a “extinção” do Estado presente em *Do socialismo utópico ao socialismo científico*, Lenin explica que o oportunismo reteve da abordagem engelsiana apenas a tese de que o Estado “se extingue” em sua contraposição à doutrina anarquista da “abolição” do Estado. Deste modo, o oportunismo, explica Lenin, pode sustentar a “noção confusa de uma mudança lenta, paulatina, gradual, sem saltos nem tormentas, sem revoluções”⁹³. Em face dessa “grosseira falsificação”, Lenin se dispõe a explicar o trecho de Engels. O principal ponto em que Lenin insiste é o de que Engels aplica o termo “extinção” exclusivamente ao Estado proletário ou “semi-Estado”, não ao Estado burguês. Este deve ser “destruído” pela revolução do proletariado. Segundo Lenin, a afirmação de Engels de que o proletariado, ao tomar o poder de Estado, “destrói” “o Estado como tal” descreve

92 Ibid., p. 59.

93 LENIN. *El Estado y la revolución*, OC, 33, p. 17.

precisamente a “destruição” do Estado burguês por uma revolução violenta do proletariado. Lenin escreve:

“O Estado burguês não ‘se extingue’, segundo Engels, ‘é destruído’ pelo proletariado na revolução. O que se extingue depois da revolução é o Estado proletário ou semi-Estado.”⁹⁴

“Ao falar de ‘extinção’ e – com a palavra mais plástica e gráfica – de ‘adormecimento’ do Estado, Engels se refere com absoluta clareza e precisão à época *posterior* à ‘tomada de posse dos meios de produção pelo Estado em nome da sociedade’, isto é, à época *posterior* à revolução socialista. Todos sabemos que a forma política do ‘Estado’ nesta época é a democracia mais completa. (...) O Estado burguês só pode ser destruído pela revolução. O Estado em geral, isto é, a mais completa democracia, só pode ‘extinguir-se’”⁹⁵

“A substituição do Estado burguês pelo Estado proletário é impossível sem uma revolução violenta. A supressão do Estado proletário, isto é, a supressão de todo Estado, só é possível mediante um processo de ‘extinção’.”⁹⁶

Lenin força um pouco na interpretação do texto de Engels. Como vimos, em *Do socialismo utópico ao socialismo científico*, Engels não aponta para um processo necessária e conscientemente iniciado pelo esmagamento do Estado burguês e pela criação do Estado proletário, que assume a forma política da “democracia mais completa” ou de um “semi-Estado”, mas somente para a tomada do poder de Estado pelo proletariado e para a apropriação dos meios de produção pelo Estado. A tomada de posse dos meios de produção pelo Estado proletário é, de acordo com Engels, seu último ato “como um Estado”. É a esse “ato” e não ao esmagamento do Estado burguês e à concomitante criação de uma nova forma de “Estado” que Engels se refere como ponto de partida da supressão do Estado.

Contudo, interessa-nos menos a qualidade da exegese leniniana do texto de Engels do que os seus resultados no que tange à compreensão do problema da supressão do Estado. Vale repetir: o Estado burguês deve ser “destruído” pela revolução proletária e substituído pelo Estado

94 Ibid., p. 18.

95 Ibid., p. 19.

96 Ibid., p. 23.

proletário, que se configura como um “*semi-Estado*”; a supressão do Estado proletário e, com isso, a supressão de toda forma de Estado, assume a forma de um processo de “*extinção*” ou de “*adormecimento*”. Examinemos como Lenin através dessa distinção retoma elementos da interpretação da “*extinção*” e da interpretação da “*reabsorção*” e produz o seu *tertium datur* na análise do problema da supressão do Estado.

Como Marx, é através da análise da significação da Comuna de Paris de 1871 que Lenin fixa os elementos de sua concepção da “*destruição*” do Estado burguês. Para Lenin, a Comuna representou a transformação do Estado em um “*semi-Estado*”, ou, dito melhor, em “algo que já não é um Estado propriamente dito”⁹⁷. Como vimos, para Lenin, o Estado é uma estrutura alienada e que usurpa do corpo social dos produtores as funções gerais do metabolismo societário que ela exerce como próprias e exclusivas, sendo o Estado burguês, com sua complexa máquina burocrática e militar, a expressão mais acabada dessa usurpação. O Estado deve assumir tal configuração porque é um “*instrumento*” a serviço da parcialidade política: usurpa as forças da sociedade e as volta contra ela mesma no interesse de uma minoria, isto é, da classe economicamente dominante, que, assim, adquire meios universais de constrangimento para empregar na luta de classes. Segundo Lenin, a Comuna representou a antítese dessa usurpação estatal. Acorado em *A guerra civil na França* e em alguns escritos de Engels sobre a Comuna, Lenin procura mostrar que a forma política criada pela Comuna representa a *destruição* do Estado como “*força especial*” separada das massas populares e a *restituição* à maioria da população das forças e funções sociais usurpadas pelo poder de Estado.

O primeiro aspecto da Comuna destacado por Lenin é o que se refere à organização dos meios coercivos. Segundo Lenin, a Comuna não podia prescindir da organização centralizada da força para reprimir a burguesia e debelar sua resistência. Mas esse não foi o ensinamento peculiar da Comuna. A peculiaridade desta residia no fato de que

“(…) o órgão repressivo é já a maioria da população e não uma minoria, como havia sido sempre, tanto sob a escravidão e a servidão como sob a escravidão assalariada. E porquanto é uma maioria do povo que reprime *por si mesmo* seus opressores, *já não é necessária* uma ‘*força especial*’ de repressão!”⁹⁸

97 Ibid., p. 44.

98 Ibid., p. 44.

Vimos que, para Lenin, só se pode falar de Estado quando se constitui uma força armada separada da sociedade, isto é, distinta da “organização armada espontânea da população” e a ela contraposta. A existência de um contingente de homens armados divorciados da sociedade é um dos traços essenciais da forma Estado de acordo com a concepção de Lenin. A Comuna representou a *destruição* desse traço distintivo da forma Estado: em vez de contingentes de homens armados divorciados da sociedade e organizados para sua opressão, uma das características centrais da forma organizacional da Comuna foi a abolição imediata do exército permanente e da polícia independente e a *reabsorção* das funções coercivas pela maioria da população auto-organizada em milícias. Nesse sentido, pode-se dizer que

“A comuna *ia deixando* de ser um Estado porquanto tinha de reprimir não a maioria da população, mas a minoria (os exploradores); havia rompido a máquina do Estado burguês; em vez de uma força *especial* para a repressão, entrou em cena a população mesma.”⁹⁹

O segundo aspecto destacado por Lenin diz respeito à organização das funções administrativas. Aqui a peculiaridade da Comuna manifesta-se na substituição da burocracia estatal, que, como um corpo de funcionários privilegiados, separados e independentes da sociedade, usurpa os poderes sociais de decisão, por uma forma de organização em que 1) os funcionários são eleitos para funções subordinadas à revogabilidade imediata, 2) todas as funções de governo são exercidas por salários operários e 3) a maioria da população participa da gestão estatal num processo de rotatividade contínua, de forma que “todos sejam ‘burocratas’ durante algum tempo para que, deste modo, ninguém possa converter-se em ‘burocrata’”¹⁰⁰. (Este último ponto não aparece em Marx. Trata-se de uma legítima inovação leniniana.) Segundo Lenin, nessas medidas,

“(…) se expressa com a maior evidência a *viragem* da democracia burguesa à democracia proletária, da democracia dos opressores à democracia das classes oprimidas, do Estado

⁹⁹ Ibid., p. 67.

¹⁰⁰ Ibid., p. 112.

como *‘força especial’* de repressão de uma classe determinada à repressão dos opressores pela *força conjunta* da maioria do povo, dos operários e dos camponeses”.¹⁰¹

Nessa oposição entre “força especial” e “força conjunta da maioria do povo”, Lenin sintetiza toda a originalidade da Comuna. A Comuna foi a *reabsorção* do poder do Estado pela maioria do povo, formando sua própria força em vez da “força especial” exercida para sua opressão pela classe dominante. Para Lenin, isso se expressa com a maior evidência nas medidas que a Comuna adotou em relação à burocracia estatal. Enquanto mesmo na melhor república democrática, “o Estado segue sendo um Estado, isto é, conserva seu principal traço distintivo”, a saber, “converter seus funcionários, ‘servidores da sociedade’, órgãos dela, em *senhores* situados acima dela”¹⁰², a Comuna suprimiu completamente esse “traço distintivo” do Estado: substituiu a burocracia estatal não controlada pelas massas por seus próprios funcionários eleitos e sempre removíveis, os quais atuam continuamente sob supervisão das massas e não podem enquistar-se em sua condição social como “burocratas”, dado que a maioria da população participa da gestão estatal num processo de rotatividade contínua.

Por fim, Lenin sublinha a atitude da Comuna ante o parlamentarismo. Segundo Lenin, sob a Comuna, “as instituições representativas continuam existindo”, mas o método de representação burguês, o parlamentarismo, cessa de existir¹⁰³. A forma de representação da Comuna é caracterizada por dois traços: 1) A Comuna não separa as funções legislativa e executiva. O parlamentarismo burguês separa essas funções. Disso resulta a impossibilidade de uma responsabilidade real dos deputados perante seus eleitores. A Comuna, ao suprimir essa separação de funções, substitui “o parlamentarismo venal e podre da sociedade burguesa por instituições nas quais a liberdade de opinião e discussão não degenera em engano, pois os próprios parlamentares devem trabalhar, eles mesmos devem aplicar suas leis, eles mesmos devem comprovar os resultados, devem pessoalmente responder ante seus eleitores”¹⁰⁴. 2) Os deputados perdem sua situação privilegiada, tornando-se responsáveis perante seus eleitores e revogáveis a qualquer momento. Essa medida substitui a representação fictícia do parlamentarismo burguês por uma representação real, interditando a possibilidade de as

101 Ibid., p. 44.

102 Ibid., p. 79.

103 Ibid., p. 51.

104 Ibid., p. 51.

instituições representativas separarem-se das massas populares e tornarem-se “venais” e “podres” como as instituições parlamentares da sociedade burguesa.

Após essas passagens, podemos entender em que sentido Lenin diz que a Comuna é um “semi-Estado” ou “algo que já não é um Estado propriamente dito”. A continuidade da luta de classes requer que a Comuna assuma ainda a forma de “Estado”, isto é, de uma organização chamada a exercer a violência sistemática e organizada de uma classe contra outra, a preservar a coesão de uma sociedade dividida em classes e interesses antagônicos. No entanto, essa forma de “Estado” já não é mais “um Estado propriamente dito”: a Comuna dissolve o Estado como força social usurpada e socialmente ativada como estranhamento vis-à-vis as massas populares, destruindo a “máquina burocrática e militar” e o “poder parlamentar” e fazendo “entrar em cena” as próprias massas populares, que passam a intervir diretamente na execução das “funções próprias ao poder estatal”, que se torna cada vez mais desnecessário¹⁰⁵. Como para Marx, trata-se, para Lenin, da reabsorção do poder de Estado pelas massas exploradas, pela maioria da população. É a isso que Lenin se refere quando fala da destruição do Estado burguês e de sua substituição pelo Estado proletário ou “semi-Estado”.

Não há dúvida de que até aqui a argumentação de Lenin se alinha com a interpretação da “reabsorção”, na medida em que o Estado é entendido como uma instância alienada e sua supressão é vista como um processo necessária e conscientemente iniciado pela destruição do Estado existente e pela reabsorção das forças e funções “próprias ao poder estatal” pelas massas populares auto-organizadas e auto-atuantes. Vejamos agora como Lenin trata da segunda “etapa” da supressão do Estado: a “extinção” do Estado proletário.

No plano para o artigo *Contribuição ao problema do papel do Estado*, que Lenin nunca redigiu, encontramos a seguinte anotação:

“A democracia é também Estado. *Absterben* [extinção]...

‘Extinção’ do Estado.

Por que não *Abschaffung* [destruição] e não *Sprengung* [explosão]?

‘*Allmähliches Einschlafen*’ [adormecimento gradual] de uma função após a outra.”¹⁰⁶

105 Ibid., p. 44.

106 LENIN. *Plano del artigo “Contribución al problema del papel del Estado”*, OC, 33, p. 343.

Essa anotação revela as alternativas consideradas por Lenin ao conceituar a natureza do processo de supressão do Estado em geral e a opção pela idéia da “extinção” ou do “adormecimento gradual”. Os termos “destruição” e “explosão” sugerem a ocorrência de um processo conflituoso e violento. Lenin restringe esses termos à caracterização do processo de substituição do Estado burguês pelo Estado proletário ou “semi-Estado”. Os termos “extinção” e “adormecimento”, pelo contrário, sugerem um processo paulatino e natural. Como Lenin mesmo observa, a expressão “o Estado *extingue-se*” assinala “a gradualidade e a espontaneidade do processo”¹⁰⁷. Desse modo, quando Lenin descreve a supressão do Estado proletário ou “semi-Estado” com o termo “extinção”, pretende frisar “a gradualidade e a espontaneidade do processo” em oposição à *Sprengung* do Estado burguês.

Importa compreender agora o conteúdo desse processo que Lenin toma como “gradual” e “espontâneo”. Para tanto, devemos analisar a distinção que Lenin, partindo das observações de Marx em sua *Crítica ao programa de Gotha*, estabelece entre uma fase inferior e uma fase superior do comunismo para entender como se dá, para ele, a “extinção” do Estado proletário na transição da primeira para a segunda fase.

É bastante conhecida a passagem da *Crítica ao programa de Gotha* em que Marx distingue uma fase inferior e uma fase superior do comunismo. Segundo Marx¹⁰⁸, na fase inferior do comunismo, iniciada com a instauração da ditadura do proletariado e a expropriação dos capitalistas, encontra-se uma sociedade que acaba de emergir da sociedade capitalista e que é ainda marcada por ela em todos os seus aspectos, tanto no econômico quanto no cultural. Congruentemente com isso, observa-se a permanência do “direito burguês” no plano da distribuição, onde se impõe a necessidade de uma remuneração proporcional ao trabalho fornecido (medido pela duração e intensidade) por cada indivíduo, imperando, portanto, o mesmo princípio que regula a troca de mercadorias: troca-se uma determinada quantidade de trabalho sob uma forma por outra quantidade igual de trabalho sob outra forma. Esse “direito igual”, como todo direito, é, no fundo, um direito da desigualdade, pois os indivíduos (suas capacidades e necessidades) são de fato diferentes. É isso o que revela a sua limitação burguesa, a qual é

107 LENIN. *El Estado y la revolución*, OC, 33, p. 92.

108 MARX, K. *Crítica ao programa de Gotha*. In: MARX, K, ENGELS, F. *Obras escolhidas*. São Paulo: Alfa-Ômega, s/d, v. 2, pp. 211-215. Os comentários seguintes sobre as observações de Marx acerca das duas fases do comunismo referem-se a essas páginas.

inevitável nessa primeira fase da “sociedade comunista”, uma vez que “o direito não pode ser superior à estrutura econômica nem ao desenvolvimento cultural por ela condicionado”.

Marx não se distende muito ao tratar da fase superior da sociedade comunista. Ele diz apenas que, nessa fase, quando houver desaparecido “a subordinação escravizadora dos indivíduos à divisão do trabalho e, com ela, a contradição entre o trabalho intelectual e o trabalho manual”, quando o trabalho tiver deixado de ser somente um “meio de vida” e se tiver transformado na “primeira necessidade vital”, quando, correlativamente ao desenvolvimento multilateral dos indivíduos, se desenvolverem as forças produtivas e, com elas, a riqueza coletiva, tornar-se-á possível ultrapassar “o estreito horizonte do direito burguês”, dando origem a um novo princípio de regulação da esfera da distribuição: “de cada um segundo as suas capacidades, a cada um segundo as suas necessidades”.

É preciso dizer que essa breve explanação de Marx é demasiado insatisfatória. Com efeito, Marx não deixa suficientemente claro que, na fase inferior do comunismo, observa-se ainda a permanência da relação de produção capitalista, que está inscrita na estrutura mesma das forças produtivas, na organização do processo de trabalho, na divisão técnica do trabalho e na divisão social do trabalho dela derivada, etc. – elementos esses que a “nova sociedade” herda da sociedade capitalista e que não podem ser superados senão no decurso de um longo movimento histórico. Do mesmo modo, Marx não deixa completamente claro que o que está em jogo na transição da primeira à segunda fase do comunismo é, como lemos no primeiro esboço de *A guerra civil na França*, “a substituição das condições econômicas de escravidão do trabalho pelas condições do trabalho livre e associado” e que nisso se encontra o fundamento da permanência da luta de classes, que deve passar, como Marx explicita no referido esboço, por “diferentes fases” até “livrar-se das formas sociais do trabalho organizado presentes” e criar “uma nova organização da produção”. Por fim, Marx nem toca na questão de que, como lembra Maria Turchetto, a despeito da destituição da burguesia como classe-proprietária dos meios de produção,

“enquanto a estrutura material da produção não for transformada (nisso consiste, precisamente, a ‘transição’ ao comunismo), é sempre possível que também se forme outra vez uma nova *burguesia*, uma nova classe de ‘agentes do capital’, sobre a base da permanência da relação de produção capitalista (isto é, da subordinação *real* dos produtores aos elementos materiais e à organização do processo produtivo) e da presença desta última em uma divisão social do trabalho (e, portanto, na esfera das relações de

distribuição e de circulação) que reproduz as divisões, os papéis, a ‘estratificação social’ próprias da sociedade burguesa”¹⁰⁹.

Essas lacunas do texto marxiano abrem margem à possibilidade de uma leitura *economicista* do mesmo. É esse o caso da leitura que Lenin faz desse texto em *O Estado e a revolução*. O economicismo da leitura leniniana apresenta-se de maneira evidente em dois pontos.

Em primeiro lugar, Lenin não identifica na estrutura material da produção herdada da sociedade burguesa a base da permanência de relações de produção capitalistas na fase inferior do comunismo. Ao revés, ele afirma explicitamente que, nessa fase, o capitalismo já foi descartado – e isso apesar de admitir a permanência da contradição entre trabalho intelectual e trabalho manual nessa fase. É assim que, ao explicar a presença do “direito burguês” no plano da distribuição na primeira fase do comunismo, Lenin afirma que

“é impossível pensar que, **ao derrubar o capitalismo**, os homens aprenderão a trabalhar para a sociedade sem se sujeitar a *nenhuma norma de direito*; ademais, **a abolição do capitalismo não assenta no ato** as premissas econômicas desta mudança.”¹¹⁰

Como em Engels, encontramos-nos frente ao desconhecimento do significado profundo do conceito de relações de produção capitalista e a uma redução destas a relações de propriedade em sentido jurídico-formal. Para Lenin, é suficiente suprimir a propriedade privada dos meios de produção e debelar a resistência da burguesia para abolir o capitalismo e as classes.

Em segundo lugar, ao não conseguir identificar o fundamento da permanência da luta de classes na luta pela transformação da estrutura material da produção herdada, Lenin acaba por identificar no desenvolvimento das forças produtivas a “mola propulsora” da transição da fase inferior à fase superior do comunismo. Isso é patente na seguinte passagem:

“Esta expropriação [a expropriação dos capitalistas] dará *a possibilidade* de desenvolver as forças produtivas em proporções gigantescas. (...) O que não sabemos *nem podemos*

109 TURCHETTO, M. “As características específicas da transição ao comunismo”, In: NAVES, M. B. (org.). *Análise marxista e sociedade de transição*. Campinas: UNICAMP, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2005, pp. 30-31.

110 LENIN. *El Estado y la revolución*, OC, 33, p. 97. (O negrito é meu.)

saber é a rapidez com que avançará esse desenvolvimento, a rapidez com que chegará a romper com a divisão do trabalho, a suprimir a contradição entre o trabalho intelectual e o manual, a converter o trabalho na ‘primeira necessidade vital’.”¹¹¹

Em suma, o que não sabemos nem podemos saber é a rapidez com que o desenvolvimento das forças produtivas conduzirá a sociedade da fase inferior à fase superior do comunismo. O que desaparece nessa interpretação é evidentemente a luta de classes. Em vez de encontrarmos, como no primeiro esboço de *A guerra civil na França*, a indicação da necessidade, para alcançar a fase superior do comunismo, de o movimento da classe trabalhadora passar por “diferentes fases da luta de classes” no processo de destruição das “formas sociais do trabalho organizado presentes” e de criação de “uma nova organização da produção”, o que encontramos na interpretação leniniana é a indicação da necessidade de passar por sucessivos níveis de desenvolvimento das forças produtivas, de sorte que o que importa é “a rapidez com que avançará esse desenvolvimento”. É no marco dessa interpretação *economicista* do problema da transição que devemos compreender a tematização leniniana do processo de “extinção” do Estado proletário.

Não é difícil compreender que, desde que, na fase inferior do comunismo, não há mais capitalismo e não há mais classes sociais, o Estado se torna desnecessário como instrumento da luta de classes. O Estado, escreve Lenin, começa a “extinguir-se”, “porquanto não há mais capitalistas, não há mais classes e, por essa mesma razão, não se pode *reprimir* nenhuma classe”¹¹². Por outro lado, adita Lenin, “o Estado não se extinguiu completamente, pois segue existindo a proteção do ‘direito burguês’, que santifica a desigualdade de fato”. Como vimos, segundo Lenin, a “abolição do capitalismo” não assenta de imediato as “premissas econômicas” para a supressão do direito. Do mesmo modo, podemos dizer que a “abolição do capitalismo” não assenta as “premissas econômicas” para a “extinção” completa do Estado, que permanece como garantidor desse direito. Não é preciso meditar muito para adivinhar a que “premissas econômicas” Lenin se refere: um desenvolvimento tão elevado das forças produtivas que se torne possível a passagem da fase inferior para a fase superior do comunismo.

Para Lenin, é o desenvolvimento das forças produtivas que elimina as principais fontes sociais de “desarmonia” que remanescem após a “abolição do capitalismo”. Em primeiro lugar,

111 Ibid., p. 98.

112 Ibid., p. 97.

elimina a contradição entre trabalho intelectual e trabalho manual, segundo Lenin, “uma das fontes mais importantes da desigualdade *social* contemporânea, uma fonte que de modo algum pode ser suprimida de golpe somente pelo fato de que os meios de produção passem a ser propriedade social, somente pela expropriação dos capitalistas”¹¹³. Em segundo lugar, elimina a escassez econômica, uma das principais fontes de “desarmonia”, do choque entre interesses pessoais, permitindo atingir a abundância econômica necessária para a gratificação de todos os indivíduos “segundo suas necessidades”¹¹⁴. Em terceiro lugar, é necessário um nível bastante elevado de desenvolvimento das forças produtivas para que o trabalho dos indivíduos “seja tão produtivo que possam trabalhar voluntariamente *segundo sua capacidade*”¹¹⁵.

Apenas paralelamente a esse processo é que se torna possível a *habituação* dos indivíduos aos modos cooperativos de comportamento. Para Lenin, esse processo de habituação é idêntico à “extinção” do Estado. Trata-se, para Lenin, do desenvolvimento da subjetividade apropriada a uma forma de sociabilidade que prescinde de qualquer forma de direito, de qualquer forma de coerção estatal. Segundo Lenin, esse processo de habituação começa com a “abolição do capitalismo”, a qual suprime “a causa social mais profunda dos excessos consistentes em infringir as regras de convivência”, a saber, “a exploração das massas, sua penúria e sua miséria”¹¹⁶. Com a “abolição do capitalismo”, os indivíduos começam a *habituar-se* “pouco a pouco a observar a regras elementares de convivência, conhecidas ao largo dos séculos e repetidas desde há milênios em todos os preceitos, a observá-las sem violência, sem coerção, sem subordinação, *sem essa máquina especial* de coerção chamada Estado”¹¹⁷. No entanto, apenas o desenvolvimento das forças produtivas, liberadas dos entraves da propriedade privada dos meios de produção, cria as condições para completar esse processo de habituação, ao suprimir, no sentido que vimos acima, as principais fontes sociais de “desarmonia” que remanescem após a “abolição do capitalismo”. É nesse sentido, isto é, na medida em que constitui as “premissas econômicas” desse processo de habituação, que determinado nível de desenvolvimento das forças produtivas é entendido como sendo uma precondição indispensável para a “extinção” do Estado.

113 Ibid., p. 98.

114 Ibid., p. 99.

115 Ibid., p. 99.

116 Ibid., p. 93.

117 Ibid., p. 91.

Tudo isso está organicamente ligado à incapacidade de apreender o capital enquanto relação social de produção que tem a sua existência “concreta” na estrutura mesma das forças produtivas, na organização do processo de trabalho, na divisão técnica do trabalho e na divisão social do trabalho dela derivada, o que redundava na redução das relações de produção capitalistas a simples relações de propriedade (no sentido puramente jurídico-formal). Lenin não se dá conta de que a “nova sociedade” instaurada com a destruição do Estado burguês (e a concomitante “reabsorção do poder do Estado” pelas massas populares) e a estatização dos meios de produção se baseia ainda sobre uma produção estruturada segundo as exigências da valorização capitalista, que reproduz, portanto, em sua própria materialidade, nos seus elementos materiais e organizativos, a relação de produção capitalista, a relação de subordinação estrutural do trabalho ao capital. É isso o que lhe permite tomar a destruição do sistema estatal burguês e do sistema da propriedade privada como condição suficiente para garantir o desenvolvimento “espontâneo” do comunismo pela via do desenvolvimento das forças produtivas e da “habituação”. Não sendo capaz de identificar na luta pela transformação da estrutura material da produção, da estrutura das forças produtivas subordinadas ao capital, o lugar central da permanência da luta de classes durante a transição ao comunismo, Lenin desloca o problema da transição à “fase superior do comunismo” para a questão de desenvolver a subjetividade apropriada a uma nova forma de intercâmbio social e, ao mesmo tempo, toma esse processo como um processo “espontâneo”, que depende apenas da eliminação, pelo desenvolvimento contínuo das forças produtivas, dos conflitos sociais que remanescem após a destruição do sistema estatal burguês e do sistema da propriedade privada. Por sua vez, é por compreender a transição à “fase superior do comunismo” como conseqüência do desenvolvimento progressivo e continuado das forças produtivas e da paulatina “habituação” aos modos cooperativos de comportamento que Lenin pode conceber a supressão do Estado como um processo de “extinção”, isto é, como um processo “gradual” e “espontâneo”, que acompanha o processo de formação de uma “nova espontaneidade”, de uma “nova subjetividade”, que torna desnecessária a existência de agências coercivas para garantir a realização dos processos metabólicos sociais vitais.

Procurando fazer um balanço da reflexão leniniana acerca do problema da supressão do Estado, pode-se dizer que Lenin se aproxima da concepção marxiana da “reabsorção” apenas no que diz respeito à necessidade da destruição do Estado burguês e de sua substituição por agências políticas autogestoras das massas populares. No entanto, aprisionado a uma concepção

economicista que reduz as relações de produção a simples relações de propriedade (no sentido jurídico-formal), Lenin se reaproxima da concepção engelsiana da “extinção”, concebendo a supressão do Estado proletário ou “semi-Estado” como um processo “gradual” e “espontâneo”. Essa “síntese” de duas formulações contraditórias do problema da supressão do Estado exercerá uma importante influência sobre toda a reflexão de Lenin do problema da transição entre 1917 e 1923.

Capítulo 3

Dilemas da transição: entre a Revolução de Fevereiro e o “comunismo de guerra”

Neste capítulo, será examinada a constituição da estratégia socialista leniniana entre a Revolução de Fevereiro e a Revolução de Outubro e entre esta última e o período do assim chamado “comunismo de guerra”. O argumento subjacente é que, no período designado, o esquema estratégico leniniano, apesar das variações e inflexões que apresenta no decorrer de todo esse período, mantém certa coerência interna, que corresponde ao fato de a análise leniniana do imperialismo e as reflexões de *O Estado e a revolução* constituírem sua base teórica subjacente.

I

Uma das premissas fundamentais da análise leniniana do imperialismo, tal como foi exposto no primeiro capítulo, é que este engendrou as condições objetivas que tornam possível e necessária a revolução socialista. É preciso observar agora que, para Lenin, tal hipótese tem sentido apenas quando inserida num quadro internacional: mais do que a Rússia, ele tem em vista os países capitalistas mais avançados da época, nos quais, segundo ele, a guerra mundial havia acelerado a maturação das premissas objetivas da revolução socialista. Lenin deixa isso muito claro numa resolução apresentada na VII Conferência do partido (24-29 de abril de 1917):

“As premissas objetivas da revolução socialista, que indubitavelmente já existiam antes da guerra nos países mais avançados e desenvolvidos, continuavam e continuam amadurecendo em razão desta com vertiginosa rapidez. A substituição e a ruína das fazendas pequenas e médias aceleram-se cada vez mais. A concentração e internacionalização do capital assumem proporções gigantescas. O capitalismo monopolista converte-se em capitalismo monopolista de Estado. As circunstâncias

obrigam uma série de países a implantar a regulação social da produção e da distribuição; alguns deles passam a adotar o trabalho obrigatório para todos.”¹¹⁸

Tudo isso diz respeito aos “países mais avançados e desenvolvidos”, e não às condições específicas da Rússia, onde o proletariado, “que atua em um dos países mais atrasados da Europa, com uma imensa população pequeno-camponesa, não pode propor-se como meta imediata a realização de transformações socialistas”¹¹⁹. Por outro lado, e é isso o que singulariza o esquema estratégico leniniano, para Lenin, o proletariado russo pode e deve colocar para si o objetivo de efetivar “uma série de passos praticamente maduros em direção ao socialismo”. Lenin insiste nesse esquema estratégico desde as *Cartas de longe* (7-26 de março de 1917), onde, propondo como objetivo a passagem da primeira para a segunda etapa da revolução, quer dizer, da etapa que deu o poder à burguesia para a etapa em que devem dispor do poder o proletariado e o campesinato, Lenin indica a necessidade de medidas (controle da produção e da distribuição dos produtos mais importantes, trabalho geral obrigatório, etc.) que, embora não sejam propriamente socialistas, representam, em seu conjunto e em seu desenvolvimento, “a transição ao socialismo, o qual na Rússia não pode ser realizado sem medidas transitórias, mas que é perfeitamente realizável e imperiosamente necessário graças a semelhantes medidas”¹²⁰.

A discussão sobre essas “medidas transitórias” e sobre as condições políticas em que elas podem ser realizadas estende-se por uma série de textos escritos por Lenin entre a Revolução de Fevereiro e a Revolução de Outubro de 1917. O plano mais detalhado dessas medidas está traçado em um trabalho de Lenin escrito em setembro, *A catástrofe que nos ameaça e como combatê-la*. Neste texto, cuja finalidade precípua é denunciar a situação de caos e ruína econômica que o Governo Provisório, liderado por Kerensky, não consegue superar, Lenin predica as seguintes medidas: a fusão de todos os bancos em um só banco estatal, a nacionalização dos grandes consórcios privados (açúcar, petróleo, etc.), a abolição do sigilo comercial, a obrigatoriedade de os empresários agruparem-se em organizações corporativas industriais e comerciais, a obrigatoriedade da organização da população em associações de consumo, a regulação do consumo, com racionamento de todos os artigos, a obrigatoriedade geral

¹¹⁸ LENIN. *Séptima Conferencia (Conferencia de abril) de Toda la Russia del POSD(b)R*, OC, 31, p. 470.

¹¹⁹ *Ibid.*, p. 472.

¹²⁰ LENIN. *Cartas desde lejos. Quinta carta: Las tareas de la organización revolucionaria del Estado*, OC, 31, p. 61.

do trabalho e toda uma série de medidas de registro (contabilidade) e controle da produção e distribuição, tornadas necessárias pela situação econômica desastrosa que o país atravessa. Como Lenin insistentemente repisa, essas não são medidas *socialistas*, mas medidas *capitalistas monopolistas de Estado*. Podemos perguntar, então, qual o sentido dessas medidas na estratégia leniniana de efetivar “uma série de passos praticamente maduros em direção ao socialismo”. A resposta de Lenin é clara. Após salientar o caráter opressivo do capitalismo monopolista de Estado no “Estado dos *junkers* e dos capitalistas”, após denunciar que o que chamam “socialismo de Estado” na Alemanha não passa de “um presídio militar para os operários e um regime de proteção militar para os lucros capitalistas”, Lenin afirma que “o capitalismo monopolista de Estado, em um Estado verdadeiramente democrático-revolucionário, representa um passo, vários passos para o socialismo!”¹²¹. Para entender a proposta de Lenin, é importante compreender todos os termos da equação capitalismo monopolista de Estado + Estado democrático-revolucionário = “vários passos para o socialismo”. Começemos pelo termo capitalismo monopolista de Estado.

Lenin não escreveu um texto sobre o capitalismo monopolista de Estado, nem se preocupou em elucidar o conceito em algum texto não especificamente voltado para esse tema. Isso se explica pelo fato de que, na análise de Lenin, como aponta Gerratana, “não existe nenhuma diferença qualitativa entre capitalismo monopolista e capitalismo monopolista de Estado: o segundo desenvolve, agravando, as mesmas tendências à centralização que são próprias do primeiro, mas não dá vida a uma *nova tendência* do desenvolvimento capitalista, como sucede com o imperialismo em relação ao capitalismo pré-monopolista”¹²². Deste modo, preliminarmente, podemos dizer que o que Lenin vê como progressista no capitalismo monopolista de Estado é a exasperação das tendências à centralização e à concentração próprias ao capitalismo monopolista. Vimos, no primeiro capítulo, que, para Lenin, o grau de concentração e centralização da produção no quadro dos monopólios engendra uma forma muito avançada de regulação do mecanismo econômico, a qual pode ser utilizada como “alavanca” na transição socialista. Na visão de Lenin, o capitalismo monopolista de Estado exacerba esse processo, aproximando ainda mais o advento do socialismo.

¹²¹ LENIN. *La catástrofe que nos amenaza y como combatirla*, OC, 34, p. 197.

¹²² GERRATANA, V. *Investigación sobre la historia del marxismo II: en las raíces del marxismo contemporáneo*. Barcelona: Grijalbo, 1975, pp. 75-76.

Há, contudo, algo de novo no capitalismo monopolista de Estado em relação ao capitalismo monopolista: o controle estatal da economia. Para Lenin, esse fato organizativo está destinado a favorecer, em determinadas condições políticas, a passagem ao socialismo. De acordo com Lenin, o monopólio capitalista de Estado pode ser dirigido quer no interesse dos latifundiários e capitalistas, “em cujo caso não teremos um Estado democrático-revolucionário, mas um Estado burocrático-reacionário, uma república imperialista”, quer no interesse da democracia revolucionária, “em cujo caso *este será precisamente um passo para o socialismo*”¹²³. É nesse contexto que Lenin, abandonando a formulação mais prudente do capitalismo de Estado sob um Estado democrático-revolucionário como “vários passos para o socialismo”, chega a delinear a hipótese de uma transformação direta do capitalismo monopolista de Estado em socialismo:

“Porque o socialismo não é outra coisa que o passo seguinte depois do monopólio capitalista de Estado. Ou, em outros termos, o socialismo não é mais que o monopólio capitalista de Estado *posto a serviço de todo o povo* e que, por isso, *deixou* de ser monopólio capitalista.”¹²⁴

É nesse contexto também que o capitalismo monopolista de Estado fica definido como “a mais completa preparação material para o socialismo”, “sua ante-sala”, “o degrau da escada da história entre o qual e o degrau chamado socialismo *não há nenhum degrau intermediário*”¹²⁵. Nestas formulações, a passagem do capitalismo monopolista de Estado ao socialismo aparece como não-problemática. Não parece ser necessária uma reestruturação profunda do modo de organização e controle interno das empresas monopolistas de Estado nem da forma específica de sua interconexão externa para mudar o seu caráter classista. Para Lenin, tanto as microestruturas produtivas quanto a macroestrutura sintetizadora do capitalismo monopolista de Estado parecem ser ordenadas por “procedimentos racionais” de organização e controle dos processos produtivos/distributivos, que se supõem surjam diretamente, com total “objetividade”, dos pressupostos da produção “socializada” – “socialização”, por sua vez, considerada como um dado “neutro” do desenvolvimento das forças produtivas. Mais uma vez Lenin não consegue transpor a

¹²³ LENIN. *La catástrofe que nos amenaza y como combatirla*, OC, 34, p. 198.

¹²⁴ *Ibid.*, p. 198.

¹²⁵ *Ibid.*, p.199.

aparência fetichista da “racionalidade”, da “objetividade” e da “eficiência” dos mecanismos de organização e controle do capitalismo monopolista, que figuram, para ele, como imperativos tecnicamente indispensáveis de qualquer organização planejada do metabolismo produtivo/reprodutivo social. Desta sorte, o problema da relação dos monopólios capitalistas de Estado com seu conteúdo de classe fica reduzido à questão de *quem controla* o emprego desses monopólios e de seus mecanismos “racionais” de controle, sendo *a priori* excluída a questão de se o modo de controle e as formas de organização que este exige podem ser os mesmos para duas classes antagônicas, isto é, para o capital e para o trabalho. “No fundo”, diz Lenin, “todo o problema do controle se reduz a saber quem controla quem, que classe controla e que classe é controlada”¹²⁶.

Isso nos remete ao segundo termo da equação: o Estado democrático-revolucionário. Com efeito, para Lenin, para que o monopólio capitalista de Estado seja verdadeiramente posto a serviço do povo, deixando de ser um monopólio capitalista, é necessário que o complexo superior dos mecanismos de controle econômico tenha sido tomado por um Estado democrático-revolucionário. No esquema estratégico leniniano, isso significa uma profunda transformação de toda a configuração interna do Estado. Como observa Harding, “quanto mais Lenin insistia na necessidade de capturar os mecanismos *econômicos* de controle, tanto mais ele rejeitava a visão de que o partido ou as massas populares pudessem tomar os mecanismos *políticos* ou *coercivos* que a burguesia tinha criado como veículos de sua dominação”¹²⁷. Em *Os bolcheviques se sustentarão no poder?*, escrito pouco depois de *A catástrofe que nos ameaça e como combatê-la*, Lenin é particularmente enfático nesse ponto. Distinguindo o “aparato de opressão” do Estado do aparato estatal constituído pelos mecanismos econômicos de controle, isto é, o aparato estatal “enlaçado com os bancos e os consórcios” e que “efetua um vasto trabalho de cálculo e controle”, ele insiste em que, enquanto o segundo “não pode nem deve ser destruído”, mas, antes, arrancado das mãos dos capitalistas e posto a serviço do povo, o primeiro pode e deve ser destruído e substituído por um “novo aparato”, um aparato do “tipo” da Comuna de Paris¹²⁸. É a destruição do “aparato de opressão” do Estado e sua substituição por um aparato do “tipo” da Comuna de Paris que constitui o cerne da noção leniniana de Estado democrático-revolucionário.

¹²⁶ LENIN. *La catástrofe que nos amenaza y como combatirla*, OC, 34, p. 181.

¹²⁷ HARDING, N. *Lenin's political thought, 2: theory and practice in the socialist revolution*. Londres: Macmillan, 1981, p. 79.

¹²⁸ LENIN. *¿Se sostendrán los bolcheviques en el poder?*, OC, 34, pp. 312-317.

Lenin já vinha desenvolvendo essa noção desde as *Cartas de longe*, onde ele defende a necessidade de um Estado do “tipo” da Comuna de Paris para efetivar a passagem da primeira à segunda etapa da revolução e identifica na forma política dos soviets os traços característicos desse “tipo histórico” de Estado. A partir de então, no decorrer da primavera e do verão de 1917, artigo após artigo, Lenin insiste em que a “velha máquina do Estado” deve ser destruída e substituída por um Estado organizado segundo a forma Comuna/soviets. Em *A dualidade de poderes*, após caracterizar os soviets como “um poder *do mesmo tipo* da Comuna de Paris de 1871”, Lenin arrola os traços fundamentais desse “tipo de poder”:

“1) a fonte do poder não está em uma lei, previamente discutida e aprovada pelo Parlamento, mas na iniciativa direta das massas desde baixo e em todo lugar, na conquista ‘direta’ do poder, para empregar um termo em voga; 2) substituição da polícia e do exército, como instituições desvinculadas do povo e contrapostas a ele, pelo armamento direto de todo o povo; com este poder guardam a ordem pública os *próprios* operários e camponeses armados, o *próprio* povo em armas; 3) os funcionários e a burocracia são substituídos pelo poder direto do povo ou, ao menos, submetidos a um controle especial, transformam-se em simples mandatários não somente elegíveis, mas também *amovíveis* a todo momento, desde que o povo o exija; transformam-se de casta privilegiada, com uma elevada retribuição, com uma retribuição burguesa, de seus ‘cargozinhos’, em operários de uma ‘arma’ especial, cuja remuneração *não ultrapassa* o salário corrente de um operário qualificado.”¹²⁹

Não é necessário nos determos nesses pontos, sobre os quais Lenin se debruça em *O Estado e a revolução*. Cabe, contudo, frisar que a forma Comuna/soviets descreve, para Lenin, não um conjunto aprioristicamente definido de instituições, mas um projeto de revolucionamento da estrutura do poder: a reabsorção do poder de Estado pelas massas populares auto-organizadas e auto-atuantes. Na concepção leniniana, a forma Comuna/soviets traduz o escopo programático da reabsorção pelo “próprio povo” das funções públicas exercidas pelas instituições do poder do Estado – exército, polícia, burocracia – “desvinculadas do povo e contrapostas a ele”. Esse “tipo de poder” não se circunscreve a nenhuma fórmula predefinida, pois repousa na iniciativa direta das massas populares, em sua experimentação coletiva autônoma. Lenin volta a este ponto

¹²⁹ LENIN. *La dualidad de poderes*, OC, 31, p. 154.

reiteradas vezes em 1917. Em *O congresso dos deputados camponeses*, por exemplo, Lenin escreve que o fundamental é “*construir* a democracia imediatamente, de baixo, com a iniciativa das próprias massas, com sua participação efetiva *em toda* a vida do Estado, sem ‘vigilância’ de cima, sem a burocracia” e afirma que “quanto maiores sejam a variedade, a audácia e a criatividade das massas nesta questão, tanto melhor”¹³⁰. Em um discurso na Conferência da seção do partido da cidade de Petrogrado realizada em abril, ele explica que, ao tratar do problema do poder do Estado, só tomou o exemplo do sovietes “porque já existe”, mas que uma “comuna” pode revestir outras formas políticas sem negar seu pressuposto básico, qual seja, o de ser uma forma de auto-administração autônoma das massas, “sem supervisão de cima”¹³¹.

Não é acidental, porém, que a principal agência para a qual Lenin volta sua atenção, no contexto da discussão sobre a forma Comuna/sovietes, seja a milícia popular. No esquema leniniano, a milícia é a expressão mais imediata da liberação das forças criativas e organizadoras espontâneas das massas populares, cuja vida política independente é sufocada pela maquinaria do Estado burguês. É o momento privilegiado da auto-atividade das massas como antítese direta do substitucionismo encarnado pelos órgãos do poder do Estado burguês, que usurpam o poder social de decisão e de iniciativa das massas populares. Trata-se, antes de tudo, da dissolução das agências coercivas do Estado e da reabsorção de suas funções pelas massas populares. Mas não são apenas funções coercivas/repressivas que Lenin atribui à milícia. Como forma de expressão mais imediata do poder direto das massas auto-organizadas, as funções da milícia, no esquema de Lenin, são múltiplas e complexas. A milícia seria: 1) o “organismo executivo” dos sovietes; 2) a “escola” em que as massas, através de sua própria atividade, de sua experiência direta na direção do Estado, se auto-educam para o exercício efetivo do poder, para a participação em todos os campos da vida do Estado; 3) o lugar de soldagem da hegemonia do proletariado, que deve assumir, no interior da milícia, “uma influência dirigente sobre a massa pobre” (donde Lenin identificar a milícia, em alguns contextos, como uma “milícia proletária”)¹³².

A milícia é a alma e o coração do projeto leniniano de reabsorção do poder do Estado pelas massas populares. Não é casual, portanto, que precisamente no contexto da discussão da milícia Lenin aborde a “questão da mulher”. Trata-se de um dos problemas da liberação das

¹³⁰ LENIN. *El congreso de diputados campesinos*, OC, 31, pp. 287-8

¹³¹ LENIN. *Conferencia de la ciudad de Petrogrado del POSD(b)R*, OC, 31, p. 261-262.

¹³² LENIN. *Cartas desde lejos. Tercera carta: Acerca de la milicia proletaria*, OC, 31, p. 48.

forças criativas das massas. Na terceira das *Cartas de longe*, a qual Lenin intitula *Acerca da milícia proletária*, podemos ler:

“Sem incorporar as mulheres ao cumprimento das funções sociais, ao serviço na milícia e à vida pública, sem arrancar as mulheres do ambiente embrutecedor da casa e da cozinha, é impossível assegurar a verdadeira liberdade, é impossível inclusive construir a democracia, sem falar já do socialismo.”¹³³

Em *As tarefas do proletariado em nossa revolução (Projeto de plataforma do partido proletário)*, texto de abril de 1917, Lenin, ao tratar do problema da milícia, retoma essa questão:

“Sem incorporar a mulher à participação independente tanto na vida política em geral como no serviço social permanente que devem prestar todos os cidadãos, é inútil falar não só de socialismo, mas igualmente de qualquer democracia completa e estável.”¹³⁴

Na seqüência, contudo, Lenin trai os limites de sua compreensão da “questão da mulher”, concebendo uma divisão de funções no serviço social da milícia – incumbida também de tarefas próprias ao que Lenin chama “polícia do bem-estar social” – em que recaem sobre as mulheres funções análogas àquelas que lhes são tradicionalmente atribuídas no microcosmo familiar (cuidado dos enfermos e das crianças, alimentação, etc.). Pode-se mesmo dizer que Lenin “essencializa” os assim chamados “atributos femininos”, entendendo que tais funções não podem ser realizadas “satisfatoriamente” sem o concurso das mulheres:

“Há, ademais, funções de ‘polícia’, como o cuidado dos enfermos e das crianças abandonadas, a inspeção da alimentação, etc., que não podem ser cumpridas satisfatoriamente sem conceder às mulheres plena igualdade de direitos não somente no papel, mas também na realidade.”

Após essas considerações sobre a compreensão leniniana da forma Comuna/soviets, devemos observar que, para Lenin, a noção de Estado democrático-revolucionário diz respeito

¹³³ Ibid., p. 48.

¹³⁴ LENIN. *Las tareas del proletariado en nuestra revolución (Proyecto de plataforma del partido proletario)*, OC, 31, p. 174.

não somente à forma política do Estado como também ao seu conteúdo de classe. O epíteto “democrático-revolucionário” pretende apreender um regime político fluído, um regime que não é mais aquele da dominação burguesa, mas que não pode ser ainda compreendido como um Estado proletário. Para Lenin, o novo regime que surgirá da revolução não pode ser, em nenhuma medida, outra coisa senão um regime *de transição*, dado que sua base social – proletariado + campesinato – é composta por forças sociais heterogêneas, tendo interesses que não são *imediatamente* os mesmos. É importante grifar esse *imediatamente*. Lenin considera que *mediatamente* os interesses do proletariado e da imensa maioria dos camponeses são os mesmos porquanto o modo de produção parcelar dos pequenos camponeses “*não está em condições* de liberar a humanidade da miséria das massas” e os pequenos camponeses, sob a influência educadora do proletariado e partindo de sua própria experiência, podem chegar por si mesmos até a “passagem à grande fazenda sobre bases coletivas” como finalidade¹³⁵.

O que se deve compreender aqui é que, na visão de Lenin, a diferença entre esse *imediatamente* e esse *mediatamente* interdita a possibilidade de uma transição direta ao socialismo (entendido por Lenin como a “primeira fase do comunismo”) e prescreve um programa que prevê a necessidade de diferentes fases de transição. É assim que Lenin, em diversos textos escritos entre a Revolução de Fevereiro e a Revolução de Outubro, sublinha o princípio de que o novo regime “não se pode propor, de modo algum, ‘implantar’ o socialismo em um país de pequenos camponeses, enquanto a maioria da população não haja tomado consciência da necessidade da revolução socialista”¹³⁶. Em se tratando de um “país de pequenos camponeses”, o novo regime, segundo Lenin, terá, inicialmente, de tomar medidas regulares que, em certo sentido, sacrificam o programa socialista em prol dos projetos não-socialistas ou mesmo anti-socialistas do campesinato com o objetivo de trazê-lo à revolução e, ao mesmo tempo, deverá, em consonância com o “grau” de consciência das massas proletárias e camponesas, tomar medidas que tragam em germe ou suavizem o desenvolvimento ulterior em direção ao socialismo através de diferentes fases de transição. É esse duplo objetivo que caracteriza o Estado democrático-revolucionário como um regime de transição.

¹³⁵ LENIN. *El congreso de diputados campesinos*, OC, 31, p. 287.

¹³⁶ LENIN. *Las tareas del proletariado en nuestra revolución (Proyecto de plataforma del partido proletario)*, OC, 31, pp. 176-7.

Neste íterim, é importante notar que Lenin não designa um lugar equivalente ao proletariado e ao campesinato no interior da associação que configura o Estado democrático-revolucionário. Lenin reafirma, a todo instante, o primado das forças proletárias em relação ao movimento dos camponeses, confiando ao proletariado, “única classe conseqüentemente revolucionária”¹³⁷, “única classe capaz de audácia e decisão”¹³⁸, o papel de “guia” em relação ao campesinato, que, “em virtude de sua situação de classe, vacila de maneira inevitável entre a burguesia e o proletariado”¹³⁹. Mesmo em relação ao programa agrário, Lenin defende que o “centro de gravidade” devem ser os sovietes de assalariados agrícolas e não os sovietes camponeses¹⁴⁰. Além disso, ele sugere uma aliança estratégica privilegiada entre o proletariado e os camponeses pobres, que, por sua situação de classe (trata-se, em sua maioria, de trabalhadores semiproletários), supostamente têm, *imediatamente*, ao invés de apenas *mediatamente* como os camponeses médios, os mesmos interesses do proletariado. Em vista dessa aliança estratégica privilegiada é que Lenin propõe a criação, sem rachar os sovietes camponeses, de sovietes de camponeses pobres, que, ao lado dos sovietes de assalariados agrícolas, deveriam constituir o principal ponto de apoio para fazer avançar o socialismo no campo¹⁴¹.

Apesar disso, é importante sublinhar que, para Lenin, no que concerne ao programa agrário, são inadmissíveis quaisquer medidas tomadas a expensas dos interesses e da consciência da maioria das massas camponesas. Nesse sentido é que Lenin afirma que a nacionalização da terra só pode ser assumida como meta imediata do programa agrário caso encontre respaldo no seio da maioria das massas camponesas e, de qualquer modo, só pode ser adotada em consonância com o princípio de que deve caber aos sovietes camponeses e/ou às outras formas de auto-organização dos camponeses o direito de disposição efetiva da terra nacionalizada, o que inclui a possibilidade de partilha da terra nacionalizada, em contraposição ao desejo dos socialistas de que os camponeses passem o mais rapidamente possível à produção sobre bases

¹³⁷ LENIN. *La catástrofe que nos amenaza y como combatirla*, OC, 34, p. 204.

¹³⁸ LENIN. *Un problema fundamental de la revolución*, OC, 34, p. 213.

¹³⁹ LENIN. *La catástrofe que nos amenaza y como combatirla*, OC, 34, p. 205.

¹⁴⁰ Cf. LENIN. *Las tareas del proletariado en la presente revolución*, OC, 31, p. 122.

¹⁴¹ Ver, por exemplo, LENIN. *Las tareas del proletariado en nuestra revolución (Proyecto de plataforma del partido proletario)*, OC, 31.

coletivas¹⁴². Para Lenin, como ressalta Linhart, “o essencial é que os próprios camponeses resolvam, passando à ação, a questão das terras”¹⁴³.

Depois dessas considerações, pode-se ter uma idéia mais concreta do que Lenin tem em vista quando advoga o capitalismo monopolista de Estado sob o Estado democrático-revolucionário. Não discutirei aqui o problema da compatibilidade entre o capitalismo de Estado e o poder soviético, nem o caráter problemático de um programa de destruição do Estado burguês que estipula *a priori* limites a essa destruição, defendendo a preservação do aparato estatal ligado aos mecanismos de controle econômico do capitalismo de Estado. Essas questões serão discutidas na medida em que essas contradições confrontarem a reflexão leniniana em sua relação direta com a experiência prática do período pós-Revolução de Outubro. No momento, cabe apenas ressaltar que Lenin não imagina o capitalismo de Estado sob o Estado democrático-revolucionário como um modelo fechado. É interessante recordar aqui a disputa entre Lenin e Bukharin em torno da revisão do programa do partido nas vésperas da Revolução de Outubro. Bukharin observa que, na perspectiva de uma passagem direta, fácil, imediata para o capitalismo de Estado e, deste, para o socialismo, já seria inútil manter no programa, conforme as indicações de Lenin, as reivindicações do programa mínimo, isto é, as reivindicações realizáveis no quadro do regime burguês. A resposta de Lenin (6-8 de outubro) é bastante sugestiva. Depois de ratificar a premissa de acordo com a qual, “nas condições da revolução, o capitalismo monopolista de Estado transforma-se *diretamente* em socialismo”, Lenin começa recordando que não é sábio “cantar vitória antes de vencer a batalha”¹⁴⁴ e, na seqüência, lembra que, no aspecto político,

“a república dos Sovietes não existe ainda; em segundo lugar, não se excluem ‘tentativas de restauração’; é necessário primeiro afrontá-las e vencê-las; em terceiro lugar, durante a transição do velho ao novo, são possíveis ‘tipos combinados’ transitórios (...), por exemplo, uma república dos Sovietes e uma Assembléia Constituinte. Realizemos tudo isso e depois teremos tempo para rechaçar o programa mínimo.

O mesmo ocorre na esfera econômica. Todos estamos de acordo em que *o medo* de marchar para o socialismo é uma grande infâmia e uma *traição* à causa do proletariado.

¹⁴² Ver, por exemplo, as observações de Lenin sobre o problema agrário na Sétima Conferência do partido (LENIN. *Séptima Conferencia (Conferencia de abril) de Toda la Rusia del POSD(b)R*, OC, 31, pp. 435-442.)

¹⁴³ LINHART, R. *Lenin, os camponeses, Taylor: ensaio de análise baseado no materialismo histórico sobre a origem do sistema produtivo soviético*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983, p. 30.

¹⁴⁴ LENIN. *Revisión del programa del partido*, OC, 34, p. 383.

Todos estamos de acordo em que entre os primeiros passos fundamentais que se hão de dar nesse caminho devem figurar medidas como a nacionalização dos bancos e consórcios. Realizemos estas e outras medidas e *depois veremos*. Estaremos, então, em condições de *ver melhor*, pois a experiência prática, que vale mil vezes mais que os melhores programas, ampliará infinitamente nosso horizonte. É possível e inclusive provável, mais ainda, indubitável, que tampouco aqui poderemos evitar os ‘tipos combinados’ de transição; não poderemos, por exemplo, nacionalizar de imediato as pequenas empresas com um ou dois trabalhadores assalariados nem sequer as submeter a um verdadeiro controle operário. É verdade que seu papel será insignificante e ficarão de pés e mãos atados pela nacionalização dos bancos e trustes, mas, enquanto subsistam ainda que sejam apenas resquícios de relações burguesas, por que rechaçar o programa mínimo? Como marxistas que avançamos com audácia para a maior revolução do mundo, mas que ao mesmo tempo apreciamos serenamente os fatos, não temos o direito de rechaçar o programa mínimo.”¹⁴⁵

Aqui encontramos, junto às linhas fundamentais do método leniniano da soberania do concreto na elaboração de uma estratégia revolucionária, a clara consciência de que a revolução não conduzirá a uma formação social homogênea – o capitalismo monopolista de Estado sob o Estado democrático-revolucionário – que desembocará, sem estágios intermediários, em outra formação social homogênea – o socialismo (a “primeira fase da sociedade comunista”). Pelo contrário, Lenin indica a inevitabilidade de formas sociais “mistas” e até opostas, de “tipos combinados” transitórios, tanto no que diz respeito ao plano político quanto ao plano sócio-econômico. Lenin aprofundará posteriormente essa análise, examinando o caso concreto da Rússia pós-Revolução de Outubro. O que importa reter aqui é o princípio leniniano de acordo com o qual não se pode estabelecer aprioristicamente um modelo único de transição: a elaboração da estratégia revolucionária na transição socialista só pode ser feita à base da experiência prática concreta em relação ao conjunto das condições internas e internacionais, que serão determinadas a cada momento no decorrer do processo revolucionário.

¹⁴⁵ Ibid., pp. 385-6.

II

A Revolução de Outubro emerge em um terreno histórico que dificilmente pode ser considerado o mais ideal. Trata-se de uma revolução levada a cabo em um país devastado pela guerra e perigando entrar em uma curva de deterioração rápida da situação econômica (caos e fome). Trata-se, além disso, de uma revolução que não teve seu desdobramento imediato na internacionalização do processo revolucionário. É nesse terreno histórico que Lenin começa a elaborar sua estratégia socialista para a Rússia pós-Revolução de Outubro.

No que diz respeito aos meses que antecedem o início da insurreição branca e da intervenção estrangeira, as linhas fundamentais da estratégia leniniana encontram-se esboçadas em três trabalhos: a primeira variante (março de 1918) e o texto final (abril de 1918) do artigo *As tarefas imediatas do poder soviético* e o artigo *Acerca do infantilismo “esquerdista” e do espírito pequeno-burguês* (maio de 1918). É interessante iniciar o exame desses escritos pelo terceiro, pois isso nos permitirá, desde logo, apreender os contornos mais gerais da estratégia leniniana e, deste modo, o quadro geral que constitui o pano de fundo do conjunto das proposituras leninianas nos dois primeiros textos.

Em *Acerca do infantilismo “esquerdista” e do espírito pequeno-burguês*, Lenin retoma sua polêmica com os assim chamados “comunistas de esquerda”, derrotados pouco antes no que se refere ao problema da paz de Brest-Litovsk¹⁴⁶. Mas aqui, ainda que os problemas da política externa estejam presentes, são os problemas da política econômica que figuram em seu cerne, tendo o tema da relação entre socialismo e capitalismo de Estado um relevo especial.

Nesse período, tinham sido adotadas apenas medidas parciais de nacionalização. Nesse momento, considera-se como a palavra de ordem mais importante a recuperação econômica do

¹⁴⁶ Nas polêmicas no interior do partido quanto à questão da paz de Brest-Litovsk, os “comunistas de esquerda”, liderados por Bukharin, defendem a rejeição do tratado de paz proposto pelos alemães e o desdobramento da Revolução de Outubro numa “guerra revolucionária”, que, supostamente, suscitaria um impulso revolucionário de apoio ao poder soviético nos países ocidentais. Lenin rechaça decididamente essa posição, pois considera que 1) não há forças capazes de travar essa “guerra revolucionária”, 2) não se pode prever, com base em nenhum cálculo, a deflagração de um processo revolucionário nos países ocidentais e 3) a continuidade do conflito pode resultar na perda do poder soviético. Na sua opinião, o tratado de paz deve ser imediatamente assinado. Lenin é derrotado sucessivas vezes no interior do Comitê Central. Enquanto isso, o exército alemão avança rapidamente sobre o território russo numa seqüência de ofensivas militares vitoriosas. Por fim, a proposta de Lenin vence e o tratado de Brest-Litovsk é assinado em 3 de março de 1918, em condições ainda mais desfavoráveis para o jovem poder soviético. Logo após a assinatura do tratado, os “comunistas de esquerda” lançam o primeiro número do periódico intitulado *Kommunist*, aparecendo publicamente como uma oposição que envereda pela via da cisão e da constituição de um novo partido.

país para garantir a satisfação das necessidades mais elementares da população. Em vista desse objetivo, a maioria do Comitê Central, Lenin incluso, em vez de apressar-se em completar o processo de confisco e nacionalização, decide modificar as relações do poder soviético com uma fração da burguesia, cuja competência é considerada necessária à gestão das fábricas, bem como à coordenação das atividades econômicas. A antiga administração capitalista das empresas é em parte restabelecida e concede-se grande autoridade à camada dos engenheiros, especialistas e técnicos, que ocupam posições dominantes no Conselho Superior da Economia Nacional (VSNKh, na sigla russa) – órgão superior do sistema de conselhos econômicos responsável pela gestão centralizada da indústria – e seus anexos – os *glavki*, direções gerais, responsáveis pela direção econômica das indústrias de determinados setores –, ao mesmo tempo em que se fazem concessões em matéria de salários aos especialistas e técnicos burgueses para assegurar sua colaboração em um programa de recuperação acelerada das atividades produtivas.

Nesse contexto, a divergência entre Lenin e os “comunistas de esquerda” não se situa no problema da representação desses fatos. Com efeito, para ambos, trata-se de uma paralisação na ofensiva contra o capital e de uma evolução para o capitalismo de Estado. A divergência diz respeito à avaliação teórica e política da relação entre socialismo e capitalismo de Estado no contexto específico da Rússia soviética de 1918. Defendendo a passagem *direta* ao comunismo, os “comunistas de esquerda” consideram a evolução para o capitalismo de Estado como um “passo atrás”. Lenin, ao contrário, pensa que a evolução para o capitalismo de Estado não somente é necessária para encontrar uma saída para a situação catastrófica em que se encontra o país como, na prática, isto é, em face da heterogênea realidade sócio-econômica da Rússia pós-revolucionária, que não inclui somente a oposição entre socialismo e capitalismo de Estado, representa um “passo à frente” *real* na construção do socialismo. A posição leniniana deve ser examinada com vagar.

Passagem fundamental de *Acerca do infantilismo “esquerdista” e do espírito pequeno-burguês* é aquela em que Lenin explica que a expressão “República Socialista Soviética” descreve antes o desígnio de “levar a cabo a transição ao socialismo” do que a realidade objetiva do novo regime econômico¹⁴⁷. Este, de acordo com Lenin, não pode, de modo algum, ser identificado como “socialista”. Para Lenin, no atual momento da transição, o “novo regime”

¹⁴⁷ LENIN. *Acerca del infantilismo “izquierdista” y del espíritu pequeñoburgués*, OC, 36, p. 304.

apresenta-se, concretamente, como uma realidade heterogênea em que se justapõem, de modo conflituoso e contraditório, limitando-se reciprocamente, “elementos, partículas, pedacinhos *tanto* do capitalismo *como* do socialismo”. Para complicar ainda mais a situação, esses “elementos, partículas, pedacinhos” de capitalismo não se compõem como elementos de uma formação social homogênea face aos “elementos, partículas, pedacinhos” de socialismo. Não se trata, segundo Lenin, de uma realidade em que se contrapõe ao socialismo um capitalismo integralmente transformado em capitalismo monopolista de Estado, mas de uma realidade complexa e multifacetada em que se entrelaçam estreitamente elementos de cinco “tipos de economia social”:

“1) a economia camponesa patriarcal, isto é, natural em grau considerável; 2) a pequena produção mercantil (nela se inclui a maioria dos camponeses que vendem cereais); 3) o capitalismo privado; 4) o capitalismo de Estado; 5) o socialismo.”¹⁴⁸

Deste modo, para Lenin, a formação social da Rússia pós-revolucionária pode ser descrita como uma coexistência contraditória e conflituosa de diversos tipos de “economia social”, entre os quais a dominância da “economia social” de tipo “socialista” não foi ainda afirmada estável e irreversivelmente. O problema dessa caracterização não é apenas o de entender o que se identifica, do ponto de vista econômico, como “elementos do socialismo” na formação social russa, mas também, e sobretudo, a idéia subjacente segundo a qual o processo de instauração de uma “economia social” de tipo “socialista” (leia-se: comunista) pode ocorrer “ao lado” do modo de produção capitalista. O que se deve enfatizar aqui, em contraposição à abordagem de Lenin, é que não é possível fundar novas relações sociais, relações sociais de caráter comunista, sem uma transformação radical do processo laborativo, sem a transformação das forças produtivas subordinadas ao capital. No sistema do capital, a divisão técnica do trabalho, consubstanciada em uma divisão estrutural-hierárquica do trabalho, estrutura o conjunto dos nexos entre produtores, meios de produção, conhecimento e controle do processo produtivo, fundando materialmente o domínio despótico do capital sobre o trabalho. Por essa razão, como diz Turchetto, “a instauração de relações de produção de tipo comunista não é algo que possa de forma alguma preceder à transformação da estrutura material, técnico-organizativa da produção, mas algo que *coincide*

¹⁴⁸ Ibid., pp. 304-5.

imediatamente com tal transformação, está diretamente implicada nela”¹⁴⁹. Pode-se afirmar assim que a abordagem de Lenin reflete a incompreensão do fato de que a divisão técnica do trabalho “é o lugar real de existência da relação social capitalista e da determinação ‘profunda’ de todos os complexos aspectos da sociedade burguesa”¹⁵⁰.

Logo após ter enumerado os cinco “tipos de economia social” que coexistem na formação social russa, Lenin destaca que o elemento predominante, em um país de pequenos camponeses, é o “elemento pequeno-burguês”, pois “a imensa maioria dos pequenos camponeses são pequenos produtores de mercadorias”¹⁵¹. De acordo com Lenin, é em face dessa realidade que se deve situar o problema da relação entre capitalismo de Estado e socialismo e não num plano abstrato que, primeiro, isola artificialmente essas duas categorias econômicas para, depois, perguntar pela sua relação. No plano da fase de transição particular que a Rússia atravessa, esclarece Lenin,

“Não é o capitalismo de Estado que luta contra o socialismo, mas a pequena burguesia mais o capitalismo privado que lutam juntos, de comum acordo, tanto contra o capitalismo de Estado como contra o socialismo. A pequena burguesia opõe resistência a *qualquer* intervenção do Estado, a *quaisquer* contabilidade e controle, tanto capitalista de Estado como socialista de Estado. Este é um fato da realidade absolutamente incontroverso, e na incompreensão dele está a raiz do erro econômico dos ‘comunistas de esquerda’.”

Nesse momento, o plano leniniano para o desenvolvimento sócio-econômico do novo regime é perfeitamente claro. O “elemento pequeno-burguês”, que, associado ao capitalismo privado, procura escapar por todos os meios disponíveis a “quaisquer contabilidade e controle, tanto capitalista de Estado como socialista de Estado”, é “nosso principal inimigo interno”. Para não se deixar envolver e sufocar pelos milhões de tentáculos dessa “hidra pequeno-burguesa”, configuram-se como necessárias, para Lenin, uma espécie de colaboração ou de “aliança” entre os elementos de socialismo e os elementos de capitalismo de Estado e uma revitalização deste último para abrir caminho ao fortalecimento do socialismo:

¹⁴⁹ TURCHETTO, M. “As características específicas da transição ao comunismo”, In: NAVES, M. B. (org.). *Análise marxista e sociedade de transição*. Campinas: UNICAMP, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2005, p. 31.

¹⁵⁰ *Ibid.*, 45.

¹⁵¹ LENIN. *Acerca del infantilismo “izquierdista” y del espíritu pequeñoburgués*, OC, 36, p. 305.

“Os operários têm em suas mãos o poder do Estado, têm a absoluta possibilidade jurídica de ‘tomar’ todo milhar, isto é, de não entregar um só copeque que não esteja destinado a fins socialistas. Esta possibilidade jurídica, que se assenta na passagem efetiva do poder aos operários, é um elemento de socialismo.

Mas os elementos da pequena propriedade e do capitalismo privado se valem de muitos meios para minar essa situação jurídica, para abrir passagem à especulação e frustrar o cumprimento dos decretos soviéticos. O capitalismo de Estado significaria um gigantesco passo adiante (...) pois vencer a desordem, o desajuste e o relaxamento é o mais importante, pois continuar a anarquia da pequena propriedade é o perigo maior e mais temível, que nos derrotará *indubitavelmente* (se não o vencemos), ao passo que pagar um tributo maior pelo capitalismo de Estado, longe de nos derrotar, nos levará pelo caminho mais seguro para o socialismo.”¹⁵²

Mas, se o plano leniniano, pelo menos em suas grandes linhas, é perfeitamente claro no que concerne ao *mediato estratégico*, definido pelo uso estratégico do capitalismo de Estado como elo de mediação com o socialismo, o mesmo não pode ser dito em relação ao *longo prazo estratégico*, isto é, às condições da transição do capitalismo de Estado ao socialismo. Com efeito, Lenin parece muito mais preocupado em enfatizar os elementos de *continuidade* do que os de *descontinuidade* entre o capitalismo de Estado e o socialismo, não inserindo a estratégia imediata da “aliança” entre ambos num quadro mais amplo de mudança estratégica significativa, que incluía os problemas da transformação do capitalismo de Estado em socialismo. À pergunta de caráter geral “Qual a relação entre capitalismo de Estado e socialismo?”, Lenin responde não com uma completa definição formal de ambos, mas, conforme o seu método habitual, com uma resposta parcial e circunstanciada, enfocando o imediato estratégico:

“Na Rússia, predomina hoje precisamente o capitalismo pequeno-burguês, a partir do qual *um mesmo caminho* leva tanto ao grande capitalismo de Estado como ao socialismo, leva através de *uma mesma* estação intermédia chamada ‘contabilidade e controle por todo o povo da produção e da distribuição dos produtos’.”¹⁵³

¹⁵²Ibid., pp. 307-8.

¹⁵³ Ibid., p. 310.

Contabilidade e controle: eis os termos mediante os quais Lenin descreve sinteticamente as medidas que tornam possível tanto o capitalismo de Estado como o socialismo. Em *O Estado e a revolução*, Lenin define a contabilidade e o controle como “o *principal* para fazer funcionar bem a *primeira fase* da sociedade comunista”¹⁵⁴. A contabilidade e o controle traduzem, no esquema leniniano, a organização “racional” e “harmônica” do metabolismo produtivo/distributivo em contraposição à anarquia que caracteriza a divisão social do trabalho na sociedade capitalista. É a “racionalização” do trabalho no interior da fábrica que fornece, então, para Lenin, o modelo de uma “racionalização harmônica” do organismo econômico da sociedade inteira na “primeira fase da sociedade comunista”, isto é, no socialismo: “Toda a sociedade será uma só oficina e uma só fábrica com trabalho igual e salário igual.”¹⁵⁵

É em relação a uma tal caracterização que podemos compreender melhor a conhecida definição leniniana de setembro de 1917 de acordo com a qual o capitalismo monopolista Estado é a “ante-sala” do socialismo: o capitalismo de Estado é identificado como um modo de organização “racional” e “harmônica” do trabalho no interior da configuração “híbrida” determinada pela contradição entre a concorrência e o monopólio. Lenin destaca justamente esse aspecto ao apontar para a Alemanha como um “exemplo concretíssimo” de capitalismo de Estado em 1918: “Ali temos a ‘última palavra’ da grande técnica capitalista moderna e da organização harmônica, *subordinada ao imperialismo latifundiário-burguês*.”¹⁵⁶ E não é espantoso que, na seqüência, Lenin defina as precondições do socialismo nos mesmos termos com que caracteriza o capitalismo de Estado:

“O socialismo é inconcebível sem a grande técnica capitalista baseada na última palavra da ciência moderna, sem uma organização estatal harmônica que submeta dezenas de milhões de pessoas à mais rigorosa observação de uma norma única na produção e na distribuição dos produtos”.

Contabilidade e controle representam, então, “o que é comum ao capitalismo de Estado e ao socialismo”¹⁵⁷, como formas de “organização estatal harmônica” do metabolismo

¹⁵⁴ LENIN. *El Estado y la revolución*, OC, 33, p. 103.

¹⁵⁵ Ibid., p. 104.

¹⁵⁶ LENIN. *Acerca del infantilismo “izquierdista” y del espíritu pequeñoburgués*, OC, 36, p. 309.

¹⁵⁷ Ibid., p. 311.

produtivo/distributivo, subordinado à força reguladora de um plano comum que “submete dezenas de milhões de pessoas a uma norma única”. Note-se que Lenin não estabelece nenhuma distinção entre a “organização estatal harmônica” do capitalismo de Estado e a “organização estatal harmônica” do socialismo, não examinando, em momento algum, a diferença substantiva entre um plano conscientemente concebido pela totalidade dos produtores associados (como o que é pressuposto pelo projeto socialista marxiano) e um plano econômico unilateral, tecnocraticamente concebido (como o que caracteriza o capitalismo de Estado). Reiterando apenas a asserção de natureza apodíctica-abstrata sobre a necessidade do planejamento econômico no socialismo, Lenin, mais uma vez, acentua apenas o que aproxima e não o que separa o capitalismo de Estado e o socialismo.

Deve-se, todavia, sublinhar que, em Lenin, a *proximidade econômica* do capitalismo de Estado em relação ao socialismo não significa, como ressalva corretamente Gerratana, que “estes dois elementos tenham se convertido em um *bloco homogêneo* do novo regime de transição”¹⁵⁸. Malgrado Lenin não procure delimitar de maneira nítida os elementos socialistas dos elementos capitalistas de Estado no “novo regime de transição”, não deixa, porém, de demonstrar que, ainda que ligados, eles se limitam reciprocamente. As relações capitalistas desenvolvidas pelo capitalismo de Estado devem, conforme o plano leniniano, ser controladas e limitadas pelo Estado soviético para impedir que se transformem em *relações de poder*, levando à restauração do poder político dos capitalistas, mas também o poder soviético, por sua vez, se encontra irrefragavelmente limitado em suas possibilidades de fazer avançar os “elementos de socialismo” devido às concessões feitas aos capitalistas e técnicos burgueses dispostos a colaborar, mediante um tributo, com o seu programa de restauração econômica.

Grife-se: a natureza de classe do novo poder (que se configura como uma aliança de classe entre o proletariado e o campesinato hegemônica pelo primeiro) e suas novas formas de Estado (inspiradas na forma Comuna/sovietes) são, para Lenin, os elementos fundamentais de diferenciação entre o velho e o novo regime. Por isso, quando ele propõe uma “aliança” entre o socialismo e o capitalismo de Estado, não tem em vista, sob nenhuma hipótese, uma *aliança de classe* com a burguesia e muito menos um *compromisso de poder*. Como explica Gerratana, no esquema estratégico leniniano, “privilegiam-se relações econômicas assentadas no capitalismo de

¹⁵⁸ GERRATANA, V. *Investigación sobre la historia del marxismo II: en las raíces del marxismo contemporáneo*. Barcelona: Grijalbo, 1975, p. 86.

Estado e, portanto, em definitivo, as relações capitalistas de produção, mas não o poder político dos capitalistas como classe”¹⁵⁹.

O que Lenin, no otimismo de sua formulação do problema das limitações recíprocas entre os elementos socialistas e capitalistas de Estado, não parece disposto a considerar são as implicações negativas, sobre o plano político, dos imperativos estruturais objetivos emanados da estrutura geral produtiva e da divisão estrutural-funcional – *hierárquica* – do trabalho herdadas, que são reforçadas, no imediato estratégico, pelo privilegiamento das “relações econômicas assentadas no capitalismo de Estado”. Parece que, para Lenin, o projeto de transferência das múltiplas funções de controle político para as massas populares pode ser efetivado independentemente do reforço consciente da *hierarquia* – inerente à estratégia de fortalecimento das “relações econômicas assentadas no capitalismo de Estado” – na indústria e nos aparelhos econômicos do Estado e assegurar que essa hierarquia não desborde do plano econômico para o político. Na verdade, Lenin exorciza esse problema declarando que determinadas funções *objetivamente privilegiadas* (gestão das empresas, funções de coordenação nos órgãos estatais regulatórios da economia, etc.) no plano da produção/reprodução material são delegadas, sob estrito controle do Estado soviético, aos capitalistas “não como capitalistas, mas como técnicos e organizadores aos quais se dá uma alta remuneração”¹⁶⁰. Ele só não explica como é alterado o caráter *capitalista* das funções requeridas dos “antigos capitalistas”, se a estrutura geral produtiva e a divisão estrutural-funcional do trabalho herdadas – das quais emanam os imperativos estruturais dessas funções – permanecem intactas e são, mesmo, reforçadas no imediato estratégico. Por meio desse subterfúgio, Lenin evita a questão da dialética das relações recíprocas entre os planos político e econômico, em especial a questão de se a hierarquia e a dominação relacionadas à estrutura material produtiva e à divisão estrutural-funcional do trabalho herdadas não tenderão a articular-se de maneira semelhante no plano político, se não se lhes opõe, desde o primeiro momento, uma *práxis transformadora* engajada no revolucionamento orgânico do próprio modo de produção.

Esses dilemas da estratégia leniniana aparecem ainda de modo mais evidente na primeira variante e no texto final do artigo *As tarefas imediatas do poder soviético*, onde Lenin aborda

¹⁵⁹ GERRATANA, V. *Investigación sobre la historia del marxismo II: en las raíces del marxismo contemporáneo*. Barcelona: Grijalbo, 1975, p. 86.

¹⁶⁰ LENIN. *Acerca del infantilismo “izquierdista” y del espíritu pequeñoburgués*, OC, 36, p. 319.

mais diretamente questões relativas à organização interna dos microcosmos produtivos. Passemos, portanto, a esses textos, agora que já examinamos o artigo *Acerca do infantilismo “esquerdista” e do espírito pequeno-burguês*, que explicita o plano global da estratégia leniniana.

III

Em *Acerca do infantilismo “esquerdista” e do espírito pequeno-burguês*, Lenin explica aos seus críticos “de esquerda” que a dialética da história engendrou, dentro da mesma “casca do imperialismo internacional”, “duas metades separadas do socialismo”, de tal modo que, em 1918, a Alemanha encarna as “condições sociais, produtivas e econômicas do socialismo”, enquanto a Rússia encarna suas “condições políticas”¹⁶¹. Nesse contexto, segundo ele, enquanto a revolução tardar a irromper na Alemanha, impõe-se ao poder soviético, que encarna as “condições políticas” do socialismo, acelerar ao máximo a obtenção das “condições sociais, produtivas e econômicas” para encetar a construção do socialismo, o que significa, na prática, “aprender dos alemães o capitalismo de Estado”, “implantá-lo *com todas as forças*, não regatear métodos *ditatoriais* para acelerar essa implantação”¹⁶².

É nessa perspectiva que se inserem as medidas defendidas por Lenin na primeira variante e no texto final do artigo *As tarefas imediatas do poder soviético*, redigidos pouco tempo antes de *Acerca do infantilismo “esquerdista” e do espírito pequeno-burguês*. Na primeira variante do artigo, Lenin não utiliza sequer a fórmula mais cautelosa do “aprender o capitalismo de Estado”, que deixa margem para imaginar que as “condições sociais, produtivas e econômicas do socialismo” amadurecidas no quadro das relações capitalistas devem passar por profundas transformações orgânicas antes de serem assumidas e assimiladas. Nesse texto, Lenin diz que “é preciso, em grande medida, aprender socialismo dos dirigentes dos trustes, é necessário aprender socialismo dos melhores organizadores do capitalismo”¹⁶³, dando a entender que as formas mais avançadas de organização do trabalho amadurecidas no quadro das relações capitalistas são as

¹⁶¹ Ibid., p. 309.

¹⁶² Ibid., p. 310.

¹⁶³ LENIN. *Primera variante del artículo “Las tareas inmediatas del poder soviético”*, OC, 36, p. 143.

mesmas do socialismo, com sinal diferente apenas em função da natureza de classe do direcionamento que lhes fosse dado.

Para esclarecer esse tipo de proposição, é preciso compreender a que Lenin se refere quando fala das “condições sociais, produtivas e econômicas do socialismo”. No artigo *As tarefas imediatas do poder soviético*, Lenin menciona duas “condições materiais da realização do socialismo”: 1) a contabilidade e o controle da produção e da distribuição dos produtos por todo o povo, contabilidade e controle que distinguem a *socialização* da produção da mera *estatização* dos meios de produção; 2) o aumento da produtividade do trabalho¹⁶⁴.

O que singulariza o esquema leniniano é que há um claro rompimento entre os métodos subjacentes a uma e a outra condição: a contabilidade e o controle da produção e da distribuição dos produtos por todo o povo baseiam-se em um prodigioso impulso democrático, na participação das grandes massas nas tarefas de gestão da vida econômica, na iniciativa das massas, que superam sua tradicional atitude de passividade diante do Estado e dos problemas da gestão da economia; já o aumento da produtividade do trabalho implica, segundo Lenin, o reconhecimento das condições limitadoras e dos imperativos funcionais da organização *técnica* do processo de trabalho, que, de acordo com a visão de Lenin, exige uma concentração extrema da autoridade e a submissão incondicional das massas à autoridade diretora dos técnicos e dirigentes do processo de trabalho.

O rompimento entre um plano e outro fica bastante evidente no artigo publicado por Lenin. Toda uma parte do texto é dedicada a demonstrar a necessidade, “para o êxito do socialismo”, da passagem da democracia formal à “participação das massas trabalhadoras na gestão” tanto no plano político quanto no plano econômico, a necessidade de “submeter ao juízo das massas os problemas econômicos e ajudar-lhes a estudá-los seriamente”, a necessidade de “levar [a estatística] às massas, popularizá-la para que os trabalhadores aprendam pouco a pouco a compreender e ver eles mesmos como e quanto há que trabalhar, como e quanto se pode descansar”¹⁶⁵. Toda uma outra é dedicada a demonstrar a necessidade da subordinação incondicional das massas trabalhadoras à autoridade diretora dos técnicos e dirigentes do processo de trabalho:

¹⁶⁴ LENIN. *Las tareas inmediatas del poder soviético*, OC, 36, p. 179-180.

¹⁶⁵ *Ibid.*, pp. 195-7.

“(...) toda grande indústria mecanizada – isto é, precisamente a fonte e a base material, de produção, do socialismo – requer uma *unidade de vontade* absoluta e rigorosíssima que dirija o trabalho de centenas, milhares e dezenas de milhares de pessoas. Esta necessidade é evidente desde três pontos de vista – técnico, econômico e histórico –, e todos que pensavam no socialismo sempre a tiveram como uma condição para chegar a ele. Mas como garantir a mais rigorosa unidade de vontade? Subordinando a vontade de milhares de pessoas a de uma só.

Se aqueles que participam no trabalho comum possuem uma consciência e uma disciplina ideais, esta subordinação pode recordar mais a suavidade da regência de um diretor de orquestra. Se não existem essa disciplina e essa consciência ideais, a subordinação pode adquirir as formas bruscas da ditadura. Mas, de um modo ou de outro, *a subordinação incondicional* a uma vontade única é absolutamente necessária para o bom êxito dos processos de trabalho, organizado ao estilo da grande indústria mecanizada.”¹⁶⁶

Justapostos, os dois planos indicam um limite que a estratégia leniniana impõe à “democratização” do metabolismo produtivo/reprodutivo social. E esse limite é apresentado como uma necessidade *técnica* intransponível, uma característica imanente à própria natureza de todo trabalho social combinado, cujas conexão e unidade se apresentam necessariamente na forma de uma autoridade diretora.

O que Lenin esquece é que a necessidade de uma *autoridade diretora* em todo trabalho social combinado não explica a *forma específica* assumida por essa autoridade, pois, em princípio, esta pode assumir formas muito diferentes, inclusive a forma da *autodireção cooperativa* dos produtores associados. Em *O capital*, Marx procura justamente mostrar que o trabalho de direção e superintendência não precisa revestir a forma específica que lhe é conferida no modo de produção capitalista, onde essa função, enquanto uma função derivada da natureza de todo trabalho socialmente combinado, se encontra inseparavelmente amalgamada com as funções específicas que provêm do caráter antitético da relação capital/trabalho, assumindo, por isso, necessariamente, uma forma *despótica*¹⁶⁷. Lenin, ao contrário de Marx, acaba se embaraçando nas malhas da ideologia burguesa, que confunde a necessidade da função de direção e superintendência com a necessidade da configuração *alienada e autonomizada* – em relação aos

¹⁶⁶ Ibid., pp. 205-206.

¹⁶⁷ Ver MARX, K. *O capital: crítica da economia política*. São Paulo: Nova Cultural, 1988, v. 4, pp. 263-277.

produtores diretos – que ela assume no modo de produção capitalista, rechaçando, em nome das exigências *técnicas* supostamente “neutras” da grande produção capitalista, a possibilidade de direção na forma de autodireção cooperativa dos produtores associados.

É em nome de exigências *técnicas* supostamente “neutras” que os trabalhadores, ao mesmo tempo em que são chamados a participar, de diferentes modos, da organização da vida social, devem, segundo Lenin, sujeitar-se a representar o papel de engrenagens inteiramente subordinadas no processo de produção imediata. Como, diz Linhart, no esquema leniniano, “cada proletário é, assim, submetido a uma espécie de desdobramento, *uma divisão materializada no tempo*”¹⁶⁸. A exigência dessa “divisão materializada no tempo” de cada proletário é expressa por Lenin, de maneira marcante, quando ele faz um apelo no sentido de “conciliar as discussões públicas *acerca* das condições de trabalho com a submissão incondicional à vontade do dirigente soviético, do ditador, *durante* o trabalho”¹⁶⁹.

O prodigioso impulso democrático que, segundo Lenin, é imprescindível “para o êxito do socialismo” tem seu limiar na porta das fábricas, onde, para Lenin, como para o Engels de *Sobre a autoridade*, se impõe a máxima “Lasciate ogni autonomia, voi che entrate!” (“Deixa de lado toda autonomia antes de entrar!”)¹⁷⁰. Dentro da fábrica, o que é imprescindível, na visão de Lenin, não é a “democratização” do modo de controle e das formas de organização da produção, mas a realização da segunda “condição material da realização do socialismo” que enunciamos acima, qual seja, o aumento da produtividade do trabalho, que tem condições que se inscrevem nos imperativos *técnicos* supostamente “neutros” da grande produção mecanizada.

Lenin explica que, em toda revolução socialista, uma vez resolvidos os problemas da conquista do poder pelo proletariado, da expropriação dos capitalistas e do esmagamento de sua resistência, adquire centralidade uma outra “tarefa cardeal”, qual seja, “a de criar um tipo de sociedade superior à do capitalismo, isto é, a tarefa de aumentar a produtividade do trabalho e, em relação com isso (e para isso), dar ao trabalho uma organização superior”¹⁷¹. Aqui Lenin desloca a abordagem do problema da superioridade da sociedade comunista em relação à sociedade capitalista do enfoque na avaliação *qualitativa* das individualidades, consideradas na

¹⁶⁸ LINHART, R. *Lenin, os camponeses, Taylor: ensaio de análise baseado no materialismo histórico sobre a origem do sistema produtivo soviético*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983, p. 107.

¹⁶⁹ LENIN. *Las tareas inmediatas del poder soviético*, OC, 36, p. 207.

¹⁷⁰ ENGELS, F. *Sobre a autoridade*, in: MARX, K., ENGELS, F. *Obras escolhidas*. São Paulo: Alfa-Ômega, s/d, v. 2.

¹⁷¹ LENIN. *Las tareas inmediatas del poder soviético*, OC, 36, p. 192.

sua efetividade de sínteses máximas das formas de sociabilidade – que dependem de todas as formas e meios que pautam, isto é, estruturam e movem, o emaranhado da existência social, mas, sobretudo, pela sua propriedade de determinação central, da “qualidade” das relações sociais de produção e da “qualidade” das relações de apropriação da natureza (das forças produtivas), a qual, ao mesmo tempo em que é determinada pela forma das relações sociais de produção, representa uma parte integrante de sua “realidade” –, para o enfoque na avaliação *quantitativa/produtivista* das forças produtivas. É no contexto dessa concepção *produtivista* da transição ao comunismo que se compreende o apelo de Lenin, nas duas versões de *As tarefas imediatas do poder soviético*, no sentido da aprendizagem e da aplicação sistemática do “muito que há de científico e progressista no sistema Taylor”¹⁷², como modo de “dar ao trabalho uma organização superior” e, assim, garantir o aumento da produtividade do trabalho – condição *sine qua non* da “transição ao socialismo”, “já que o socialismo exige um avanço consciente e massivo para uma produtividade do trabalho superior à do capitalismo e baseada no alcançado por este”¹⁷³. A “posição taylorista” de Lenin em 1918 demanda uma análise detalhada para que seja possível apreendê-la em toda a sua complexidade.

Nos escritos de Lenin sobre o taylorismo redigidos antes de 1918, este é condenado por quatro razões: 1) trata-se de uma “racionalização” do processo de trabalho cujo escopo é “sugar do operário três vezes mais trabalho no transcurso da mesma jornada laboral”¹⁷⁴, aumentando o lucro dos capitalistas e esgotando física e mentalmente os operários, e não reduzir o tempo de trabalho dos membros da sociedade de acordo com as necessidades reais e os objetivos produtivos da força de trabalho disponível; 2) trata-se de uma reestruturação produtiva que diminui a proporção do capital variável na composição orgânica do capital, aumentando o desemprego, ao mesmo tempo em que “os que restam trabalham com o quádruplo da intensidade, exaurindo-se no trabalho”¹⁷⁵; 3) o taylorismo tem implicações divisionistas sobre a classe trabalhadora, reforçando o papel do que Lenin chama de “aristocracia operária” – “engano e suborno dos operários trasladando-os a cargos superiores”¹⁷⁶, anota Lenin nos *Cadernos sobre o imperialismo*, ao comentar o papel muito importante, reservado no sistema Taylor, aos

¹⁷² Ibid., p. 194.

¹⁷³ Ibid., p. 183.

¹⁷⁴ LENIN. *Sistema “científico” de estrujar el sudor*, OC, 23, p. 18.

¹⁷⁵ Ibid., p. 19.

¹⁷⁶ LENIN. *Cadernos sobre el imperialismo*, OC, 28, p. 140.

contramestres e a todo o pessoal do enquadramento do trabalho; 4) trata-se de uma a “racionalização” do trabalho limitada ao plano das unidades produtivas, enquanto persiste a anarquia e a irracionalidade no uso do trabalho humano em escala social, ou, nas próprias palavras de Lenin, “todos esses aperfeiçoamentos [do taylorismo] (...) se limitam à distribuição racional, sensata, do trabalho *dentro da fábrica*”, enquanto uma “imensidade de trabalho se perde em vão por causa da desordem e do caos da produção capitalista”, enquanto “em toda produção social continua e aumenta o caos, que leva à crise, quando as riquezas acumuladas não encontram compradores e milhões de operários perecem e passam fome, sem poder achar trabalho”¹⁷⁷.

Percebe-se, por essa reprodução sumariada, que a crítica leniniana ao taylorismo antes de 1918 tem diversos motes e matizes. Todavia, como notam Linhart, Finzi e mais recentemente Lazagna¹⁷⁸, não há, nesses textos de Lenin, qualquer menção àquelas facetas do taylorismo que, com o tempo, se tornarão os aspectos dominantes da crítica marxista aos métodos tayloristas de organização do trabalho: o aprofundamento da separação entre o trabalho manual e as potências intelectuais do trabalho, as quais o capital arrebata progressivamente ao trabalhador e converte em poderes do capital sobre o trabalho, a liquidação de qualquer iniciativa técnica por parte do trabalhador direto, o fortalecimento da função da direção separada do conjunto dos trabalhadores, assim como do papel da burocratização dos métodos, dentre outros aspectos que apontam para o aprofundamento da subsunção real do trabalho ao capital, isto é, para o aprofundamento do processo de expropriação “subjéctiva” dos produtores diretos e, conseqüentemente, para o crescimento contínuo da autoridade do capital, que imprime à totalidade das técnicas produtivas e das forças produtivas materiais uma configuração cada vez mais alienada e autonomizada vis-à-vis os trabalhadores. É essa lacuna que permite a Lenin tomar o carácter *capitalista* do taylorismo como uma espécie de invólucro, o qual deve ser eliminado para que se explicito o núcleo “científico” (“neutro”) do taylorismo, que pode e deve ser utilizado pela classe trabalhadora no “avanço consciente e massivo para uma produtividade do trabalho superior à do capitalismo e

¹⁷⁷ LENIN. *El taylorismo es la esclavización del hombre por la maquina*, OC, 24, pp. 391-392.

¹⁷⁸ LINHART, R. *Lenin, os camponeses, Taylor: ensaio de análise baseado no materialismo histórico sobre a origem do sistema produtivo soviético*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983. FINZI, R. “Lenin, Taylor, Stahanov: o debate sobre a eficiência econômica depois de Outubro”, in HOBSBAWM, E. J. et al. (org.) *História do marxismo, VII: o marxismo na época da Terceira Internacional; a URSS, da construção do socialismo ao stalinismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. LAZAGNA, A. *Lenin, as forças produtivas e o taylorismo*. Dissertação de mestrado apres. à Unicamp, IFCH. Campinas: [s.n.], 2002.

baseada no alcançado por este”, na construção das premissas materiais de um “tipo de sociedade superior à do capitalismo”. É esse o cerne da “posição taylorista” de Lenin em 1918.

Mesmo antes de 1918, Lenin analisa o sistema Taylor como uma “racionalização” do processo de trabalho industrial, como uma “distribuição racional, sensata, do trabalho *dentro da fábrica*”, enfatizando que é a “dominação do capital” que converte os princípios dessa “distribuição racional” em instrumentos de opressão, de superexploração produtivista dos trabalhadores, em benefício exclusivo da lucratividade capitalista. Como observa Linhart, desde logo, “o objetivo que transparece aqui, na análise de Lenin, é dissociar o taylorismo de sua função de exploração capitalista e estender seus princípios a toda a economia”¹⁷⁹. Esse objetivo é explicitamente remarcado na conclusão do artigo *O taylorismo é a escravização do homem pela máquina*, redigido em 1914:

“O taylorismo, sem que o queiram seus autores e contra a vontade destes, aproxima o tempo em que o proletariado tomará em suas mãos toda a produção social e designará suas próprias comissões, comissões operárias, para distribuir e ordenar acertadamente todo o trabalho social. A grande produção, as máquinas, as ferrovias, os telefones, tudo isso oferece inumeráveis possibilidades de reduzir quatro vezes o tempo do trabalho dos operários organizados, assegurando-lhes um bem-estar quatro vezes maior que o de hoje. E as comissões operárias saberão aplicar esses princípios de distribuição sensata do trabalho social quando este se vir livre da escravização pelo capital.”¹⁸⁰

Uma das funções positivas do taylorismo *comandado pelos trabalhadores* que transparece aqui é a de fornecer um corpo de conhecimentos atinentes à “distribuição sensata do trabalho” que podem ser aplicados *coletivamente* não somente “dentro da fábrica”, mas igualmente para “distribuir e ordenar acertadamente todo o trabalho social”. Essa função é confirmada e esclarecida pelas notas redigidas por Lenin entre 1915 e 1916 nos *Cadernos sobre o imperialismo*.

Nessas notas, ao examinar algumas obras de inspiração taylorista, Lenin dedica uma atenção especial ao estudo dos movimentos, que ele considera “a coisa mais ‘interessante’, mais

¹⁷⁹ LINHART, R. *Lenin, os camponeses, Taylor: ensaio de análise baseado no materialismo histórico sobre a origem do sistema produtivo soviético*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983, p. 86.

¹⁸⁰ LENIN. *El taylorismo es la esclavización del hombre por la máquina*, OC, 24, p. 392.

‘sensacional’ do sistema Taylor”¹⁸¹. São particularmente interessantes os comentários de Lenin ao livro *Estudo do movimento do ponto de vista do crescimento nacional*, livro de Gilbreth, discípulo americano de Taylor. Depois de ter sublinhado, no livro de Gilbreth, as recentes descobertas feitas nos Estados Unidos, com o auxílio de fotografias, sobre os “micromovimentos”, Lenin transcreve um trecho em que o autor do livro sustenta que esses estudos, que demonstram que “há muito mais semelhança entre os ofícios (...) do que seria de imaginar” (Lenin na margem: “N.B.” [Nota Bene]), interessam a toda a sociedade, de modo que, prossegue o adepto de Taylor, isso deve ser ensinado nas escolas e o Estado deve organizar “uma secretaria de standardização das profissões mecânicas”, a fim de que os padrões adotados sejam considerados “propriedade pública” e os pesquisadores individuais possam inventar, com base neles, novos padrões¹⁸². Comentário de Lenin apostado a essa passagem: “Excelente exemplo de progresso técnico sob o capitalismo levando ao socialismo”¹⁸³.

Não é difícil adivinhar, pela leitura dessa passagem e do comentário entusiástico de Lenin, o que ele vê como progressista no estudo dos movimentos levados a cabo pelo taylorismo: de um lado, o estudo dos movimentos, ao dissolver cada processo de produção em seus elementos constitutivos, rasga o véu que oculta aos homens seu próprio processo de produção e prepara o tempo da reapropriação, pelos trabalhadores, de um corpo de conhecimentos que permitirá dominar o conjunto do processo produtivo; de outro, simplificando o trabalho manual e desvendando seus segredos, prepara o momento em que, nele, todos hão de tomar parte. Isso fica mais evidente nos textos de 1918, onde Lenin afirma que “o russo é um mau trabalhador comparado com os das demais nações ocidentais” e insiste na necessidade de “aprender a trabalhar”, donde a importância do estudo e do ensino do sistema Taylor, “a última palavra do capitalismo nesse terreno”, que

“reúne toda a refinada ferocidade da exploração burguesa e várias conquistas científicas de sumo valor concernentes ao estudo dos movimentos mecânicos durante o trabalho, a supressão dos movimentos supérfluos e inúteis, a adoção dos métodos mais racionais de trabalho, a implantação dos melhores métodos de contabilidade e controle, etc.”¹⁸⁴

¹⁸¹ LENIN. *Cuadernos sobre el imperialismo*, OC, 28, p. 144.

¹⁸² GILBRETH apud LENIN. *Cuadernos sobre el imperialismo*, OC, 28, p. 146

¹⁸³ LENIN. *Cuadernos sobre el imperialismo*, OC, 28, p. 146.

¹⁸⁴ LENIN. *Las tareas inmediatas del poder soviético*, OC, 36, p. 194.

O ponto de vista de Lenin é o da “neutralidade” da técnica. Esse ponto de vista leva à perspectiva paradoxal de que a apropriação de um saber constituído sob o pressuposto da separação entre trabalho manual e trabalho intelectual possa ser um meio para suprimir essa separação. Com efeito, ao invés de criticar a natureza *classista* da concepção técnica do taylorismo, que coíbe toda iniciativa coletiva dos produtores diretos na transformação do processo de produção e cujos “métodos mais racionais de trabalho” são passíveis de ser utilizados apenas em um tipo *hierárquico* de organização do trabalho, Lenin parece ver no ensino massivo e sistemático do taylorismo um caminho na direção da supressão definitiva da separação entre trabalho manual e trabalho intelectual. O taylorismo aparece, assim, como um momento do progresso técnico (“neutro”) que guarda um significado trans-histórico, pois a simplificação do trabalho manual e a decodificação em princípios abstratos do saber-fazer produtivo apontariam para a futura supressão da separação entre trabalho manual e trabalho intelectual. Daí ser um “excelente exemplo de progresso técnico sob o capitalismo levando ao socialismo”.

Lenin só pode sustentar essa perspectiva porque, para ele, a natureza de classe do processo de trabalho não penetra a própria carnadura do processo de trabalho, permanecendo como um invólucro cujo sinal de classe pode ser alterado sem qualquer transformação substantiva do próprio processo de trabalho. Em outras palavras: na concepção leniniana, as relações de classe não dão forma à estrutura das forças produtivas, mas constituem o dado *externo* que determina o caráter de classe de sua *utilização*. Trata-se de uma concepção *economicista* do relacionamento entre as relações de produção e as forças produtivas, concepção que, como diz Turchetto¹⁸⁵, estabelece um nexo de “exterioridade” entre ambas, do que resulta a redução das primeiras a simples relações de propriedade (no sentido jurídico-formal) e a asserção da “neutralidade” das segundas.

É essa concepção que permite a Lenin tomar o taylorismo como o sistema de organização do trabalho necessário para a realização dos objetivos produtivos do socialismo, que, como vimos, para Lenin, “exige um avanço consciente e massivo para uma produtividade do trabalho superior à do capitalismo e baseada no alcançado por este”. Para Lenin, o fundamental é que o sistema Taylor “implica um progresso enorme da ciência que analisa sistematicamente o processo

¹⁸⁵ TURCHETTO, M. “As características específicas da transição ao comunismo”, In: NAVES, M. B. (org.). *Análise marxista e sociedade de transição*. Campinas: UNICAMP, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2005, p. 10.

de produção e abre a via para um grande aumento da produtividade do trabalho humano”¹⁸⁶, ao passo que o seu sinal de classe pode ser invertido, desde que sua utilização seja *comandada pelos próprios trabalhadores*, de tal modo que o incremento da produtividade, por ele promovido, esteja subordinado não ao objetivo *capitalista* de “sugar do operário três vezes mais trabalho no transcurso da mesma jornada laboral”, mas ao objetivo *socialista* de reduzir o tempo de trabalho dos membros da sociedade de acordo com as necessidades reais e os objetivos produtivos da força de trabalho disponível, liberando tempo para as atividades propriamente políticas das massas trabalhadoras. Na primeira variante de *As tarefas imediatas do poder soviético*, lemos:

“O negativo no sistema Taylor consistia em que se aplicava sob a escravidão capitalista e servia de meio para extrair dos operários uma quantidade dupla ou tripla de trabalho com a mesma remuneração, deixando de lado toda consideração relativa à capacidade dos operários assalariados de render, sem prejuízo do organismo humano, essa quantidade dupla ou tripla de trabalho em igual número de horas. A República Soviética socialista enfrenta uma tarefa que sucintamente pode ser formulada assim: devemos implantar em toda Rússia o sistema Taylor e a elevação científica norte-americana da produtividade do trabalho, conjugando este sistema com a redução do tempo de trabalho, com o emprego de novos métodos de produção e organização do trabalho, sem prejudicar em absoluto a força de trabalho. Pelo contrário, o emprego do sistema Taylor, corretamente dirigido pelos trabalhadores, se estes são bastante conscientes, constituirá o meio mais seguro para uma sucessiva e enorme redução da jornada laboral obrigatória de toda população trabalhadora, o meio mais seguro para que, em um período bastante curto, realizemos a tarefa que se pode expressar aproximadamente assim: seis horas de trabalho físico para cada cidadão adulto e quatro horas de trabalho na administração do Estado.”¹⁸⁷

A intensificação do trabalho enquanto sua duração global permanece a mesma apresenta-se assim como a característica essencial da *utilização capitalista* do sistema Taylor, sendo que a redução da jornada de trabalho e a subordinação do emprego do sistema Taylor à orientação dos próprios trabalhadores constituem condições suficientes para inverter o seu sinal de classe. Enquanto isso, Lenin ratifica os métodos tayloristas de “racionalização” do processo produtivo

¹⁸⁶ LENIN. *Primera variante del artículo “Las tareas inmediatas del poder soviético”*, OC, 36, p. 146.

¹⁸⁷ LENIN. *Primera variante del artículo “Las tareas inmediatas del poder soviético”*, OC, 36, p. 146.

como manifestações do progresso (“neutro”) das forças produtivas, ignorando o fato de que o “despotismo” do capital se inscreve na própria forma da “racionalidade tecnológica” maturada no quadro das relações de produção capitalistas.

A rápida deterioração da situação econômica entre março e abril leva Lenin a abandonar esse nexos entre a introdução do sistema Taylor e a redução da jornada laboral na versão final do artigo, temendo, por certo, que essa reivindicação gerasse a curto prazo demandas de certos setores e grupos no sentido da redução imediata da jornada, o que entraria em conflito com o objetivo, de caráter emergencial, de recuperação acelerada da economia. Mas é a outra condição para uma reviravolta no sistema Taylor – ser orientado pelos próprios trabalhadores – que parece, desde a primeira versão do texto, encontrar sérias dificuldades no quadro da estratégia leniniana. O sonho leniniano de auto-organização tayloriana dos trabalhadores se choca com a defesa leniniana do “sistema do dirigente único” e de medidas autoritárias no que concerne à disciplina do trabalho, de tal sorte que as características específicas do taylorismo “libertador” proposto por Lenin são eclipsadas por um taylorismo mais “clássico”, com seu característico fortalecimento das funções de superintendência e direção como funções autonomizadas em relação aos produtores diretos.

Essa contradição interna da estratégia leniniana não pode, por certo, ser separada de seu contexto histórico (penúria, fome, desagregação econômica), mas há também certos limites teóricos de Lenin cuja importância não pode ser minimizada sob o pretexto do necessário reconhecimento dos condicionantes conjunturais de sua estratégia. Com efeito, como vimos, Lenin sustenta a necessidade da direção unipessoal no processo de trabalho não somente como uma necessidade conjuntural, mas também invocando os pressupostos “tecnicamente neutros” da grande produção mecanizada. Aqui há que se salientar que, para Lenin, existe *um só* processo de trabalho, com o sinal invertido em função da classe que controla sua *utilização*. Compreende-se, assim, que, enquanto apregoa a necessidade do cumprimento incondicional de todas as prescrições do dirigente, para assegurar que o processo de trabalho funcione com “a precisão de um relógio”¹⁸⁸, e a necessidade da introdução sistemática dos métodos tayloristas, Lenin só veja como “um compromisso”, como “um desvio dos princípios sustentados pela Comuna de Paris e por todo o poder proletário”, como “um passo atrás de nosso poder estatal socialista, soviético”, a

¹⁸⁸ Ibid., p. 162.

remuneração elevada paga como contrapartida do trabalho dos técnicos e diretores burgueses¹⁸⁹, deixando de lado o problema fundamental dos limites que a existência de funções *objetivamente privilegiadas* no metabolismo social e o emprego dos métodos tayloristas colocam ao processo de reapropriação, pelos trabalhadores, da autoridade sobre o processo de trabalho, à práxis transformadora engajada no revolucionamento das forças produtivas e na superação consciente da divisão estrutural-hierárquica do trabalho, à iniciativa autônoma dos trabalhadores no domínio da produção de uma forma geral.

É preciso, por fim, explicitar as limitações da “dialética” da estratégia leniniana. Como vimos, esta demanda um prodigioso impulso democrático no plano da coordenação geral das unidades produtivas e das relações de distribuição e de circulação – contabilidade e controle da produção e da distribuição dos produtos pelo conjunto das massas produtoras –, ao mesmo tempo em que exige uma concentração extrema da autoridade e a submissão incondicional das massas à autoridade diretora dos técnicos e dirigentes do processo de trabalho no interior das empresas. Lenin esquece o problema da reciprocidade dialética entre o macrocosmo e suas partes constituintes – os microcosmos –, pretendendo que a coordenação e o controle geral do processo reprodutivo social no nível do macrocosmo e a gestão interna das unidades produtivas se orientem por princípios reguladores divergentes entre si (democratização e horizontalidade no macrocosmo e hierarquia e subordinação vertical no microcosmo). No entanto, como observa Mészáros,

“A verdade é que os princípios reguladores gerais da reprodução social (operacionais no seu ‘macrocosmo’) não podem ser significativamente diferentes dos reguladores internos de suas partes constitutivas – os ‘microcosmos’”. Assim, os microcosmos antagonicamente organizados da ordem social do capital não podem ser *coordenados horizontalmente*. Têm de ser *subordinados verticalmente* a uma ordem de controle de cima para baixo, não importando o tamanho das partes constituintes que deverão ser subordinadas dessa maneira. O capital não é capaz de controlar o processo sociometabólico de outra forma. Igualmente, o princípio da *coordenação horizontal geral* é compatível apenas com um tipo de microcosmo totalmente igualitário na sua natureza interna – e nesse sentido ele é

¹⁸⁹ LENIN. *Las tareas inmediatas del poder soviético*, OC, 36, pp. 183-184.

também *autogerido*, e, portanto, não é sobrecarregado pelos *antagonismos internos*, em contraste com todas as variedades de ‘controle de cima para baixo’.¹⁹⁰

Desde muito cedo, na Rússia pós-revolucionária, cresceram e se multiplicaram, acima e independentemente das organizações autogestoras das massas, as instâncias da direção econômica centralizada, como o VSNKh e seus anexos ou o Gosplan, órgão central de planejamento, que impunham, de cima para baixo, a coordenação do processo produtivo. A “dialética” da estratégia leniniana era, na verdade, inaplicável. Contra ela, acabou por confirmar-se aquela outra, que faz com que se reforcem reciprocamente os princípios reguladores hierárquicos – próprios ao modo capitalista de controle do processo sociometabólico – do macrocosmo e dos microcosmos do processo de reprodução social.

¹⁹⁰ MÈSZÁROS, I. *O poder da ideologia*. São Paulo: Boitempo, 2004.

Capítulo 4

Dilemas da transição: o “comunismo de guerra”

A perspectiva estratégica definida pelo uso do capitalismo de Estado como elo de mediação com o comunismo, concebida por Lenin em sua polêmica com os “comunistas de esquerda”, em abril/maio de 1918, não pôde ser implementada de imediato. Poucos meses depois dessa polêmica, o começo da guerra civil contra-revolucionária e a intervenção armada das potências imperialistas apoiando a contra-revolução impõem uma mudança também na política econômica: como resultado da situação prática de força maior criada pela guerra, acelera-se a estatização, decretada de forma centralista, estendendo-se, inclusive, à maior parte das indústrias de escala reduzida e, com base nessa estatização, constitui-se um sistema de direção da economia que toma uma forma institucional cada vez mais centralista e que, em parte por razões ideológicas, em parte por razões práticas, deixa pouco espaço para as relações monetárias e mercantis.

Nesse contexto, os acontecimentos pareciam haver encerrado a possibilidade de desenvolvimento do capitalismo de Estado sob o poder soviético como etapa transitória na direção do socialismo: as tarefas fundamentais da construção socialista pareciam poder ser enfrentadas por um meio diferente, designadamente, por meio de um sistema de gestão da economia centralizado, baseado exclusivamente nas instituições estatais. A expressão “comunismo de guerra” foi usada para definir esse sistema de gestão da economia. A utilização dessa expressão não é casual. Evidencia mais do que qualquer outra coisa a mitologia desenvolvida no interior do partido bolchevique nesse período. Não tendo rompido inteiramente com as concepções desenvolvidas pela Segunda Internacional, que identificava a propriedade do Estado e a centralização estatal com a destruição das relações capitalistas e a criação de relações comunistas, o partido bolchevique concebe as medidas de nacionalização acelerada da economia e de extensão do controle e da planificação estatal centralizada sobre a economia adotadas como uma grandiosa tentativa de criar, a curto prazo, um ordenamento social cujos contornos coincidem com a imagem de comunismo assumida.

Nesse período (de meados de 1918 até mais ou menos o final de 1920), Lenin, em nenhum momento, procura localizar as medidas do “comunismo de guerra” dentro do quadro

mais geral da transição ao comunismo. Do mesmo modo, em nenhum momento, ele critica a ilusão de que a amplitude da presença estatal na economia, com a supressão quase total da apropriação gestonária privada no plano da indústria e a compressão da esfera de atuação das relações monetária e mercantil no nível de toda a economia russa, teria destruído as formas de existência das relações capitalistas e iniciado a construção acelerada de um ordenamento social comunista. Isso sugere que Lenin também compartilhava, de certo modo, essa ilusão com o conjunto do partido. É sintomático, por exemplo, que ele não fale mais do problema do capitalismo de Estado nesse período.

Na verdade, no período do “comunismo de guerra”, Lenin se mostra mais preocupado com os problemas da sobrevivência do regime soviético do que em discutir os problemas da transição socialista. Por isso, não encontramos, nesse período, nenhum texto de Lenin voltado para os problemas mais gerais da estratégia socialista como no período anterior, em que nos deparamos com o artigo *Acerca do infantilismo “esquerdista” e do espírito pequeno-burguês*. Apesar disso, Lenin aborda e aprofunda temas fundamentais atinentes ao problema da transição socialista. Entre esses, três temas ganham particular relevo na obra de Lenin nesse período: 1) o problema da forma política do regime de transição, 2) o problema da política agrária, ou seja, das relações com o campesinato, e 3) a questão dos “sábados comunistas”, considerados por Lenin como formas prefiguradoras do “trabalho comunista”. São esses os temas que serão abordados neste capítulo na tentativa de aprofundar um pouco mais na compreensão da reflexão de Lenin sobre o problema da transição socialista.

I

Charles Bettelheim, no primeiro volume de *A luta de classes na União Soviética*¹⁹¹, mostra como o poder soviético evoluiu muito rapidamente para um sistema de relações profundamente diferente daquele cujas características fundamentais Lenin havia exposto em O Estado e a revolução e durante todo o intervalo que medeia entre a Revolução de Fevereiro e a Revolução de Outubro. Quatro processos analisados por Bettelheim devem aqui ser mencionados. O primeiro é a crescente concentração do poder nas mãos dos diversos órgãos centrais do

¹⁹¹ BETTELHEIM, C. *A luta de classes na União Soviética: primeiro período (1917-1923)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

governo em detrimento da autoridade dos sovietes locais e distritais, cujo papel se torna cada vez mais formal. O segundo diz respeito à transformação das relações entre esses órgãos centrais, processo que consolidou como instância política suprema não o Congresso dos Sovietes de Toda a Rússia ou o seu órgão executivo, o Comitê Central Executivo dos Sovietes de Toda a Rússia (abreviado, em russo: VTsIK), mas o Conselho dos Comissários do Povo (abreviado, em russo: Sovnarkom), controlado pelo partido bolchevique, que, após a exclusão dos socialistas revolucionários de esquerda do Sovnarkom, concentra, através deste, o poder governamental. Paralelamente a esses processos – que tendem a investir o partido bolchevique do poder efetivo em detrimento dos sovietes –, o aparelho administrativo estatal experimenta uma inchação e um processo de crescente autonomização tanto em relação às massas quanto em relação ao partido e ao governo, de tal modo que, ao mesmo tempo em que esse aparelho escapa ao controle e às críticas das massas, se observa um divórcio freqüente entre as ordens emanadas da cúpula governamental e os atos efetivos do aparelho administrativo. Por fim, é necessário lembrar que o Exército Vermelho – diversamente do projeto leniniano da milícia popular – forma-se, em grande parte, como um prolongamento do aparelho militar czarista, não só porque seu comando é exercido parcialmente por antigos oficiais czaristas, mas, sobretudo, a partir de 1918, devido à reprodução de relações hierárquicas em sua organização interna e ao processo geral de autonomização dos aparelhos do Estado em relação às massas. Esses quatro processos, que, a princípio, estavam ligados, no quadro do “comunismo de guerra”, às exigências da luta militar, posteriormente se consolidaram devido à debilidade do movimento de massas e dos sovietes, os quais, cada vez menos, permitiam que os trabalhadores fizessem críticas ou controlassem o corpo de funcionários e os responsáveis pelas decisões governamentais. É contra o pano de fundo dessas transformações do poder soviético que devemos examinar os escritos de Lenin sobre o problema da forma política do regime de transição entre meados de 1918 e o início de 1921.

Durante o “comunismo de guerra”, apesar do peso decisivo das urgências imediatas relacionadas ao enfrentamento da ofensiva militar combinada das forças contra-revolucionárias internas (os guardas brancos) e das tropas de intervenção da maioria das potências imperialistas (quatorze países), o projeto de destruição do Estado burguês, que, como vimos, se traduz na reabsorção do poder do Estado pelas massas populares, é recorrentemente invocado por Lenin. O primeiro texto que devemos recordar aqui é *A revolução proletária e o renegado Kautsky*.

Um dos pontos centrais desse texto, redigido entre outubro e novembro de 1918, é a crítica à fetichização kautskyana da democracia. Lenin demonstra que Kautsky recai nessa fetichização ao isolar a noção de democracia de qualquer conteúdo de classe, tomando a democracia como uma estrutura política neutral cujo desenvolvimento criaria automaticamente as condições políticas do socialismo. Rejeitando a idéia de neutralidade do Estado, implícita na concepção kautskyana, Lenin opõe democracia *burguesa* e democracia *proletária* e explica que o que está em jogo nessa oposição não é a concorrência entre duas classes sociais pela *utilização* do mesmo aparelho político, mas a oposição entre *formas políticas antitéticas*. “A revolução proletária”, escreve Lenin, “é impossível sem destruir violentamente a máquina do Estado burguês e sem substituí-la por uma nova, que ‘não é mais um Estado no sentido próprio da palavra’”¹⁹². E Lenin invoca os sovietes para dar maior concreticidade à noção desse novo tipo de “Estado” que é a democracia proletária:

“Os Sovietes são a organização direta dos trabalhadores e das massas exploradas, aos quais dá todo tipo de *facilidades* para organizar por si mesmos o Estado e governá-lo de todos os modos possíveis. (...) O velho aparato burguês, a burocracia, os privilégios da fortuna, da instrução burguesa, das relações, etc. (privilégios de fato, tanto mais variados quanto mais desenvolvida está a democracia burguesa) são descartados totalmente com a organização soviética. A liberdade de imprensa deixa de ser uma farsa, porque se despoja a burguesia das oficinas gráficas e do papel. O mesmo sucede com os melhores edifícios, com os palácios, mansões, etc. O Poder soviético despojou imediatamente os exploradores de milhares e milhares dos melhores edifícios, fazendo assim um milhão de vezes mais ‘democrático’ o direito de reunião para as massas, esse direito de reunião sem o qual a democracia é um engano. As eleições indiretas aos Sovietes que não são locais tornam mais fáceis os congressos dos Sovietes, fazem que *toda* a administração seja menos custosa, mais ágil, esteja ao alcance dos operários e dos camponeses em um período em que a vida se encontra em efervescência e é necessário que os eleitores possam agir com especial rapidez para revogar seu deputado local ou enviá-lo ao Congresso geral dos Sovietes. A democracia proletária é um milhão de vezes mais democrática que qualquer

¹⁹² LENIN. *La revolución proletaria y el renegado Kautsky*, OC, 37, p. 254.

democracia burguesa; o Poder soviético *é um milhão de vezes* mais democrático que a mais democrática república burguesa.”¹⁹³

O que Lenin pretende remarcar ao cotejar a democracia burguesa com a forma soviética – que ele considera como uma das formas históricas da democracia proletária – é a oposição entre formas *substitucionistas* e *não-substitucionistas* de mediação política, entre o Estado como encarnação da separação e da estraneidade do poder em relação às massas e o Estado como um poder que não é mais separado das massas e oposto a elas, mas que se apresenta como expressão da “organização direta dos trabalhadores e das massas exploradas” e, por isso, “não é mais um Estado no sentido próprio da palavra”. Essa oposição fica ainda mais evidente nas *Teses e informe sobre a democracia e a ditadura do proletariado*, expostas no I Congresso da Internacional Comunista (2-6 de março de 1919). Nessa intervenção, Lenin, ao explicitar a importância histórica da Comuna de Paris, deixa claro que a destruição da “máquina do Estado burguês” significa o trânsito de formas substitucionistas de mediação política – os ubíquos órgãos burocrático, judicial, militar e policial do Estado burguês – para a mediação política na forma da *autogestão* dos trabalhadores:

“A importância da Comuna consiste, ademais, em que tentou destruir, demolir até os cimentos, a máquina do Estado burguês, os corpos burocrático, judicial, militar e policial, substituindo-os por uma autogestão das massas operárias que desconhece a divisão entre o poder legislativo e o poder executivo.”¹⁹⁴

E, mais adiante, Lenin explica que somente a “miopia teórica” relacionada às generalizações abstratas do conceito de democracia – as quais são incapazes de compreender a variedade de formas de democracia plasmadas no transcurso da história por não as conectarem com seu substrato histórico real, isto é, com as formas da luta de classes e as condições políticas da dominação de uma determinada classe – pode levar a crer que

“a revolução mais profunda da história da humanidade, a passagem do poder das mãos da minoria exploradora às mãos da maioria explorada – passagem que se registra pela

¹⁹³ Ibid., pp. 265-7

¹⁹⁴ LENIN. *I Congresso de la Internacional Comunista*, OC, 37, pp. 511-12.

primeira vez no mundo – possa produzir-se no velho marco da velha democracia burguesa, parlamentar, sem as mudanças mais radicais, sem criar novas formas de democracia, novas instituições que materializem as novas condições de sua aplicação.”¹⁹⁵

De acordo com Lenin, as “novas condições” de “aplicação” da democracia como expressão da *ditadura do proletariado* são a *negação concreta* das condições de “aplicação” da democracia como expressão da *ditadura da burguesia*. Com efeito, ao passo que a democracia burguesa materializa a negação da participação das massas trabalhadoras na vida política, mantendo e aperfeiçoando as formas parlamentares e a máquina burocrático-judicial-policial-militar como um diafragma que separa as massas populares do poder político e valendo-se de todos os subterfúgios e artimanhas para afastar as massas da cena política, a democracia proletária, representada, segundo Lenin, pelo sistema dos sovietes na Rússia, o Räte-System (sistema dos conselhos) na Alemanha e outras formas análogas aos sovietes em outros países, materializa a afirmação prática da participação das massas trabalhadoras não somente na gestão pública, mas na própria configuração das instituições do poder político. Na democracia proletária ou soviética, “a base permanente e única” de toda a máquina do Estado é “a organização massiva das classes antes oprimidas pelo capitalismo, isto é, dos operários e dos semiproletários (os camponeses que não exploram trabalho alheio e que recorrem constantemente à venda, ainda que só parcialmente, de sua força de trabalho)”¹⁹⁶. A democracia proletária configura-se na antítese direta do Estado como estrutura alienada de mediação política e, deste modo, “começa a preparar a extinção completa de todo Estado”¹⁹⁷, pois, como escreve Lenin, em *A revolução proletária e o renegado Kautsky*, “na sociedade comunista, a democracia, modificando-se e convertendo-se em costume, *se extinguirá*”¹⁹⁸.

Em *A revolução proletária e o renegado Kautsky* e nas *Teses e informe sobre a democracia e a ditadura do proletariado*, Lenin se dirige menos à audiência interna russa do que ao socialismo internacional. Para ele, a propagação da forma soviética ou do sistema de conselhos, nas formas adequadas a cada contexto sócio-político-cultural, deve ser incluída como proposta prática nos programas de todas as organizações revolucionárias como único caminho

¹⁹⁵ Ibid., p. 517.

¹⁹⁶ Ibid., p. 518.

¹⁹⁷ Ibid., p. 520.

¹⁹⁸ LENIN. *La revolución proletaria y el renegado Kautsky*, OC, 37, p. 259.

para o movimento revolucionário do proletariado, que não pode tornar-se classe dominante sem ir além das formas de mediação política da democracia burguesa, sem denunciar constantemente suas limitações e lutar para superá-las, sem, enfim, destruir definitivamente a máquina do Estado existente e substituí-la por uma nova, soviética ou proletária, destruindo, assim, o principal instrumento de afirmação da hegemonia ideológico-política da burguesia, ao mesmo tempo em que cria as condições para a constituição histórica da hegemonia do proletariado, que, por meio do Estado, “poderá ganhar rapidamente a simpatia e o apoio das massas trabalhadoras não-proletárias, satisfazendo suas necessidades à custa dos exploradores”¹⁹⁹, preparando, por essa via, o terreno para a soldagem ideológica de sua hegemonia. Lenin, como ele deixa claro em sua intervenção no II Congresso da Internacional Comunista, realizado em meados de 1920, acredita que a forma soviética pode ser desenvolvida até mesmo nos países não-capitalistas, que, “com a ajuda do proletariado das nações adiantadas, podem passar ao regime soviético e, através de determinadas etapas de desenvolvimento, ao comunismo, saltando, em seu desenvolvimento, a fase capitalista”²⁰⁰.

Em outros textos, Lenin reconhece que o desenvolvimento da forma soviética não é uma tarefa prática colocada apenas para outros países, mas para a própria Rússia pós-revolucionária, onde o processo de revolucionamento da forma política pode ser revertido em prol do velho substitucionismo burocrático se não se estende e desenvolve a participação ativa e multifacética das massas auto-organizadas na gestão das funções antes usurpadas pelo Estado como estrutura alienada de mediação política. No *Projeto de programa do PC(b)R*, publicado em fevereiro de 1919, a República Soviética é assumida por Lenin como “um novo tipo de Estado, de transição à supressão total do Estado”²⁰¹. Lenin expõe uma série de traços que distinguem a República Soviética da república democrática burguesa: a proclamação da igualdade entre todos os trabalhadores e a concomitante exclusão dos exploradores da categoria de membros plenos da sociedade; a influência mais direta das massas trabalhadoras na organização e na administração do Estado; a possibilidade de celebrar eleições com maior frequência e a possibilidade de revogação dos deputados eleitos; a assunção da unidade econômica (fábrica, oficina, etc.) como

¹⁹⁹ LENIN. *Las elecciones à la asamblea constituyente y la dictadura del proletariado*, OC, 40, p. 23.

²⁰⁰ LENIN. *II Congreso de la Internacional Comunista*, OC, 41, p. 253.

²⁰¹ LENIN. *Proyecto de programa del PC(b)R*, OC, 38, p. 99.

circunscrição eleitoral básica; a criação de uma força armada de operários e camponeses vinculada muito mais estreitamente com as massas trabalhadoras; a destruição do aparato burocrático do Estado burguês; etc. Ao mesmo tempo, Lenin admite que não está plenamente assegurada a evolução para “a supressão total do Estado”, pois a participação efetiva da gigantesca maioria do povo na administração do Estado não foi ainda lograda, em grande medida, devido ao insuficiente nível cultural das massas, e, por isso, é possível que a burocracia se restabeleça, como já acontece, em parte, no regime soviético:

“A burocracia trata de recuperar algumas posições perdidas, aproveitando-se, por um lado, do insuficiente nível cultural das massas da população e, por outro, dos esforços militares, tremendos, quase sobre-humanos, do setor mais avançado dos operários urbanos. Seguir lutando contra a burocracia é, por conseguinte, absolutamente necessário, é urgente, para assegurar o êxito da contínua construção socialista.”²⁰²

Para arrostar esse restabelecimento parcial da burocracia, Lenin propõe três medidas:

“primeiro, cada membro de um Soviete deve realizar, sem falta, certo trabalho de administração do Estado; segundo, este trabalho deve variar permanentemente de modo a abarcar todas as atividades de governo; terceiro, por meio de uma série de medidas graduais, cuidadosamente escolhidas, mas postas em prática de modo indefectível, toda a população trabalhadora sem exceção deve ser atraída para participar por sua própria iniciativa na administração do Estado.”

No VIII Congresso do PC(b)R (18-23 de março de 1919), em seu informe sobre o programa do partido, Lenin aborda novamente o problema do restabelecimento parcial da burocracia no regime soviético. Segundo ele, a República Soviética fez mais do que qualquer país na luta contra a burocracia, mas, ainda assim, é necessário reconhecer que o processo de extirpação do velho aparato burocrático do Estado na Rússia segue ritmos diferentes em diferentes ramos da administração estatal. Nos órgãos de justiça, por exemplo, “a tarefa era mais fácil”, pois não era necessário criar um “novo corpo”, já que “todos podem exercer essa função,

²⁰² Ibid., p. 102.

apoiando-se no conceito de justiça revolucionária das classes trabalhadoras”²⁰³. Deste modo, foi possível criar, sem demora, órgãos judiciais “cujas funções podem ser exercidas não só por todos os homens sem exceção, mas inclusive por todas as mulheres, as quais constituem o elemento da população que se encontra na situação de máximo atraso e estancamento”. Mas, explica Lenin, em outros ramos da administração, em que é requerido determinado know-how administrativo, não foi possível, devido ao insuficiente grau de organização das massas e ao baixo nível cultural da população de uma forma geral, prescindir imediatamente do antigo corpo de funcionários, que, dispensados num primeiro momento, foram, logo, reintegrados ao aparato estatal. O mais grave, contudo, sublinha Lenin, é que esses burocratas, aproveitando-se da ausência dos indispensáveis hábitos de administração entre os promovidos pelas massas aos postos de responsabilidade, tratam de introduzir-se inclusive no aparelho administrativo dos soviets. Lenin denuncia:

“Os burocratas czaristas começaram a ingressar nas oficinas dos órgãos soviéticos, onde introduzem seus hábitos burocráticos, se escondem sob o disfarce de comunistas e, para assegurar maior êxito em sua carreira, adquirem carteiras do PC da Rússia. De modo que, depois de expulsos pela porta, se metem pela janela! Aqui é onde se faz sentir mais a escassez de elementos cultos. Estes burocratas poderiam ser dispensados, mas não é possível reeducá-los de golpe. O que aqui se nos coloca, antes de tudo, são problemas de organização, problemas de tipo cultural e educativo.”²⁰⁴

Na seqüência, após recordar que a burocracia só pode ser totalmente destruída pela participação de “toda a população” na gestão pública, Lenin admite que, apesar de o regime soviético ter varrido as travas legais que, até nas melhores repúblicas burguesas, impossibilitam a participação popular na gestão estatal, não foi possível “lograr que as massas trabalhadoras participem na administração”. Ele encontra a explicação para isso no fato de que, “além das leis, existe o problema do nível cultural, que não pode ser submetido a nenhuma lei”. A insistência de Lenin no “problema do nível cultural” está relacionada ao modo como ele compreende e pretende resolver o problema da complexidade da gestão estatal.

Em diversos textos, entre os quais se destaca *O Estado e a revolução*, Lenin parece supor que o problema da complexidade da gestão estatal será resolvido pelo próprio desenvolvimento

²⁰³ LENIN. *VIII Congreso del PC(b)R*, OC, 38, p. 180.

²⁰⁴ *Ibid.*, p. 181.

do capitalismo. Este, segundo Lenin, simplifica as funções da administração estatal e melhora o nível cultural das massas, criando, assim, as condições objetivas para que a burocracia estatal seja gradualmente suprimida, dando lugar ao estabelecimento gradual de uma ordem em que as funções administrativas serão desempenhadas por todos, por turnos, até, finalmente, desaparecerem como funções especiais de uma categoria especial de indivíduos²⁰⁵. Compreende-se, assim, que, para Lenin, em um país atrasado do ponto de vista do desenvolvimento do capitalismo como a Rússia, seja necessário um estágio intermediário de desenvolvimento das forças produtivas e de melhoria do nível cultural das massas a fim de que estas possam desalojar efetivamente a burocracia de seus antigos postos e exercer, elas mesmas, as funções administrativas. No VIII Congresso, Lenin ressalta apenas o problema do nível cultural: “A burocracia foi vencida. Os exploradores foram eliminados. Mas o nível cultural não se elevou, razão pela qual os burocratas ocupam seus antigos postos.”²⁰⁶

Posteriormente, Lenin falará também da necessidade de um período de aprendizagem e difusão da técnica da administração, período no qual, para as tarefas administrativas do Estado, é preciso recorrer à velha burocracia estatal. No IX Congresso do PC(b)R (29 de março-5 de abril de 1920), no informe do Comitê Central, Lenin afirma que “a arte de governar não cai do céu nem a outorga o Espírito Santo”, de modo que, enquanto as massas trabalhadoras não aprendam a técnica da administração com a classe dominante precedente, “há que administrar com a ajuda de homens saídos da classe que derrocamos, homens impregnados dos preconceitos de sua classe e que nós devemos reeducar”:

“Se não queremos colocar-nos nas posições do utopismo puro e da fraseologia vazia (...) para as tarefas administrativas, para o aparato do Estado, devemos ter homens que possuam a técnica da administração, que tenham a experiência da administração estatal e econômica, e estes homens não podemos sacá-los senão do seio da classe que nos precedeu.”²⁰⁷

Esse modo de conceber o problema da complexidade da gestão estatal é muito diferente do marxiano. Em primeiro lugar, para Marx, não existe essa equação entre o desenvolvimento do

²⁰⁵ Ver, por exemplo, LENIN. *El Estado y la revolución*, OC, 33, pp. 50-51.

²⁰⁶ LENIN. *VIII Congreso del PC(b)R*, OC, 38, p. 182.

²⁰⁷ LENIN. *IX Congreso del PC(b)R*, OC, 40, p. 266.

capitalismo e a simplificação das funções administrativas do Estado. Pelo contrário, como observa Marx em seus escritos sobre a Comuna de Paris²⁰⁸, quanto mais amadurecem o capitalismo e o Estado burguês, mais este último expande sua independência e seu “domínio sobrenatural” em relação à sociedade e mais as funções estatais, transferidas para um sistema separado e ocultas das massas populares, aparecem como “funções transcendentais”, ultra-especializadas, de uma “casta treinada de parasitas do Estado”. Em segundo lugar, para Marx, a solução para o problema da complexidade das funções públicas – militares, administrativas, políticas – não pode ser outra senão a reabsorção dessas funções pelos trabalhadores reais, pois uma estrutura de mediação política em que as funções públicas não sejam transferidas para um sistema separado e ocultas das massas populares e que ofereça amplas possibilidades de participação consciente e invenção criativa em todos os níveis é *menos complexa* que a estrutura burocrática do Estado burguês. O problema da complexidade da gestão das funções públicas deve ser resolvido, desde o primeiro momento, com os recursos combinados dos produtores associados e através da experimentação coletiva, sendo esta uma forma mais apropriada para controlar a complexidade das funções públicas do que o know-how administrativo de uma “casta treinada de parasitas”. Destarte, para Marx, não se trata de alcançar determinado “nível cultural”, supostamente necessário ao desempenho das funções públicas, ou da difusão de determinada técnica de administração, supostamente “neutra”, mas de realizar uma verdadeira “*revolução cultural*” na gestão dessas funções.

Quando se compreende essa diferença entre Marx e Lenin, fica mais fácil entender o papel que Lenin confere ao “setor avançado do proletariado”, o partido, em seu esquema estratégico. No VIII Congresso, Lenin denuncia que o baixo nível cultural das massas trabalhadoras russas “faz que os Sovietes, sendo por seu programa órgãos de administração exercida *pelos trabalhadores*, sejam, na prática, órgãos de administração *para os trabalhadores* exercida pelo setor avançado do proletariado, e não pelas massas trabalhadoras”²⁰⁹. Tomando, porém, essa contradição como inevitável enquanto não se leve a cabo um largo trabalho de educação para elevar o nível cultural das massas trabalhadoras, Lenin não considera a possibilidade de que essa fusão do partido (“setor mais avançado do proletariado”) com os órgãos do poder estatal assumam a forma de uma estrutura de comando político autonomizada em relação às massas trabalhadoras,

²⁰⁸ Ver capítulo 2.

²⁰⁹ LENIN. *VIII Congreso del PC(b)R*, OC, 38, p. 181.

impedindo a prossecução do processo de transferência das múltiplas funções de controle político para as massas. Em certos textos e intervenções posteriores, essa contradição parece até mesmo desaparecer do campo de visão de Lenin. É isso o que se pode constatar, por exemplo, no folheto *A doença infantil do “esquerdismo” no comunismo*, escrito por Lenin entre abril e maio de 1920.

A certa altura desse texto, Lenin analisa o folheto de um grupo de comunistas alemães que se propõe a pergunta “quem deve exercer a ditadura: o Partido Comunista ou a classe proletária?” e que, optando pela segunda alternativa, defende que o partido deve estabelecer como meta a “ditadura das massas” e não a “ditadura dos chefes”. A crítica de Lenin a esse folheto revela até que ponto ele internalizara os limites fundamentais da Rússia pós-revolucionária, onde, sobretudo a partir do “comunismo de guerra”, se assiste a um processo de esvaziamento progressivo dos organismos autogestores das massas (soviets, comitês de fábrica, etc.) e à concentração progressiva do poder governamental nas mãos do partido, o que ocorre, ao mesmo tempo em que se efetiva uma rápida reconstituição do aparelho estatal, sobretudo do aparelho militar, como instância separada e situada acima do movimento de massas. Lenin, nesse texto, não retoma o núcleo da concepção marxiana da “reabsorção”, isto é, a idéia de que a política socialista deve se preocupar, em todos os passos, com a tarefa de restituir ao corpo social dos produtores associados os poderes sociais usurpados pelo Estado, como estrutura alienada de comando político, destruindo todas as formas substitucionistas de poder político, o que incluiria também a “ditadura do partido comunista”, que, devido a determinadas condições especiais, pode ser levado a tomar o poder. Pelo contrário, ele afirma que a própria questão – “ditadura do partido ou ditadura da classe”, “ditadura dos chefes ou ditadura das massas” – está deslocada, “testemunha a mais incrível e irremediável confusão de idéias”, o “infantilismo esquerdista” daqueles que a formularam. “As classes”, escreve, “são dirigidas de ordinário e na maioria dos casos (ao menos nos países civilizados modernos) por partidos políticos” e estes, por sua vez, “são dirigidos, via de regra, por grupos mais ou menos estáveis integrados por pessoas mais prestigiosas, influentes e expertas, eleitas para cargos de maior responsabilidade e chamadas chefes”²¹⁰. Deste modo, é ridículo, na opinião de Lenin, opor, por princípio, a “ditadura dos chefes” à “ditadura das massas”: esta se realiza necessariamente através daquela. Segundo Lenin, o divórcio entre “os chefes” e “as massas” pode ocorrer – como demonstra, no final da guerra imperialista e, depois

²¹⁰ LENIN. *La enfermedad infantil del “izquierdismo” en el comunismo*, OC, 41, pp. 24-25.

dela, a realidade de vários países, cuja situação monopolista destacou da “massa” uma “aristocracia operária”, que defende sua condição privilegiada em detrimento do conjunto da classe trabalhadora –, mas “contrapor, *em termos gerais*, a ditadura das massas e a ditadura dos chefes é um absurdo ridículo”²¹¹. E Lenin termina sua crítica afirmando que todos esses equívocos acabam conduzindo à negação da necessidade do partido após a tomada do poder, o que significa “saltar da véspera da bancarrota do capitalismo, não à fase inferior ou média do comunismo, mas à sua fase superior”. Na fase inferior do comunismo, sublinha Lenin, o proletariado, cercado da influência do elemento pequeno-burguês, da terrível força inercial do costume, não pode desempenhar acertada e eficazmente “sua função *organizadora*” sem “uma centralização e uma disciplina severíssimas no partido político do proletariado”²¹².

Em *A doença infantil do “esquerdismo” no comunismo*, Lenin explicita ainda o modo como ele concebe “o mecanismo geral do poder proletário”. Ele vislumbra a formação de um “mecanismo proletário” na forma de uma organização que articula a “ditadura de cima”, exercida por intermédio do partido, com a “ditadura de baixo”, isto é, o movimento de massa. Entre uma e outra, Lenin coloca os sindicatos enquanto organização que, agrupando a grande massa dos trabalhadores de indústria, é capaz de estabelecer a ligação do partido, que absorve a vanguarda do proletariado, com a classe e o conjunto das massas trabalhadoras:

“Obtém-se, em conjunto, um mecanismo proletário, não comunista no aspecto formal, flexível e relativamente amplo, potentíssimo, por meio do qual o partido está ligado de maneira estreita à classe e às massas e através do qual se exerce, sob a direção do partido, a ditadura da classe.”²¹³

Reconhecendo, contudo, que o contato que o partido pode estabelecer com “as massas” através dos sindicatos é muito limitado, Lenin destaca a importância de organizações como as conferências de operários e camponeses sem partido e os sovietes. Para ele, a importância das primeiras reside no fato de que permitem “observar o estado de ânimo das massas, aproximar-nos delas, responder a suas demandas, promover a cargos do Estado seus melhores elementos, etc.”²¹⁴

²¹¹ Ibid., p. 26.

²¹² Ibid., pp. 27-28.

²¹³ Ibid., p. 32.

²¹⁴ Ibid., p. 32.

Em suma, as conferências de operários e camponeses sem partido possibilitam a prática de uma efetiva consulta das massas, estabelecendo o contato do partido não somente com os apelos e sugestões das massas, mas também com as suas críticas. Já os soviets não têm apenas essa função consultiva. São encarados como órgãos do “poder proletário” que permitem ao partido exercer ações determinadas: “todo o trabalho do Partido se efetua através dos Soviets, que agrupam as massas trabalhadoras sem distinção de profissão”²¹⁵.

Deste modo, diferentemente da forma política concebida por Lenin em 1917, em particular em *O Estado e a revolução*, onde sequer se analisa o papel do partido após a tomada do poder, no “mecanismo geral do poder proletário” desenhado nesse texto de 1920, o partido ocupa um lugar central, aparecendo como a instância política suprema do “poder proletário” em detrimento dos soviets e de outras organizações autogestoras das massas, que não ocupam a posição dominante nesse “mecanismo”. A oposição entre formas substitucionistas e não-substitucionistas de mediação política é aqui esquecida, de tal modo que a consolidação do partido como instância central do poder é considerada como condição do exercício efetivo do “poder proletário”, e não como um dos obstáculos à apropriação do poder pelas massas.

Por outro lado, é importante ressaltar que, antes que um abandono de posições anteriores sobre o “Estado de transição”, encontramos, a partir de 1920, uma profunda ambivalência no tratamento desse tema em Lenin, que, ora assinala o primado do partido no regime político de transição, ora reafirma como “modelo” a forma Comuna/soviets, acentuando a necessidade de formas não-substitucionistas de mediação política, que expressem a apropriação direta do poder pelas massas proletárias e camponesas. Para dar-se conta dessa ambivalência, basta comparar o texto analisado acima com o artigo *Contribuição à história do problema da ditadura*, publicado no mesmo ano, mais exatamente em novembro de 1920.

O fundamental desse artigo é a transcrição de extensas passagens do folheto *A vitória dos democratas constitucionalistas e as tarefas do partido operário*, escrito por Lenin logo após a Insurreição de Dezembro de 1905, que foi o clímax da primeira Revolução Russa. Esse folheto demonstra uma significativa sintonia com a concepção da “reabsorção”, ainda que Lenin, no período em que escreveu esse folheto, não compreendesse o significado da análise marxiana da forma Comuna. Essa sintonia deriva da profundidade da análise de Lenin do movimento

²¹⁵ Ibid., p. 33.

revolucionário das massas na primeira Revolução Russa e, em particular, da estrutura significativa dos soviets, que ele toma como forma prefiguradora de um novo tipo histórico de poder. Essa sintonia é perceptível na contraposição que o folheto de Lenin estabelece entre o “velho poder”, como expressão da “ditadura castrense-policial exercida contra o povo”, e o “novo poder”, como expressão da “ditadura do povo revolucionário”.

Segundo o folheto de Lenin, tanto o “velho poder” quanto o “novo poder” podem ser compreendidos pelo conceito de ditadura. Ditadura “não significa outra coisa que poder ilimitado, não restringido por lei alguma, nem absolutamente por norma alguma, e diretamente apoiado na violência.”²¹⁶ Porém, para além dessa generalidade, descrevem formas antitéticas de poder político. O “velho poder” é a “ditadura da minoria”, que se exerce por intermédio de “um punhado de policiais energúmenos” e de “um grupelho de nobres e funcionários privilegiados”. Como forma de dominação política de uma minoria, não pode funcionar senão sob a condição de manter “as massas populares alijadas, excluídas da participação no poder, da vigilância sobre o poder”²¹⁷. O “novo poder”, representado pelos soviets, é a “ditadura da maioria” e, por isso, configura-se como o oposto do “velho poder”. O “novo poder” é “um poder aberto a todos, que atua à vista das massas, órgão direto e imediato das massas e executor de sua vontade”, é a expressão direta da “ditadura do povo revolucionário”, pois é o “povo revolucionário” (as massas populares auto-organizadas) que, à margem de qualquer sorte de lei ou norma, se apropria da liberdade política, cria “novos órgãos de poder”, que não têm nada em comum com “os antigos instrumentos de força”, com “os órgãos policiais e outros instrumentos do velho poder”, e, atuando “por iniciativa própria e de forma direta, por si só julga e castiga, aplica o poder”, utilizando a violência contra os que exercem a violência sobre o povo e atraindo as massas populares que ainda não superaram sua secular inércia histórica “a participar não só na administração do Estado, mas igualmente no poder, na própria estruturação do Estado”²¹⁸.

Como se vê, Lenin antecipa aqui um dos temas centrais de *O Estado e a revolução*: a destruição dos “antigos instrumentos de força” do Estado e sua substituição por organismos políticos autogestores das massas, que, “por iniciativa própria e de forma direta”, se apropriam do poder. Nada se diz acerca do papel do partido no “novo poder”: o pensamento de Lenin é

²¹⁶ LENIN. *Contribución à la historia del problema de la dictadura*, OC, 41, p. 391.

²¹⁷ *Ibid.*, pp. 388-89.

²¹⁸ *Ibid.*, pp. 388-91.

totalmente absorvido pela auto-atividade das massas como negação da “ditadura da minoria” e do substitucionismo político que caracteriza os instrumentos do “velho poder”. Ao reproduzir esses argumentos, no final de 1920, em um artigo voltado para o problema da ditadura, Lenin demonstra não haver expurgado de seu pensamento político o projeto de reabsorção do poder do Estado pelas massas populares. Não obstante, em momento algum durante todo o período do “comunismo de guerra”, esboça qualquer crítica à tendência à concentração do poder governamental nas mãos do partido.

Pouco depois de publicar *Contribuição à história do problema da ditadura*, Lenin reconhece que, na Rússia pós-revolucionária, “o Estado proletário é uma abstração”²¹⁹, mas essa constatação, como veremos, não se refere à usurpação partidária do poder político. Trata-se aqui da intervenção de Lenin na controvérsia sobre os sindicatos. Antes de encerrar este item, é importante abordar a posição de Lenin nessa controvérsia.

O IX Congresso do PC(b)R (29 de março-5 de abril de 1920) adota medidas favoráveis à “militarização do trabalho” e a uma estrita subordinação dos sindicatos ao aparelho estatal. Mas, ao contrário da linha defendida por Trotsky, que nega o caráter conjuntural e provisório dessas medidas, vendo nelas a expressão de exigências duráveis da realização do socialismo, o IX Congresso não assume a concepção de que a estatização dos sindicatos é necessária à transição socialista e defende que a “militarização do trabalho” justifica-se apenas em função das urgências militares.²²⁰ O IX Congresso não encerrou, todavia, esse debate.²²¹

Durante todo o ano de 1920 e início de 1921, Trotsky, em nome de um dirigismo estatal centralizado, continua a defender a fusão dos sindicatos com os aparelhos diretivos do Estado, sob o pressuposto de que, no Estado proletário, uma vez que este se configura como o representante efetivo dos interesses reais dos trabalhadores, não se justifica a existência de organizações autônomas dos trabalhadores, não podendo os sindicatos desenvolver outra função

²¹⁹ LENIN. *La crisis del partido*, OC, 42, p. 249.

²²⁰ BETTELHEIM, C. *A luta de classes na União Soviética: primeiro período (1917-1923)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, pp. 350-2.

²²¹ As notações seguintes sobre as tendências representadas por Trotsky e a “oposição operária” apóiam-se nas análises de Bettelheim (BETTELHEIM, C. *A luta de classes na União Soviética: primeiro período (1917-1923)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979), Harding (HARDING, N. *Lenin’ political thought, 2: theory and practice in the socialist revolution*. Londres: Macmillan, 1981) e Hegedüs (HEGEDÜS, A. “A construção do socialismo na Rússia: o papel dos sindicatos, a questão camponesa, a Nova Política Econômica”, in HOBSBAWM, E. J. et. al. (org.). *História do marxismo, VII: o marxismo na época da Terceira Internacional: a URSS, da construção do socialismo ao stalinismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986).

que a do Estado. A expressão “estatização dos sindicatos” foi utilizada para caracterizar essa posição.

Enquanto isso, surge, dentro do partido, uma outra tendência, integrada por figuras como Chliapnikov e Kollontai. Trata-se da tendência que ficou conhecida como “oposição operária”. A tendência “oposição operária” surge como expressão do descontentamento de uma parcela dos operários com: 1) a eliminação do “controle operário” (que garantia significativa participação dos representantes sindicais e, em menor escala, dos representantes de organizações de base, como os comitês de fábrica, na direção econômica da indústria) e sua substituição pelo Conselho Superior de Economia Nacional (VSNKh, na abreviação russa); 2) o eclipse da administração colegiada das fábricas e sua substituição pelo “sistema do diretor único”; 3) a prática da nomeação pelo partido de responsáveis no sistema estatal e no sistema sindical; 4) a autoridade crescente dos especialistas e técnicos tanto na gestão das fábricas quanto no VSNKh e seus anexos, assim como com a elevada remuneração e os privilégios de toda sorte dessa camada social; 5) a “militarização do trabalho”; 6) a autonomização crescente dos aparelhos diretivos especializados (e cada vez mais burocratizados) do Estado em relação aos produtores imediatos e as restrições que esses aparelhos impõem à atividade autônoma e à liberdade de crítica das massas. Os representantes da “oposição operária”, criticando todas essas transformações e idealizando os seis primeiros meses do regime soviético, opõem-se incisivamente ao crescimento e à multiplicação de instâncias de direção econômica acima dos sindicatos e sustentam que a recuperação econômica do país deve apoiar-se não nos órgãos estatais existentes da direção econômica, considerados como organismos essencialmente burocráticos, mas na atividade autônoma e na iniciativa criadora dos produtores organizados, sendo que o primeiro passo para isso é a concentração da direção econômica no sistema institucional dos sindicatos. A expressão “sindicalização do Estado” foi empregada para caracterizar essa posição.

É em resposta a esses dois grupos rigidamente opostos que Lenin articula sua posição. Desde o primeiro embate com Trotsky no Comitê Central, a 8 de novembro de 1920, Lenin recorda o caráter excepcional das medidas adotadas pelo IX Congresso, bem como a necessidade de levar em conta as características novas da situação, que não é mais dominada pelas urgências militares. Lenin, aproximando-se da “oposição operária”, se mostra favorável a uma transição progressiva dos procedimentos de urgência, como a “militarização do trabalho”, para a “normalização” e defende a ampliação da democracia, da iniciativa e da participação dos

sindicatos na gestão econômica.²²² A continuação da polêmica, porém, revela que a posição de Lenin descreve não uma aproximação das teses da “oposição operária”, mas uma terceira plataforma, que se contrapõe tanto à “estatização dos sindicatos” quanto à “sindicalização do Estado”.

Em uma série de intervenções entre dezembro de 1920 e janeiro de 1921, Lenin procura mostrar que são dois os erros básicos da plataforma da “estatização dos sindicatos”: 1) a assunção do Estado pós-revolucionário como a “expressão pura” de um “Estado proletário” e 2) a incompreensão do papel dos sindicatos no “complexo sistema de engrenagens” que é o “sistema da ditadura do proletariado”.

No discurso *Sobre os sindicatos, o momento atual e os erros do camarada Trotsky*, pronunciado em 30 de dezembro de 1920, Lenin critica a suposição de Trotsky de que, no Estado soviético, os sindicatos perderam a função de defender os interesses materiais e espirituais do proletariado, uma vez que o Estado soviético é um Estado proletário e, portanto, o representante efetivo dos interesses do conjunto da classe proletária. O erro desse raciocínio de Trotsky, segundo Lenin, é ignorar a natureza altamente complexa do Estado soviético, complexidade determinada tanto pela natureza das relações que o proletariado, como força social dirigente, mantém com as forças não-proletárias, que, em um país de maioria camponesa, constituem a força social determinante, quanto pela dependência em relação aos administradores, técnicos e especialistas burgueses, a qual determina uma inevitável “deformação burocrática” das relações no interior dos aparelhos administrativos do Estado. Lenin escreve:

“O camarada Trotsky fala do ‘Estado operário’. Permitam-me dizer que isso é uma abstração. Compreende-se que, em 1917, falássemos do Estado operário: mas agora se comete um erro manifesto quando se nos diz: ‘Para que defender, e frente a quem defender, a classe operária, se não há burguesia e o Estado é operário?’ Não de todo operário: aí está o quid da questão. (...) Em nosso país, o Estado não é, em realidade, operário, mas operário e camponês. Isto em primeiro lugar. E disto dimanam muitas coisas. (...) Mas há mais. No Programa de nosso Partido (...) vemos já que nosso Estado é operário com uma *deformação burocrática*.”²²³

²²² Ver BETTELHEIM, C. *A luta de classes na União Soviética: primeiro período (1917-1923)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, p. 355.

²²³ LENIN. *Sobre los sindicatos, el momento actual y los errores del camarada Trotski*, OC, 42, p. 214.

Diante dessa configuração do Estado soviético, a plataforma da “estatização dos sindicatos” torna-se altamente problemática. Se os sindicatos forem absorvidos pelo Estado como partes subordinadas da maquinaria administrativa, deixarão de ser sindicatos, enquanto os trabalhadores, mais cedo ou mais tarde, deverão construir novas organizações de categoria, tanto para defender-se de um Estado “não de todo operário” quanto para assegurar o caráter proletário desse Estado contra a “deformação burocrática” e a pressão dos interesses pequeno-burgueses das massas populares não-proletárias, que não só constituem e devem constituir uma base de apoio do regime soviético, mas devem participar diretamente da gestão estatal. Por isso, para Lenin, os sindicatos não devem ser dissolvidos nos aparelhos de Estado, mas preservar sua identidade organizacional separada para fazer face às peculiaridades do período da transição que atravessa o regime soviético:

“Nosso Estado de hoje é tal que o proletariado organizado em sua totalidade deve defender-se, e nós devemos utilizar essas organizações operárias [os sindicatos] para defender os operários de seu Estado e para que os operários defendam nosso Estado.”

Esse ponto de vista é retomado por Lenin nos textos *A crise do partido* e *Mais uma vez sobre os sindicatos*, ambos publicados em janeiro de 1921. No primeiro texto, Lenin insere uma retificação em sua caracterização do Estado soviético. Concordando com Bukharin, que, durante discurso de Lenin de 30 de dezembro, questionara a expressão “Estado operário e camponês”, Lenin afirma que, em seu discurso, deveria ter dito:

“O Estado operário é uma abstração. O que temos, em realidade, é um Estado operário, primeiro, com a particularidade de que o que predomina em nosso país não é a população operária, mas camponesa; e, segundo, é um Estado operário com deformações burocráticas.”²²⁴

Essa argumentação demonstra que Lenin, nesse período, abandona definitivamente da fórmula do “Estado democrático-revolucionário”, que, como vimos no capítulo anterior,

²²⁴ LENIN. *La crisis del partido*, OC, 42, p. 249.

pretendia descrever um regime político fluído, que não é mais aquele da dominação burguesa, mas que, devido à composição heterogênea de sua base social (proletariado + campesinato), não pode ser compreendido pelo termo “Estado proletário” ou “Estado operário”. Como veremos adiante, a razão do descarte dessa fórmula está ligado, em parte, ao primado do partido no complexo denominado por Lenin como “sistema da ditadura do proletariado”.

Em *Mais uma vez sobre os sindicatos*, reafirma-se a necessidade de preservar a identidade organizacional separada dos sindicatos. A novidade, contudo, é o modo como Lenin formula o problema. Contrapondo-se à afirmação de Trotsky de que os sindicatos perderam sua base de existência, qual seja, a “luta de classes econômica”, Lenin escreve:

“Isto é falso, é uma exageração precipitada: os sindicatos perderam tal base como luta econômica *de classes*, mas estão muito longe de ter perdido, e, por desgraça, não poderão perder, todavia, durante muitos anos, tal base como ‘luta econômica’ *não de classes*, no sentido da luta contra as deformações burocráticas do mecanismo dos Soviéticos, no sentido da defesa dos interesses materiais e espirituais das massas trabalhadoras por vias e com meios que não estão ao alcance deste aparato, etc.”²²⁵

Lenin parece ignorar a possibilidade de que, enquanto a estrutura material da produção não for transformada, se forme uma nova forma de personificação do capital, uma nova classe de “agentes do capital”, que encontra nos aparelhos diretivos do Estado, cada vez mais autonomizados em relação ao movimento de massas, o meio mais propício para organizar o seu domínio de classe. Com efeito, ele vê na luta contra as “deformações burocráticas do mecanismo dos Soviéticos” não uma manifestação da permanência da luta de classes, mas uma manifestação de uma forma de luta “não de classes”, tendo os sindicatos perdido sua base como “luta econômica de classes”. Mas isso não chega a surpreender, pois, como vimos no capítulo 2, Lenin não consegue identificar o fundamento da permanência da luta de classes na luta pela transformação da estrutura material da produção herdada. Ademais, a formação de uma nova classe de “agentes do capital” na Rússia pós-revolucionária é um processo muito recente, o que dificulta a percepção e a plena compreensão conceitual do mesmo.

²²⁵ LENIN. *Una vez más acerca de los sindicatos, el momento actual e los errores de los camaradas Trotski y Bujarin*, OC, 42, pp. 309-310.

Passemos agora às observações de Lenin sobre o que ele considera como o segundo erro básico da plataforma da “estatização dos sindicatos”: a incompreensão do papel dos sindicatos no “sistema da ditadura do proletariado”. Em seu discurso de 30 de dezembro, Lenin mostra que Trotsky falha em distinguir o papel dos sindicatos, como organizações que agrupam a totalidade do proletariado, do papel do partido, como organização que absorve a sua vanguarda. Durante a transição socialista, explica Lenin, a ditadura do proletariado não é exercida pelas organizações de massa do proletariado, mas pelo partido. “A questão”, diz Lenin, “é que o partido concentra em suas fileiras, por assim dizer, a vanguarda do proletariado, e esta vanguarda exerce a ditadura do proletariado.”²²⁶ Isso deve ser assim, segundo Lenin, por causa do fracionamento do proletariado e da penetração da ideologia burguesa em suas fileiras:

“O proletariado está ainda tão fracionado, tão menosprezado, tão corrompido em alguns lugares (pelo imperialismo, precisamente, em certos países), não só na Rússia, um dos países capitalistas mais atrasados, mas em todos os demais países capitalistas, que a organização integral do proletariado não pode exercer diretamente a ditadura deste.”²²⁷

Deste modo, no “sistema da ditadura do proletariado”, o papel dos sindicatos não é o de exercer diretamente a ditadura da classe. Seu papel é ser uma “fonte” de poder do Estado e criar o vínculo da vanguarda com as massas, como uma das várias “correias de transmissão” que permitem a ligação da vanguarda com o proletariado e deste com as massas trabalhadoras não-proletárias. “Com seu trabalho”, escreve Lenin, “os sindicatos convencem as massas, as massas da única classe capaz de conduzir-nos do capitalismo ao comunismo”²²⁸.

Tal concepção do “sistema da ditadura do proletariado” explica o descarte da fórmula do “Estado democrático-revolucionário”. Essa fórmula pressupõe a soldagem da hegemonia do proletariado no interior de um complexo sistema de relações entre os organismos autogestores multiformes das massas proletárias e camponesas, que exercem, de forma direta, sem mediações, a “ditadura do povo revolucionário”. O “sistema da ditadura do proletariado” realiza-se, aqui, de baixo para cima. Já no complexo desenhado acima, a hegemonia do proletariado é, primeiro, afirmada na “cúpula” do Estado, por intermédio de um partido que, absorvendo a vanguarda do

²²⁶ LENIN. *Sobre los sindicatos, el momento actual y los errores del camarada Trotski*, OC, 42, p. 209.

²²⁷ *Ibid.*, p. 210.

²²⁸ *Ibid.*, pp. 210-211.

proletariado, exerce diretamente a ditadura, e, só depois, soldada no movimento de massas, por intermédio de uma série de “correias de transmissão”, de organizações de massa, que convencem as massas do acerto da linha seguida pelo partido. E Lenin não considera tal configuração como provisória ou como o produto de circunstâncias especiais. Pelo contrário, ele afirma que “tal é o mecanismo da base mesma da ditadura do proletariado, da própria essência da transição do capitalismo ao comunismo”²²⁹. Que Lenin tenha chegado a tal desenho do “sistema da ditadura do proletariado” apenas um mês depois da publicação de *Contribuição à história do problema da ditadura* demonstra mais uma vez a presença de uma profunda ambivalência no pensamento de Lenin nesse período.

Abordemos agora a crítica de Lenin à plataforma da “sindicalização do Estado” defendida pela “oposição operária”. Lenin reconhece que certas teses da “oposição operária” representam uma reação justa contra as tendências autoritaristas e os “excessos de burocratismo” que se haviam desenvolvido durante o “comunismo de guerra”, refletindo, assim, as aspirações reais de amplas camadas operárias. O que Lenin critica é o fato de que a “oposição operária” sistematiza essas aspirações de maneira unilateral e acaba incorrendo no “desvio sindicalista”. Para Lenin, o “desvio sindicalista” da “oposição operária” se manifesta, sobretudo, na interpretação equivocada que essa tendência faz do § 5 da parte econômica do Programa do PC(b)R, em que se lê que “os sindicatos devem chegar à concentração de fato em suas mãos de toda a gestão da economia nacional considerada como um todo único”²³⁰. Lenin aponta uma série de equívocos na interpretação que a “oposição operária” faz desse trecho.

Primeiro: como o anarco-sindicalismo, a “oposição operária” pretende confiar a direção dos vários ramos da indústria aos sindicatos espalhados nos vários ramos de produção, enquanto a plataforma do Programa, inspirado nos princípios do comunismo, estipula que os sindicatos “devem chegar a concentrar de fato a direção não de setores industriais nem da indústria em geral, mas de toda a economia nacional e, ademais, como um todo único”²³¹. Por isso, a “oposição operária” pode ignorar a complexidade do momento transição que a Rússia atravessa, negligenciando, por exemplo, o problema da transição da pequena produção agrícola à produção coletiva, o qual não pode ser resolvido no curto prazo e cuja solução é condição para alcançar

²²⁹ Ibid., p. 210.

²³⁰ LENIN. *Programa del PC(b)R*, in LENIN, OC, 38, p. 453.

²³¹ LENIN. *Una vez más acerca de los sindicatos, el momento actual e los errores de los camaradas Trotski y Bujarin*, OC, 42, p. 310.

o objetivo estratégico da concentração nas mãos dos sindicatos da “gestão de toda a economia nacional como um todo único”. “Esta condição”, escreve Lenin, “como condição econômica, não poderá considerar-se cumprida antes que os pequenos produtores tanto na indústria como na agricultura representem menos da metade da população e da economia nacional”.

Segundo: a “oposição operária” não leva em conta o problema das relações entre as classes que constituem a base social do regime soviético, isto é, o proletariado e campesinato, considerando o problema da gestão da economia nacional como sendo o da gestão *proletária* da economia e não da gestão *popular*, isto é, camponesa e proletária, e, por isso, pode negligenciar as dificuldades da organização sindical do campesinato. A expressão “em suas mãos”, “em mãos dos sindicatos”, escreve Lenin, significa “em mãos das *massas* organizadas em sua totalidade” e “qualquer um pode ver o quão distantes estamos inclusive de uma primeira aproximação dessa concentração prática”²³². Ao ignorar essa condição, a “oposição operária” incorreria, segundo Lenin, em um “obrerismo” típico do “desvio sindicalista”.

Terceiro: a “oposição operária” não considera necessária nenhuma transformação do sistema institucional dos sindicatos para que este se habilite para a “gestão de toda a economia nacional como um todo único”. Deste modo, desconsidera o início do § 5 da parte econômica do Programa, que assinala a necessidade de que os sindicatos superem, sob a influência educativa do partido, sua histórica estreiteza corporativista. Por isso mesmo, a “oposição” faz abstração do papel dirigente do partido, afastando-se do comunismo e aproximando-se do “sindicalismo”:

“O comunismo diz: a vanguarda do proletariado, o Partido Comunista, dirige a massa dos operários sem partido, instruindo, preparando, ensinando e educando essa massa (a “escola do comunismo”), primeiro, os operários e, depois, os camponeses, para que possa concentrar em suas mãos a administração de toda a economia nacional.

O sindicalismo transfere para a massa dos operários sem partido, separados por setores de produção, a administração de ramos da indústria (“direções gerais e centros”), cancelando de tal modo a necessidade do partido e sem realizar um trabalho prolongado nem para educar as massas, nem para concentrar *realmente* em suas mãos a administração de *toda a economia nacional*.”²³³

²³² LENIN. *La crisis del partido*, OC, 42, p. 251.

²³³ *Ibid.*, pp. 250-1.

De um modo geral, parecem acertadas as críticas que Lenin dirige contra a “oposição operária”, sobretudo quando aponta para o descuro da questão agrária e para o “obrerismo” que enforma as teses da “oposição”. No entanto, Lenin não apreende o problema de fundo para que apontam, em certo sentido, as teses da “oposição operária”. Refiro-me aqui ao problema político das relações dos órgãos estatais com as massas, o qual, segundo a “oposição operária”, não pode ser resolvido nem pela absorção dos sindicatos pelo aparelho estatal, nem pretendendo esperar que as massas sejam suficientemente “educadas” para revitalizar as instituições soviéticas. A “oposição operária” critica a ilusão de remeter o retorno a uma efetiva “democracia soviética” ao dia longínquo em que as massas estiverem mais “educadas”, denunciando que é impossível conceber tal retorno, dada a existência de um sistema estatal burocratizado que se afasta cada vez mais das massas, subtraindo-se a seu controle e opondo uma resistência cada vez maior ao desenvolvimento da atividade autônoma das massas e à auto-educação das massas pela via da experimentação coletiva no exercício direto do poder político²³⁴. A “oposição operária” tem razão ao articular essa crítica, ainda que não seja capaz de indicar outra alternativa que a absorção da direção econômica pelo sistema institucional – mais ou menos igualmente burocratizado – dos sindicatos. A “oposição operária” tem igualmente razão ao criticar a prática da “designação”, apesar de não compreender que o problema de fundo é a fusão Estado/partido, que reproduz o substitucionismo político inerente à forma do Estado burguês, que a Revolução de Outubro pretendia destruir. Mas Lenin não é capaz de absorver e tratar teoricamente o que há de significativo nas teses mal alinhavadas da “oposição”, fetichizando a forma partido e ignorando o perigo de que a concentração do poder governamental nas mãos do mesmo engendre um novo tipo de substitucionismo político na forma da autoperpetuação autoritária do partido no centro do poder do Estado, impedindo, assim, a necessária absorção do poder do Estado pelas massas. É interessante reproduzir aqui, para encerrar este item, uma passagem de *A crise do partido*:

“(…) há que combater a confusão ideológica e os elementos *insanos* da oposição que chegam até a negar toda ‘militarização da economia’, a negar não só o ‘método de designação’ que prevaleceu até agora, mas toda ‘designação’, ou seja, negam definitivamente o papel dirigente do *Partido* em relação às massas sem partido. Há que

²³⁴ Ver KOLLONTAI. *Oposição operária 1920-1921*. São Paulo: Global, 1980.

combater o desvio sindicalista, que acabará com o Partido se este não se curar completamente dela.”²³⁵

Note-se que, segundo esse trecho, negar a prática da “designação”, isto é, a nomeação de cima, pelo partido, de um número significativo de responsáveis por funções políticas, administrativas, econômicas e mesmo de direção sindical, equivale a negar o papel dirigente do partido. Deste modo, parece que o papel dirigente do partido não se afirma como uma hegemonia ético-ideológica, mas é, antes, garantido por uma espécie de dirigismo burocrático, assegurado pela posição dominante do partido no sistema institucional do Estado. Essa não é a concepção dominante na obra de Lenin. Contudo, é significativo que, em alguns textos, ela seja tão incisivamente afirmada. Ela aponta para a já referida ambivalência de Lenin, a qual decorre da internalização por Lenin dos limites essenciais da Revolução Russa, que assistiu à progressiva regressão das conquistas da Revolução de Outubro no que diz respeito à destruição do Estado burguês e à reabsorção do poder de Estado pelas massas. Voltaremos a esse tema no último capítulo. Agora será examinada a reflexão leniniana sobre a política agrária no “comunismo de guerra”.

II

A “questão agrária” foi sempre uma questão complexa e delicada para o marxismo russo.²³⁶ Ela se torna pungente e dramática durante o “comunismo de guerra”. A desorganização da indústria não permite, então, estabelecer trocas regulares com o campo e os camponeses só dispõem de reduzidas quantidades de produtos suscetíveis de serem comercializados e não desejam entregá-las voluntariamente ao Estado. Os camponeses médios, que, na frente de batalha, defendem o poder soviético, com armas na mão, não fornecem ao Estado quase nada dos seus produtos agrícolas excedentes. É nessas circunstâncias que o regime pós-revolucionário teve de enfrentar, todos os anos, desde 1918, sob o fogo dos guardas brancos e das tropas estrangeiras, a angustiante questão da colheita e do abastecimento das cidades e dos combatentes na frente de

²³⁵ LENIN. *La crisis del partido*, OC, 42, p. 254.

²³⁶ As observações deste parágrafo apóiam-se nos textos de Bettelheim (BETTELHEIM, C. *A luta de classes na União Soviética: primeiro período (1917-1923)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979) e Linhart (LINHART, R. *Lenin*,

batalha. Nessas condições, apesar de insistirem na importância fundamental da aliança entre o proletariado e o campesinato, os bolcheviques se vêem acudados a uma política de ruptura na prática com a massa camponesa. Essa ruptura assume a forma mais radical que existe: a forma militar. De fato, durante todo o período da guerra civil, é adotada a política das requisições forçadas de parte do excedente agrícola. Duas respostas dos camponeses às requisições: a curto prazo, esconde-se o excedente; a longo prazo, restringe-se a semeadura ao estritamente necessário à sobrevivência da família. Mais tarde, particularmente no final da guerra civil, o descontentamento dos camponeses irá até mesmo além dessas formas de resistência passiva, assumindo abertamente a forma da revolta e ameaçando a sobrevivência do ainda jovem regime soviético.

É contra o pano de fundo dessa realidade extremamente complexa que devemos ler os textos de Lenin sobre “questão agrária” durante o “comunismo de guerra”. Nesses textos, Lenin examina não apenas problemas mais circunstanciados, relacionados às dificuldades do abastecimento das cidades e da política de requisições, mas também, em relação com tais problemas, questões teóricas fundamentais como a questão da natureza das relações do proletariado com o campesinato durante a transição ao comunismo. Daí a importância de uma análise mais detida desses textos para o tema em foco.

Em meados de 1918, tendo já os camponeses, por sua própria conta e apoiados pelo poder soviético, retomado a maior parte da terra dos grandes proprietários rurais, do Estado e da Igreja, Lenin considera que a revolução agrária *democrática* está essencialmente terminada e que a passagem à revolução agrária *socialista* está na ordem do dia. Para criar um terreno propício para esse desenvolvimento, Lenin julga oportuno e necessário mobilizar e articular, no seio do campesinato, as forças sociais específicas que, por sua condição de classe, têm um interesse mais imediato na passagem da revolução agrária democrática à edificação socialista propriamente dita. Para Lenin, essas forças são, antes de tudo, os *camponeses pobres*, isto é, os camponeses que não empregam trabalhadores assalariados e não dispõem de excedente que possa ser convertido em capital. É essa perspectiva que orienta a estratégia de Lenin em relação à política agrária no segundo semestre de 1918.

Como vimos no capítulo anterior, desde as *Teses de abril*, Lenin considera necessária a constituição de uma aliança estratégica privilegiada com os camponeses pobres, em vista do desenvolvimento ulterior em direção à edificação socialista, e propõe a criação de organizações distintas dos sovietes camponeses e integradas exclusivamente por camponeses pobres. Essa disposição é concretizada pelo decreto de 11 de junho de 1918, que institui os comitês de camponeses pobres. Para Lenin, a constituição dos comitês de camponeses pobres expressa o amadurecimento da luta de classes no campo, a ruptura entre os assalariados agrícolas e os camponeses pobres, de um lado, e os camponeses ricos, os kulaks, de outro, demarcando a passagem a uma nova etapa da revolução. Em sua obra *A revolução proletária e o renegado Kautsky*, Lenin explica que o triunfo dos bolcheviques em outubro só foi possível devido à aliança temporária com a totalidade do campesinato, mas que a “instauração” do socialismo no campo é impossível sem a dissociação do campesinato em classes. E caracterizando a situação anterior a junho de 1918 como a de uma revolução socialista nas cidades e de uma revolução democrática burguesa no campo, assinala a constituição dos comitês de camponeses pobres como o início da revolução agrária socialista:

“Todos os que estão ao corrente da situação e visitaram o campo dizem que somente no verão e no outono de 1918 chegou a *este* a Revolução “de Outubro” (isto é, a revolução proletária). Produz-se uma viragem. À onda de revoltas de kulaks segue um movimento ascensional dos camponeses pobres, um crescimento dos ‘comitês de camponeses pobres’. (...) nesse momento *se estende imensamente* o círculo *verdadeiro* dos partidários do bolchevismo, porque dezenas e dezenas de milhões de camponeses pobres despertam para uma vida *independente*, emancipando-se da tutela e da influência dos kulaks e da burguesia rural.”²³⁷

Nessa ocasião, Lenin pensa que o abandono do cultivo individual e a passagem às formas coletivas de trabalho no campo tornam-se não somente possíveis, mas necessários. Em um discurso de 11 de dezembro de 1918, Lenin insiste no fato de que “a ruína que a guerra nos deixou de herança não permite de modo algum restabelecer a pequena fazenda camponesa de outrora” e sugere ainda que a guerra suscitou nas massas camponesas a idéia de que as

²³⁷ LENIN. *La revolución proletaria y el renegado Kautsky*, OC, 37, p. 325.

“maravilhas da técnica”, que, na guerra, foram utilizadas para a destruição em massa, podem também ser utilizadas para transformar a agricultura na base do trabalho coletivo²³⁸. Esse fato, associado à organização dos comitês de camponeses pobres, aponta, segundo Lenin, para a conclusão de que “a tendência a implantar o trabalho coletivo da terra existe no seio do próprio campesinato, entre a maioria dos camponeses trabalhadores”, o que coloca na ordem do dia o desenvolvimento das explorações coletivas, das comunas e cooperativas agrícolas²³⁹.

Deve-se ressaltar, contudo, que, tanto nesse discurso quanto em *A revolução proletária e o renegado Kautsky*, Lenin sublinha que a passagem à edificação socialista no campo é impossível “sem uma série de transições, de etapas transitórias”²⁴⁰. Para ele, a transformação socialista das relações de produção no campo deve ser produto da atividade consciente dos próprios camponeses, donde a necessidade de marchar para a “nova obra socialista”, “fazendo transições graduais, despertando a consciência da parte trabalhadora do campesinato e avançando só na medida em que se desperta essa consciência, na medida em que o campesinato se organiza independentemente”²⁴¹. “Um trabalho persuasivo largo e paulatino” e “uma série de medidas de transição”, cujo objetivo é persuadir os camponeses, por intermédio de sua própria experiência prática, através de exemplos palpáveis, das vantagens e da necessidade da exploração coletiva: são esses, segundo Lenin, os únicos métodos para engajar o campo na via da transformação socialista das relações de produção. A ruptura com a hegemonia ideológico-política dos kulaks, materializada na criação dos comitês de camponeses pobres, foi, segundo Lenin, apenas um passo nessa direção, mas um passo de enorme significado, o qual marca o início da revolução agrária socialista no campo. Bettelheim, comentando essas passagens de Lenin, escreve:

“Lenin não condiciona a transformação socialista das relações econômicas no campo somente à abolição da propriedade da terra (que, diz ele, permanece inevitavelmente ‘no papel’, enquanto ‘os camponeses pobres, o campesinato trabalhador’ não aderirem à luta contra o capitalismo), mas igualmente à *transformação das relações políticas no próprio povoado* (pela formação dos comitês de camponeses pobres) e à transformação das

²³⁸ LENIN. *Discurso pronunciado en el I Congreso de los Comités de Campesinos Pobres y de las Comunas de Toda Rúsia (11 de diciembre de 1918)*, OC, 37, pp. 369-70.

²³⁹ *Ibid.*, p. 371.

²⁴⁰ LENIN. *La revolución proletaria y el renegado Kautsky*, OC, 37, pp. 326-27.

²⁴¹ LENIN. *Discurso pronunciado en el I Congreso de los Comités de Campesinos Pobres y de las Comunas de Toda Rúsia (11 de diciembre de 1918)*, OC, 37, pp. 368-9.

relações ideológicas que permitirão à massa dos camponeses passar à *cultura coletiva* da terra.”²⁴²

A convicção de Lenin de que a “tendência a implantar o trabalho coletivo da terra” existia entre a maioria do campesinato trabalhador não foi confirmada pelos fatos. Além disso, os comitês de camponeses pobres demonstraram falta de vitalidade: não se espalharam pelo país e os que existiam não duraram mais do que uma estação do ano.

Na verdade, os comitês não foram, como Lenin pretendia, a expressão de um desenvolvimento orgânico da luta de classes no seio do movimento camponês. Como observa Linhart, os comitês de camponeses pobres foram “uma organização artificial e não criação das massas”²⁴³. De fato, os comitês não foram uma criação dos camponeses pobres, que, rompendo com a hegemonia ideológico-política dos camponeses abastados no movimento camponês, se colocaram em movimento de forma autônoma, mas o produto da decisão política do partido. Lenin mesmo parece, às vezes, reconhecer esse caráter “artificial” dos comitês. Assim, em um discurso pronunciado em novembro de 1918, ele declara que “decidimos cindir o campo”²⁴⁴.

Ademais, é preciso observar que o ponto de partida dos comitês não foi o grau de autoconsciência do campesinato, mas o seu interesse imediato. A tendência era de ganhá-los através de medidas assistencialistas, atribuindo-lhes uma parte dos excedentes confiscados aos especuladores. Não é de surpreender, portanto, que tenham tido tão curta duração e que não tenham sido, durante essa curta existência, mais do que um instrumento, entre outros, no plano geral da luta contra a fome, servindo como fonte de informações para localizar os estoques de grãos e identificar os especuladores. Compostos por elementos atraídos pelo interesse imediato de se apropriarem de uma parte dos excedentes confiscados, os comitês não poderiam, de modo algum, servir de ponto de apoio para uma revolução agrária socialista.

No fim de 1918, a tentativa fracassada de desenvolvimento de um movimento autônomo de camponeses pobres através da generalização de comitês de camponeses pobres é abandonada. Os comitês existentes são fundidos com os sovietes rurais – o que significa, na prática, suprimi-

²⁴² BETTELHEIM, C. *A luta de classes na União Soviética: primeiro período (1917-1923)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, p. 199.

²⁴³ LINHART, R. *Lenin, os camponeses, Taylor: ensaio de análise baseado no materialismo histórico sobre a origem do sistema produtivo soviético*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983, p. 42.

²⁴⁴ LENIN. *Discurso pronunciado en una reunión de los Comités de Campesinos Pobres de las provincias centrales (8 de noviembre de 1918)*, OC, 37, p. 183.

los como organizações independentes dos camponeses pobres. Abre-se uma nova etapa da política agrária do partido, que reconhece que a direção ideológica e política do campesinato não era tão avançada quanto se supunha e que se ampliara a importância dos camponeses médios, cujos efetivos aumentaram em consequência da revolução agrária democrática. Daí em diante, Lenin dá mais atenção ao problema da natureza das relações do proletariado com os camponeses médios.

Em um pequeno artigo de fevereiro de 1919 intitulado *Resposta à pergunta de um camponês*, Lenin mais uma vez reafirma que “a base mais sólida de um verdadeiro movimento socialista são os operários respaldados pelos pobres do campo”, isto é, pelos camponeses semiproletários²⁴⁵. No entanto, nesse texto, Lenin introduz um elemento novo em sua análise. Ele chama a atenção para o problema da atitude em relação aos camponeses médios. Afirmando que “jamais nenhum bolchevique, nenhum comunista, nenhum socialista sensato admitiram a idéia da violência contra os camponeses médios”, Lenin deixa assentado o princípio da “transição gradual e voluntária dos camponeses médios ao socialismo”.

Esse princípio aparentemente simples é de uma importância fundamental e coloca o problema do que se chamou mais tarde de “integração do camponês médio ao socialismo”. Em retomadas posteriores dessa problemática, Lenin insistirá cada vez mais no fato de que os camponeses médios podem tornar-se um *aliado sólido* na edificação socialista, desde que o método utilizado seja o da *persuasão e não da coerção*. Lenin rompe, assim, com a concepção segundo a qual, na edificação socialista, os únicos aliados possíveis no campo são os proletários e semiproletários. E demarca o terreno das condições da aliança ainda não realizada com o campesinato médio: *persuasão e não coerção*. É interessante reproduzir aqui as próprias palavras de Lenin sobre esse importante tema.

No *Projeto de programa do PC(b)R*, redigido na mesma época que o artigo mencionado acima, Lenin continua a insistir em que a linha fundamental da política agrária é o desejo de apoiar-se nas forças proletárias e semiproletárias no campo. Por outro lado, aconselha prudência em relação aos camponeses médios. Não se deve confundi-los com os kulaks e estender a eles medidas repressivas. Pelo contrário, devem ser considerados e abordados na prática como possíveis aliados na etapa da edificação socialista:

²⁴⁵ LENIN. *Respuesta à la pregunta de un campesino*, OC, 37, p. 495.

“Por sua situação de classe, o camponês médio pode ser um aliado do poder proletário na etapa da transição ao socialismo, ou, pelo menos, um elemento neutral. Daí que, apesar dos inevitáveis fracassos parciais e das vacilações dos camponeses médios, devemos fazer o possível, de maneira insistente, para chegar a um acordo com eles, mostrando uma atitude solícita ante todos os seus desejos e fazendo concessões ao eleger os métodos de realização das transformações socialistas.”²⁴⁶

Lenin sublinha ainda que todas as medidas no sentido da transição às formas cooperativas de trabalho devem se adequar ao princípio da participação *voluntária* dos camponeses e do controle “de baixo” exercido pelos próprios camponeses organizados de maneira autônoma. Não pode haver a menor coerção nesse domínio por parte do poder proletário. Princípio que será ratificado por Lenin, em março de 1919, no VIII Congresso do PC(b)R. Nesse congresso, já tendo recordado que o camponês médio não é “nosso inimigo” e que não se deve expropriar o camponês médio nem empregar a violência contra ele, Lenin sugere a seguinte fórmula, depois integrada ao novo programa do partido:

“Em relação aos camponeses médios, a política do PCR consiste em incorporá-los gradual e metodicamente ao trabalho da construção do socialismo. O Partido se propõe como tarefa afastar os camponeses médios dos kulaks, atraí-los para a classe operária mediante a atenção solícita em relação às suas necessidades superando seu atraso por via da influência ideológica e não com os meios da repressão, tratando de chegar a acordos práticos com eles em todos os casos em que sejam afetados seus interesses vitais e fazendo-lhes concessões ao eleger os métodos das transformações socialistas.”²⁴⁷

Lenin volta recorrentemente a esse tema durante o VIII Congresso. Ele assinala que, em relação ao problema do engajamento dos camponeses médios na via do socialismo, não se pode conseguir nada com o método da violência, que tentar engajar compulsoriamente os camponeses médios em uma via que não estão prontos a seguir significa “colocar tudo a perder”. Insiste longamente nessa idéia e esclarece que o único método admissível para atrair os camponeses

²⁴⁶ LENIN. *Proyecto de programa del PC(b)R*, OC, 38, p. 110.

²⁴⁷ LENIN. *VIII Congreso del PC(b)R*, OC, 38, p. 173.

médios para a via da edificação do comunismo é o trabalho de persuasão e educação, entendido não como uma atividade unilateral de doutrinação puro e simples, mas como uma relação intermediada pela atividade e pela experiência prática dos camponeses, que devem se engajar por si mesmos na via da transformação das relações econômicas, escolhendo livremente os métodos e as formas de transição que julgarem mais adequados em cada caso:

“Recorrer à violência neste caso significa colocar tudo a perder. É necessário um longo trabalho de educação. Ao camponês, prático e realista, não só em nosso país, mas em todo o mundo, devemos dar-lhes exemplos concretos para demonstrar-lhe que a comuna é melhor. (...) Devemos dizer, em relação com isso, que estimulamos as comunas, mas que essas devem organizar-se de maneira a ganhar a confiança dos camponeses. (...) Não há nada mais néscio que a idéia mesma da violência no que se refere às relações econômicas do camponês médio. Neste caso, a tarefa não consiste em expropriar o camponês médio, mas em ter em conta as condições especiais de vida do camponês, em aprender dele os métodos de trânsito a um regime melhor e não nos permitirmos mandar!”²⁴⁸

A adesão do partido ao ponto de vista defendido por Lenin no VIII Congresso traduz-se pela adoção de uma resolução redigida por Lenin. Esse documento, recordando que os camponeses médios, uma vez que não tiram proveito do trabalho de outrem, não são exploradores, condena as arbitrariedades das autoridades locais do poder soviético em relação a eles e encoraja a constituição de cooperativas e de comunas agrícolas de camponeses médios numa base *exclusivamente voluntária*, esclarecendo que “apenas têm valor as associações que foram criadas pela livre vontade dos próprios camponeses e que ofereçam vantagens comprovadas por eles na prática”²⁴⁹.

Em todas essas intervenções de Lenin, os princípios são claros: nenhuma coerção contra os camponeses médios para transformar as relações econômicas, desenvolver entre eles um longo trabalho de educação, ganhar a sua confiança, aprender deles “os métodos de trânsito a um regime melhor”, não se atrever a mandar e impor. Mas, como lembra Linhart, na prática, a complexidade da situação histórica impõe um “dilema espinhoso”:

²⁴⁸ Ibid., p. 212-13.

²⁴⁹ Ibid., p. 220.

“A fome espreita sempre, tanto em 1918, quanto em 1919 – a guerra civil e a intervenção imperialista tomaram o lugar das devastações infligidas pelo exército alemão –, é absolutamente necessário tomar os excedentes de grãos, mesmo quando os camponeses não quiserem entregá-los: *como conciliar o confisco dos grãos e a ‘aliança com o camponês médio’?*”²⁵⁰

O dilema é real e não comporta respostas simples. Lenin se depara com ele desde o artigo *Resposta à pergunta de um camponês*, onde, ao mesmo tempo em que estabelece o princípio da “transição gradual e voluntária dos camponeses médios ao socialismo” e condena as arbitrariedades cometidas contra os camponeses médios pelas autoridades locais, defende a requisição de cereais e a proibição do livre comércio de grãos. É em resposta a esse dilema que Lenin, em maio de 1919, formula a teoria do *duplo caráter do camponês médio*.

No I Congresso Nacional de Instrução Extra-Escolar (6-19 de maio de 1919), em um discurso “acerca de como se engana o povo com as consignas da liberdade e da igualdade”, Lenin afirma que, no contexto desenhado pela fome e a guerra civil, é necessário “infringir” a igualdade entre os operários e os camponeses, aplicar conscienciosamente medidas desiguais: os operários, privados até mesmo de suas necessidades elementares, têm de ser protegidos contra a “exploração” por parte daqueles camponeses que especulam com os excedentes de grãos. É nesse contexto que Lenin assinala o duplo caráter do camponês médio: “A posição do camponês é tal que, por sua maneira de viver e pelas condições em que produz, vive e leva sua fazenda, é metade trabalhador e metade especulador.”²⁵¹ Em relação ao camponês “especulador”, falar em “igualdade” é deixar de lado o princípio da igualdade substantiva: “os operários e camponeses são iguais como trabalhadores; mas o farto que especula com cereais não é igual ao operário esfomeado”²⁵². Contra o aspecto “especulador” do camponês, Lenin julga que a coerção é legítima: é necessário tomar-lhe o excedente de grãos para salvar os operários esfaimados.

Lenin reapresenta de maneira mais elaborada esse tema no discurso que pronuncia a 18 de novembro de 1919 na I Conferência da Rússia sobre o trabalho do partido no campo. Lenin assinala novamente o duplo caráter do camponês médio: de um lado, diz Lenin, o camponês

²⁵⁰ LINHART, R. *Lenin, os camponeses, Taylor: ensaio de análise baseado no materialismo histórico sobre a origem do sistema produtivo soviético*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983, p. 46.

²⁵¹ LENIN. *I Congreso Nacional de Instrucción Extraescolar*, OC, 38, p. 378.

²⁵² *Ibid.*, p. 384.

médio é um *trabalhador*, um homem que vive de seu próprio trabalho e sofre a opressão do capitalismo, e, por isso, “está ao lado do operário”; de outro, produz mais produtos alimentícios do que necessita e, em épocas de fome, como *proprietário* que “está acostumado a considerar esses excedentes como propriedade sua que ele pode vender livremente”, “transforma-se em um especulador, em um explorador, porque uma pessoa faminta é capaz de dar pelo trigo tudo o que tiver”²⁵³.

Partindo dessa formulação, Lenin indica que o camponês médio deve ser objeto de um *duplo tratamento*: utilizar a *persuasão* em relação ao lado “trabalhador” do campesinato e a *violência* contra o lado “explorador”. Lenin insiste em que não se pode arrancar do camponês “trabalhador” seus meios de trabalho, nem se lhe pode impor pela força a transição às formas cooperativas de trabalho. “Dissemos sempre”, sublinha Lenin, “que não queremos impor pela força o socialismo aos camponeses médios, e o VIII Congresso do Partido o ratificou plenamente.”²⁵⁴ A ausência de coerção refere-se, portanto, ao trânsito ao socialismo. Mas a ausência de coerção não se refere à liberdade de explorar o proletariado. A especulação com gêneros alimentícios em um país faminto, diz Lenin, é um “delito contra o Estado” e o camponês “explorador” é “nosso adversário”²⁵⁵. Nesse caso, a coerção é legítima e necessária.

A lógica do argumento de Lenin do ponto de vista formal é impecável. Mas do ponto de vista das relações concretas com o campesinato médio, há, como observa certamente Linhart, um “senão” que complica a aplicabilidade prática da idéia do “duplo tratamento”: “*trata-se das mesmas pessoas e elas não captam nuances!*”²⁵⁶ As medidas de requisição – acentuadas a partir de dezembro de 1919, quando o VII Congresso dos Sovietes estabelece sua extensão a todos os produtos agrícolas e à quase-totalidade das explorações suscetíveis de terem um excedente sobre as necessidades de consumo – contribuem para deteriorar as relações políticas entre o campesinato e o poder soviético. O camponês médio comporta-se como um todo, de modo que a aliança com o lado “trabalhador” do campesinato é recusada na prática pelo camponês médio em nome de seu lado “especulador”. A prova é dada pelas sublevações que acompanharam todo o

²⁵³ LENIN. *Discurso en la Conferencia de Toda Rusia para el Trabajo del Partido en el Campo*, OC, 39, p. 323.

²⁵⁴ *Ibid.*, p. 324.

²⁵⁵ *Ibid.*, pp. 326-7.

²⁵⁶ LINHART, R. *Lenin, os camponeses, Taylor: ensaio de análise baseado no materialismo histórico sobre a origem do sistema produtivo soviético*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983, p. 47.

período do “comunismo de guerra” e que se acentuaram no fim de 1920, quando os exércitos brancos e intervencionistas já estão praticamente batidos.

Além disso, o lado “especulador” do campesinato influi seriamente no seu lado “trabalhador”: a longo prazo, o camponês começa a resistir às requisições mediante a redução da sementeira. Contra esta, o poder soviético tenta lutar impondo aos camponeses planos de sementeira, ou seja, recorrendo mais uma vez à coerção, mas agora contra seu lado “trabalhador”. Em vão: na base da produção individual, é impossível garantir a realização desses planos. A situação econômica se deteriora junto com a situação política. A crise de abastecimento do fim 1920 não é determinada somente pela recusa dos camponeses em vender uma parte da produção. Deve-se também ao fracasso das colheitas, provocada não apenas pela guerra e pela desorganização econômica, mas igualmente pelo descontentamento dos camponeses, parte dos quais limita a produção às quantidades necessárias ao próprio consumo. Os dirigentes bolcheviques tomam consciência do problema. No debate no VIII Congresso dos Sovietes (22-29 de dezembro de 1920), Lenin declara:

“Camaradas, isto é o que mais quero destacar perante vocês agora que passamos do período das guerras à construção econômica. (...) A esta obra há que dedicar todas as forças e ocupar-se de que o aparato de coerção, reanimado e fortalecido, se baseie e se desenvolva com vistas a dar um novo impulso à persuasão e, então, terminaremos vitoriosos esta campanha de guerra. Começa agora essa campanha contra os restos de rotina, ignorância e desconfiança entre as massas camponesas. Não venceremos nela usando antigas medidas; em troca, com as medidas de propaganda, agitação e pressão organizada que aprendemos, venceremos e conseguiremos não só que os decretos sejam aprovados, que as instituições se criem, que o papelório se ponha em movimento; não basta dar ordens, mas é preciso que na primavera se semeie melhor que antes, que se produza um certo melhoramento na economia do pequeno camponês (...) Sem esta vitória, sem um melhoramento prático e massivo da fazenda do pequeno camponês, não temos salvação: sem essa base é impossível toda construção econômica, e por grandiosos que sejam os planos, de nada valem.”²⁵⁷

²⁵⁷ LENIN. *VIII Congreso de los Soviets de Toda Rusia*, OC, 42, p. 153.

Como testemunha esse fragmento do discurso de Lenin, no final de 1920, ele reconhece a inefetividade das “antigas medidas” e a necessidade de uma campanha massiva de propaganda e agitação que dê um “novo impulso” ao trabalho de persuasão entre as massas camponesas. Três meses depois, esse reconhecimento dará lugar a uma retificação mais geral da política econômica. Essa retificação corresponde ao que se chama de NEP (Nova Política Econômica). Esta será analisada no último capítulo da dissertação. Passaremos agora ao exame dos textos de Lenin sobre os “sábados comunistas”.

III

Os “sábados comunistas”, tal como se desenvolveram entre 1919 e 1920, constituíram uma forma de trabalho voluntário de massa. Relacionados com os esforços de guerra, eram geralmente destinados à execução rápida de certas tarefas produtivas na retaguarda, especialmente no domínio da construção e da reparação de vias e meios de comunicação, principalmente das estradas de ferro.

Entre julho de 1919 e abril de 1920, Lenin, em diversos textos, comenta a importância histórica do aparecimento dos “sábados comunistas”, que ele aponta como os primeiros germes do “trabalho comunista” no regime soviético. É muito importante examinar esses textos para compreender o significado da determinação “comunista” empregada por Lenin para caracterizar as formas de trabalho que se desenvolveram nos assim chamados “sábados comunistas”.

Antes de qualquer coisa, é necessário examinar as características internas dos “sábados comunistas” para apreender o pleno sentido do epíteto “comunista” utilizado por Lenin. Para tanto, o texto *Uma grande iniciativa (O heroísmo dos operários na retaguarda. A propósito dos “sábados comunistas”)* constitui um documento fundamental, pois aí Lenin reproduz descrições concretas das formas de trabalho dos “sábados comunistas” publicadas na imprensa soviética.

Na leitura das descrições reproduzidas por Lenin nesse texto, vários pontos se destacam. O primeiro ponto a ressaltar diz respeito à organização do trabalho. Pelas descrições dos artigos reproduzidos por Lenin, pode-se afirmar que, nesse quesito, as formas de trabalho dos “sábados comunistas” não diferem em nada das formas sociais do trabalho organizado próprias à produção capitalista. Não há nenhuma tentativa de enfrentar o problema da divisão estrutural-hierárquica do trabalho. Nenhum movimento aponta para a tentativa de criar um processo produtivo com

amplas possibilidades de participação consciente e invenção criativa em todos os níveis para a totalidade dos trabalhadores envolvidos no processo. No artigo *O trabalho sob o modo revolucionário (Um sábado comunista)*, que Lenin reproduz, é impossível não ver como, desde a primeira cena de “Um sábado comunista”, aparecem as *dramatis personae* das formas sociais do trabalho organizado “sob o modo capitalista”:

“No sábado, 10 de maio, às seis horas da tarde, os comunistas e simpatizantes, como soldados, apresentaram-se para trabalhar, formaram filas e os contramestres lhes designaram, sem o menor barulho, seus postos de trabalho.”²⁵⁸

Contramestres e operários, “oficiais” e “suboficiais” industriais, responsáveis pela função de dirigir, superintender e mediar, e “soldados” industriais voluntários, que, “sem o menor barulho”, obedecem ao plano estabelecido pelos primeiros: são essas as personagens que figuram no primeiro plano da cena que abre o dia de um “sábado comunista”, segundo a descrição dada pelo artigo. Como observa Linhart, comentando essa passagem, “não há nenhuma menção de uma assembléia em que os trabalhadores voluntários determinassem, em comum, seus objetivos, os meios a pôr em prática para atingi-los, os métodos mais adequados”²⁵⁹. Pelo contrário, há, desde o início, uma estrita separação entre as tarefas de direção e concepção, de que se incumbem o pessoal administrativo, e as funções de execução, que recaem sobre os operários mudos. Essa separação é ainda mais evidente no trecho seguinte:

“O pessoal administrativo encarregado da direção dos trabalhos tinha o tempo justo para preparar novas tarefas; e talvez não seja muito exagerada a reflexão, feita por um velho contramestre, de que, no *sábado comunista*, foi realizado um trabalho que operários sem a devida consciência e disciplina teriam feito em uma semana.”²⁶⁰

²⁵⁸ Apud LENIN. *Una gran iniciativa (El heroísmo de los obreros en la retaguarda. A propósito de los “sábados comunistas”)*, OC, 39, p. 6.

²⁵⁹ LINHART, R. *Lenin, os camponeses, Taylor: ensaio de análise baseado no materialismo histórico sobre a origem do sistema produtivo soviético*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983, p. 146.

²⁶⁰ Apud LENIN. *Una gran iniciativa (El heroísmo de los obreros en la retaguarda. A propósito de los “sábados comunistas”)*, OC, 39, p. 8.

Mas não é à organização do trabalho que o artigo se refere quando aplica a expressão “trabalho sob o modo revolucionário” aos “sábados comunistas”. Trata-se, antes de tudo, do fato de ser um trabalho voluntário, no qual atuam *estímulos ideológicos* ao invés do interesse pessoal ou material:

“Considerando que os comunistas não devem poupar nem sua saúde nem sua vida para assegurar as conquistas da revolução, concorda-se em efetuar esse trabalho gratuitamente.”²⁶¹

E em outro artigo lê-se:

“No dia 17 de maio teve lugar o primeiro ‘sábado comunista’ na linha Alexandrovsky. Cumprindo o acordo da assembléia geral, 98 comunistas e simpatizantes trabalharam de graça cinco horas extraordinárias, tendo unicamente o direito a uma segunda comida, que pagaram, e com ela receberam, como operários manuais, meia libra de pão, que também pagaram.”²⁶²

O trabalho dos “sábados comunistas” é um trabalho voluntário de comunistas e simpatizantes, donde a atmosfera ideológica que lhe confere um caráter “revolucionário”. Segundo o primeiro artigo mencionado:

“Jamais se viu tanto entusiasmo e unanimidade no trabalho. (...) sentia-se nascer no fundo do coração esse sentimento de alegria que resulta do trabalho coletivo e se afixava a fé no triunfo seguro da classe operária. (...) Ao terminar o trabalho (...) uma centena de comunistas, fatigados, mas com os olhos brilhantes de alegria, saudaram o êxito do trabalho com o canto solene de *A Internacional*.”²⁶³

É dessa atmosfera ideológica que deriva o que esses artigos consideram como outro traço “revolucionário” dos “sábados comunistas”, qual seja, uma produtividade mais elevada que a do trabalho no “estilo tradicional”. O primeiro artigo ressalta:

²⁶¹ Ibid., p. 6.

²⁶² Ibid., p. 10.

²⁶³ Ibid., p. 8.

“Os resultados deste trabalho *ao estilo revolucionário saltam à vista*. (...) A intensidade do trabalho de carga foi superior em 270% à dos operários comuns.”²⁶⁴

E Lenin acerca do segundo artigo sublinha igualmente os dados atinentes à produtividade do trabalho nos “sábados comunistas”:

“Embora o trabalho estivesse pouco preparado e pouco organizado, *sua produtividade foi duas ou três vezes superior à média ordinária*.”²⁶⁵

Todas essas observações são fundamentais. Elas tornam explícitos os aspectos que se tornam significativos para Lenin quando se refere às formas de trabalho desenvolvidas pelos “sábados comunistas” como exemplos concretos do “trabalho comunista” germinados no solo soviético. Para Lenin, as características dos “sábados comunistas” que justificam a aplicação do qualificativo “comunista” ao trabalho neles realizado são as mesmas ressaltadas pelos artigos citados acima: a) o caráter *voluntário* do trabalho, cuja disciplina se funda na *autodisciplina* livre e consciente dos trabalhadores, do que resulta b) uma produtividade do trabalho mais elevada que a habitual. O que Lenin destaca como o aspecto distintivo do “trabalho comunista” é precisamente esse elemento *ético-subjetivo* dos “sábados comunistas”:

“O trabalho comunista, no mais rigoroso e estrito sentido da palavra, é um trabalho gratuito em benefício da sociedade, um trabalho que é executado não para cumprir uma obrigação determinada, não para receber direito a determinados produtos, não por normas estabelecidas e regulamentadas de antemão, mas um trabalho voluntário, sem normas, feito sem ter em conta recompensa alguma, sem colocar condições quanto à remuneração, um trabalho por hábito de trabalhar para o bem comum e pela atitude consciente (transformada em hábito) ante a necessidade de trabalhar para o bem comum, um trabalho como exigência de um organismo são.”²⁶⁶

²⁶⁴ Ibid., pp. 7-8.

²⁶⁵ LENIN. *Una gran iniciativa (El heroísmo de los obreros en la retaguarda. A propósito de los “sábados comunistas”)*, OC, 39, p. 10.

²⁶⁶ LENIN. *De la destrucción de un regimen secular à la creación de otro nuevo*, OC, 40, p. 329.

Note-se que essa definição não compreende nenhuma transformação estrutural *objetiva* do processo de trabalho, mas coloca em relevo apenas a presença de uma nova forma de *subjetividade*, consubstanciada na ética, conscientemente assumida e “transformada em hábito”, de “trabalhar para o bem comum”. São os germes dessa nova eticidade, ainda não irreversivelmente afirmados como hábito, que Lenin pretende encontrar nos “sábados comunistas”, em que ele identifica o começo efetivo do comunismo no regime soviético:

“O ‘comunista’ começa unicamente com os sábados comunistas, isto é, o trabalho gratuito de indivíduos, não sujeito a normas por nenhum poder, por nenhum Estado, em proveito da sociedade em grande escala. Não se trata da ajuda ao vizinho, que sempre existiu no campo, mas de um trabalho que produz para satisfazer as necessidades do Estado, de um trabalho organizado em grande escala e gratuito. (...) Se no regime atual da Rússia há algo comunista, são unicamente os sábados comunistas; o restante não é outra coisa que luta contra o capitalismo para afiançar o socialismo, do qual deverá nascer, depois de sua vitória completa, esse mesmo comunismo que vemos hoje nos sábados comunistas, não através dos livros, mas na realidade viva.”²⁶⁷

No mesmo texto de que foi extraída essa passagem, Lenin define o comunismo como “um regime em que os homens se acostumam a cumprir obrigações sociais sem aparatos coercitivos especiais, em que o trabalho gratuito em proveito de todos se converte em um fenômeno generalizado”²⁶⁸. Não é difícil notar aqui uma continuidade estreita com a reflexão leniniana de *O Estado e a revolução*. Como vimos, nesse texto clássico, Lenin estabelece uma equação entre a *habituação* dos indivíduos aos modos cooperativos de comportamento e a *extinção* do Estado proletário. Trata-se aqui do desenvolvimento de uma subjetividade adequada a uma forma de sociabilidade que prescinde de qualquer forma de coerção estatal. É esse aspecto que Lenin enfatiza na definição acima, na qual o advento do comunismo aparece como resultado de um processo de habituação (“os homens se acostumam a cumprir as obrigações sociais”) que torna desnecessária a existência de agências coercivas para garantir a realização dos processos metabólicos sociais vitais (“sem aparatos coercitivos especiais”). No que diz respeito à produção,

²⁶⁷ LENIN. *Informe acerca de los sábados comunistas, pronunciado en la Conferencia del PC(b)R de la ciudad de Moscú*, OC, 40, p. 37.

²⁶⁸ *Ibid.*, p. 34.

esse processo de habituação traduz-se na generalização do “trabalho comunista”, isto é, do “trabalho gratuito em proveito de todos”.

Nessas definições de comunismo e de “trabalho comunista”, a ênfase recai unilateralmente sobre o momento *subjetivo*. A necessidade de mudanças estruturais objetivas para engendrar uma nova forma de metabolismo societário e uma nova forma de trabalho desaparece de vista nessas definições conceituais. Essa abstração está organicamente ligada à incapacidade de confrontar criticamente o fato de que a relação de produção capitalista está inscrita na estrutura mesma das forças produtivas, na organização do processo de trabalho, na divisão técnica do trabalho e na divisão social do trabalho dela derivada.

O “trabalho comunista”, conforme a concepção leniniana, é a realização do velho sonho marxiano da transformação do trabalho em “primeira necessidade vital” ou, nas próprias palavras de Lenin, em “exigência de um organismo sã”. Mas, na formulação marxiana, encontrável, por exemplo, na *Crítica ao programa de Gotha*, a transformação do trabalho em “primeira necessidade vital” é impossível sem a correspondente superação da “subordinação escravizadora dos indivíduos à divisão do trabalho” e, com ela, da “contradição entre o trabalho intelectual e o trabalho manual”, isso porque Marx tem plena consciência de que apenas na forma do trabalho autodeterminado pelos indivíduos trabalhadores livremente associados é possível superar o esvaziamento de sentido da atividade laborativa humana, o qual é a consequência do estranhamento inerente ao trabalho estruturado sob o comando do capital.

Na formulação leniniana, a transformação do trabalho em “primeira necessidade vital” aparece como o resultado da constituição de uma nova eticidade, fundada na aceitação livre da disciplina do trabalho em nome do “bem comum”, sem qualquer referência à necessidade de uma transformação objetiva da estrutura material da produção herdada. É assim que Lenin pôde identificar nos “sábados comunistas” o começo efetivo do comunismo, a primeira aparição histórica do “trabalho comunista”, apesar de, nos “sábados comunistas”, não encontrarmos qualquer tentativa no sentido de superar a divisão entre o trabalho manual e o trabalho intelectual, entre as tarefas de direção e as tarefas de execução, sendo a produção inteiramente vazada numa forma tradicional.

Lenin, aliás, não oculta que, para ele, a nova eticidade expressa nos “sábados comunistas” só pode atuar com a condição de que o trabalho seja estruturado sobre os pressupostos técnico-organizativos maturados dentro da estrutura da grande produção capitalista. O “trabalho

comunista” aparece assim como o resultado da combinação feliz entre a ética de “trabalhar para o bem comum” e a “última palavra da ciência e da técnica capitalistas”. Em *Uma grande iniciativa*, Lenin afirma que, para “criar e consolidar o socialismo”, é necessário não só derrocar a burguesia e esmagar sua resistência, mas

“conduzir toda a massa de trabalhadores e explorados, assim como todos os setores da pequena burguesia, para o caminho da nova construção econômica, para o caminho da criação de novas relações sociais, de uma nova disciplina laboral e de uma nova organização do trabalho que conjugue o aproveitamento da última palavra da ciência e da técnica capitalistas com a união em massa dos trabalhadores conscientes, entregues à grande produção socialista.”²⁶⁹

Há que se notar que essa formulação está muito próxima de *As tarefas imediatas do poder soviético a propósito do sistema Taylor*. A “nova organização do trabalho” de que fala Lenin não implica a transformação da estrutura técnico-organizativa herdada da produção capitalista, mas o aproveitamento de suas formas mais elaboradas. O que há de “novo” nessa “nova organização do trabalho” é uma “nova disciplina laboral”, a “união em massa dos trabalhadores conscientes”, isto é, que aceitam livremente a disciplina do trabalho em benefício de toda a sociedade. É da conjugação dessa ética de “trabalhar para o bem comum” com a “última palavra da ciência e da técnica capitalistas” que Lenin imagina o desenvolvimento de um “tipo mais elevado de organização social do trabalho que o do capitalismo”. Do mesmo modo que em *As tarefas imediatas do poder soviético*, aqui o metro pelo qual Lenin mede a superioridade da “nova organização social do trabalho” é a avaliação *quantitativa/producionista* das forças produtivas:

“A produtividade do trabalho é, em última instância, o mais importante, o decisivo para o triunfo do novo regime social. O capitalismo conseguiu uma produtividade do trabalho desconhecida sob o feudalismo. O capitalismo poderá ser e será definitivamente derrotado porque o socialismo logra uma produtividade do trabalho muito mais alta. (...)”

²⁶⁹ LENIN. *Una gran iniciativa (El heroísmo de los obreros en la retaguarda. A propósito de los “sábados comunistas”)*, OC, 39, pp. 18-19.

O comunismo representa uma produtividade do trabalho mais alta que a do capitalismo, uma produtividade obtida voluntariamente por operários conscientes e unidos que têm a seu serviço uma técnica moderna.”²⁷⁰

Na seqüência imediata dessa passagem, Lenin sublinha o “valor excepcional” dos “sábados comunistas” como “começo *efetivo* do *comunismo*”. Ele se refere precisamente à equação “operários conscientes” + “técnica moderna” = “uma produtividade mais alta que a do capitalismo”. Ele explica:

“O comunismo começa quando *os operários simples* sentem uma preocupação – abnegada e mais forte que o trabalho duro – por aumentar a produtividade do trabalho, por salvar cada *pedaço de grão, de carvão, de ferro* e demais produtos que não estão destinados diretamente aos que trabalham nem a seus ‘achegados’, mas a pessoas ‘alheias’, isto é, a toda sociedade em conjunto (...).”²⁷¹

A ética funciona aqui como uma força produtiva. Uma das funções dos “sábados comunistas”, na visão de Lenin, é obter um crescimento, em proporções decisivas, da produtividade do trabalho, em um momento em que, devido às devastações da guerra, é necessário um enorme esforço para o reerguimento das forças produtivas. Para Lenin, parece que a ética é a única mediação viável para escapar ao “círculo vicioso” em que o regime soviético se vê enredado e que Lenin descreve do seguinte modo: “para elevar a produtividade do trabalho é preciso salvar-se da fome e para salvar-se da fome é preciso elevar a produtividade do trabalho”²⁷². Depois de superado esse dilema, Lenin espera que a generalização da nova eticidade expressa nos “sábados comunistas” dará um novo impulso ao desenvolvimento das forças produtivas, o qual, por sua vez, determinará transformações mais profundas. Essa expectativa é explicitamente anunciada por Lenin:

“É evidente que, para suprimir por completo as classes, não basta derrocar os exploradores, os latifundiários e capitalistas, não basta suprimir sua propriedade, mas é

²⁷⁰ Ibid., p. 23.

²⁷¹ Ibid., p. 23.

²⁷² Ibid., p. 22.

imprescindível suprimir também *toda* propriedade privada sobre os meios de produção. De igual modo, é necessário suprimir a diferença entre a cidade e o campo, assim como entre os trabalhadores manuais e intelectuais. Esta obra exige muito tempo. Para realizá-la, há que dar um gigantesco passo adiante no desenvolvimento das forças produtivas (...)²⁷³

Lenin, nessa passagem, reconhece a relação entre a permanência da separação entre trabalho manual e intelectual e a permanência das classes. Não obstante, a concepção do modo pelo qual será resolvido o problema repousa no mesmo pressuposto de *O Estado e a revolução*: a supressão da divisão entre trabalho manual e trabalho intelectual é consequência direta do desenvolvimento das forças produtivas, não o resultado de um ataque consciente e contínuo do proletariado contra a divisão técnica do trabalho herdada.

O ponto em que Lenin se afasta de *O Estado e a revolução* é na concepção da relação entre o desenvolvimento de uma “nova subjetividade” (habituada aos modos cooperativos de comportamento) e o desenvolvimento das forças produtivas. Segundo a formulação de *O Estado e a revolução*, o desenvolvimento da “nova subjetividade” está condicionado pelo desenvolvimento das forças produtivas, que elimina as fontes de desarmonia remanescentes após a supressão da propriedade privada, suprimindo a divisão entre trabalho manual e trabalho intelectual, atingindo um nível de abundância que possibilita a gratificação de cada um “segundo suas necessidades” e alcançando um nível de produtividade que possibilita que cada um trabalhe “segundo suas capacidades”. Já nos textos em torno dos “sábados comunistas”, o desenvolvimento de uma “nova subjetividade”, em parte, antecede o desenvolvimento das forças produtivas necessário para o “triunfo do novo regime social” e é uma condição desse desenvolvimento, uma vez que a “produtividade mais alta que a do capitalismo”, característica do comunismo, só pode ser “obtida voluntariamente por operários conscientes e unidos”.

Não se trata aqui, como pretende Bettelheim, de um distanciamento de Lenin em relação à “expectativa de uma transformação das relações econômicas sob o impulso do desenvolvimento das forças produtivas”²⁷⁴. Como vimos acima, para Lenin, “a produtividade do trabalho é, em última instância, o mais importante, o decisivo para o triunfo do novo regime social”. E mais: a supressão da divisão entre trabalho manual e trabalho intelectual é entendida como uma

²⁷³ Ibid., p. 16.

²⁷⁴ BETTELHEIM, C. *A luta de classes na União Soviética: primeiro período (1917-1923)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, p. 183.

conseqüência direta do desenvolvimento das forças produtivas. Na verdade, a diferença, apontada acima, entre os textos sobre os “sábados comunistas” e *O Estado e a revolução* aparece como uma tentativa desesperada de, mediante a postulação da viabilidade da ética como mediação, conectar as questões em disputa entre a ordem pós-revolucionária, faceada pela ruína econômica e engolfada em contradições de enorme complexidade, e a perspectiva mais geral de um ainda distante comunismo. O conceito leniniano abstrato de “trabalho comunista” cumpre, no contexto em que é formulado, a função de um apelo moral direto à consciência dos indivíduos. Ele os exorta a seguir o exemplo dos “sábados comunistas”, a reconhecer a necessidade do trabalho gratuito em benefício de toda a sociedade como “necessidade de um organismo sã” – e isso antes que surjam, pela transformação radical da estrutura material da produção, as condições materiais de uma forma substancialmente diferente de vida e de trabalho. Ao mesmo tempo em que elide a realidade do processo de trabalho não-modificado e, portanto, ainda subsumido à lógica do capital, Lenin, em desespero, exagera o papel do “fator subjetivo”, separado de modo não-dialético de seu solo material.

Os “sábados comunistas”, em sua versão original, tiveram uma vida curta.²⁷⁵ Produto da situação movediça e instável do “comunismo de guerra”, não se estenderam além do período da guerra civil, sendo asfixiados pela multiplicação dos regulamentos e coerções estatais sobre o trabalho. Lenin não escreve mais sobre eles depois de abril de 1920. A partir de então, outro tema é mais acentuado: o trabalho obrigatório e a disciplina coercitiva. “Centralização incondicional” e “disciplina mais severa do proletariado”: eis as palavras de ordem inauguradas por *A doença infantil do “esquerdismo” no comunismo*, escrito entre abril e maio de 1920. Lenin, posteriormente, irá criticar os “excessos” da centralização e da regulamentação do período do “comunismo de guerra”. Mas esse é um tema para outro capítulo.

²⁷⁵ Mais tarde, os “sábados comunistas” tornar-se-iam obrigatórios, perdendo assim seu traço original característico, qual seja, o de ser um trabalho voluntário de massa.

Capítulo 5

Dilemas da transição: a NEP

No final da guerra civil, Lenin reconhece que a Rússia está em ruínas no plano econômico e que a deterioração das relações entre o poder soviético e os camponeses põe seriamente em perigo a manutenção do poder. Ele percebe, então, a necessidade de revisar todo o esquema estratégico adotado durante o período do “comunismo de guerra”. Dessa revisão é que emerge o conjunto de medidas de reforma que ficou conhecido como Nova Política Econômica (NEP). Nos textos em que discute os problemas da NEP, Lenin aborda e aprofunda temas fundamentais atinentes ao problema da transição ao comunismo. Mas todas as suas formulações e planos constituem apenas quadros aproximativos, hipóteses estratégicas, que ele submete constantemente a revisões e retificações em função do desenvolvimento real e do aprofundamento de seu pensamento, que, como escreve Bettelheim, constitui um verdadeiro “laboratório”²⁷⁶. Neste capítulo, examinarei os momentos mais significativos da reflexão leniniana no quadro da NEP, percorrendo os textos e as intervenções de Lenin desde o X Congresso do partido, realizado em março de 1921, até os últimos escritos leninianos, ditados por Lenin entre 23 de dezembro de 1922 e 2 de março de 1923.

I

Em 1921, apresenta-se de modo extremamente agudo a questão das contradições entre as forças sociais que compõem a Rússia soviética. As sublevações e manifestações diversas de descontentamento do campesinato demonstram a impossibilidade de prosseguir com a política de requisições e a necessidade de levar em conta as reivindicações das massas de camponeses pequenos e médios, que queriam dispor livremente de seu excedente ou, pelo menos, de uma quota considerável dele. Ao mesmo tempo, a deterioração da situação econômica – a título de exemplo, basta mencionar que a produção industrial tinha descido a um décimo, senão menos, da

²⁷⁶ BETTELHEIM, C. *A luta de classes na União Soviética: primeiro período (1917-1923)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, p. 431.

produção de antes da guerra – impunha a necessidade de medidas urgentes para impedir um colapso econômico que poderia determinar a queda do regime. Reconhecendo a impossibilidade de sair da crise política e econômica em que estava engolfada a Rússia soviética pelos métodos do “comunismo de guerra” e analisando atentamente o estado de espírito das massas camponesas, Lenin, no X Congresso do PC(b)R (8-16 de março de 1921), procura delinear os primeiros elementos de uma nova hipótese estratégica, diferente da que tinha sido admitida, explícita ou implicitamente, durante o “comunismo de guerra”.

Para Lenin, parece que o “comunismo de guerra” foi demasiado longe nas medidas, impostas autoritariamente de cima para baixo, de nacionalização e de centralização da planificação e do controle da produção e da distribuição. Figura-lhe que os bolcheviques caminharam sozinhos rumo ao “comunismo”, criando um profundo abismo entre a direção central do Estado e as massas populares, que não compreendiam – nem podiam reconhecer, a partir de sua própria experiência, como adequadas a seus próprios interesses e necessidades – as medidas tomadas pelo partido no centro do poder do Estado. Em suas anotações para o X Congresso, Lenin observa que “nosso ‘comunismo’” – e que “comunismo” apareça aqui entre aspas é, por si mesmo, significativo – foi implantado de modo “demasiado apressado, retilíneo, não preparado” e que agora é necessário “afrouxar-se mais” “a corda”, “soltá-la mais, *sem rompê-la*”²⁷⁷.

Concretamente, naquele contexto, quando fala em “afrouxar mais a corda”, Lenin tem em vista essencialmente dois tipos de medidas: de um lado, o abandono das requisições impostas aos camponeses, sua substituição pelo imposto em espécie (medida transitória que Lenin defende por não haver condições de estabelecer relações de troca regulares entre o campo e a cidade devido ao estado calamitoso da indústria russa) e a restauração de certa liberdade de comércio concedida aos camponeses, bem como ao pequeno comércio e à pequena indústria; de outro, as “concessões” ao grande capital estrangeiro, com o objetivo de impulsionar a indústria russa, praticamente paralisada, e, assim, obter, o mais rapidamente possível, produtos industriais para trocar pela parte comercializável da colheita. São essas as medidas de reforma iniciais que estão na origem do que viria a ser conhecido mais tarde como NEP. Lenin anota:

“Capitalismo de Estado por cima (concessões)

²⁷⁷ LENIN. *Materiales para el X Congreso del PC(b) de Rusia*, OC, 43, p. 381.

acordo com o pequeno produtor (por baixo)
 ('liberdade de comércio')
 2 bases econômicas.”²⁷⁸

Falemos mais sobre a hipótese estratégica mais geral que está por detrás dessas medidas práticas. Logo após a notação acima, Lenin afirma que a “consigna” do momento é “*O ritmo mais lento, a base econômica mais firme!*”. O significado dessa consigna é esclarecido nos informes e discursos que Lenin pronuncia no X Congresso. Lenin explica que “a transição do capitalismo ao socialismo pode realizar-se de diferentes formas” e que estas dependem, dentre outras coisas, do grau de desenvolvimento do capitalismo no país em questão²⁷⁹. A “passagem direta ao comunismo”, segundo ele, é possível *apenas* onde predomina o “grande capitalismo”, isto é, onde a grande indústria predomina sobre a pequena – ou, pelo menos, tenha atingido um grau considerável de desenvolvimento – e a grande produção agrícola encontra-se suficientemente desenvolvida. “Sem isso”, afirma, “a passagem ao comunismo é economicamente impossível.” Compreende-se, assim, que, em um país em que predomina a pequena produção, como a Rússia, a transição ao comunismo não pode percorrer uma via “direta”, “retilínea” – como pretenderam os bolcheviques durante o “comunismo de guerra”. Pelo contrário, deve proceder num “ritmo mais lento”, por assim dizer, por “desvios”, a fim de não perder a base de massa da revolução, pois, observa Lenin, as relações do proletariado com a pequena burguesia em um país de maioria camponesa “constituem um problema difícil que requer medidas complexas ou, dito melhor, todo um sistema de complicadas medidas de transição para que triunfe o poder proletário”²⁸⁰. É por reconhecer a necessidade de “todo um sistema de medidas de transição” na Rússia soviética que Lenin se convence de que o aparente retrocesso representado pela restauração (nesse primeiro momento da NEP, bastante parcial) das relações de mercado e pelo “pacto” com o grande capital estrangeiro é necessário como etapa transitória, a fim de assegurar, em um primeiro momento, a base de massa do regime, isto é, a aliança do proletariado com o campesinato, a qual é uma condição *sine qua non* para, em um segundo momento, avançar, através de outras tantas medidas de transição, rumo ao comunismo.

²⁷⁸ Ibid., p. 379.

²⁷⁹ LENIN. *X Congreso del PC(b) de Rusia*, OC, 43, p. 79.

²⁸⁰ Ibid., p. 29.

Em Lenin, esse reconhecimento não está desligado de certa compreensão *economicista-mecanicista* do problema da transição. Com efeito, a partir desse momento, Lenin se convence de que as relações de mercado são as únicas adequadas para o campesinato *enquanto* não houver as condições materiais necessárias ao trânsito para as formas coletivas de trabalho no campo, condições que Lenin identifica com a generalização da base técnica e material da grande indústria mecanizada, entendendo que apenas com essa base é possível transformar os camponeses, a sua mentalidade, a sua cultura, demonstrando-lhes, na prática, as vantagens das formas cooperativas de trabalho em uma larga escala:

“A missão do proletariado em um país assim [Lenin se refere a um país em que o campesinato constitui a esmagadora maioria da população e o proletariado é apenas uma pequena minoria] consiste em dirigir a transição destes pequenos proprietários ao trabalho em comum, ao trabalho conjunto, coletivo. (...) sabemos que isto pode ser garantido quando se possua uma robustíssima grande indústria, capaz de proporcionar tais benefícios que veja na prática as vantagens dessa grande fazenda.”²⁸¹

“Enquanto não transformemos os camponeses, enquanto não os transforme a grande produção mecanizada, devemos assegurar-lhe a possibilidade de conduzir livremente sua fazenda.”²⁸²

“O pequeno agricultor, enquanto continue a sê-lo, deve ter um estímulo, um incentivo, um acicate adequado à sua base econômica, isto é, à pequena economia individual. Nesse caso, não se pode prescindir da liberdade de efetuar transações econômicas à escala local.”²⁸³

Desde então, Lenin não pára de apontar como fatores materiais determinantes para uma transformação socialista do campo as máquinas agrícolas e a eletrificação. A dupla “aliança” econômica que está na base da NEP – no interior com o campesinato, sob a forma da liberdade de trocas, e no exterior com o capitalismo internacional, na forma de “concessões” industriais – configura-se, de certo modo, como um “pacto com o diabo” para assegurar, para um futuro

²⁸¹ Ibid., p. 26.

²⁸² Ibid., p. 29.

²⁸³ LENIN. *X Congreso del PC(b) de Rusia*, OC, 43, p. 62.

próximo, um salto para frente das forças produtivas materiais, o qual determinará transformações mais profundas nas relações sociais.

Esse ponto de vista aparece na sua forma mais extrema e acabada no *Projeto de teses sobre o papel e as tarefas dos sindicatos nas condições da Nova Política Econômica*, escrito no final de 1921. Nesse projeto, após sublinhar que a luta de classes permanece no período de transição ao comunismo, Lenin exige que o partido e os sindicatos reconheçam abertamente “a existência da luta de classes e sua inevitabilidade até que esteja terminada, ainda que seja no fundamental, a eletrificação da indústria e da agricultura, até que se cortem todas as raízes da pequena produção e do predomínio do mercado”²⁸⁴. Aqui encontramos a abordagem economicista do problema da transição na sua expressão mais pura. Identificando o lugar de permanência da luta de classes na Rússia pós-revolucionária no predomínio da pequena produção e de relações mercantis, Lenin vê na base técnica e material da eletrificação da indústria e da agricultura o grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais que permite extirpar “todas as raízes da pequena produção e do predomínio do mercado” e, assim, suprimir a divisão da sociedade em classes antagônicas. O problema dessa abordagem é reduzir as relações sociais capitalistas a meras relações de troca. Nesse sentido, as relações capitalistas reduzem-se a uma espécie de invólucro face a um “conteúdo” – as forças produtivas materiais – cujo desenvolvimento progressivo determina nada menos do que a transformação das relações sociais, a saída de um ordenamento social ainda marcado pela divisão em classes antagônicas. Nessa visão, a transição ao comunismo consiste na adequação das relações sociais a um determinado nível de desenvolvimento alcançado pelas forças produtivas, nível que Lenin estabelece com uma exatidão matemática: a eletrificação da indústria e da agricultura em escala nacional.

Como diz Linhart, “a posição de Lenin, subordinando a socialização do campo a um salto para frente das forças produtivas materiais é hoje tranquilamente taxada de ‘mecanicista’”²⁸⁵. Não é esse, contudo, o único fundamento da hipótese estratégica que Lenin começa a desenhar em 1921 em contraposição ao “comunismo de guerra”. Como fica claro por outras observações feitas acima, para Lenin, o quid da questão é que a transição ao comunismo não pode ser o resultado de uma “revolução pelo alto”, que a transição ao comunismo na Rússia só pode ser o resultado do

²⁸⁴ LENIN. *Proyecto de tesis sobre el papel y las tareas de los sindicatos en las condiciones de la Nueva Política Económica*, OC, 44, p. 354.

²⁸⁵ LINHART, R. *Lenin, os camponeses, Taylor: ensaio de análise baseado no materialismo histórico sobre a origem do sistema produtivo soviético*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983, p. 68.

movimento das massas produtoras russas, ou seja, do proletariado e do campesinato, e que, por isso, é necessário levar em conta os diversos modos de produção que pautam o emaranhado da existência social dessas massas e que condicionam as formas específicas por meio das quais essas massas podem avançar no sentido da transformação socialista das relações econômicas. Isso fica mais claro em um texto que Lenin prepara, logo após o X Congresso, para ser discutido e estudado por todo o partido, no interior do qual surge uma série de dúvidas em relação à NEP. Refiro-me aqui ao folheto *Sobre o imposto em espécie (Significação da Nova Política Econômica e suas condições)*, redigido por Lenin em abril de 1921. Devemos despende algum tempo examinando esse texto.

Em *Sobre o imposto em espécie*, Lenin sente a necessidade de esclarecer o significado da NEP retomando todo o discurso iniciado em 1918 na polêmica com os “comunistas de esquerda” no artigo *Acerca do infantilismo “esquerdista” e do espírito pequeno-burguês*, que analisamos no capítulo 3. Após uma longa autocitação desse artigo, que ocupa toda a primeira parte do folheto *Sobre o imposto em espécie*, Lenin observa que “os elementos fundamentais de nossa economia” – para lembrar: a economia patriarcal, a pequena produção mercantil, o capitalismo privado, o capitalismo de Estado e o socialismo – “continuam sendo os mesmos”, com a única ressalva de que o “elemento pequeno-burguês”, que já era predominante em 1918, foi reforçado no intervalo entre 1918 e 1921, e isso por duas razões: 1) “os camponeses ‘pobres’ (proletários e semiproletários) se converteram, em muitíssimos casos, em camponeses médios” e 2) a guerra civil dessangrou, sobretudo, o proletariado, como elemento mais ativo na resistência aos brancos²⁸⁶.

Em seguida, Lenin deixa claro também que, dado esse cenário, a colocação geral do problema das relações entre socialismo e capitalismo de Estado continua a ser a mesma. Sua posição é que, em face da predominância do “elemento pequeno-burguês”, colocam-se duas alternativas para o regime soviético:

“Ou bem intentar proibir, impedir por completo todo desenvolvimento da troca privada, não estatal, isto é, o comércio, isto é, o capitalismo, inevitável com a existência de milhões de pequenos produtores. Esta política seria absurda e suicida para o partido que tentasse pô-la em prática. (...) Ou bem (a única política possível e a única prudente) não proibir ou

²⁸⁶ LENIN. *Sobre el impuesto en especie (Significación de la Nueva Política y sus condiciones)*, OC, 43, p. 219.

impedir o desenvolvimento do capitalismo, mas tratar de metê-lo no leito do *capitalismo de Estado*. Isto é possível no plano econômico, já que o capitalismo de Estado existe – em uma ou outra forma, em um ou outro grau – em qualquer lugar onde há, em geral, elemento de comércio livre e de capitalismo.”²⁸⁷

Há aqui o problema de considerar a circulação não-privada, estatal, que ocorre ainda no âmbito do processo de produção capitalista, como um tipo de circulação diversa em relação à capitalista, como se pudesse ser algo mais que um outro modo de conexão da mesma forma da divisão social do trabalho própria do capitalismo. Aliás, em determinados momentos, Lenin chega mesmo a referir-se à restauração de certa liberdade de troca privada como uma “restauração do capitalismo”²⁸⁸. Isso se deve à incompreensão do fato de que a circulação capitalista é caracterizada por uma ligação meramente exterior entre os microcosmos produtivos e que essa característica permanece seja quando essa ligação é confiada aos mecanismos de mercado, seja quando vem imposta autoritariamente pela planificação estatal, e isso porque a planificação estatal, enquanto não é acompanhada de outras transformações profundas do próprio modo de produção, deixa intacta a divisão social do trabalho que é determinada pela subordinação do trabalho ao capital e, portanto, deixa intacta também a base da circulação capitalista²⁸⁹.

Somente agora começamos a compreender melhor o que Lenin trata como “elementos do socialismo” na formação social da Rússia pós-revolucionária. Os “elementos de socialismo” vêm identificados, do ponto de vista econômico, com as formas de planificação centralizada sob o Estado soviético. A Lenin devemos opor o fato de que os “elementos do socialismo” de que se fala não afetam a estrutura das relações capitalistas, cujo lugar real de existência é a divisão técnica do trabalho, a estrutura técnico-organizativa da produção. De sorte que, ao sustentar que as formas de planificação configuram já, por si mesmas, elementos de uma “economia social” de tipo “socialista”, Lenin acaba reduzindo as relações de produção capitalistas a meras relações de troca ou a relações de propriedade em sentido jurídico-formal, perdendo de vista, a subsunção real do trabalho ao capital, a expropriação real, subjetiva, dos produtores, que implica a perda do

²⁸⁷ Ibid., pp. 223-224.

²⁸⁸ Ver LENIN. *X Congreso del PC(b) de Rusia*, OC, 43, p. 24.

²⁸⁹ Sobre esse ponto, ver TURCHETTO, M. “As características específicas da transição ao comunismo”, In: NAVES, M. B. (org.). *Análise marxista e sociedade de transição*. Campinas: UNICAMP, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2005, pp. 27-29.

domínio sobre os meios de trabalho, do conhecimento do processo produtivo, da “potência intelectual” da produção, transformada em potência do capital e que subsiste mesmo na mais centralizada e perfeita das planificações e independentemente do conteúdo de classe do Estado.

Mas ainda é preciso analisar melhor a hipótese estratégica que constitui o pano de fundo da compreensão leniniana da NEP. É importante ressaltar aqui que, diante da necessidade de deixar lugar para a pequena produção mercantil, da qual nasce inevitavelmente o capitalismo, Lenin julga necessário utilizar as formas “superiores” do capitalismo, “metê-lo no leito do *capitalismo de Estado*”, para fazer face ao predomínio da anarquia da pequena produção e do capitalismo privado. E Lenin recorda que, em 1918, demonstrou que “o capitalismo de Estado é um passo adiante em comparação com o elemento pequeno-proprietário (patriarcal e pequeno-burguês)”, evidenciando o equívoco de contrapor o capitalismo de Estado unicamente ao socialismo, olvidando que, “na situação política e econômica presente, é necessário comparar também o capitalismo de Estado com a produção pequeno-burguesa”²⁹⁰.

De sorte que, nesse texto de Lenin de 1921, a idéia de uma “aliança” entre os elementos de capitalismo de Estado e os elementos de socialismo contra o “elemento pequeno-burguês” volta substancialmente intacta como base estratégica da Nova Política Econômica. Na prática, contudo, apesar dessa similitude entre a formulação leniniana do problema da relação entre socialismo e capitalismo de Estado em 1918 e em 1921, são diferentes os problemas práticos que se têm de enfrentar, assim como são diferentes as formas de capitalismo de Estado a que Lenin pensa recorrer no quadro da NEP. É importante traçar alguns breves comentários sobre as formas de capitalismo de Estado a que Lenin se refere em *Sobre o imposto em espécie* para tornar mais concreto o que Lenin tem em mente quando fala do capitalismo de Estado e de seu papel em 1921.

Em *Sobre o imposto em espécie*, Lenin nomeia quatro formas de capitalismo de Estado, quais sejam, os “contratos de concessão” com grupos de capitalistas estrangeiros, as cooperativas (definidas também como “capitalismo cooperativo”), o comércio intermediário (um comerciante-capitalista recebe certa comissão pela venda da produção do Estado e pela compra dos produtos dos pequenos produtores) e o arrendamento de certas empresas e meios de produção de propriedade do Estado a empresários privados. Mas Lenin comenta apenas as duas primeiras

²⁹⁰ LENIN. *Sobre el impuesto en especie (Significación de la Nueva Política y sus condiciones)*, OC, 43, p. 224.

formas, a primeira, porque ele a considera “a forma mais simples, precisa, clara e definida” de capitalismo de Estado²⁹¹ e a segunda, em razão do papel que as cooperativas podem cumprir, na visão de Lenin, como forma de mediação entre o socialismo e a vida econômica das grandes massas camponesas.

Em um dado momento do texto, Lenin se propõe a dar um exemplo mais concreto do que significa “implantar” o capitalismo de Estado dentro do sistema soviético. O exemplo a que Lenin recorre e que ele considera o mais típico e o mais simples é o dos “contratos de concessão” com grupos de capitalistas estrangeiros. Através das “concessões”, explica Lenin, o poder soviético encontra uma maneira de reforçar “a grande produção contra a pequena, a produção avançada contra a atrasada, a produção com máquinas contra a produção manual”, em um momento em que o Estado não dispõe de meios materiais para explorar, por sua própria conta, uma série de grandes empresas. Aqui estão, por exemplo, os casos de parte das minas, das indústrias madeireiras e de petróleo. O poder soviético sai ganhando, desde logo, com o desenvolvimento das forças produtivas e com o aumento da quantidade de produtos industriais, mas, na visão de Lenin, o principal é que se reforçam “as relações econômicas reguladas pelo Estado para facear as anárquicas relações pequeno-burguesas”. Deste modo, pode-se dizer que, do ponto de vista das formações socioeconômicas e da correlação entre elas, as “concessões” constituem “um acordo, uma aliança, um pacto do Poder estatal soviético, isto é, do poder proletário, com o capitalismo de Estado, contra o elemento pequeno-proprietário (elemento patriarcal e pequeno-burguês)”²⁹².

O segundo exemplo de capitalismo de Estado que Lenin nos dá é o das cooperativas. Trata-se de um tipo de capitalismo de Estado “menos simples, menos definido, mais confuso” em comparação com o anterior²⁹³. As cooperativas de pequenos produtores de mercadoria constituem, segundo Lenin, uma forma de capitalismo, mas, nas condições dadas pela existência do poder soviético, constituem uma forma de capitalismo de Estado que pode ser útil e proveitosa nas circunstâncias presentes, isto é, de liberalização das trocas privadas. Em primeiro lugar, o “capitalismo cooperativo” “facilita o registro, o controle, a inspeção e as relações contratuais entre o Estado (neste caso, o Estado soviético) e o capitalista”, ampliando a esfera das relações

²⁹¹ Ibid., p. 226.

²⁹² Ibid., p. 225.

²⁹³ Ibid., p. 227.

econômicas reguladas pelo Estado, configurando-se, desta maneira, como um meio de conduzir o desenvolvimento do capitalismo – inevitável no contexto do imposto em espécie, que significa liberdade de venda do excedente restante – para “o leito do capitalismo de Estado”. Em segundo lugar, e isso é o mais importante para Lenin, o “capitalismo cooperativo” favorece a organização das massas de pequenos proprietários, sobretudo dos camponeses, diminuindo sua resistência às formas associadas de organização da produção e da distribuição, constituindo, deste modo, “uma vantagem imensa desde o ponto de vista da passagem consecutiva do capitalismo de Estado ao socialismo”. No que tange à transição da atual economia russa ao socialismo, as cooperativas são inclusive mais interessantes que as “concessões”. A política de “concessões”, em caso de êxito, não fará mais que proporcionar um “pequeno número de empresas modelo”, as quais, em alguns decênios, voltarão para as mãos do poder soviético²⁹⁴. Já a política das cooperativas facilitará uma transformação muito mais difícil e mais profunda, a transformação das relações econômicas que abarcam a maioria das massas produtoras russas, a transformação da pequena economia, das relações pequeno-burguesas, das “mais vitais raízes das velhas relações, das relações pré-socialistas, inclusive pré-capitalistas, as mais tenazes em resistir a qualquer ‘inovação’”. “A política cooperativista”, escreve Lenin, “em caso de êxito, nos proporcionará o crescimento da pequena economia e facilitará sua passagem, em um prazo indeterminado, à grande produção baseada na associação voluntária”. Mais tarde, como veremos, Lenin dará ainda mais importância ao desenvolvimento das cooperativas em sua estratégia de transição.

Nenhuma dessas duas formas de capitalismo de Estado havia sido imaginada por Lenin em 1918. Mas não é essa a única novidade da concepção estratégica de Lenin em 1921. Nova também é a ênfase dada por Lenin ao caráter contraditório, conflituoso, da relação entre capitalismo de Estado e socialismo no regime de transição. Atentemos para essa questão.

Lenin insiste na necessidade de “aproveitar o capitalismo (conduzindo-o especialmente ao leito do capitalismo de Estado) como grau intermediário entre a pequena produção e o socialismo, como recurso, caminho, procedimento ou método para aumentar as forças produtivas”²⁹⁵, mas, ao mesmo tempo, ele não esquece que conduzir o desenvolvimento do capitalismo “ao leito do capitalismo de Estado” corresponde apenas à metade do problema:

²⁹⁴ Ibid., p. 228.

²⁹⁵ Ibid., p. 231

“Todo o problema – tanto em teoria como na prática – consiste em encontrar os métodos acertados de como se deve conduzir precisamente o inevitável (até certo grau e por um prazo indeterminado) desenvolvimento do capitalismo ao leito do capitalismo de Estado, em que condições fazê-lo e como assegurar, em um futuro próximo, a transformação do capitalismo de Estado em socialismo.”²⁹⁶

Lenin tem plena consciência de que a segunda parte do problema – a transformação do capitalismo de Estado em socialismo – é tão ou mais complexa do que a primeira. Ele sabe que o capitalismo de Estado em seu desenvolvimento não desembocará espontaneamente no socialismo e que a “aliança” entre ambos não pode eliminar o conflito entre eles, pois, seja na forma do capitalismo tradicional, seja na do capitalismo de Estado, sempre há que se enfrentar relações sociais de caráter capitalista. É assim que, ao tratar das “concessões”, Lenin, tendo já ressaltado que o concessionário é um capitalista e “dirige as empresas à maneira capitalista”, admite que

“A determinação da medida e das condições em que as concessões são convenientes e não oferecem perigo para nós depende da correlação de forças e se decide pela luta, posto que também as concessões são um tipo de luta, a continuação da luta das classes em outra forma, mas de nenhuma maneira a luta das classes é substituída pela paz das classes. Os métodos de luta os indicará a prática.”²⁹⁷

Deste modo, se, para Lenin, por um lado, é errado limitar-se a dizer que o capitalismo é um mal e o socialismo um bem, uma vez que “o capitalismo é um bem em relação ao feudalismo, à pequena produção, à burocracia vinculada com a dispersão dos pequenos produtores”²⁹⁸, por outro, não se pode deixar de levar em conta que o capitalismo, em quaisquer de suas formas, inclusive na forma de capitalismo de Estado, “é um mal em relação ao socialismo”, de tal sorte que é necessário colocar-lhe freios, ainda quando, no imediato estratégico, nele nos apoiemos como “grau intermediário entre a pequena produção e o socialismo”. Lenin evidencia, assim, que o caráter contraditório da relação entre os elementos dos diversos modos de produção que coexistem no regime de transição soviético se manifesta inclusive na relação de “aliança”

²⁹⁶ Ibid., p. 224.

²⁹⁷ Ibid., pp. 225-226.

²⁹⁸ Ibid., p. 230.

temporária entre o capitalismo de Estado e o socialismo, a qual constitui, nas palavras de Lenin, uma “continuação da luta das classes em outra forma”.

Para encerrar esses comentários acerca do texto *Sobre o imposto em espécie*, é importante ressaltar que a dimensão economicista da concepção leniniana do papel da NEP que apontamos acima está presente também nesse texto. Em certas passagens, a NEP comparece como uma espécie de interregno durante o qual se tomam medidas que devem suavizar a transição ao socialismo, mas cujo propósito fundamental parece ser a incubação das forças produtivas materiais necessárias a um salto mais decisivo na transformação socialista das relações sociais. Lenin fala, então, da eletrificação como o fator propulsor de uma aceleração do processo de universalização da produção moderna e de integração da totalidade das relações internas da economia russa em uma grande economia social, permitindo passar, quase sem estações intermédias, de um quadro de prevalência da pequena produção mercantil, de prevalência de relações pré-capitalistas, ao socialismo. Ele escreve:

“É concebível a passagem direta de semelhante estado [Lenin se refere à presença de relações pré-capitalistas, da pequena produção], predominante na Rússia, ao socialismo? Sim, é concebível até certo ponto, mas só com uma condição, que agora conhecemos exatamente, graças ao trabalho científico que foi levado a cabo. Esta condição é a eletrificação. Se construirmos dezenas de centrais elétricas distritais (...), se levamos energias a todas as aldeias e se conseguimos quantidade suficiente de motores elétricos e outras máquinas, não necessitaremos, ou quase não necessitaremos, passar por graus transitórios ou intermediários entre o regime patriarcal e o socialismo. (...) Mas para os próximos anos é necessário saber pensar em graus intermediários, capazes de facilitar a passagem do regime patriarcal, da pequena produção, ao socialismo.”²⁹⁹

Lenin não pretende com *Sobre o imposto em espécie* encerrar a discussão sobre a NEP. Pelo contrário, para Lenin, trata-se, então, de esboçar hipóteses, suscetíveis de serem transformadas após um período de experimentação prática. Mais ainda: para Lenin, os próprios conceitos utilizados na formulação dessas hipóteses estavam sujeitos a

²⁹⁹ Ibid., p. 230.

modificações pelo contato com a realidade. Por isso, é importante acompanhar o desenvolvimento da problemática da NEP em textos e intervenções subseqüentes.

No III Congresso da Internacional Comunista (22 de junho-12 de julho de 1921), diante de uma audiência internacional, justificando a reabilitação do capitalismo no quadro da NEP e explicando as suas condições, Lenin experimenta uma definição de capitalismo de Estado no Estado socialista. Ele o define como “o desenvolvimento do capitalismo controlado e regulado pelo Estado proletário”³⁰⁰. Definição ampla que permite incluir sob a categoria de capitalismo de Estado inclusive a pequena produção mercantil, desde que se encontre alguma forma de submetê-la ao controle e à regulação do Estado. Nessa situação, a função do capitalismo de Estado é a de servir como um catalisador da restauração e do desenvolvimento das forças produtivas da pequena produção camponesa e da produção industrial:

“(...) o desenvolvimento do capitalismo controlado e regulado pelo Estado proletário (isto é, do capitalismo ‘de Estado’ neste sentido da palavra) é vantajoso e necessário (claro que só até certo ponto) em um país de pequenos camponeses, extraordinariamente arruinado e arrasado, porque pode acelerar um desenvolvimento *imediate* da agricultura pelos camponeses. Com maior razão, pode-se afirmar o mesmo das concessões: sem desnacionalizar em absoluto, o Estado operário dá em arrendamento determinadas minas, bosques, explorações de petróleo, etc., a capitalistas estrangeiros, para obter deles equipamentos e máquinas suplementares que nos permitam apressar o restabelecimento da grande indústria soviética.”

Essa concepção da função do capitalismo de Estado faz par com aquela que afirma que a grande indústria é a “base material do socialismo”. De fato, Lenin reitera que “a base material do socialismo não pode ser senão a grande indústria mecanizada”, pois esta é a única “capaz de reorganizar também a agricultura” e, mais uma vez, invoca a eletrificação como base material da socialização do campo: “Uma grande indústria, à altura da técnica moderna e capaz de reorganizar a agricultura, supõe a eletrificação de todo o país”³⁰¹. Aqui as forças produtivas não somente são tomadas como neutras em face das relações de produção – de tal forma que se

³⁰⁰ LENIN. *III Congreso de la Internacional Comunista*, OC, 44, p. 8.

³⁰¹ *Ibid.*, p. 9.

afirma a plena intercambialidade entre as forças produtivas gestadas no quadro de relações capitalistas e as forças produtivas do “socialismo” – como também acabam sendo compreendidas como determinantes na transformação socialista das relações sociais. Neste ínterim, o capitalismo de Estado comparece como uma espécie de estufa no interior da qual devem maturar as forças produtivas materiais do socialismo.

Não é essa concepção da função do capitalismo de Estado que predomina em outras intervenções de Lenin, como, por exemplo, no texto *Em razão do quarto aniversário da Revolução de Outubro* e no informe *A Nova Política Econômica e as tarefas dos Comitês de Instrução Política*, apresentado em 17 de outubro ao II Congresso dos Comitês de Instrução Política. Nessas intervenções, criticando o “comunismo de guerra”, Lenin aponta para o equívoco de considerar que as medidas de coerção estatal possam substituir a ação das massas na transformação socialista das relações econômicas. “Contávamos”, escreve Lenin no artigo *Em razão do quarto aniversário da Revolução de Outubro*, “que com ordens diretas do Estado proletário poderíamos organizar ao modo comunista, em um país de pequenos camponeses, a produção e a distribuição estatais. A vida fez-nos ver nosso erro”³⁰². A conclusão de Lenin é que são necessárias “diversas etapas transitórias” para que se possa, através delas, construir “pontes sólidas” que, em um país de pequenos camponeses, levem as massas, através de seus próprios interesses, a aproximarem-se economicamente do comunismo como finalidade. É como uma dessas “etapas transitórias” que o capitalismo de Estado se apresenta na concepção de Lenin:

“Esforcem-se por construir, ao começo, sólidas pontes que, em um país de pequenos camponeses, levem ao socialismo através do capitalismo de Estado, não se baseando diretamente no entusiasmo, mas no interesse pessoal, na vantagem pessoal, na autogestão financeira, valendo-se do entusiasmo despertado pela grande revolução. De outro modo, não se aproximarão do comunismo, não levarão a ele dezenas e dezenas de milhões de pessoas.”

O tom do informe *A Nova Política Econômica e as tarefas dos Comitês de Instrução Política* é o mesmo. Nele se reconhece que a pressuposição de uma “transição direta” da “velha economia russa” ao comunismo foi equivocada. Em virtude desse erro, o regime soviético sofreu

³⁰² LENIN. *Con motivo del cuarto aniversario de la Revolución de Octubre*, OC, 44, p. 158.

uma derrota na “frente econômica”, derrota que se manifestou em que “nossa política econômica perdeu em suas altas esferas o contato com a base e não logrou elevar as forças produtivas”³⁰³. Calcado no princípio de que no avanço em direção ao comunismo “só podemos apoiar-nos na consciência dos operários e camponeses”³⁰⁴, Lenin, como no texto visto acima, estipula a necessidade de uma “etapa transitória” na qual o capitalismo seria reabilitado e circunscrito pelo Estado soviético a certos limites, fixados, em cada caso, na base da experiência. Mas esta só poderá se configurar de fato como uma “etapa transitória”, insiste Lenin, se o “poder público proletário demonstra que é capaz, apoiando-se no campesinato, de sujeitar os capitalistas”, de, efetivamente, “meter o capitalismo no leito estatal e criar um capitalismo que se subordine ao Estado e o sirva”, isto é, de criar um capitalismo de Estado, no sentido da definição dada por Lenin no III Congresso da Internacional Comunista³⁰⁵.

Nesse mesmo período, Lenin prepara uma modificação mais substantiva no quadro estratégico da NEP. Com efeito, na VII Conferência do Partido da Província de Moscou (29-31 de outubro de 1921), ele introduz inovações importantes em relação ao desenho estratégico proposto no primeiro semestre de 1921. Constatando que a NEP não cumprira os objetivos consignados, antes de tudo, sendo incapaz de promover a necessária recuperação da produção camponesa e industrial, ele propõe uma nova moldura: um restabelecimento mais amplo das relações mercantis e monetárias, uma reanimação mais significativa do comércio, sem se colocar como objetivo imediato a passagem ao capitalismo de Estado. Ele agora insiste em que

“Devemos admitir que o retrocesso foi insuficiente, que devemos prolongá-lo, devemos retroceder mais, para passar do capitalismo de Estado à regulação estatal da compra-e-venda e da circulação monetária.”³⁰⁶

A conclusão de Lenin é que a destruição e o caos econômicos na Rússia são de tal ordem que é necessário “afrouxar mais a corda”, promover uma espécie de revigoração dos elementos da pequena produção mercantil (sobretudo no campo) e da produção capitalista privada, de modo a fazer que esses elementos revigorados reativem a produção e aumentem a quantidade de

³⁰³ LENIN. *La Nueva Política Económica y las tareas de los Comités de Instrucción Política*, OC, 44, p. 166.

³⁰⁴ *Ibid.*, p. 171.

³⁰⁵ *Ibid.*, p. 168.

³⁰⁶ LENIN. *Séptima Conferencia del Partido de la Provincia de Moscú*, OC, 44, p. 215.

produtos para salvar a sociedade russa. Deve-se ressaltar, contudo, que esse recuo no sentido de revalorizar os elementos da pequena produção mercantil e do capitalismo privado não se traduz em um abandono do capitalismo de Estado e em uma reavaliação de seu papel no regime de transição soviético. Isso fica claro no artigo *Acerca da significação do ouro agora e depois da vitória completa do socialismo*, escrito em novembro de 1921. Nesse artigo, lemos que o objetivo estratégico da NEP deve ser colocado do seguinte modo:

“não *demolir* a velha estrutura econômico-social, o comércio, a pequena fazenda, a pequena empresa, o capitalismo, mas *reanimar* o comércio, a pequena empresa, o capitalismo, dominando-os com precaução e de modo gradual ou obtendo a possibilidade de submetê-los a uma regulação estatal *só na medida* em que se vão reanimando.”³⁰⁷

Lenin exprime, deste modo, um ponto de vista extremamente cauteloso e gradualista: com a NEP, abrir-se-ia um período de reanimação do comércio e dos elementos da pequena produção e do capitalismo privado e, só aos poucos, na medida da revitalização desses elementos, o seu desenvolvimento seria canalizado gradualmente “ao leito do capitalismo de Estado”, sendo submetido ao controle e à regulação por parte do Estado soviético. Nesse texto, essa valorização do gradualismo é justificada principalmente pela extrema ruína econômica da Rússia, que se reerguia, após a guerra civil, como “uma pessoa meio morta a paus”³⁰⁸, para usar uma expressão de que Lenin se valera em março de 1921. No XI Congresso do partido (27 de março-2 de abril de 1922), esse gradualismo é justificado por Lenin pela necessidade de “começar a avançar incomparavelmente, infinitamente mais devagar do que nós sonhávamos, mas, em troca, de forma que toda a massa avance efetivamente conosco”³⁰⁹. É importante examinar mais detidamente esse ponto de vista.

Lenin está preocupado particularmente com o compasso e as formas através das quais os camponeses podem ser engajados voluntariamente no processo de transformação socialista das relações sociais do campo. Ele aponta para o fato de que, no período anterior à NEP, tudo o que foi possível realizar imediatamente do “programa da construção da sociedade comunista” foi

³⁰⁷ LENIN. *Acerca de la significación del oro ahora y después de la victoria completa del socialismo*, OC, 44, p. 231.

³⁰⁸ LENIN. *X Congreso del PC(b) de Rusia*, OC, 43, p. 67.

³⁰⁹ LENIN. *XI Congreso del PC(b)R*, OC, 45, p. 84.

levado a cabo “à margem do que ocorria entre as extensas massas camponesas”, de tal modo que “não existia ligação entre a economia que se construía nas fábricas nacionalizadas, socializadas, e nos sovkhoses, de um lado, e a economia camponesa, de outro”³¹⁰. Essa realidade, conclui Lenin, tinha de ser revertida. É esse, segundo ele, o significado profundo da NEP:

“Todo o significado da nova política econômica, que nossa imprensa continua buscando por todas as partes menos onde deve buscar, todo o significado consiste única e exclusivamente nisto: encontrar a forma de ligação desta nova economia, que estamos criando a custo de ímprobos esforços, com uma economia camponesa.”³¹¹

Nesse contexto, a NEP começa a aparecer, na concepção de Lenin, cada vez mais como uma nova “via de transição”, uma “via de transição” que coloca sobre novas bases (ainda não claramente definidas) a aliança do proletariado com o campesinato. Para Lenin, a NEP, como via de transição ao comunismo, deve constituir-se de tal modo que a todo momento se possa afirmar que “estamos edificando nossa economia com os camponeses”³¹². A NEP configura-se, então, como um terreno de experimentação, como o terreno de uma pesquisa contínua de formas de mediação através das quais os camponeses possam aproximar-se gradualmente do socialismo, transformando, eles mesmos, as relações de produção no campo. Isso é o que determina, segundo Lenin, a necessidade do gradualismo, pois se deve começar por aquilo que os camponeses “conhecem, compreendem e podem alcançar hoje”³¹³ e só depois procurar formas intermediárias capazes de engajar os camponeses, através de sua própria consciência e atividade, no caminho da construção da sociedade comunista.

É no quadro desse problema estratégico que Lenin considera o problema do capitalismo de Estado nessas intervenções de 1922. Naquele contexto, Lenin acredita que o capitalismo de Estado é uma das formas de ligação entre as formas embrionárias da “nova economia”, isto é, da “economia socialista”, e a economia camponesa. O cerne da questão do capitalismo de Estado, explica Lenin, é que, nas atuais circunstâncias, o capitalismo se impõe como um meio para satisfazer as necessidades mais elementares da população, sobretudo, das massas camponesas,

³¹⁰ Ibid., p. 80.

³¹¹ Ibid., p. 81.

³¹² Ibid., p. 82.

³¹³ Ibid., p. 83.

dado que não é possível passar diretamente às formas centralistas de produção e distribuição estatais sem perder a base de massa do regime, sem colocar contra o Estado soviético as massas camponesas, que não reconhecem como de acordo com seus interesses outras relações que não as relações de mercado. Mas esse capitalismo só pode ser admitido na forma do capitalismo de Estado, isto é, como um capitalismo circunscrito pelo Estado proletário dentro de um “marco determinado”. Diz Lenin:

“O capitalismo de Estado é o capitalismo que devemos encaixar em um marco determinado e ainda não sabemos como o fazer até hoje. (...) O quid da questão consiste em que nós compreendamos que este é o capitalismo que podemos e devemos admitir, que podemos e devemos encaixar em um marco, já que o capitalismo é necessário para a extensa massa camponesa e para o capital privado, o qual deve comerciar de maneira que satisfaça as necessidades dos camponeses. É indispensável organizar as coisas de maneira que seja possível o curso corrente da economia capitalista e da troca capitalista, já que o povo necessita disso, sem isto não se pode viver.”³¹⁴

E Lenin salienta a singularidade desse capitalismo de Estado, que constitui uma forma histórica sem precedente:

“(...) em nenhuma teoria nem em publicação alguma se analisa o capitalismo de Estado na forma em que o temos aqui, pela simples razão de que todas as noções comuns relacionadas com estas palavras se referem ao poder burguês na sociedade capitalista. E a nossa é uma sociedade que saiu dos trilhos capitalistas, mas que não entrou ainda em novos trilhos; mas este Estado não o dirige a burguesia e sim o proletariado.”³¹⁵

Mas tudo isso dá lugar a uma dificuldade singular: enquanto que, no capitalismo de Estado tradicional, isto é, que existe sob um regime capitalista, o Estado tem a mesma natureza e as mesmas finalidades das relações sociais que devem ser controladas, no caso do capitalismo de Estado que pode e deve ser permitido na Rússia soviética, o Estado proletário deve controlar uma forma econômica e relações sociais que lhe são antagônicas e que tendem a perpetuar-se ao passo

³¹⁴ Ibid., p. 92.

³¹⁵ Ibid., pp. 91-2.

que a finalidade do Estado proletário é precisamente a supressão dessa forma econômica e dessas relações. Dominar essa profunda contradição não é fácil, e Lenin está perfeitamente ciente disso. Daí sua insistência no fato de que esse capitalismo deve ser “encaixado em um marco determinado e que ainda não sabemos como o fazer até hoje”. Daí Lenin reconhecer, além disso, que a relação entre o socialismo e o capitalismo de Estado “não é uma emulação”, mas “uma luta desesperada, furiosa, uma luta de morte entre o capitalismo e o comunismo, que, se não é a última, está muito próximo de sê-lo”³¹⁶.

É interessante enfatizar aqui que, no *Projeto de teses sobre o papel dos sindicatos nas condições da Nova Política Econômica*, Lenin reconhece abertamente a permanência do antagonismo entre capital e trabalho na Rússia. Para ele, esse antagonismo deve subsistir mesmo com o mais completo êxito da regulação estatal sobre o comércio privado e capitalismo privado. Daí a necessidade dos sindicatos para “defender em todos os aspectos e por todos os meios os interesses de classe do proletariado em sua luta contra o capital”³¹⁷. Porém, mais interessante que esse reconhecimento é que Lenin admite, além disso, a possibilidade de surgir uma situação de conflito de interesses até mesmo no interior das empresas estatais. Lenin aponta para o fato de que, sob a NEP, as empresas estatais são postas sobre “bases comerciais capitalistas”, de modo que a planificação centralizada ocorre com base no modelo de formação de valores e dos preços do mercado capitalista, incluindo o cálculo de uma taxa de lucro. Por isso, devido à “necessidade de elevar a produtividade do trabalho, de lograr que cada empresa estatal funcione sem déficit e seja rentável”, “aparece indefectivelmente certa oposição de interesses entre a massa operária e os diretores que estão à frente das empresas estatais”³¹⁸. Aqui também se impõe, segundo Lenin, a necessidade dos sindicatos para defender os interesses materiais e espirituais dos trabalhadores.

Apesar de não significar um avanço de Lenin no sentido de compreender que o antagonismo capital/trabalho no interior das unidades produtivas é inevitável enquanto persista a divisão estrutural-hierárquica do trabalho, enquanto não se reestruturasse radicalmente toda a estrutura material da produção herdada, essas formulações de Lenin mostram que ele está longe da visão da NEP – que predominaria logo após a sua morte – segundo a qual os elementos dos diferentes tipos de “economia social” da formação social russa coexistem pacífica e

³¹⁶ Ibid., p. 102.

³¹⁷ LENIN. *Proyecto de tesis sobre el papel y las tareas de los sindicatos en las condiciones de la Nueva Política Económica*, OC, 44, p. 353.

³¹⁸ Ibid., p. 354.

harmoniosamente e devem, pelo próprio jogo espontâneo das leis de desenvolvimento da produção em geral, se fundir completamente e desembocar em um novo sistema social harmônico, de tipo socialista. É esse, por exemplo, o caso da interpretação bukhariniana da NEP, que assume, como lei que rege a relação entre os diferentes elementos da formação social russa pós-revolucionária, o princípio do “reavivamento econômico recíproco”, expurgando de seu esquema o caráter contraditório da coexistência desses elementos diferentes, caráter que Lenin não se cansou de enfatizar³¹⁹.

Em suas grandes linhas, é mais ou menos esse o estado da reflexão leniniana sobre o problema da NEP antes de cair gravemente doente em fins de 1922. Lenin, então, em seus últimos escritos, avança hipóteses novas, que, de certo modo, se afastam ou apontam para uma tendência de Lenin a afastar-se da problemática do capitalismo de Estado. Antes, porém, de analisarmos esses textos, é importante considerar o tratamento leniniano da questão do Estado no período que vai do início da NEP ao período imediatamente anterior ao agravamento de sua doença.

II

Lenin invoca recorrentemente a natureza de classe do Estado soviético como o elemento que, em última instância, assegura que a reabilitação do capitalismo no quadro da NEP não terá como efeito a reversão da transição socialista iniciada e que esta continuará avançando em direção ao objetivo final da eliminação das classes e da construção da sociedade comunista. A preservação e o fortalecimento do caráter *proletário* do Estado são condições sem as quais as hipóteses estratégicas que Lenin traça nesse período não fazem nenhum sentido. Daí a importância de analisarmos aqui a reflexão leniniana sobre o problema do Estado no quadro da NEP.

No XI Congresso do partido, ao sublinhar a singularidade do capitalismo de Estado a que se pretende recorrer no quadro da NEP, Lenin afirma que “esse capitalismo de Estado está relacionado com o Estado, e o Estado são os operários, é a parte mais avançada dos operários, é a

³¹⁹ Sobre a interpretação que Bukharin faz da NEP ver GERRATANA, V. *Investigación sobre la historia del marxismo II: en las raíces del marxismo contemporáneo*. Barcelona: Grijalbo, 1975.

vanguarda, somos nós”³²⁰. Essa série de identificações sucessivas (Estado = operários = vanguarda = “nós”, isto é, o partido) indica uma mudança significativa no tratamento leniniano do problema do Estado na transição socialista.

Vimos que, no período do “comunismo de guerra”, é perceptível uma ambivalência no tratamento leniniano do “Estado de transição”. Esta se manifesta na oscilação entre a afirmação do primado do partido na estrutura do poder e a constante referência positiva à forma Comuna/soviets como “modelo” do regime político de transição. No período da NEP, embora o regime continue a ser denominado soviético, desaparecem as referências à forma Comuna/soviets nos textos e intervenções de Lenin. Em compensação, o primado do partido é mais e mais enfatizado como consubstanciação da natureza *proletária* do Estado. Na verdade, Lenin, com isso, não faz mais que traduzir sua adaptação a uma situação em que o partido concentra cada vez mais o poder, enquanto as formas políticas autogestoras das massas se debilitam e se esvaziam, tendo já os soviets se convertido em seu oposto, em órgãos meramente burocráticos, sem qualquer possibilidade de se constituírem em organismos autogestores das massas proletárias e camponesas. É no marco dessa “adaptação” que podemos compreender o modo como Lenin entende os problemas do Estado soviético no quadro da NEP e o caráter das “soluções” que ele propõe para arrostá-los.

A reafirmação reiterada do caráter proletário do Estado soviético por Lenin não significa que este tenha abandonado seu diagnóstico de que o Estado soviético é um “Estado operário com deformações burocráticas”. Pelo contrário, este aspecto é ainda mais fortemente enfatizado por Lenin a partir de 1921. A análise do tratamento leniniano da questão da “burocratização” nesse período nos revela importantes aspectos da reflexão leniniana sobre o problema do Estado na transição.

No X Congresso do partido, Lenin aponta a crítica ao burocratismo como um dos aspectos positivos da “oposição operária”. Nesse contexto, ele relaciona a permanência da “praga burocrática” no regime soviético ao “elemento pequeno-burguês e à sua dispersão”. Lenin afirma:

“A burocracia adquiriu em nosso regime estatal as proporções de cicatriz de tal aspecto que foi necessário falar dela no Programa de nosso Partido, porquanto está vinculada ao elemento pequeno burguês e à sua dispersão.”³²¹

³²⁰ LENIN. *XI Congreso del PCb*R, OC, 45, p. 92.

E mais adiante ratifica essa vinculação do burocratismo com a prevalência do “elemento pequeno-burguês”, estabelecendo que “quanto mais fracionado se encontra o campesinato, tanto mais inevitável é o burocratismo nos órgãos centrais”³²². O burocratismo no regime soviético é tomado, assim, como uma “superestrutura” que se erige sobre a dispersão do modo de produção do pequeno produtor, sobretudo, do campesinato. Isso é afirmado ainda mais explicitamente em *Sobre o imposto em espécie*. Nesse texto, Lenin explica que as “raízes econômicas” do burocratismo são de dois “tipos”: ou o burocratismo está relacionado com o fato de que “uma burguesia desenvolvida necessita da máquina burocrática contra o movimento revolucionário dos operários” ou está relacionado com “o fracionamento, a dispersão do pequeno produtor, sua miséria, sua incultura, a falta de comunicações, o analfabetismo, a falta de *intercâmbio* entre a agricultura e a indústria, a falta de enlace e interação entre elas”³²³. O primeiro caso, continua Lenin, não é o caso do regime soviético, pois o poder da burguesia foi deslocado pelo poder do proletariado. A presença da “praga burocrática” no regime soviético só pode ser explicada, portanto, pela predominância das relações pequeno-burguesas.

Em face dessa concepção, não é espantoso que Lenin veja no desenvolvimento do capitalismo (circunscrito pelo Estado soviético a certos limites) no quadro da NEP um modo de combater o burocratismo nas instituições soviéticas. É assim que ele afirma, em *Sobre o imposto em espécie*, que “o capitalismo é um bem em relação com o feudalismo, com a pequena produção, com a burocracia vinculada à dispersão dos pequenos produtores”, como vimos acima, no primeiro item deste capítulo.

Essas colocações de Lenin têm vários aspectos problemáticos. Em primeiro lugar, Lenin esquece que a fragmentação da produção social em múltiplas unidades produtivas separadas caracteriza também o capitalismo, de modo que este não pode ser apresentado como uma alternativa à “dispersão dos pequenos produtores”. Aliás, a burguesia necessita de aparelhos de mediação política organizados como uma “máquina burocrática” não somente como instrumento de repressão, mas igualmente para complementar o mercado na realização da conexão pela circulação das unidades produtivas separadas, função que se torna ainda mais fundamental na

³²¹ LENIN. *X Congreso del PC(b)R*, OC, 43, p. 31.

³²² *Ibid.*, p. 48.

³²³ LENIN. *Sobre el impuesto en especie (Significación de la Nueva Política y sus condiciones)*, OC, 43, pp. 231-2.

medida em que o capitalismo entra em sua “fase monopolista”. Em segundo lugar, reduzir as “raízes econômicas” do burocratismo no regime soviético à predominância da pequena produção é eludir o fato de que a estrutura material produtiva da “grande produção”, herdada do capitalismo, permanece intacta e que a hierarquia e a dominação, como imperativos materiais e estruturais das formas da divisão técnica do trabalho nela prevalentes, exercem uma pressão inevitável sobre o plano político. Mais ainda: dada a destituição da burguesia privada, é no plano político que uma nova classe de “agentes do capital” tende a se formar sobre a base da permanência da relação de produção capitalista, engastada na estrutura material da produção não-transformada, e essa tendência não pode se efetivar sem a reversão do processo de reabsorção do poder de Estado pelas massas populares, sem a reconstituição do Estado como estrutura de mediação política alienada em relação às massas populares, sem a reconstituição da burocracia estatal. Em suma, o problema das “raízes econômicas” da burocratização é muito mais complexo do que Lenin supõe e não pode ser enfrentado contrapondo à “burocracia vinculada à dispersão dos pequenos produtores” um capitalismo controlado pelo Estado soviético: esse capitalismo também exerce pressão sobre o plano político para que se constitua sua própria “burocracia” nas instituições do Estado como modo de preencher o vazio criado pela destituição da burguesia privada e, assim, reconstituir o funcionamento “normal” da estrutura da produção dada, material e objetivamente hierárquica.

Esse não é o único aspecto problemático do tratamento leniniano do problema da burocracia a partir de 1921. Igualmente problemática é a tendência de Lenin a tratar o problema da burocracia não como o problema de sua permanência no regime soviético, mas como o problema do caráter dessa burocracia. Lenin começa a queixar-se então da burocracia que foi herdada do regime czarista, a qual tende a oferecer resistência às ordens emanadas da cúpula governamental, isto é, do partido bolchevique, e a constituir-se em um diafragma que separa a cúpula governamental das críticas e reivindicações das grandes massas. Para combater essa realidade, ele propõe, então, não um movimento de massas antiburocrático e positivamente orientado para a construção de organismos políticos autogestores das massas, que possam exercer as funções públicas antes monopolizadas pela burocracia estatal – na linha de *O Estado e a revolução* –, mas uma “reforma” da burocracia pelo método da incorporação progressiva de novas forças proletárias aos aparelhos de Estado. Vejamos como isso aparece nos textos e intervenções de Lenin.

Nos esboços do folheto *Sobre o imposto em espécie*, Lenin, ao invés de delinear a perspectiva de um “adormecimento” gradativo do Estado após a revolução socialista, como em *O Estado e a revolução*, advoga o aperfeiçoamento do aparelho estatal. “Sem ‘aparato’”, escreve, “há tempo teríamos perecido”³²⁴. E prossegue afirmando que, “sem conduzir uma luta sistemática e tenaz para melhorar o aparato, perecemos antes de criar a base do socialismo”. A mesma perspectiva comparece nos materiais preparatórios para o X Congresso do partido. Aí Lenin insiste na necessidade de “manter a firmeza do aparato”, ressaltando que o que é necessário é “um aparato para a política (= revisão e correção das relações entre as classes), e não uma política para o aparato”, “uma (boa) burocracia a serviço da política, e não uma política a serviço de uma (boa) burocracia”³²⁵.

Não é difícil compreender essa revalorização da burocracia quando se pensa nas condições de funcionamento de um sistema político em que a “ditadura” é exercida não pelas massas populares auto-organizadas, mas pelo partido comunista, reproduzindo o substitucionismo político inerente ao Estado burguês. De qualquer modo, “uma (boa) burocracia a serviço da política” passa a ser vista por Lenin como indispensável para o fortalecimento da “ditadura do proletariado”. Por outro lado, para Lenin, essa burocracia torna-se um problema quando adquire autonomia em relação à cúpula governamental, ao partido, deixando de ser um “aparato para a política” e afirmando seu poder de tal modo no interior do Estado que a política passa a ser gerada para atender os interesses próprios da burocracia (“uma política para o aparato”).

É no XI Congresso do partido que essa questão é mais fortemente destacada por Lenin. Nesse congresso, no informe político do Comitê Central, Lenin exige do partido o reconhecimento do fato de que, embora o Estado continue “em nossas mãos”, ele “não cumpriu nossa vontade”³²⁶. Lenin, na seqüência, se refere ao Estado como um automóvel que “se desmanda”, que “não marcha para onde o guia o condutor”, mas “para onde o leva alguém, algo clandestino”. Nessa passagem, esse “alguém”, esse “algo clandestino”, é deixado no ar, como uma sugestão vaga. Mais adiante, porém, nesse mesmo discurso, fica claro que se trata da burocracia estatal. É preciso transcrever aqui todo esse trecho do informe, em que Lenin se vale da conhecida metáfora do conquistador e do conquistado:

³²⁴ LENIN. *Planes del folleto “Sobre el impuesto en especie”*, OC, 43, p. 392.

³²⁵ LENIN. *Materiales para el X Congreso del PC(b) de Rusia*, OC, 43, pp. 382-383.

³²⁶ LENIN. *XI Congreso del PC(b)R*, OC, 45, p. 93.

“Se nos fixamos em Moscou – 4700 comunistas ocupam cargos de responsabilidade – e observamos esta imensa massa burocrática, este montão, perguntamo-nos: Quem conduz quem? Ponho muito em dúvida que se possa dizer que os comunistas conduzem esse montão. Na verdade, os comunistas não são os que conduzem, mas sim os conduzidos. No caso presente, acontece algo semelhante ao que nos relatavam nas classes de História quando éramos crianças. Ensinavam-nos: ocorre às vezes que um povo conquista outro, e o povo conquistador é o vencedor, e o que foi conquistado é o vencido. Isto é muito simples e compreensível para todos. Mas o que sucede com a cultura desses povos? Isto não é tão simples. Se o povo conquistador é mais culto que o conquistado, impõe a este sua cultura; mas, se é o contrário, acontece que o vencido impõe sua cultura ao vencedor. Não se passou algo semelhante na capital da RSFSR, e não ocorreu aqui que 4700 comunistas (quase uma divisão inteira, e todos dos melhores) se vêem dominados por uma cultura alheia? Aqui se poderia ter, por certo, a impressão de que os vencidos têm uma cultura elevada. Nada disso. Sua cultura é mísera, insignificante, mas, não obstante, superior à nossa. Por deplorável e mísera que seja, é maior que a de nossos militantes comunistas que ocupam cargos de responsabilidade, pois não possuem a suficiente capacitação para dirigir. Os comunistas, ao colocar-se à cabeça das instituições – e amiúde os colocam intencionalmente e habilmente os sabotadores para obter um rótulo –, os comunistas acabam freqüentemente burlados. Esta confissão é muito desagradável ou, de qualquer maneira, não é nada agradável, mas creio que deve ser feita, porque nela reside agora a chave do problema.”³²⁷

Lenin se apresenta aqui guiado por um estreito sentido de elite no que se refere ao problema da burocracia. Nessa passagem, parece que o problema do “automóvel que se desmanda” pode ser resolvido elevando o nível cultural dos comunistas que ocupam cargos de responsabilidade nas instituições estatais, capacitando-os para a função de direção. Não é essa, contudo, a solução que encontramos mais freqüentemente em Lenin nesse período. Desde o X Congresso do partido, o carro-chefe de Lenin no combate à “má burocracia” é a tentativa de “proletarizar” o aparelho de Estado incontrolado, isto é, distribuir a parte mais combativa da classe operária pelos organismos administrativos do Estado para retomar o controle do

³²⁷ Ibid., p. 103.

“automóvel que se desmanda”. “Faremos quanto seja possível”, afirma Lenin no X Congresso, inaugurando essa tática, “para eliminar o burocratismo promovendo os operários desde baixo e aceitaremos qualquer indicação prática nesse sentido”³²⁸.

Esse propósito de “reformatar” a burocracia, renovando-a com novos quadros, saídos das fileiras das massas operárias, percorre toda a obra leniniana do período. Podemos encontrá-lo, por exemplo, em uma das últimas aparições públicas de Lenin, no IV Congresso da Internacional Comunista (5 de novembro-5 de dezembro de 1922). Nessa ocasião, em seu informe intitulado *Cinco anos da Revolução Russa e perspectivas da revolução mundial*, Lenin aponta para o fato de que “nossa desgraça” foi ter herdado “a velha administração pública”, pois esta “trabalha contra nós”, de tal forma que, enquanto a administração funciona “mais ou menos” na cúpula do governo, “nos postos inferiores dispõem eles como querem, de maneira que muito freqüentemente se contrapõem às nossas medidas”³²⁹. Na seqüência, ele explica que essa situação não pode ser revertida a curto prazo, uma vez que a solução passa por preparar novos quadros, tomados das fileiras operárias com o propósito de serem incorporados à administração estatal, renovando-a de baixo para cima, dos postos inferiores aos superiores:

“Teremos de trabalhar muitos anos para aperfeiçoar a administração, renová-la e atrair novas forças. Nós o estamos fazendo em um ritmo bastante rápido, quiçá demasiado rápido. Fundamos escolas para funcionários de organismos dos Sovietes e faculdades operárias; estudam várias centenas de milhares de jovens; talvez estudem demasiado depressa; mas, de qualquer maneira, o trabalho nesse terreno começou e creio que nos dará seus frutos. Se não nos precipitamos demasiado neste trabalho, dentro de alguns anos teremos uma massa de jovens capazes de mudar radicalmente nossa administração.”³³⁰

A linha principal de *O Estado e a revolução* pode ser assim resumida: o Estado, com seus ubíquos órgãos burocráticos, militares, etc., representa uma estrutura de comando político alienada em relação às massas populares; deve ser destruído em bloco por uma luta frontal numa situação de duplo poder e substituído pelo segundo poder, um Estado do tipo da Comuna de Paris e dos Sovietes, que não seria mais um Estado no sentido próprio do termo, posto que

³²⁸ LENIN. *X Congreso del PCb*R, OC, 43, p. 48.

³²⁹ LENIN. *IV Congreso de la Internacional Comunista*, OC, 45, pp. 306-7.

³³⁰ *Ibid.*, p. 307.

representaria a reabsorção do poder do Estado pelas massas populares, a destruição da alienação inerente à forma Estado. Agora, como vimos acima, a linha que permeia as análises e a prática de Lenin é bastante distinta: o Estado soviético é um Estado proletário, posto que o partido comunista, no centro do poder estatal, exerce a ditadura em nome do proletariado; para tanto, o partido necessita de uma “boa burocracia”; mas o Estado soviético é um Estado proletário com “deformações burocráticas”, o que significa dizer que a burocracia, herdada do regime czarista, “se desmanda”, adquire autonomia em relação à cúpula governamental e disputa poder com o partido; é necessário renovar a burocracia, injetar-lhe sangue novo, sangue proletário, transformando o Estado de dentro para fora. A primeira linha é uma linha de massa, uma linha revolucionária, conforme à perspectiva marxiana de destruição do Estado burguês. A segunda é uma linha que pode ser tranqüilamente taxada de reformista, é uma linha que preserva e aperfeiçoa o Estado como estrutura da alienação ao invés de destruí-lo.

A médio prazo, portanto, o “plano” de Lenin para combater as “deformações burocráticas” do Estado soviético é este: renovar a burocracia injetando-lhe novas forças proletárias. Mas é preciso considerar também o “plano” de Lenin a curto prazo. A curto prazo, Lenin está convencido de que o Estado, por si só, sem empregar forças sociais externas, não está em condições de enfrentar as “deformações burocráticas” que se verificam em seu interior. Por isso, ele apela aos sindicatos e às instituições da chamada Inspeção Operária e Camponesa como mecanismos para exercer uma vigilância social sistemática sobre os aparelhos de direção especializada do Estado.

O objetivo da Inspeção Operária e Camponesa é justamente o de realizar, com a participação das massas operárias e camponesas, a vigilância sobre os aparelhos estatais, portadores de relações burocráticas. Mais concretamente sua tarefa é zelar para que os funcionários estatais tenham integridade moral ilibada, além de capacitação técnica para ocuparem cargos no aparelho estatal. Segundo a concepção original de Lenin, os membros da Inspeção seriam eleitos pelos trabalhadores das maiores empresas e das comunidades agrícolas, sendo revogáveis no caso em que os eleitores estiverem descontentes com sua atuação. Também de acordo com a concepção original de Lenin, a Inspeção cumpriria uma importante função pedagógica: cada operário e cada camponês deveriam, por determinado período, tomar parte na Inspeção, podendo, assim, conhecer na prática os problemas referentes ao Estado. Mas não foi nesse sentido que se desenvolveu a Inspeção: depois de uma série de reorganizações, também se

tornou um aparelho de direção especializada do Estado, um órgão do aparelho estatal responsável pela vigilância desse aparelho³³¹.

Tratemos agora dos sindicatos. Para Lenin, o campo de ação dos sindicatos é muito amplo e não se limita de modo algum somente à vida econômica. Como vimos acima, em seu *Projeto de teses sobre o papel dos sindicatos nas condições da Nova Política Econômica*, Lenin explica que a função dos sindicatos de defender os interesses de classe do proletariado em sua luta contra o capital permanece, sobretudo porque, no quadro da NEP, se admite o desenvolvimento, controlado pelo Estado soviético, do capitalismo, sendo inevitável a permanência do antagonismo capital/trabalho, mesmo com um êxito completo da regulação estatal. Mas não é essa a única função dos sindicatos na concepção de Lenin. Para ele, os sindicatos devem cumprir também uma função institucional análoga à da Inspeção Operária e Camponesa, isto é, devem atuar como uma instância de vigilância dos órgãos estatais, independente deles, de caráter permanente e dotada de uma real força social. Lenin escreve:

“(…) em um tipo de Estado proletário de transição, como o nosso, o objetivo final da luta grevística só pode ser o fortalecimento do Estado proletário e do poder estatal da classe proletária mediante a luta contra as deformações burocráticas deste Estado, contra seus erros e debilidades, contra os apetites de classe dos capitalistas que eludem o controle deste Estado, etc.”³³²

Mas a independência e a liberdade de ação dessas duas formas institucionalizadas de vigilância social levantadas contra a burocratização acabam sendo restringidas pela relação que essas instituições devem entreter, na concepção de Lenin, com um dos sistemas organizacionais do Estado soviético, qual seja, o partido, sistema que também tende a desenvolver no seu interior relações burocráticas. Na visão de Lenin, o partido deve não somente apoiar e guiar os sindicatos e a Inspeção Operária e Camponesa em sua ação antiburocrática, mas também limitar essa ação para que esta não provoque, por sua intervenção, a diminuição da eficácia dos aparelhos de

³³¹ Ver HEGEDÜS, A. “A construção do socialismo na Rússia: o papel dos sindicatos, a questão camponesa, a Nova Política Econômica”, in HOBBSAWM, E. J. et. al. (org.). *História do marxismo, VII: o marxismo na época da Terceira Internacional: a URSS, da construção do socialismo ao stalinismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, pp. 39-43.

³³² LENIN. *Proyecto de tesis sobre el papel y las tareas de los sindicatos en las condiciones de la Nueva Política Económica*, OC, 44, p. 355.

direção especializada do Estado. É interessante considerar aqui o modo como Lenin pensa que deve ser a natureza das relações dos sindicatos com os organismos de administração econômica do Estado soviético. No *Projeto de teses sobre o papel dos sindicatos nas condições da Nova Política Econômica*, após estabelecer que o “interesse fundamental e vital” do proletariado depois da tomada do poder é a elevação das forças produtivas da sociedade, Lenin afirma que é indispensável para o êxito dessa empreitada “concentrar todo o poder nas mãos das administrações das fábricas”³³³. E, na seqüência, lemos que “qualquer intervenção direta dos sindicatos na administração das empresas, nessas condições, deve ser considerada verdadeiramente nociva e inadmissível”³³⁴. Essa passagem demonstra uma contradição clara na perspectiva de Lenin, que pretende apelar para forças sociais externas na luta contra as “deformações burocráticas” do Estado e, ao mesmo tempo, garantir que os aparelhos de administração especializada do Estado possam funcionar sem quaisquer tipos de obstáculos, assegurando, assim, o cumprimento das medidas consideradas pelo partido como indispensáveis para a sobrevivência do regime e a transição ao comunismo.

Em todos esses momentos do tratamento leniniano da questão do Estado durante a NEP, vemos um claro retrocesso em relação às formulações de *O Estado e a revolução*. Lenin abandona a crítica às formas substitucionistas de mediação política e passa a confiar a transformação da estrutura política a uma mera reforma interna dos aparelhos de Estado. No lugar da linha de massa da reabsorção do poder de Estado pelos organismos políticos autogestores das massas, Lenin predica medidas que implicam uma internalização, pelo Estado, da luta contra suas “deformações burocráticas”. Essa estratégia de internalização da luta está relacionada ao “modelo” da “ditadura do proletariado” que Lenin assume nesse período, “modelo” de um Estado controlado-ocupado de cima pelo partido revolucionário “único”, “modelo” que reproduz, numa nova forma, o substitucionismo inerente ao Estado burguês e que exige, para manter-se, a reconstituição da burocracia e do centralismo hierárquico que caracteriza a divisão do trabalho no seu interior. Esse “modelo” se torna cada vez mais um obstáculo à apropriação efetiva do poder pelas massas e à transformação das relações sociais. Na seqüência, veremos que, nos seus últimos escritos, Lenin não consegue escapar desse “modelo” e de suas implicações no que diz respeito às medidas a serem adotadas para renovar o Estado soviético. Mas os últimos escritos de Lenin

³³³ Ibid., p. 356.

³³⁴ Ibid., p. 357.

guardam também algumas surpresas positivas no atinente à reflexão de Lenin sobre o problema da transição socialista.

III

Desde o início da NEP, Lenin é assediado pela seguinte questão: sob quais condições e através de quais caminhos e medidas, é possível engajar os camponeses pequenos e médios na via da construção de uma sociedade comunista de maneira voluntária e sem coerção? Em seus últimos escritos, ditados já quando Lenin está praticamente imobilizado pela doença que vai em breve levá-lo à morte, essa questão é colocada de maneira ainda mais incisiva.

É nesse contexto que Lenin começa a falar da necessidade de desencadear uma “revolução cultural”. Ao falar de “revolução cultural” nesse momento, Lenin mesmo salienta que “a questão fundamental que aqui se coloca é a atitude da cidade em relação ao campo, questão de importância decisiva para toda a nossa revolução”³³⁵. Essa observação é feita nas *Páginas do diário* que, por insistência de Lenin, foram publicadas no *Pravda*, no início de janeiro de 1923. Nessas “páginas”, Lenin não propõe um plano plenamente articulado, mas, como sugere corretamente Linhart³³⁶, começa a tatear num quarto escuro, esforçando-se para oferecer algumas indicações práticas, ao mesmo tempo em que aponta para um problema de fundo de enorme complexidade. Lenin começa chamando a atenção para o problema da alfabetização, que ele considera um verdadeiro “problema político”, um problema que se não for resolvido representará um obstáculo para o aprofundamento da revolução socialista na Rússia. Mas o problema da alfabetização constitui apenas um dos aspectos do problema de fundo para o qual Lenin pretende chamar a atenção do partido: o problema de “atrair” o campesinato para o caminho da construção de uma sociedade comunista. Nas *Páginas do diário*, “revolução cultural” significa soldar a hegemonia político-cultural do proletariado revolucionário no seio das grandes massas camponesas, educando-as para o comunismo.

Lenin começa apontando para a necessidade de organizar os professores para convertê-los, de “pilar do regime burguês”, em “pilar do regime soviético”, de tal modo que eles possam

³³⁵ LENIN. *Páginas del diario*, OC, 45, p. 382.

³³⁶ LINHART, R. *Lenin, os camponeses*, Taylor: ensaio de análise baseado no materialismo histórico sobre a origem do sistema produtivo soviético. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983, p. 63-5.

atuar no sentido de afastar o campesinato da influência da burguesia e “atraí-lo para a aliança com o proletariado”³³⁷. Mas ele sabe que esse trabalho pedagógico não deve caber apenas aos professores, mas deve envolver todo o proletariado urbano. Ele escreve que “nós podemos e devemos empregar nosso poder em converter realmente o operário da cidade em veículo das idéias comunistas entre o proletariado agrícola e os camponeses”³³⁸.

Lenin diz “idéias comunistas”, mas, receando mal-entendidos, logo se emenda, ressaltando que não se pode repentinamente “levar ao campo idéias pura e exclusivamente comunistas”. Na visão de Lenin, os camponeses só podem ser orientados e educados para as novas formas de produção por intermédio de sua própria atividade e experiência, inclusive porque, para ele, não são os comunistas, traçando quimeras em seus gabinetes de estudo, que decidirão as vias e as medidas para a transformação socialista das relações econômicas no campo, mas a própria atividade indutivo-experimental coletiva das massas camponesas, envolvidas diretamente na criação dessas novas formas de produção. Por isso, é necessário avançar com cautela, gradualmente, na “veiculação” de “idéias comunistas” entre as massas camponesas, cuidando para que esta não seja uma atividade pedagógica unilateralmente concebida como uma atividade de doutrinação puro e simples, mas que leve em conta, a cada momento, o que os camponeses estão preparados para compreender, aceitar e empreender por eles mesmos.

O essencial, nesse momento, escreve Lenin, é “começar por estabelecer relações entre a cidade e o campo, sem nos propormos, em absoluto, o objetivo premeditado de implantar o comunismo no campo”³³⁹. Para isso, o que Lenin propõe, de imediato, é o engajamento do proletariado urbano na educação cultural dos camponeses:

“(…) há que fundar uma série de associações (do Partido, dos sindicatos e particulares), integradas por operários fabris, com o fim de ajudar regularmente o campo em seu desenvolvimento cultural. Conseguiremos que todas as células urbanas apadrinhem a todas as do campo para que cada célula de operários patrocinadora da respectiva célula rural se preocupe regularmente, em cada ocasião e em cada caso, com satisfazer tal ou qual demanda da célula apadrinhada? Ou talvez se encontrem outras formas de relação?”

³³⁷ LENIN. *Paginas del diario*, OC, 45, p. 382

³³⁸ Ibid., pp. 382-3.

³³⁹ Ibid., p. 383.

“Ou talvez se encontrem outras formas de relação?” Lenin deixa o caminho aberto para a pesquisa e a experimentação coletiva. Ele sabe que não existem fórmulas prontas e que o proletariado terá de se valer, como ele mesmo nesse texto, do método desconcertante do “tatear”, pois a educação comunista do campesinato é um “gigantesco problema cultural de envergadura histórico-universal”. O desenvolvimento da alfabetização e da educação primária, a organização do corpo de professores, que se deve transformar em um “pilar do regime soviético”, o “apadrinhamento cultural” das organizações rurais por organizações urbanas são apenas as primeiras pinceladas do esboço de uma “revolução cultural” que, na concepção de Lenin, exigirá uma série de consertos e intervenções. Poucos dias depois de escrever essas “páginas”, Lenin mesmo fará uma nova intervenção, ditando para seus secretários o texto *Sobre as cooperativas*.

Nesse texto, é avançado um elemento novo em relação às *Páginas do diário*. Nele, Lenin salienta que o “objetivo econômico” da “revolução cultural” defendida é organizar os camponeses em cooperativas como meio para avançar em direção ao socialismo no campo:

“(…) o objetivo econômico deste trabalho cultural entre os camponeses é precisamente organizá-los em cooperativas. Se pudéssemos organizar em cooperativas toda a população, pisaríamos já com ambos os pés em terreno socialista. Mas esta condição, a de organizar toda a população em cooperativas, implica tal grau de cultura dos camponeses (precisamente dos camponeses, pois são uma massa imensa), que é impossível sem fazer toda uma revolução cultural.”³⁴⁰

No trabalho *Sobre o imposto em espécie*, Lenin, como vimos acima, falara das cooperativas como uma das formas principais de capitalismo de Estado, uma forma que facilitaria a transformação das relações econômicas que abarcam a maioria das massas produtoras russas, a passagem posterior da pequena economia à “grande produção baseada na associação voluntária”. O “capitalismo cooperativo” era considerado, então, como uma etapa preparatória para a ulterior transformação socialista das relações econômicas do campo. Já, em 1923, Lenin, conferindo uma importância ainda maior às cooperativas, considera que “organizar em cooperativas toda a população” significa pisar já “com ambos os pés em terreno socialista”. Nesse artigo de 1923, o desenvolvimento cooperativista sob o regime soviético é identificado menos como uma forma de

³⁴⁰ LENIN. *Sobre las cooperativas*, OC, 45, p. 392.

capitalismo de Estado do que como uma forma de desenvolvimento socialista aberta ao campesinato. É certo que Lenin fala ainda das cooperativas como um aspecto do capitalismo de Estado ou, pelo menos, como uma forma que permite “traçar um paralelo com ele”³⁴¹. No entanto, abandona a expressão “capitalismo cooperativo” em prol da expressão “regime social cooperativista”³⁴² e afirma, com todas as letras, que “as cooperativas coincidem totalmente a cada passo, em nossas circunstâncias, com o socialismo”, o que é ratificado, mais adiante, quando se diz que, no regime soviético, onde o poder de Estado se acha nas mãos da classe operária e todos os meios de produção mais importantes (com exceção daqueles outorgados, por algum tempo, em concessão aos capitalistas) estão nas mãos da classe operária, “o simples desenvolvimento das cooperativas é idêntico (...) ao crescimento do socialismo”³⁴³ – porém, justamente o “desenvolvimento das cooperativas”, e não as cooperativas tal como existiam até então no regime soviético

Com a afirmação do caráter socialista do desenvolvimento cooperativista, Lenin aprofunda e concretiza a significação da NEP como o terreno de uma pesquisa contínua de formas de mediação através das quais os camponeses possam aproximar-se gradualmente e voluntariamente do socialismo, transformando, eles mesmos, por meio de sua própria atividade e de sua própria iniciativa, as relações de produção no campo. Para Lenin, a importância do desenvolvimento cooperativista reside precisamente no fato de constituir-se em um meio pelo qual os camponeses podem ser incorporados diretamente na tarefa de transformação socialista das relações sociais. Criticando o desdém em relação às cooperativas e a importância unilateral dada às empresas estatais (notadamente aos sovkhoses, as fazendas estatais) por parte de muitos dos membros do partido, Lenin ressalta a “importância excepcional” das cooperativas “desde o ponto de vista da passagem a uma nova ordem de coisas pelo caminho *mais simples, fácil e acessível para o campesinato*”³⁴⁴.

Mas é preciso ressaltar que, para Lenin, as cooperativas só possuem essa “importância excepcional” se seu desenvolvimento, ao invés de administrado e imposto pelos aparelhos centralizados do Estado, tiver caráter voluntário e se dele participarem ativamente as grandes massas da população. Lenin escreve que não se deve apoiar qualquer empreendimento

³⁴¹ Ibid., p. 390.

³⁴² Ibid., p. 387.

³⁴³ Ibid., pp. 387-8.

³⁴⁴ Ibid., p. 386.

cooperativista, mas apenas aquele “em que *participem efetivamente verdadeiras massas da população*”³⁴⁵. É completa, poucas linhas adiante, que as massas devem participar das cooperativas “não de uma maneira passiva, mas ativa”³⁴⁶.

Lenin se afasta, assim, como observa Bettelheim³⁴⁷, das concepções “estatistas” simplistas da Segunda Internacional, as quais identificam como “socialista” apenas o que provém da ação do Estado. É aqui, ao apontar para o desenvolvimento cooperativista dentro da perspectiva de uma linha de massa, que o problema das cooperativas se encontra com o problema da “revolução cultural”. Para que o desenvolvimento cooperativista coincida com o pôr-se em movimento das “verdadeiras massas da população”, será necessária “toda uma fase de desenvolvimento cultural das massas do povo”, escreve Lenin, “toda uma revolução”³⁴⁸. Neste ponto, entram novamente em cena todas aquelas medidas que Lenin apontara nas *Páginas do diário*: o desenvolvimento da alfabetização e da educação primária, a organização do corpo de professores como “um pilar do regime soviético”, o intercâmbio educativo multiforme entre os trabalhadores industriais e os trabalhadores agrícolas, a ação dos operários urbanos destinada a ajudar os camponeses a se organizarem e a se prepararem para uma transformação radical das relações sociais.

Ao associar “revolução cultural” e desenvolvimento cooperativista em um dispositivo estratégico de conjunto, Lenin começa a esboçar a idéia de uma “via de transição” que se afasta, de certo modo, da perspectiva da “via” do capitalismo de Estado. Isso fica claro quando se recorda que a “revolução cultural” não é uma forma de capitalismo de Estado, nem em geral um meio capitalista, e o desenvolvimento cooperativista, como “objetivo econômico” dessa “revolução cultural”, não é um desenvolvimento administrado e controlado pelos aparelhos centralizados do Estado, mas um movimento de massa que abre uma nova via à aliança entre o proletariado e o campesinato, sendo, na visão de Lenin, idêntico ao “crescimento do socialismo” e não propriamente uma forma de capitalismo de Estado.

Mas toda essa perspectiva nova foi deixada por Lenin em uma forma muito provisória e pouco desenvolvida e Lenin não teve tempo para assegurar que fosse “testada”, acompanhar os seus desdobramentos práticos e reexaminá-la após se estruturar e transformar no contato com a

³⁴⁵ Ibid., p. 387.

³⁴⁶ Ibid., p. 388.

³⁴⁷ BETTELHEIM, C. *A luta de classes na União Soviética: primeiro período (1917-1923)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, p. 441.

³⁴⁸ LENIN. *Sobre las cooperativas*, OC, 45, p. 388.

realidade. Se essa “revolução cultural” e esse movimento de massas cooperativista poderia abrir uma porta para a transformação, pelas massas produtoras russas, da própria estrutura do processo laborativo herdado do capitalismo na indústria e na agricultura, é algo que não podemos saber nem cogitar. O fato é que tal perspectiva nunca esteve presente na obra de Lenin, que sempre pensou nos termos de uma pressuposta intercambialidade entre as estruturas do processo laborativo do capitalismo e do comunismo, entre as forças produtivas do capitalismo e do comunismo, não rompendo, nesse aspecto, com as concepções cristalizadas da Segunda Internacional.

Após esses comentários sobre a “revolução cultural” proposta por Lenin, devemos passar a outro aspecto que recebe uma acentuada ênfase nesses últimos escritos leninianos. Trata-se novamente do problema do Estado soviético e da burocracia. Em relação a esse problema, Lenin não demonstra a mesma clarividência, a mesma intuição, a mesma capacidade de refletir e de ser original e inovador que demonstrou ao sublinhar a necessidade de uma “revolução cultural” na Rússia. Na verdade, ele continua prisioneiro da mesma perspectiva reformista que examinamos no item anterior. Aqui devemos considerar três textos: *Carta ao Congresso*, *Como temos de reorganizar a Inspeção Operária e Camponesa* e *Mais vale pouco e bom*.

É na *Carta ao Congresso* que aparecem aquelas conhecidas colocações de Lenin sobre a disputa entre Stalin e Trotsky, que já era um avanço de uma luta por uma possível sucessão de Lenin na posição de líder principal do partido. Nessa *Carta*, Lenin começa também a dar sua opinião sobre as figuras mais proeminentes do partido, aparentemente preocupado com o vácuo que sua morte ou sua impossibilidade de continuar a intervir na vida do partido provocaria. Para o tema desta pesquisa, interessa pouco o que Lenin tem a dizer sobre essas figuras no detalhe ou mesmo sobre a disputa entre Stalin e Trotsky. Por outro lado, é importante o que a preocupação de Lenin revela como “sintoma”.

A disputa entre Stalin e Trotsky aponta, na opinião de Lenin, para o perigo de uma cisão no Comitê Central, a qual seria uma ameaça tanto para a estabilidade do partido quanto para a estabilidade do regime soviético. O que a preocupação de Lenin revela aqui é que a concentração do poder governamental nas mãos do CC chegou a tal ponto que a disputa entre dois indivíduos entranha uma ameaça para a estabilidade de todo o regime. Mas Lenin não questiona essa concentração do poder político na mão daquela reduzida minoria que constitui o CC, tanto que, ao dar sua opinião sobre Stalin, observando que ele “concentrou em suas mãos um poder

imenso”, sua preocupação não é com essa concentração de poder nas mãos de um indivíduo, mas com o fato de não estar convencido “de que ele sempre saiba utilizá-lo com a suficiente prudência”³⁴⁹, pois é “demasiado rude”, “caprichoso”, “intolerante”, etc.³⁵⁰

Cioso em prevenir uma possível cisão do CC, Lenin se mostra mais preocupado com a defesa do poder do que em organizar a defesa contra o poder, ou melhor, contra a autonomização do poder político em relação às massas. O que ele não consegue, nesse momento, sequer tangenciar é que a concentração do poder governamental nas mãos do partido e, dentro do partido, nas mãos da reduzida minoria que é o CC configura – associada à burocracia estatal, como contrapartida inevitável dessa concentração – uma forma de mediação política substitucionista, que impede a apropriação do poder político pelas massas populares, a reabsorção de todas as funções políticas pelas próprias massas produtoras auto-organizadas e auto-atuantes, como defendido por Lenin mesmo em *O Estado e a revolução* e em vários textos anteriores a 1921.

Essa dificuldade reflete-se, por exemplo, no fato de que a principal recomendação de Lenin para a reconstrução do aparato estatal nesse texto é o aumento do número de membros do CC com o ingresso de algumas dezenas de operários e camponeses em suas fileiras. Isso, segundo Lenin, não só evitaria o perigo de cisão do CC como contribuiria para “melhorar nosso corpo administrativo, que é péssimo”, que “herdamos do velho regime”, “do czar e da burguesia”. Ao invés de um movimento de massas antiburocrático para fazer face a essa incômoda herança do czarismo, Lenin imagina “as coisas de maneira que umas dezenas de operários incluídos no CC possam, melhor que qualquer um, entregar-se ao trabalho de revisar, melhorar e refazer nossa administração”³⁵¹.

O reconhecimento de Lenin de que administração estatal é uma herança do czarismo, “que nos limitamos a ungir ligeiramente com o óleo soviético”³⁵², como escreverá em outro texto, é corajosa e demonstra que o grande líder bolchevique está muito distante da visão apologética do Estado soviético que predominaria depois de sua morte na elite do partido. Mas é surpreendente que alguém que é capaz de propor uma “revolução cultural” protagonizada pelas massas e um

³⁴⁹ LENIN. *Carta al Congreso*, OC, 45, p. 361.

³⁵⁰ Ibid., p. 362.

³⁵¹ Ibid., p. 363.

³⁵² LENIN. *Contribución al problema de las naciones o sobre la “autonomización”*, OC, 45, p. 373.

movimento cooperativista de massa para dar início à transformação socialista no campo chegue a uma solução tão pífia para o problema do Estado e da burocracia.

Em *Como temos de reorganizar a Inspeção Operária e Camponesa e Mais vale pouco e bom*, Lenin não chega a uma solução menos problemática. Nesses textos, reiterando sua avaliação de que a administração soviética só foi “ligeiramente retocada por cima”, continuando a ser, nos demais aspectos, “o mais tipicamente velho de nossa velha administração pública”³⁵³, não propõe, diante de um problema de tal magnitude, mais do que reformular a Inspeção Operária e Camponesa, fundindo-a com a Comissão Central de Controle do partido – que era uma espécie de conselho de ética e controle do partido – e diminuindo o número de seus membros para que possa contar apenas com indivíduos de elevada honradez e plenamente capacitados para as tarefas de organização. A esse CCC-IOC caberia a enorme tarefa de reestruturar toda a administração soviética, zelando pela moral e pela capacitação dos funcionários. Esse é mais um exemplo do que chamamos acima de internalização da luta contra as “deformações” dos aparelhos de Estado.

Deste modo, os últimos escritos de Lenin são marcados por uma incômoda dissonância. O apelo de Lenin à ação das grandes massas, na promoção da “revolução cultural” e do desenvolvimento cooperativista, contrasta com o tom reformista das medidas propostas por ele para a renovação dos aparelhos de Estado. Talvez, se Lenin tivesse tido tempo e tivesse assistido à emergência da “revolução cultural” que imaginara, poderia, na esteira do próprio movimento de massa, conceber uma abertura para esse movimento também no que tange à transformação da estrutura política, à luta contra a burocratização, que só poderia ser enfrentada com a reanimação das formas políticas autogestoras das massas populares. Mas isso é apenas especulação. Lenin não teve tempo e, de toda a sua reflexão no quadro da NEP, o que foi cristalizado, depois de sua morte, como o seu mais importante legado, foi o primado da mecanização e da eletrificação, sendo completamente esquecida a abertura de Lenin para o movimento de massa.

³⁵³ LENIN. *Como tenemos que reorganizar la Inspección Obrera y Campesina*, OC, 45, p. 399.

Conclusão: o legado paradoxal de Lenin

Lenin não deixa de herança um corpo de doutrina. Deixa um pensamento vivo, irrequieto, em permanente conflito consigo mesmo e com a realidade que pretende transformar. Em Lenin, não encontramos uma teoria da transição completa e harmônica, mas uma pesquisa contínua de modos de enquadramentos teóricos de problemas práticos, de conceitos que permitam capturar o movimento desconcertantemente em aberto da realidade, de formas de mediação concretas que permitam avançar na realização dos objetivos consignados no corpo de hipóteses estratégicas que nunca se cristalizam em modelos fechados, permanecendo insistentemente abertas para as condições, circunstâncias específicas e contradições que apenas se revelam na dialética viva da práxis real.

Como todo pensamento vivo, o pensamento de Lenin tem seus altos e baixos. Durante a análise efetivada de vários momentos da reflexão de Lenin em torno do problema da transição ao comunismo, foram feitas diversas críticas à abordagem leniniana. De um modo geral, grande parte dessas críticas aponta para a presença de uma tendência *economicista* na abordagem de Lenin de certos problemas relativos à transição socialista. Essa tendência economicista reflete uma substancial incompreensão do fato de que a relação de produção capitalista, no processo que Marx denomina de subsunção real do trabalho ao capital, penetra na própria materialidade do processo produtivo, na própria estrutura das forças produtivas, plasmando seus elementos materiais e organizativos, de tal modo que as forças produtivas materiais se configuram como o conteúdo concreto, a forma de existência material das relações de produção capitalista. O economicismo de certas formulações de Lenin explicita-se precisamente no fato de ele tomar as forças produtivas como “neutras” em face da estrutura das relações sociais, não sendo capaz de identificar na estrutura da produção herdada o lugar primacial da permanência da luta de classes na Rússia pós-revolucionária e, mais grave ainda, recaindo recorrentemente em uma concepção *produtivista*, que toma o desenvolvimento progressivo e continuado das forças produtivas materiais como o fator determinante na transformação das relações sociais.

Vimos que essa tendência economicista manifesta-se em diversos momentos da reflexão de Lenin em torno da questão da transição socialista. Não cabe aqui retomar cada um desses momentos, mas é interessante recordar alguns.

No primeiro capítulo, vimos que essa tendência se revela, por exemplo, na fetichização das estruturas de regulação social engendradas pelo capitalismo monopolista, as quais são tomadas por Lenin como formas de controle do metabolismo produtivo/reprodutivo social cujo sinal de classe pode ser invertido pela simples eliminação da apropriação gestonária privada, transformando-se em estruturas de regulação *socialista* do intercâmbio reprodutivo social no nível do macrocosmo. O que escapa a Lenin aqui, como foi dito, é que o desenvolvimento dessas estruturas na fase monopolista do capitalismo está subsumido ao movimento de “aprofundamento” da relação de produção capitalista na divisão técnica do trabalho e expressa, ela mesma, esse “aprofundamento” no plano da divisão social do trabalho, da “cooperação” entre as unidades produtivas, que reproduz as divisões, os papéis, a “estratificação social” próprias da sociedade burguesa.

No segundo capítulo, vimos que essa tendência economicista reaparece na interpretação de Lenin da transição da fase inferior para a fase superior do comunismo, que, para Lenin, é comandada não por uma luta de classe conscientemente orientada pelo proletariado (associado a outras forças sociais capazes de aglutinar-se em uma força transformadora efetiva em torno do núcleo estratégico do trabalho como antagonista estrutural do capital) para a transformação da estrutura material da produção herdada, mas pelo desenvolvimento progressivo das forças produtivas, liberadas da barreira representada pela propriedade privada. Em consequência, Lenin desloca o problema da transição da fase inferior à fase superior do comunismo para a questão de desenvolver a subjetividade apropriada a uma nova forma de intercâmbio social e, ao mesmo tempo, toma esse processo como um processo “espontâneo”, que depende apenas da eliminação, pelo desenvolvimento contínuo das forças produtivas, dos conflitos sociais que remanescem após a destruição do sistema estatal burguês e do sistema da propriedade privada. Isso tem importantes consequências para a compreensão leniniana do problema da supressão do Estado. Para Lenin, após a destruição do Estado burguês e a criação do Estado proletário, a supressão completa do Estado depende apenas da formação dessa “nova subjetividade” e, como esse processo é assumido como um processo mais ou menos “espontâneo”, a supressão do Estado deve assumir a forma de um processo de “extinção”, de um “adormecimento” gradual. Lenin afasta-se, assim, da concepção (marxiana) da supressão do Estado como um processo de reabsorção *ativa*, pela sociedade, de energias próprias despidas da forma política, processo que depende da extirpação

dos fundamentos econômicos da existência das classes, fundamentos que, de modo algum, podem ser reduzidos simplesmente às relações de propriedade em sentido jurídico-formal.

No capítulo 3, vimos que Lenin, retomando a problemática desenvolvida em seus escritos sobre o imperialismo, conceitua o capitalismo monopolista de Estado como “a mais completa preparação material para o socialismo”, “sua ante-sala”, mais uma vez fetichizando os elementos organizativos gestados no nível do macrocosmo pelo capitalismo em sua fase monopolista. Vimos também, nas propostas de Lenin para a organização interna dos microcosmos produtivos, que ele não consegue romper o ponto de vista da “neutralidade” da técnica, naturalizando a forma específica assumida pela função de direção e superintendência do processo de trabalho na produção capitalista e tomando o taylorismo como uma técnica cuja natureza de classe é reduzida a um mero invólucro, um dado externo, que diz respeito apenas ao objetivo da classe que comanda sua utilização e não à técnica mesma, de tal forma que o seu sinal de classe pode ser alterado sem qualquer transformação substantiva do próprio processo de trabalho.

O quarto capítulo procura mostrar como a tendência economicista de Lenin se apresenta na sua conceituação de “trabalho comunista” e de comunismo nos textos sobre os “sábados comunistas”. Como ficou claro em nossa análise, nas definições de Lenin de comunismo e de “trabalho comunista”, a ênfase recai unilateralmente sobre o momento *subjetivo*: no conceito de Lenin de comunismo, este aparece como resultado de um processo de habituação (“os homens se acostumam a cumprir as obrigações sociais”) que torna desnecessária a existência de agências coercivas para garantir a realização dos processos metabólicos sociais vitais; o conceito de Lenin de “trabalho comunista” coloca em relevo apenas a presença de uma nova forma de *subjetividade*, consubstanciada na *ética*, conscientemente assumida e “transformada em hábito”, de “trabalhar para o bem comum”. A necessidade de mudanças estruturais *objetivas* para engendrar uma nova forma de metabolismo societário e uma nova forma de trabalho desaparece de vista nessas definições conceituais. Essa abstração, como foi dito, está organicamente ligada à incapacidade de confrontar criticamente o fato de que a relação de produção capitalista está inscrita na estrutura mesma das forças produtivas, na organização do processo de trabalho, na divisão técnica do trabalho e na divisão social do trabalho dela derivada.

Por fim, no capítulo 5, fica muito evidente que a obra de Lenin é cortada por uma tendência economicista quando observamos as proposições de Lenin acerca da eletrificação. Como vimos, Lenin não pára de apontar como fatores materiais determinantes para uma

transformação socialista do campo as máquinas agrícolas e a eletrificação e ele chega mesmo, em determinado momento, a conceber a base técnica e material da eletrificação da indústria e da agricultura como o grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais que permite suprimir a divisão da sociedade em classes antagônicas. Lenin acaba, assim, reproduzindo a abordagem economicista em sua forma mais pura: a transição ao comunismo é apresentada como consistindo numa adequação das relações sociais a um determinado nível de desenvolvimento alcançado pelas forças produtivas. Também de caráter economicista é a concepção de Lenin, encontrável em algumas formulações, segundo a qual a planificação configura já, por si só, um elemento de uma “economia social” de tipo novo, de tipo “socialista” ou comunista. Aqui o economicismo se revela na redução das relações de produção capitalistas a meras relações de troca ou a relações de propriedade em sentido jurídico-formal, perdendo de vista, a subsunção real do trabalho ao capital.

Mas a reflexão de Lenin sobre a transição não pode ser reduzida, de modo algum, a essa dimensão economicista. Como já foi dito, a reflexão leniniana tem seus altos e baixos. Isso é perceptível desde o primeiro capítulo, onde vimos que Lenin, ao mesmo tempo em que define os monopólios como “a transição do capitalismo para um regime superior”, rejeita a visão de que o capitalismo possa ser superado pelo jogo espontâneo de suas próprias tendências econômicas. É nessa linha que Lenin dirige sua crítica ao que ele designa de “economicismo imperialista”: este subordina a dialética da revolução a uma teoria “econômica”, lógica e harmônica, que se volta em abstrato e exclusivamente para a “economia imperialista”, negligenciando os desdobramentos políticos da série de contradições singulares da época imperialista e as novas formas de subjetividade revolucionária que emergem como formas de oposição ao imperialismo em todos os pontos críticos de sua configuração historicamente mutável. Esse é um dos “altos” da reflexão de Lenin. É interessante recordar alguns outros.

No capítulo 2, foram destacados a recuperação e o desenvolvimento por Lenin da tese estratégica marxiana que afirma a necessidade de destruição do Estado burguês mediante a reabsorção do poder de Estado pelos organismos políticos autogestores das massas populares, na linha do que havia sido tentado pela Comuna de Paris. A argumentação de Lenin prima pela clareza e pela pujança com que defende a tese estratégica marxiana contra a fetichização da estrutura política da democracia burguesa pela corrente oportunista-reformista da Segunda Internacional, representada por Kautsky, Plekhanov e congêneres.

O terceiro capítulo começa a evidenciar algumas interessantes características do método de Lenin na elaboração da estratégia socialista. Lenin se recusa a oferecer modelos estratégicos fechados e harmônicos. Para ele, qualquer projeção estratégica tem sempre um caráter hipotético, podendo ser descartada ou substancialmente retificada na dialética real de sua confrontação com a realidade. Segundo o método leniniano, a elaboração da estratégia revolucionária na transição socialista deve ser definida e redefinida a cada momento com base na experiência prática concreta em relação ao conjunto das condições internas e internacionais, que serão determinadas a cada momento pela luta de classes no decorrer do processo revolucionário. Deste modo, o caráter *aberto* e o primado da prática constituem dimensões essenciais do método leniniano de elaboração da estratégia socialista, em contraposição aos modelos unívocos e fechados que marcaram a canonização de algumas de suas elaborações pelo marxismo-leninismo depois de sua morte.

No quarto capítulo, o que mais se destaca é a reflexão de Lenin em torno da “questão agrária”. A reflexão de Lenin é pautada pelo princípio de que a transformação socialista das relações sociais no campo só pode ser o resultado da práxis revolucionária do próprio campesinato (pequeno e médio), estando completamente descartado o uso da coerção para engajar o campesinato na via do socialismo. Em diversos textos, Lenin sublinha que a transição às formas cooperativas de trabalho está subordinada ao princípio da participação *voluntária* dos camponeses pequenos e médios organizados de maneira autônoma. Esse ponto é importante, pois marca a distância de Lenin em relação à política mais tarde adotada pelo partido bolchevique, já sob a égide do stalinismo: a coletivização do campo autoritariamente imposta pelo Estado “proletário”.

Esse distanciamento torna-se ainda mais evidente com a crítica de Lenin ao “comunismo de guerra” no quadro da proposta da NEP. Como vimos no capítulo 5, um dos aspectos dessa crítica é a oposição às concepções “estatistas”, que consideram que as medidas de coerção estatal podem substituir a ação das massas na transformação socialista das relações sociais. Para Lenin, ao contrário, a transição ao comunismo não pode ser o resultado de uma “revolução pelo alto”, mas apenas do movimento do conjunto das massas produtoras. Nos seus últimos escritos, como vimos, essa concepção concretiza-se na proposta de uma “revolução cultural” protagonizada pelas massas e de um movimento cooperativista de massa para dar início à transformação socialista no campo.

Há evidentemente outros aspectos positivos e negativos na reflexão de Lenin. Mas o quadro acima é suficiente para ilustrar, contra apologetas e críticos unilaterais, que o legado de Lenin no que diz respeito ao problema da transição socialista é um legado paradoxal. Tentar encaixar esse legado no leito de Procusto de uma teoria completamente elaborada e harmônica ou de um paradigma é violentar esse legado. Por isso, se queremos tomá-lo a sério, não há outro caminho que tentar reproduzir pelo interior mesmo da reflexão leniniana o seu trançado determinativo, deixando que os seus dilemas e limitações se evidenciem no decurso da reprodução da estrutura e da lógica internas do próprio objeto escavado.

BIBLIOGRAFIA

OBRAS DE LENIN

LENIN. *O programa agrário da social-democracia na primeira Revolução Russa de 1905-1907*. Goiânia: Alternativa, 2002.

_____. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria*. São Paulo: Abril, 1982.

_____. *Materialismo e empiriocriticismo*. São Paulo: Estampa, 1990.

_____. *Que fazer?: as questões palpitantes do nosso movimento*. São Paulo: Hucitec, 1988.

_____. *Duas táticas da social-democracia na revolução democrática*. São Paulo: Livramento, 1975.

LENIN, V. I. *Obras completas*. Moscou: Progresso, 1981-1988.

Especificação dos textos estudados por tomo:

Tomo 1

Quienes son los “amigos del pueblo” y como luchan contra los socialdemócratas.

El contenido económico del populismo y su crítica en el libro del Señor Struve (Reflexo del marxismo en la literatura burguesa).

Tomo 2

Contribución à la caracterización del romanticismo económico. Sismondi y nuestros sismondistas patrios.

Tomo 4

Nota sobre la teoria de los mercados (A proposito de la polemica entre los señores Tugan-Baranovski y Bulgakov).

Tomo 9

Un paso adelante, dos atras. Respuesta de N. Lenin a Rosa Luxemburgo.

Democracia obrera y democracia burguesa.

Carta a A. A. Bogdanov y S. I. Gusev.

Jornadas revolucionarias.

Nuevas tareas y nuevas fuerzas.

Plan de una conferencia sobre la Comuna.

El proletariado y el campesinado.

Tomo 11

La actitud de la socialdemocracia ante el movimiento campesino.

Tomo 12

Nuestras tareas y el soviet de diputados obreros.

Las etapas, el curso y las perspectivas de la revolución.

La organización del partido y la literatura del partido.

El partido socialista y el revolucionarismo sin partido.

La revolución rusa y las tareas del proletariado.

Sobre la reorganización del partido.

La victoria de los demócratas constitucionalistas y las tareas del partido obrero.

Tomo 13

Libertad de crítica y unidad de acción.

Que decidan los obreros.

Tomo 14

La guerra de guerrilla.

Tomo 15

La plataforma táctica de los mencheviques.

Fuerza y debilidad de la Revolución Rusa.

Tomo 16

Prologo à la recompilación “en 12 años”.

Enseñanzas de la Comuna.

Tomo 17

Apreciación de la Revolución Rusa.

El objetivo de la lucha del proletariado en nuestra revolución.

Tomo 20

À la memoria de la Comuna .

Tomo 23

Sistema “científico” de estrujar el sudor.

Tomo 24

El taylorismo es la esclavización del hombre por la maquina.

Tomo 27

El proletariado revolucionario y el derecho de la autodeterminación.

Acercas de las dos líneas de la Revolución.

Prefacio al folleto de N. Bujarin “La economía mundial y el imperialismo”.

El oportunismo y la bancarrota de la II Internacional.

La revolución socialista y el derecho de las naciones a la autodeterminación..

Imperialismo, fase superior del capitalismo.

Prefacio al folleto de N. Bujarin “La economía mundial y el imperialismo”.

Tomo 28

Cuadernos sobre el imperialismo.

Tomo 29

Cuadernos filosóficos.

Tomo 30

Sobre el folleto de Junius.

Respuesta a P. Kievsky (Y. Piatakov).

Sobre la caricatura del marxismo y el economismo imperialista.

El imperialismo y la escisión del socialismo.

Informe sobre la Revolución de 1905.

Acerca de la naciente tendencia del “economismo imperialista”.

Balance de la discusión sobre la autodeterminación.

Tomo 31

Séptima Conferencia (Conferencia de Abril) de Toda la Rúsia do POSD(b)R.

Cartas desde lejos.

El congreso de diputados campesinos.

Las tareas del proletariado en la presente revolución.

Las tareas del proletariado en nuestra revolución (Proyecto de plataforma del partido proletario).

Conferencia de la ciudad de Petrogrado del POSD(b)R.

Un problema fundamental (Cómo razonan los socialistas que se han pasado a la burguesía).

Tomo 32

Materiales para la revisión del programa del partido.

Tomo 33

El Estado y la revolución.

El marxismo y el Estado.

Plano del artículo “Contribución al problema del papel del Estado”.

Tomo 34

La catástrofe que nos amenaza y como combatirla.

Un problema fundamental de la revolución.

Se sostendrán los bolcheviques en el poder?.

Revisión del programa del partido.

Tomo 36

Acerca del infantilismo “izquierdista” y del espíritu pequeñoburgués.

Primera variante del artículo “Las tareas inmediatas del poder soviético”.

Las tareas inmediatas del poder soviético.

VII Congreso extraordinario del PC(b) de Rusia.

Tomo 37

La revolución proletaria y el renegado Kautsky.

Discurso pronunciado en el I Congreso de los Comités de Campesinos Pobres y de las Comunas de Toda Rusia.

Respuesta à la pregunta de un campesino.

Democracia y dictadura.

Tareas de los sindicatos.

I Congreso de la Internacional Comunista.

Éxitos y dificultades del poder soviético.

Proyecto de programa del PC(b)R.

VII Congreso nacional de instrucción extraescolar.

Tomo 38

Proyecto de programa del PC(b)R.

VIII Congreso del PC(b)R.

I Congreso Nacional de Instrucción Extraescolar.

Tomo 39

Todos a la lucha contra Denikin! (Carta del Comité central del PC(b) de Rusia a las organizaciones del Partido).

Discurso pronunciado en el I Congreso de toda Rusia de Trabajadores de la enseñanza y la cultura socialista.

Las tareas del movimiento obrero femenino en la republica soviética. Discurso en la IV Conferencia de obreras sin partido de la ciudad de Moscú, 23 de septiembre de 1919.

Como utiliza la burguesía a los renegados.

Acerca de la dictadura del proletariado.

El poder soviético y la posición de le mujer.

Dos años de poder soviético.

Acerca del Estado.

Discurso en la Conferencia de Toda Rusia para el Trabajo del Partido en el Campo.

Una gran iniciativa (El heroísmo de los obreros en la retaguardia. A propósito de los “sábados comunistas”).

Tomo 40

IX Congreso del PC(b)R.

De la destrucción de un régimen secular à la creación de otro nuevo.

Informe acerca de los sábados comunistas, pronunciado en la Conferencia del PC(b)R de la ciudad de Moscú.

Las elecciones à la asamblea constituyente y la dictadura del proletariado.

Tomo 41

Tesis para el II Congreso de la Internacional Comunista.

Tareas de las uniones de juventudes. Discurso en el III congreso de toda Rusia de la Unión de Juventudes Comunistas de Rusia.

Sobre la cultura proletaria.

La enfermedad infantil del “izquierdismo” en el comunismo.

II Congreso de la Internacional Comunista.

Contribución à la historia del problema de la dictadura.

Tomo 42

Sobre los sindicatos, el momento actual y los errores del camarada Trotski.

La crisis del partido.

Una vez más acerca de los sindicatos, el momento actual e los errores de los camaradas Trotski y Bujarin.

Tomo 43

Discurso grabados en discos fonográficos.

Materiales para el X Congreso del PC(b) de Rusia.

X Congreso del PC(b) de Rusia.

Sobre el impuesto en especie (Significación de la Nueva Política y sus condiciones).

Planes del folleto “Sobre el impuesto en especie”.

Tomo 44

Acerca de las tesis del partido Comunista Francés sobre el problema agrario.

Proyecto de tesis sobre el papel y las tareas de los sindicatos en las condiciones de la Nueva Política Económica.

III Congreso de la Internacional Comunista.

Con motivo del cuarto aniversario de la Revolución de Octubre.

La Nueva Política Económica y las tareas de los Comités de Instrucción Política.

Séptima Conferencia del Partido de la Provincia de Moscú.

Acerca de la significación del oro ahora y después de la victoria completa del socialismo.

Tomo 45

IV Congreso de la Internacional Comunista.

Nuestra revolución.

Más vale poco y bueno.

XI Congreso del PC(b)R.

Paginas del diario.

Sobre las cooperativas.

Contribución al problema de las naciones o sobre la “autonomización”.

Como tenemos que reorganizar la Inspección Obrera y Campesina.

BIBLIOGRAFIA GERAL

- ANDERSON, Kevin. *Lenin, Hegel, and Western Marxism: a critical study*. Chicago: Universidade de Illinois, 1995
- ANWEILER, Oscar. *Les soviets en Russie 1905-1921*. Paris: Gallimard, 1972.
- BALIBAR, Etienne. *Sobre la dictadura del proletariado*. Madri, México, Buenos Aires: Siglo Veinteuno, 1976.
- BAMBIRRA, Vania. *A teoria marxista da transição e a prática socialista*. Brasília: Universidade de Brasília, 1993.
- BERTELLI, Antonio Roberto. *Capitalismo de Estado e socialismo: o tempo de Lenin 1917-1927*. São Paulo: IPSO/ IAP, 1999.
- _____. *Marxismo e transformações capitalistas: do Bernstein-Debate à República de Weimar 1899-1933*. São Paulo: IPSO/IAP, 2000.
- BERTELLI, Antonio Roberto (org.). *A nova política econômica: capitalismo de estado, transição e socialismo*. São Paulo: Global, 1987.
- _____. *Karl Kautsky e o marxismo*. Belo Horizonte: Oficina do Livro, 1988.
- BETTELHEIM, Charles. *A luta de classes na União Soviética: primeiro período (1917-1923)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- _____. *A luta de classes na União Soviética: segundo período (1923-1930)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- _____. *Revolução cultural e organização industrial na China*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- BOBBIO, Noberto. *A teoria das formas de governo na história do pensamento político*. Brasília: Universidade de Brasília, 1980.
- _____. *Ensaio sobre Gramsci e o conceito de sociedade civil*. São Paulo: Paz e Terra, 1999
- BUKHARIN, N. I. *A economia mundial e o imperialismo: esboço econômico*. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

- CHASIN, José. “Posfácio” In: TEIXEIRA, Francisco. *Pensando com Marx: uma leitura crítico-comentada de O Capital*. São Paulo: Ensaio, 1995.
- CLAUDIN, Fernando. “Democracy and Dictatorship in Lenin and Kautsky”. In: *New Left Review*, n. 106, novembro-dezembro de 1977.
- COLLETTI, Lucio. “*O Estado e a revolução*” de Lenin. Campinas: IFCH, Unicamp, 1992.
- CODATO, Adriano Nervo, PERISSINOTTO, Renato Monseff. “O Estado como uma instituição. Uma leitura das ‘obras históricas’ de Marx”. In: *Crítica marxista*, n. 13, 2001.
- DAVIES, Robert William. “As opções econômicas da URSS”. In: HOBBSBAWM, E. J. et al. (org.) *História do marxismo, VII: o marxismo na época da Terceira Internacional; a URSS, da construção do socialismo ao stalinismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- DUNAYEVSKAYA, Raya. *Marxisme et liberté*. Paris: Champ Libre, 1971.
- _____. *Rosa Luxemburgo, la liberación femenina y la filosofía marxista de la revolución*. México: Fondo de Cultura Económica, 1985.
- ENGELS, Friedrich, MARX, Karl. *Manifesto do partido comunista*. In: MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. *Obras escolhidas*. São Paulo: Alfa-Ômega, s/d, v. 1.
- _____. *A Sagrada Família ou a Crítica da Crítica Crítica de Bruno Bauer e seus seguidores*. São Paulo: Moraes, 1987.
- ENGELS, Friedrich. *Do socialismo utópico ao socialismo científico*. In: MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. *Obras escolhidas*. São Paulo: Alfa-Ômega, s/d, v.2.
- _____. *Contribuição ao problema da habitação*. In: MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. *Obras escolhidas*. São Paulo: Alfa-Ômega, s/d, v. 2.
- _____. *Acerca das relações sociais na Rússia*. In: MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. *Obras escolhidas*. São Paulo: Alfa-Ômega, s/d, v.2.
- _____. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. In: MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. *Obras escolhidas*. São Paulo: Alfa-Ômega, s/d, v. 3.
- _____. *Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã*. In: MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. *Obras escolhidas*. São Paulo: Alfa-Ômega, s/d, v. 3.
- _____. *Anti-Dühring*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- FABRÈGUES, Bernard. “Organization capitaliste et organization socialiste du travail, 1: propriété et gestion”. In: *Communisme*, n. 16-17, 1975.

_____. “Organization capitaliste et organization socialiste du travail, 2: le développement du machinisme par le capitalisme”. In: *Communisme*, n. 18, 1975.

_____. “Organization capitaliste et organization socialiste du travail, 3: Chine: machinisme, science et technique”. In: *Communisme*, n. 19, 1975.

FERNANDES, Rubem César. *Dilemas do socialismo: a controvérsia entre Marx, Engels e os populistas russos*. São Paulo: Paz e Terra, 1982.

FINZI, Robert. “Lenin, Taylor, Stakhanov: o debate sobre a eficiência econômica depois de Outubro”. In HOBSBAWM, E. J. et al. (org.) *História do marxismo, VII: o marxismo na época da Terceira Internacional; a URSS, da construção do socialismo ao stalinismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

GERRATANA, Valentino. *Investigación sobre la historia del marxismo II: en las raíces del marxismo contemporáneo*. Barcelona: Grijalbo, 1975.

GRUPPI, Luciano. *O pensamento de Lênin*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

HÁJEK, Milos. “O comunismo de esquerda”. In: HOBSBAWM, E. J. et al. (org.) *História do marxismo, VII: o marxismo na época da Terceira Internacional; a URSS, da construção do socialismo ao stalinismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986..

HARDING, Neil. *Lenin's political thought, 1: theory and practice in the democratic revolution*. Londres: Macmillan, 1981.

_____. *Lenin's political thought, 2: theory and practice in the socialist revolution*. Londres: Macmillan, 1981.

_____. *Leninism*. Durham: Universidade Duke, 1996.

HEGEDÜS, Andras. “A construção do socialismo na Rússia: o papel dos sindicatos, a questão camponesa, a Nova Política Econômica”. In HOBSBAWM, E. J. et. al. (org.). *História do marxismo, VII: o marxismo na época da Terceira Internacional: a URSS, da construção do socialismo ao stalinismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

KOLLONTAI, Alexandra. *Oposição operária 1920-1921*. São Paulo: Global, 1980.

JOHNSTONE, Monty. “Lênin e a revolução”. In: HOBSBAWM, E. J. et al. (org.) *História do marxismo, V: o marxismo na época da Terceira Internacional; a Revolução de Outubro; o automarxismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

LAZAGNA, Angela. *Lenin, as forças produtivas e o taylorismo*. Dissertação de mestrado apres. à Unicamp, IFCH. Campinas: [s.n.], 2002.

- LA GRASSA, Gianfranco, JAGUIN, Aureliano. *Proceso productivo capitalista y socialismo en la URSS*. Valência: Pre-Textos, 1978.
- LA GRASSA, Gianfranco, TURCHETTO, Maria. “Notes sur le léninisme”. In *Comunisme*, Nouvelle Série, n. 5/6, 1979.
- LEVINE, Norman. “On the transcendence of *State and revolution*”. LUKÁCS, Georg. *The process of democratization*. Nova York: Universidade Estadual de Nova York, 1991.
- LIEBMAN, Marcel. *Le leninisme sous Lenine*. Paris: Seuil, 1973. 2v.
- LEWIN, Mosche. *El ultimo combate de Lenin*. Barcelona: Lumen, 1970.
- LINHART, Robert. *Lenin, os camponeses, Taylor: ensaio de análise baseado no materialismo histórico sobre a origem do sistema produtivo soviético*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- LÖWY, Michael. *Método dialético e teoria política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- LUKÁCS, Georg. *História e consciência de classe: estudos de dialética marxista*. Rio de Janeiro: Elfos, 1989.
- _____. *O pensamento de Lenine: um estudo na unidade do pensamento*. Lisboa: Dom Quixote, 1975.
- _____. *Ontologia do ser social: os princípios ontológicos fundamentais de Marx*. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.
- _____. *The process of democratization*. Nova York: Universidade Estadual de Nova York, 1991.
- MARTORANO, Luciano Calvini. *A burocracia e os desafios da transição*. São Paulo: Xamã/Anita Garibaldi, 2002.
- MARX, Karl. *Líneas fundamentales de la crítica de la economía política (“Grundrisse”)*. Barcelona/México: Grijalbo, 1977. 2v.
- _____. *O capital: crítica da economia política*. São Paulo: Nova Cultural, 1988. 5v.
- _____. *Miséria da filosofia: resposta à “Filosofia da miséria” de Pierre Joseph Proudhon*. São Paulo: Grijalbo, 1976.
- _____. *O Dezoito Brumário de Luiz Bonaparte*. In: MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. *Obras escolhidas*. São Paulo: Alfa-Ômega, s/d, v. 1.
- _____. *A Guerra Civil na França*. In: MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. *Obras escolhidas*. São Paulo: Alfa-Ômega, s/d, v. 2.

_____. *Crítica ao Programa de Gotha*. In: MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. *Obras escolhidas*. São Paulo: Alfa-Ômega, s/d, v. 2.

_____. *The civil war in France*. In: MEGA, v. 22. Berlim: Dietz Verlag, 1978.

_____. *The civil war in France (Drafts)*. In: MEGA, v. 22. Berlim: Dietz Verlag, 1978.

_____. “Anotações ao livro *Estatismo e anarquismo* de Bakunin (extrato)”. In: *Margem esquerda: ensaios marxistas*, n. 1, maio de 2003.

MÉSZÁROS, István. *O poder da ideologia*. São Paulo: Boitempo, 2004.

_____. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. Boitempo: São Paulo, 2002.

_____. *O século XX: socialismo ou barbárie*. São Paulo: Boitempo, 2003.

NAVES, Márcio Bilharinho. *Marxismo e direito: um estudo sobre Pachukanis*. São Paulo: Boitempo, 2000.

_____. *Mao: o processo da revolução*. São Paulo: Brasiliense, 2002.

NOVE, Alec. “Economia soviética e marxismo: qual modelo socialista?”. In: HOBBSAWM, E. J. et al. (org.) *História do marxismo, VII: o marxismo na época da Terceira Internacional; a URSS, da construção do socialismo ao stalinismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

PLEKHANOV, Georgy. *Questões fundamentais do marxismo*. Rio de Janeiro: Vitória, 1956.

POULANTZAS, Nicos. *O Estado, o poder, o socialismo*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

_____. “The state and the transition to socialism: interview by Henri Weber”. In: *Socialist Review*, n. 38, março-abril 1978.

REIMAN, Michael. “Os bolcheviques desde a guerra mundial até Outubro”. In: HOBBSAWM, E. J. et al. (org.) *História do marxismo, V: o marxismo na época da Terceira Internacional; a Revolução de Outubro; o automarxismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

RIZZI, Franco. “A Internacional Comunista e a questão camponesa”. In: HOBBSAWM, E. J. et al. (org.) *História do marxismo, VII: o marxismo na época da Terceira Internacional; a URSS, da construção do socialismo ao stalinismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

ROSENBERG, Arthur. *História do bolchevismo*. Belo Horizonte: Oficina do Livro, 1989.

SERGE, Victor. *O ano I da Revolução Russa*. São Paulo: Ensaio, 1993.

SHANIN, Theodor. *Late Marx and the Russian road: Marx and “the peripheries of capitalism”*. Londres: Routledge and Kegan Paul, 1983.

SITTON, John F. *Marx’s theory of the transcendence of the state*. Nova York: Peter Lang, 1989.

STRADA, Vitorio. “A polêmica entre bolcheviques e mencheviques sobre a Revolução de 1905”. In *História do marxismo, 3: o marxismo na época da Segunda Internacional: segunda parte*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

TROTSKY. *1905*. Paris: Minuit, 1969.

TURCHETTO, Maria. “As características específicas da transição ao comunismo”. In: NAVES, M. B. (org.) *Análise marxista e sociedade de transição*. Campinas: Unicamp, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2005.

VRANICK, Pedrag. *Historia del marxismo, 1: De Marx a Lenin*. Salamanca: Sígueme, 1977.